



SOLENIDADE EM JOÃO PESSOA

João e Padilha assinam ampliação de cessão do Porto de Cabedelo

Ação do governador e do ministro permite fortalecer as operações realizadas na estrutura do local. **Página 13**

Foto: Leonardo Ariel



Ministro do TST participa de evento do “Abril Verde”

Alberto Balazeiro disse, em João Pessoa, que período da pandemia foi desafiador em termos da segurança e da saúde do trabalhador. **Página 8**

Obra em ponte ferroviária barra viagens de trens por 14 dias

Apenas um trecho será interditado, mas CBTU disponibilizará ônibus para garantir percurso completo.

Página 8

Estado sedia Encontro Mundial de Cidades Criativas

A Paraíba é o único estado com duas cidades integrantes da rede da Unesco - capital e Campina Grande.

Página 3

■ “Nunca devemos desconfiar da gratuidade dessa misericórdia que nos quer sempre próximos a Ele, o Senhor: ‘O amor exige familiaridade, a misericórdia requer confiança’, diz o Papa Francisco”.

Dom Manoel Delson

Página 2

■ “O amadorismo não é a base do profissionalismo. É a sua libertação. Há mais riqueza em viver para a arte que viver de arte, que parece ser a busca da maior parte dos escritores ditos ‘profissionais’”.

Tiago Germano

Página 10

■ “A globalização promoveu a desvinculação jurídica e material entre capital, mercado e território. O capital se tornou volátil e o mercado não mais se encontrava restrito aos territórios nacionais”.

Alexandre Henrique Salema Ferreira

Página 17

Carteira de estudante pode ser adquirida em “mutirão”

Evento começa na segunda-feira e vai até o dia 20, no Tambiá Shopping. Taxa cobrada é de R\$ 30.

Página 5

Foto: Divulgação/Secom-PB



Feira de Artesanato homenageia mulheres

A primeira-dama do Estado, Ana Lins, visitou o evento e destacou ações do governo para o setor.

Página 3

Professores da UFCG realizam assembleia geral e rejeitam greve

Foram 154 votos contra a paralisação geral, 50 a favor e quatro abstenções. Calendário de aulas, portanto, segue normal, ao contrário do IFPB, que aderiu ao movimento.

Página 5

Foto: Júlio César Peres



Guga Limeira lança, hoje, novo livro de poesias

Estima reúne textos escritos pelo poeta, compositor e músico durante a pandemia. Às 16h, na Casa Manaíra.

Página 9



Golpe de 64: por que lembrar?

A União circula, hoje, com um suplemento especial que lembra os 60 anos do golpe que instalou a ditadura militar no país, inaugurando um período de censura, perseguições, prisões e mortes. Também recorda os movimentos de resistência, a anistia e o início da redemocratização.

Caravana Federativa

É difícil imaginar êxito em um modelo de desenvolvimento socioeconômico que não leve em consideração um estreito pacto colaborativo entre a União, os estados e os municípios brasileiros, sem exceção. As cidades, os estados e as regiões têm muitos problemas comuns, mas têm também muitas diferenças, e tudo deve ser muito bem medido e pesado para que as providências destinadas a solucioná-las sejam realmente eficazes.

Até o presente, o Brasil ainda convive com sérios paradoxos econômicos entre regiões, estados e municípios. O Norte e o Nordeste, por exemplo, ainda se ressentem de antigas políticas discriminatórias; das consequências de vícios como, no caso nordestino, a exploração das secas para fins de manutenção do poder. A atenção do Governo Federal para esses territórios, portanto, deve ser sim diferenciada, como acontece agora.

Isso não significa absolutamente relegar regiões e estados mais prósperos à própria sorte. Trata-se apenas de uma questão de isonomia, em bom português, a cada um de acordo com suas necessidades. Ao se atingir indicadores socioeconômicos nacionais mais equitativos, significa dizer que a nação prospera por igual, com a população brasileira, de modo geral, beneficiando-se das riquezas que ela mesma cria.

Felizmente, há um entendimento, neste sentido, no plano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em conformidade, por exemplo, com os projetos de instituições inovadoras, como é o caso do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste). A aliança de todos em prol de todos é crucial para um crescimento homogêneo, um adiantar-se sem subterfúgios.

A Paraíba está sintonizada com essa necessidade de se equalizar as iniciativas desenvolvimentistas, em todas as esferas administrativas. Não é à toa que o estado sediou, esta semana, a primeira edição do Congresso Paraibano de Oportunidades para os Municípios (Confep) e da Caravana Federativa. Os eventos reuniram, na capital, representantes de ministérios e de instituições como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Trata-se, em última análise, de um diálogo franco, intenso, com o claro objetivo de apresentar respostas concretas, de preferência, imediatas, para questões que afligem a população em seus núcleos de vivência, que são as cidades. Os programas do Governo Federal precisam chegar rápidos aos municípios, para serem mais consequentes, e o fortalecimento do pacto federativo é o melhor caminho para se atingir esse objetivo.

Artigo

Alexandre Luna Freire
Colaboração

Isenção o que é

A apreensão do significado vai além da primeira expressão do termo. Desde a emocional, embora persistente, confunde a todos: o intérprete eventual ou o emitente ininterrupto. Pior ainda, aquele prolator de uma decisão cotidiana ou administrativa, corriqueira ou profissional, imbuído do desejo de emulação. Disputa ou antagonismo. Participe de anseios colidentes, opostos mesmo. Manter-se no cargo, ser reeleito ou preservar posições abiscoitadas qualquer custo. A isenção pode consistir em alguma imunidade de sentidos, franquia de ânimos. Estar afeito ou preparar-se para escolhas equilibradas, pregadas em avaliação equânime, é uma tensa constante. Sobrecargas comuns.

A Imunidade é um estofo, um lastro de energia para o equilíbrio, enquanto a Isenção pode construir uma rede de posições ou palpites tranquilos. Equilíbrio potencial, latente e contínuo. Incompatibilidades refluem provindas de exasperação ou contumaz irritação. Malquerença ou habitual azedume. O discernimento conturbado, obnubilado, impede ver as coisas com clareza, inclusive suas dimensões. Não reverbera para uma política de boa vizinhança, construtiva. O resultado, ao contrário, vai pior. Vai por água abaixo; o dissenso só destrói.

Na contingência coloquial, o Dicionário deve ser consultado para minimizar o esquecimento. Isenção e Independência são Termos com significação, empregos e sentidos distintos. Na prática, ajudam muito a evitar logros e má-intenção. Vitupérios indevidos. Pregoeiros de narrativas alheias. Sectarismos e dissimulação.

Isenção em Direito Tributário arvora seu próprio Significado e não se confunde com Imunidade, propriedade relativa à Obrigação Tributária não convocando o Fato Gerador. A Isenção exclui o Crédito. São significados distintos quanto a Conteúdos.

Ainda em Tributação, isenção ou imunidade constrói segmentação teórica, à exemplo da clássica Teoria de Souto Maior Borges; a Teoria da Exoneração de Sacha Calmon; a Imunidade Tributária do Livro Eletrônico, de Hugo de Brito Machado, fundador do eg. TRF 5, re-

Alexandre Luna Freire

Foto
Legenda



Aguardando a hora de partir

Artigo

Dom Manoel Delson
arquidioceseph.org.br/arquipb | Colaborador

O rosto da Igreja é a Misericórdia

O Domingo da Divina Misericórdia, celebrado sempre no 2º Domingo da Páscoa é manifestação clara de que a Ressurreição de Nosso Senhor é sempre um ato que visa fazer o homem subir para Deus. Subir apoiado na Misericórdia.

A celebração da Divina Misericórdia não é uma devoção secundária, mas uma dimensão integrativa da fé e da oração do cristão. Ela não é um anexo, mas raios que emanaram do lado aberto do Cristo Ressuscitado a derramarem-se sobre as dores históricas da humanidade.

Para o Papa Francisco, “existe na Igreja, ainda que, com estilos diferentes nas várias épocas, uma ‘identidade de misericórdia’, dirigida tanto ao corpo quanto à alma, desejando, com seu Senhor, a salvação integral da pessoa. A obra da misericórdia divina coincide assim com a própria ação missionária da Igreja, com a evangelização, porque nela resplandece o rosto de Deus como Jesus nos mostrou”.

Sem a Misericórdia do Senhor, nada seríamos. Afinal, “fora da misericórdia de Deus não há qualquer outra fonte de esperança para os seres humanos” (São João Paulo II). A Divina Misericórdia possibilita-nos crescer no caminho da fé, faz-nos adentrar nas chagas gloriosas do Ressuscitado. Quando entramos nas chagas de Jesus, vemos face a face o grande amor de Deus por nós: “Entrar nas suas chagas significa contemplar o amor sem medidas que brotado seu coração. Este é o caminho. Significa entender que o seu coração bate por mim, por ti, por cada um de nós. Queridos irmãos e irmãs, podemos nos considerar e chamar-nos cristãos, e falar sobre muitos belos valores da fé, mas, como os discípulos, precisamos ver Jesus tocando o seu amor. Só assim podemos ir ao coração da fé e, como os discípulos, encontrar uma paz e uma alegria mais fortes que qualquer dúvida” (Papa Francisco).

Devemos apoiar nossas vidas na Misericórdia do Senhor. Nunca devemos desconfiar da gratuidade dessa misericórdia que nos quer sempre próximos a Ele, o Senhor: “O amor exige familiaridade, a misericórdia requer confiança. Já no início dos dez mandamentos, Deus dizia: «Eu sou o Senhor, teu Deus» (Ex 20,2) e reiterava: «pois eu sou o Senhor teu Deus, um Deus zeloso» (v.5). Aqui está a proposta de Deus, amante zeloso, que se apresenta como teu Deus; e do coração comovido de Tomé brota a resposta: «Meu

Senhor e meu Deus!». Entrando hoje, através das chagas, no mistério de Deus, entendemos que a misericórdia não é mais uma de suas qualidades entre outras, mas o palpitar do seu coração. E então, como Tomé, não vivemos mais como discípulos vacilantes; devotos, mas hesitantes; nós também nos tornamos verdadeiros enamorados do Senhor! Não tenham medo desta palavra: enamorados do Senhor!” (Papa Francisco).

Neste tempo da Páscoa, abramos nossa existência ao Cristo que, incansavelmente, derrama os raios de sua misericórdia para nos salvar. Os dramas da vida não são maiores do que o amor misericordioso de Deus. Às vezes não sabemos suportar as provas e tribulações, e caímos na falta de fé, mas o cristão não desiste nunca! Apoia até mesmo sua falta de fé nesse grande amor de Deus. Não desistamos nunca!

Que a Virgem Maria, Mãe de Misericórdia, nos ensine a confiar nos raios da misericórdia de Seu Filho Jesus e, apoiados na sua fé inabalável de Mãe, possamos na concretude de nossas vidas dizer: “Meu Senhor e Meu Deus, Eu creio!” A nossa Arquidiocese está num ano celebrativo. Estamos celebrando 130 de elevação canônica como Diocese e 110 anos como Arquidiocese. Procuramos ao longo desses longos anos ser uma testemunha viva do rosto misericordioso de Deus no meio do povo paraibano.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



Gisa Velga
GERENTE EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500 / ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518 / 99117-7042
Comercial: 3218-6544 / 3218-6526 / REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509
E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)

ASSINATURAS: Anual R\$350,00 / Semestral R\$175,00 / Número Atrasado R\$3,00

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor. Exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

O U I D I O R I A : 99143-6762

ENCONTRO MUNDIAL

JP recebe, hoje, comissão de Cidades Criativas da Unesco

Visita faz parte da programação do evento que está acontecendo na PB

Fernanda Dantas
Especial para A União

Na manhã de hoje, João Pessoa receberá a visita de uma comissão representante de 10 cidades brasileiras que fazem parte da Rede Mundial de Cidades Criativas da Unesco. A capital paraibana, Cidade Criativa desde 2017, é a única entre as 14 brasileiras no segmento de Artesanato e Arte Popular.

As reuniões fazem parte do 6º Encontro Mundial de Cidades Criativas da Unesco, iniciado ontem na cidade de Campina Grande, do setor de Artes Midiáticas, tornando a Paraíba o único estado com duas cidades integrantes da rede. O grupo se encontra com os representantes locais

com o objetivo de propor atividades colaborativas entre as parceiras, a fim de expandir as fronteiras da economia criativa e desenvolvimento sustentável do Brasil.

As cidades participantes são Florianópolis, Brasília, Fortaleza, Salvador, Penedo, Recife e Belém, além de Campina Grande e da própria anfitriã.

Ao passar pela capital, a comitiva irá conhecer o Museu do Artesanato Paraibano Janete Costa, responsável por abrigar o maior acervo de artesanato da Paraíba, com um acervo de mais de mil peças produzidas em todas as regiões do estado.

Após isso, o roteiro segue até o Centro de Referência do Artesanato Paraibano (Crap), sede administrativa

do Programa do Artesanato Paraibano (PAP). A gestora do programa, Marielza Rodriguez, afirmou a necessidade de divulgar a produção artesanal paraibana, com o intuito de “difundir esse título que nos foi dado como reconhecimento pelo investimento e trabalho desenvolvido durante mais de 20 anos”. Ela reafirmou, também, a relevância do trabalho colaborativo, com a troca de experiências e ideias entre as cidades da rede.

O diretor do museu, Fábio Moraes, expressou a importância da visibilidade paraibana no encontro: “Receber a visita da comitiva de representantes das cidades criativas da Unesco e poder mostrar o que há de mais precioso e rico no artesanato

paraibano é de uma grande honra e alegria. Nosso acervo expõe muitos artesãos de João Pessoa, que é reconhecida como cidade do artesanato e arte popular, e nosso museu, estando na cidade criativa pelo nosso seguimento, concretiza este título com tudo que pode mostrar”.

“É um prazer mostrar nossa cultura em peças das diversas tipologias produzidas pelos nossos artesãos, da fibra ao Litoral, passando pelos bordados e rendas do Brejo e Cariri, até a cerâmica do Sertão. Nossa maior realização é poder encantar o visitante, e neste caso, em especial, a comitiva das Cidades Criativas, com nossa cultura representadas em peças dos nossos artesãos” finalizou o gestor.

NA CAPITAL

Primeira-dama visita a Feira das Mulheres Artesãs da Paraíba e destaca geração de renda

Lilian Viana
lilian.vianacananea@gmail.com

A primeira-dama do Estado e presidente de honra do Programa do Artesanato Paraibano (PAP), Ana Maria Lins, visitou, ontem, a Feira das Mulheres Artesãs da Paraíba. Na ocasião, ela conversou com as artesãs e destacou a importância de mais esta iniciativa na geração de renda para as mulheres artesãs.

“É um evento já consolidado, que já chega à nona edição. Esta é mais uma ação para fortalecer o nosso artesanato. Estas artesãs estão aqui hoje, mas em breve estarão no Salão do Artesanato, em junho, lá em Campina Grande. Então, são eventos que buscam fomentar o artesanato, dando protagonismo principalmente às mulheres”, observou Ana Maria Lins, acompanhada pela segunda-dama Camila Mariz.

Já a presidente do Cendac, Valquíria Alencar, ressaltou a importância da visita da primeira e da segunda-dama ao evento. “Nós nos sentimos extremamente honradas com a visita, longa e proveitosa. É uma feira com muitos produtos diversificados, uma produção rica. E tudo isso se alinha com as ações do governa-

dor João Azevêdo para fortalecer o artesanato paraibano, segmento que gera renda para muitas mulheres. Então, o sentimento é de muita gratidão”, afirmou.

Outro destaque da programação de ontem foi a entrega de medalhas a 24 artesãs e mulheres que atuam ou atuaram em prol dos direitos femininos na Paraíba. A jornalista Nelma Figueiredo, que faleceu em 2018, aos 53 anos, foi uma das homenageadas. Seus filhos, Matheus e Gabriel Schueler, filhos do também jornalista

Aldo Schueler, participaram das homenagens.

As secretárias da Mulher e da Diversidade Humana e do Desenvolvimento Humano do Estado, Lídia Moura e Pollyana Dutra, respectivamente, também foram homenageadas. Entre as artesãs, este ano, foram seis homenageadas: Maria Josilene Bernardo, de Cabedelo; Maria do Socorro Vieira, de João Pessoa; Rita Feitosa, de João Pessoa; Ivaldete Batista, Santa Rita; Maria de Fátima Mendonça, de João Pessoa, e Larissa Queiroz de Medeiros, de Juazeirinho.

Cerca de 200 artesãs de 40 municípios paraibanos estão participando do evento, promovido pelo Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (Cendac), que tem como tema “Mulheres Fortes, Empoderadas e Empreendedoras”. Iniciado na quinta-feira, a 9ª Feira das Mulheres Artesãs acontece até hoje, no pátio da Empresa Paraibana de Turismo (PBTur), em João Pessoa, com encerramento previsto para as 13h. A iniciativa já faz parte do calendário cultural da Paraíba e conta com o apoio do Governo do Estado.



Ana Maria Lins conversou e cumprimentou as mulheres artesãs presentes no evento

IMUNIZANTES

Prefeitura de João Pessoa vacina população contra Influenza e dengue neste sábado

A Prefeitura de João Pessoa promove, hoje, mais uma mobilização com a oferta de vacina em pontos estratégicos com intuito de criar um bloqueio sanitário contra doenças imunopreveníveis.

O chamamento é destinado para crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 14 anos, com adminis-

tração das doses Qdenga que protegem contra dengue e também com as doses que protegem contra a Influenza para aquelas pessoas que integram o grupo prioritário.

De forma prática, rápida e segura, os imunizantes serão ofertados nos seguintes locais: Shopping Sul, no bairro do Bancários, das 10h às 16h;

Home Center Ferreira Costa, às margens da BR-230, das 8h às 16h; e Shopping Tambiá, das 9h às 16h.

Ainda hoje, a Prefeitura de João Pessoa estará com ação de vacinação dentro do projeto Circuito Comunidade realizado pela TV Cabo Branco, com o apoio de diversos parceiros. O aten-

dimento será 15h às 19h30 na Praça do Coqueiral, em Mangabeira.

Para vacinação contra a dengue, basta o usuário levar a Caderneta de Vacinação e um documento oficial.

Para Influenza é necessário levar, além do cartão de vacina, os documentos comprobatórios de cada grupo.

UN Informe

Da Redação

CAMILA LUCENA SERÁ A VICE DO PRÉ-CANDIDATO A PREFEITO DE CABEDELO

Camila Lucena, esposa do deputado federal Mersinho Lucena, será a vice de André Coutinho, candidato à Prefeitura de Cabedelo. A decisão foi tomada ontem à tarde. O prefeito de Cabedelo, Vitor Hugo, disse que o nome da jovem Camila já havia sido cogitado, há algum tempo. A decisão também atende a uma necessidade da representação feminina na chapa. Camila já foi secretária na atual gestão por dois anos. “Ela já sabe como funciona a nossa administração, o nosso jeito de fazer política, de fazer gestão na cidade de Cabedelo. Então, não teria melhor nome do que o dela”, definiu Vitor Hugo.



Foto: Instagram

TRABALHO ESCRAVO

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) incluiu, ontem, 248 patrões no Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão, entre os quais dois paraibanos - um em Campina Grande e outro em Alagoa Grande. A atualização do documento, conhecido como Lista Suja, ocorre a cada seis meses. O número representa o maior acréscimo registrado desde a criação da lista. Desses, 43 foram inseridos devido à constatação de práticas de trabalho análogo à escravidão no âmbito doméstico. As atividades econômicas com maior número de empregadores incluídos na atualização corrente são: trabalho doméstico (43), cultivo de café (27), criação de bovinos (22), produção de carvão (16) e construção civil (12).

DECISÃO DO PT PASSA POR FEDERAÇÃO

Decisões sobre candidaturas à prefeitura de várias cidades brasileiras, incluindo João Pessoa, não passa apenas pelo PT, mas pela federação que inclui, ainda, o PCdoB e o PV. A informação foi dada ontem, em João Pessoa, pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, durante a Caravana Federativa. “É importante que o partido na Paraíba esteja ouvindo o PCdoB e o PV, para tomar uma decisão”.

MISTÉRIO NO AR

Muitos ainda não entenderam a decisão do vereador Milanez Neto de deixar o Partido Verde (PV) para se filiar ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ontem. Como aliado do prefeito Cícero Lucena (Progressistas), candidato à reeleição, por que a opção por um partido que apoia a pré-candidatura de Ruy Carneiro (Podemos)? Até a tarde de ontem, já haviam sido contabilizadas 12 trocas de partido entre os vereadores de João Pessoa.

A FERROVIA E A TRANSPOSIÇÃO

Durante visita às obras da Ferrovia Transnordestina, em Iguatu (CE), o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, assinou a ordem de serviços para as obras do Ramal do Salgado, ligado à transposição do Rio São Francisco. A obra de 36 km vai conectar Cachoeira dos Índios, na Paraíba, a Lavras de Mangabeira, no Ceará, e deve beneficiar a população em uma região frequentemente atingida por períodos de seca.

LINHAS DE TRANSMISSÃO

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizou na última quinta-feira (4), na B3 (bolsa de valores brasileira), em São Paulo, um leilão para definir as empresas responsáveis pela construção e manutenção de 6,4 mil km de linhas de transmissão em 14 estados, entre eles a Paraíba. A previsão é que sejam investidos R\$ 18,2 bilhões em 69 empreendimentos, gerando 34,9 mil empregos diretos. Foram concedidos à iniciativa privada 15 lotes de linhas de transmissão em 14 estados.

CARTAXO MUDA DE OPINIÃO E VOLTA A QUERER SER PREFEITO

Deslumbrado com o apoio de Estela Bezerra, Márcia Lucena e Ricardo Coutinho, o deputado estadual Luciano Cartaxo, que havia desistido de disputar a indicação do PT para a Prefeitura de João Pessoa, agora fala em “um PT maior e mais forte”. Nas redes sociais, ele comemorou: “Uma aliança que tem sintonia com o governo Lula e que defende uma candidatura própria e competitiva, capaz de estabelecer a comparação entre dois projetos de gestão para a cidade: o elitista e o modelo inclusivo e transformador”, acredita ele.

CONECTIVIDADE DIGITAL

PB terá 183 escolas contempladas

Ao todo, serão investidos R\$ 75 milhões em 1.396 unidades educacionais públicas das regiões Norte e Nordeste

Lilian Viana
lilian.vianacananea@gmail.com

A Paraíba foi escolhida para receber a estrutura de inclusão digital do Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Aqui no estado, 183 escolas públicas serão contempladas com toda a estrutura necessária para operacionalização da conectividade digital.

Ao todo, serão investidos R\$ 75 milhões nesse processo de implantação de estrutura de conectividade para inclusão digital, em 1.396 escolas públicas das regiões Norte e Nordeste. Além da Paraíba, a iniciativa também será realizada em escolas do Maranhão, Bahia, Pará, Amapá, Amazonas e Acre.

O recurso é oriundo da arrecadação do Fust e foi repassado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a realização de projetos voltados à conexão em escolas que não possuem acesso à internet ou dispõem de acesso inadequado para fins pedagógicos.

A iniciativa faz parte da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec), uma parceria dos Ministérios das Comunicações e da Educação para viabilizar acesso à internet de qualidade, em alta velocidade e com *wi-fi*, para todas as 138 mil escolas públicas de ensino básico até 2026.

Em breve, será divulgado um edital para a seleção das empresas ou prestadoras de serviços em telecomunicações que ficarão responsáveis pela instalação e operacionalização da infraestrutura digital.

Escolas conectadas

O projeto articula políticas de conectividade de escolas, como o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), Programa Aprender Conectado, Lei de Conectividade (Lei nº 14.172/2021), Wi-Fi Brasil, Programas Norte e Nordeste Conectados, Política de Inovação Educação Conectada (Piec), Programa Banda Larga nas Escolas Públicas Urbanas (PBLE) e Programa de Atendimento de Escolas Rurais.

Do total de recursos, R\$ 6,5 bilhões são do PAC, com recursos provenientes de quatro fontes: Leilão do 5G, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), Programa de Inovação Educação Conectada (Piec) e Lei nº 14.172 de 2021.

Os R\$ 2,3 bilhões adicionais serão usados para viabilizar os demais eixos da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas. Os recursos são provenientes de três fontes: Lei nº 14.172/2021 - R\$ 1,7 bilhão; Política de Inovação Educação Conectada (Piec) - R\$ 350 milhões; e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - R\$ 250 milhões.



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

As ações contam com a participação de representantes da Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e outras forças de segurança

TRABALHO ESCRAVO

Governo inclui 248 empregadores em lista suja

Daniella Almeida
Agência Brasil

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) incluiu, ontem, 248 patrões no Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão. A atualização do documento, conhecido como Lista Suja, ocorre a cada seis meses.

O número representa o maior acréscimo registrado desde a criação da lista. Desses, 43 foram inseridos devido à constatação de práticas de trabalho análogo à escravidão no âmbito doméstico.

As atividades econômicas com maior número de empregadores incluídos na atualização corrente são: trabalho doméstico (43), cultivo de café (27), criação de bovinos (22), produção de carvão (16) e construção civil (12).

Processo

Os empregadores incluídos na Lista Suja foram identificados a partir das ações de fiscalização de auditores do trabalho do

■ O número representa o maior acréscimo registrado desde a criação da lista. Desses, 43 foram devido ao trabalho análogo à escravidão no âmbito doméstico

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que atestaram as condições de trabalho análogo à escravidão. Em geral, essas ações contam com a participação de representantes da Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e outras forças de segurança.

Durante a ação fiscal da inspeção do trabalho, se encontrados trabalhadores em condição análoga à de escravizados, os auditores lavram autos de infração para cada

irregularidade trabalhista descoberta, quando os auditores públicos atestam a existência de graves violações de direitos. O empregador flagrado na prática de irregularidades ainda receberá o auto de infração específico com a caracterização da submissão de trabalhadores a essas condições. Cada auto de infração gera um processo administrativo. Para respondê-los, durante todo o processo, os autuados têm garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Por isso, a inclusão de pessoas físicas ou jurídicas no Cadastro de Empregadores ocorre somente após a conclusão do processo administrativo que julga, especificamente, o auto sobre as irregularidades relacionadas ao trabalho análogo à escravidão.

De acordo com o MTE, o nome de cada empregador permanecerá publicado por um período de dois anos na Lista Suja. Por isso, nessa atualização, foram excluídos 50 nomes que já completaram o tempo de publicação estipulado.

Erradicar todas as formas de escravidão

O MTE afirma que o Brasil continua a ter como prioridade erradicar todas as formas modernas de escravidão e cumprir as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8.7 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que trata de promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Denúncias sobre trabalho análogo à escravidão no território brasileiro podem ser feitas anonimamente pelo Sistema Ipê Trabalho Escravo, criado em 2020 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo MTE.

A plataforma digital é exclusiva para receber denúncias desse tipo de exploração da mão-de-obra e sobre a intermediação ilegal de agenciadores de trabalhadores, conhecidos

como gatos. A partir do registro dos casos, o MTE organiza a força de trabalho para investigação e para repressão da ocorrência.

Qualquer pessoa pode registrar as denúncias de maneira anônima e segura no Sistema Ipê. Se possível, o denunciante deve prestar o máximo de informações para aumentar as chances de os casos se desdobrarem em operações de fiscalização. O Sistema Ipê tem versões em espanhol, francês e inglês para melhor atender aos trabalhadores migrantes de outras nacionalidades.

Outra via para denunciar violações de direitos humanos é o Disque 100, a central telefônica coordenada pelo Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). O serviço é gratuito e funciona sete dias por semana, 24 horas por dia. Basta telefonar para o número 100.

EVENTO INCLUSIVO

Funad realiza “Jornada do Braille” de 8 a 10 deste mês

Paulo Correia
paulocorreia.epc@gmail.com

A Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad), vinculada ao Governo do Estado, realizará entre os dias 8 e 10 deste mês, a “Jornada do Braille: Alternativas e possibilidades para a atuação numa perspectiva inclusiva”. O evento chama atenção para o Dia Nacional do Braille, comemorado no último dia 4, e tem como objetivo destacar a importância do uso desse código como meio de comunicação para a promoção dos direitos humanos de pessoas cegas ou com visão limitada.

Além da Funad, a jornada contará com diversas instituições para sua realização, como o Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPac), Associação Paraibana de Cegos (Apac), Fundação Espaço Cultural (Funesc), Rede de Leitura, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Empresa Paraibana de Comunicação (EPC).

Programação

A programação do evento é coordenada pelo Centro de Apoio Pedagógico (CAP), setor integrante da Funad, responsável por atender e disponibilizar

serviços de reabilitação visual às pessoas com deficiências visuais.

No primeiro dia do evento, acontecerá a cerimônia de abertura, em comemoração ao Dia Nacional do Braille, às 9h, no ICPac, e uma entrevista com Vanessa Veloso e Márcia Moreira, professoras brailistas do Centro de Apoio Pedagógico e Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual, para a Rádio Tabajara, às 12h.

No segundo dia, próximo dia 9, será realizada uma visita à Biblioteca Juarez da Gama, onde o espaço é acessível e conta com um acervo em Braille. A biblioteca fica localizada no Espaço Cultu-

ral José Lins do Rego, Tambauzinho, João Pessoa.

Para encerrar a jornada, no dia 10, será realizada uma oficina de sensibilização ao Braille nas escolas General Rodrigo Otávio, localizada no Bairro dos Estados, e Professora Antonia Rangel, situada no Bairro da Torre.

Para Simone Almeida, presidente da Funad, a jornada tem como objetivo valorizar e socializar o conhecimento sobre o Braille. Ela também destacou sobre as ações existentes no estado. “A nível nacional, o Governo Federal tem fortalecido sim, tem um lançamento voltado para fortalecer as políticas públicas para as pes-

soas com deficiência, e no eixo Educação vem o fortalecimento dessas questões que envolvem a pessoa com deficiência visual, além de formação e qualificação técnica. A Funad tem uma preparação anual, nós fazemos o curso de Braille para rede de ensino. Então, o Governo do Estado, através da Funad, através da própria EPC, com a imprensa Braille, tem fortalecido isso. Eu acho que isso tudo são iniciativas importantes do Governo do Estado para fortalecer e dar visibilidade ao Braille e mostrar para a sociedade a importância que ele tem na vida das pessoas cegas”, concluiu Simone Almeida.



Fotos: Júlio César Pires

Reunião dos docentes foi realizada ontem, de forma simultânea, nos campi de Campina, Cuité, Sousa, Sumé e Pocinhos

EM ASSEMBLEIA

Professores da UFCG rejeitam indicativo de greve para dia 15

Proposta foi rechaçada durante votação. Foram 154 votos contra, 50 a favor e quatro abstenções

Maria Beatriz Oliveira
obeatriz394@gmail.com

O corpo docente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) se reuniu ontem em assembleia para avaliar a deflagração de greve para o próximo dia 15, como propõe o Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes). A reunião foi realizada de forma simultânea nos campi de Cuité, Sousa, Sumé e Pocinhos.

A proposta de uma greve vem como resultado da ausência de respostas nas negociações com o Governo Federal. A Associação dos Docen-

tes da UFCG (Adufcg) apoia as reivindicações dos docentes das instituições federais ao redor do país. São elas: reposição salarial, reestruturação do plano de cargos e carreiras e revogação das normas e medidas implantadas contra os servidores durante a administração do ex-presidente Bolsonaro. Porém, durante a votação na assembleia de ontem, os professores da UFCG rejeitaram a deflagração da greve. Foram 154 votos contra, 50 a favor e quatro abstenções. Assim, as aulas na universidade seguem normalmente.

Mesmo com negativa, paralisação não está totalmente descartada

Em assembleia realizada anteriormente esse ano, a deliberação da Adufcg chegou a uma negativa à greve, mas com a proposta nacional, a tendência é que os professores adiram ao movimento. A professora Marinalva Vilar é uma das diretoras da associação e também representa o Andes no estado. Ela informou que após as greves serem decretadas pelos servidores técnicos e pelos Institutos Federais da Paraíba (IFPB), foi preciso avançar uma linha de escuta com o cenário nacional.

“A principal ideia é arti-

cular forças para que a gente consiga avançar também na negociação com o Executivo. Estamos articulando com os demais setores do Fórum dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) na perspectiva de que a gente possa conseguir algo concreto com o governo. Com o início da greve nos IFs e os serviço federal, a gente se une hoje para discutir a conjuntura atual, e avançar no quadro de mobilização nacional”, informou a professora.

Na ocasião, também esteve presente Mário Victor, presidente do Sindicato dos Servi-

dores Técnico-Administrativos (Sintesuf) da UFCG, que declarou apoio à iminente greve dos professores da instituição.

A assembleia, que aconteceu no auditório do Centro de Extensão José Farias, foi exclusiva para os docentes, mas os alunos marcaram presença na entrada do local, como forma de protesto contra a possível paralisação. Vinícius Fernandes está cursando o 3º período de Medicina e teme que a sua formação sofra atrasos.

“Eu sou totalmente contra a greve. Não vejo nenhum sentido em atrasar o que já está atra-

A principal ideia é articular forças para que a gente consiga avançar na negociação com o Executivo

Marinalva Vilar

EM JP

Carteira estudantil poderá ser obtida em mutirão que começa segunda-feira

Com o fim da validade da Carteira 2023, os estudantes que ainda não renovaram o documento terão mais uma oportunidade de garantir o benefício da meia-entrada e meia-passagem, na próxima semana, durante o “Semana da Carteira de Estudante”, que ocorrerá no Tambiá Shopping, em João Pessoa.

Uma grande estrutura promete atender os milhares de alunos que estão com as carteiras 2023 inválidas e têm procurado os postos de atendimento, causando grandes filas.

O evento inicia na próxima segunda-feira e se estende até o dia 20 de abril, de domingo a domingo, das 9h às 20h, no térreo do Shopping Tambiá. Para solicitar a nova carteirinha, o estudante deverá apresentar a Declaração de Vínculo com a escola e pagar o va-



Foto: Yasmim Madruga

Quem for solicitar, deve levar documentação e pagar R\$ 30

lor da taxa de emissão, que é de R\$ 30.

UEEP e CUC

A iniciativa é da União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP), entidade secundarista, e do Conselho Universitário de Carteiras (CUC), entidade universitária. “Este é um direito assegurado ao estudante. Entendemos que nem todos conseguem renovar o documento antes do fim da validade, e nós, enquanto entidade, temos o de-

ver de fazer chegar nas mãos desses estudantes o novo documento, para dar continuidade ao pagamento da meia”, disse Thiago Ferreira, dirigente do evento.

Campina

Os estudantes de Campina Grande e região devem continuar procurando o posto de atendimento no Terminal de Ônibus (Integração), onde o prazo de primeira remessa também foi prorrogado, ao valor de R\$ 30.

CONFEP

Emlur dá orientação sobre coleta seletiva em congresso na capital

A Divisão de Educação Ambiental da Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (Emlur) participou ontem do Congresso e Feira de Oportunidades para Municípios do Estado da Paraíba (Confep), que começou quinta, no Centro de Convenções de João Pessoa. A equipe montou um estande para prestar orientações sobre coleta seletiva.

“Trouxemos nossa equipe para orientar os participantes do evento da importância da coleta seletiva. João Pessoa é referência na coleta seletiva no Nordeste e podemos contribuir para que essa mensagem seja passada aos gestores de outros municípios”, afirmou a coordenadora de Educação Ambiental, Kênia Chaves.

O secretário de Finanças da Prefeitura de Cuité, José Paulo Sampaio, participou do evento e destacou a impor-

tância da troca de informações entre os presentes para o conhecimento de novas experiências e levá-las ao seu município. “No que se refere à coleta seletiva, queremos deixar nossa cidade desenvolvida e sustentável. Estamos cadastrando catadores e estudando formas de conscientizar a população”, comentou.

Programa

A Emlur executa o Programa Municipal de Coleta Seletiva atendendo a diversos bairros de João Pessoa com o serviço. De acordo com a Lei Estadual de número 10.041/2013, a coleta seletiva de resíduos deve ser feita em todas as edificações residenciais com mais de três pavimentos.

Os moradores de condomínios residenciais e proprietários de estabelecimentos comerciais podem solicitar a inclusão no programa por

meio do aplicativo João Pessoa na Palma da Mão. Outras opções são pelos telefones 3213-4237 e 3213-4238 ou pelo site da Prefeitura de João Pessoa, na plataforma Prefeitura Conectada.

Como reciclar

Separe os resíduos em dois recipientes: um para resíduos secos (metais, vidro, papel e plástico), os quais devem ser higienizados antes do descarte, e outro para resíduos úmidos, que são os orgânicos (restos de alimentos) e os rejeitos (papel higiênico, guardanapo, papel toalha, absorvente e fralda descartável).

O Confep é uma realização da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), do Governo Federal e conta com correálização do Governo do Estado e apoio da Prefeitura de João Pessoa.

CORRIDA PELA VIDA

Evento estimula doação de sangue

Promovida pela Secretaria de Saúde do Estado, campanha será realizada no dia 14, em Campina Grande

Maria Beatriz Oliveira
obeatriz394@gmail.com

No dia 14 de abril, Campina Grande receberá pela primeira vez a Corrida Pela Vida, uma iniciativa promovida pela Secretaria de Saúde do Estado que visa fomentar a vida através do ato de doar sangue. A primeira edição aconteceu no ano passado somente em João Pessoa e, este ano, é a vez da Rainha da Borborema participar.

O atleta que deseja correr pode optar entre as provas de três, cinco e 10km e, para se inscrever, basta ir até o Hemocentro Regional de Campina ou de João Pessoa e doar sangue. Após a doação, o corredor receberá uma declaração que lhe dará direito ao *voucher* de inscrição. A entrega dos *kits* acontecerá no dia anterior à corrida, no Shopping Luiza Motta, das 9 às 17h.

Edilene Guedes é especialista em assessoria esportiva na cidade e conta que vários dos seus alunos estão entusiasmados em participar da corrida pela primeira vez. “Doze atletas da minha assessoria vão participar e todos doaram sangue, menos eu, por precisar pesar 50kg e eu não peso. Mas, para não ficar fora de um evento tão grandioso como esse, eu pedi a uma amiga para fazer a doação



Foto: Roberto Guedes

Quem deseja participar da corrida, mas não pode doar, pode convidar outra pessoa para fazer esse gesto de amor ao próximo

por mim, que é algo que a Corrida permite. Se você tiver impossibilitado de doar por algum motivo, você pode levar uma pessoa para doar sangue por você. Como é minha primeira vez nessa corrida, espero que seja um evento fantástico, que dê tudo certo e que ela continue por muitos anos”, afirma Edilene.

Além disso, a atleta e professora faz questão de ressaltar

que essa é uma das corridas mais importantes que irá fazer. “Eu já fui para a São Silvestre e para outras fora da Paraíba. Estou treinando para um campeonato na Suíça, mas acho a Corrida Pela Vida de extrema importância pelo que incentiva, que nem deveria haver uma campanha para gente doar sangue, mas vale um parabéns pela iniciativa”, conclui Edilene.

Apoio

O Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande é um dos apoiadores da corrida, trabalhando em parceria com o Hemocentro. Para o Sebastião Viana, diretor do hospital, o evento é fundamental, uma vez que nunca há banco de sangue suficiente para atender a demanda hospitalar.

“Estamos ajudando o Hemocentro justamente porque

somos os principais interessados. A gente usa, em média, de 30 a 40 bolsas de sangue por dia, cada cirurgia precisa de uma bolsa, praticamente. Ou seja, dá quase 900 bolsas por mês que necessitamos. E como o Trauma é a maior unidade hospitalar do Estado, é onde se tem a maior demanda e, principalmente, porque aqui atendemos pacientes vítimas de trauma”, declara o diretor.

Expectativa é alcançar mais de mil doações

A expectativa é que a Corrida Pela Vida em Campina chegue a superar os números de voluntários presentes em João Pessoa, na 1ª edição. “Ano passado, na capital, nós tivemos pouco mais de 1000 voluntários. E só vai correr quem doar sangue. Nós já estamos bem próximos de 1000 aqui em Campina e ainda falta pouco mais de uma semana para a corrida, então a gente acredita que vai passar dos 1000, com certeza”, conta Sebastião Viana.

Por último, o diretor do Hospital de Trauma fez questão de lembrar que o mais importante é não fazer da corrida um caso isolado para a doação, mas sim incentivar o ato durante o ano todo. “O mais importante é a conscientização dos usuários para a doação de sangue. Essa corrida, além de mostrar para a população que a gente tem que ter saúde e bem-estar, que correr é bom, é saudável, também mostra que é possível ajudar o próximo doando sangue, que quem doa sangue, doa vida”, conclui.

Lembrando que as inscrições continuam abertas para quem deseja participar da prova.

SAÚDE

Conselho alerta para os baixos repasses do SUS

O presidente do Conselho Estadual de Saúde (CES), Eduardo Cunha, voltou a alertar, mais uma vez, sobre o problema do subfinanciamento do Sistema Único de Saúde, o (SUS). De acordo com ele, as tabelas do SUS são de 1996 com correções pontuais até 2008, e no ano passado houve mais algumas correções pontuais. “Uma consulta médica ainda é R\$ 2,55 e uma consulta especializada R\$ 10,00, completamente fora da realidade. Isso precisa ser corrigido”, alertou.

Eduardo Cunha disse ainda que o orçamento do Ministério da Saúde para 2024 está em R\$ 190 bilhões. Se fosse feito pela Emenda 29, que foi inscrita na Constituição, seria 10% da receita bruta que hoje está em torno de R\$ 550 bilhões. “Mas, a Emenda 29 foi revogada pela então presidente Dilma Rousseff e precisa ser recomposta”, destacou.

Ele acrescentou que está ci-

tando apenas os pontos que precisam ser corrigidos. “Nós sabemos que não existe a possibilidade de subir de R\$ 190 para R\$ 550 bilhões, mas nós fizemos uma proposta na equipe de transição do governo Lula onde estavam quatro ex-ministros da Saúde. Nesse encontro foi proposto que esses 10% fossem recuperados ao longo de 10, 12, 14, 16 anos, um percentual anual para incremento, até porque os custos de saúde vão aumentando”, explicou.

Eduardo Cunha ainda alerta que a população brasileira envelheceu e está envelhecendo e com isso começam a aparecer doenças degenerativas que provocam o infarto do miocárdio, as neoplasias que atingem a população mais velha, a obesidade mórbida e outras patologias que estão encarecendo o atendimento à população “e o Governo Federal precisa olhar com bons olhos para recuperar os valores que foram perdidos”.



Foto: Divulgação

Eduardo Cunha, presidente do Conselho Estadual de Saúde



Foto: Secom-PB

Procedimentos são realizados no Hospital Santa Filomena. No local, também foram feitas cirurgias oftalmológicas

EM MONTEIRO

Opera Paraíba passa a fazer bariátrica

O programa Opera Paraíba, iniciativa do Governo do Estado para agilizar o acesso da população às cirurgias eletivas, avança mais uma vez com ações de interiorização e agora passa a ofertar cirurgias bariátricas na cidade de Monteiro. Os procedimentos tiveram início ontem e estão sendo realizados no Hospital Santa Filomena. A unidade também realiza 380 cirurgias oftalmológicas até amanhã.

Ontem, seis pacientes foram contemplados com as intervenções de bariátricas, que têm o objetivo de tratar a obesidade e as doenças associadas, como hipertensão e diabetes. A dona de casa Bruna Oliveira, de 26 anos, da cidade de Serra Branca, conta que a

bariátrica vai permitir acompanhar melhor o desenvolvimento do filho, de dois anos e meio, portador do Transtorno do Espectro Autista.

“Por conta da obesidade que eu procurei entrar no programa para fazer minha cirurgia, porque eu quero ter mais saúde pra cuidar do meu filho, que é pequeno e tem autismo, e precisa de mim. Além disso, também desenvolvi ansiedade, pressão alta e diabetes. Então, graças ao Opera Paraíba, eu vou poder ter qualidade de vida”, relatou.

As cirurgias são feitas com o uso de técnicas minimamente invasivas, por meio da videolaparoscopia, que permite um melhor pós-opera-

tório, como a redução da dor, menor risco de infecção e cicatrização mais rápida.

A diretora-geral do hospital, Adriana Rodrigues, explicou que a unidade agora passa a executar os procedimentos regularmente. “Iniciamos (ontem) as bariátricas atendendo a uma demanda que vai abranger toda a população do Cariri. As cirurgias vão ser realizadas mensalmente, sendo 10 pacientes a cada mês. Tudo isso sendo possível graças aos investimentos que a Secretaria de Saúde do Estado tem feito na nossa estrutura”, detalhou.

Além do Hospital Santa Filomena, as cirurgias bariátricas - por meio do Opera Paraíba -, também são realiza-

das em mais quatro unidades integrantes da rede hospitalar do Governo do Estado.

Outras cirurgias

Neste fim de semana, o hospital também está realizando quase 400 cirurgias oftalmológicas, sendo 160 de pterígio e 220 de catarata. Os procedimentos seguem até amanhã. O aposentado Antônio Ferreira, de 76 anos, da cidade de Gurjão, contou que já fez cirurgia de catarata no olho esquerdo e agora vai realizar no olho direito. “Com um olho eu já estou enxergando bem e com essa outra cirurgia vai ficar muito bom, para eu enxergar as coisas boas da vida e poder andar na rua, disse Antônio.

EM BAYEUX

Suspeitos de matar PM são presos

Sargento Romário Lima trabalhava no Núcleo de Inteligência e estava realizando diligências na comunidade

Cardoso Filho
josecardosofilho@gmail.com

Quatro suspeitos de participação no assassinato do 3º sargento da Polícia Militar da Paraíba, Romário de Lima Cassiano, 33 anos, foram presos durante operação da PM na comunidade Porto do Moinho, bairro Jardim São Severino, na cidade de Bayeux. Três dos presos foram identificados como Everton Belo da Silva, 22 anos; Mateus da Silva Lucas, 19 anos, e Robson Rosa da Silva, 22 anos. Com o trio foram apreendidos uma pistola ponto 40, várias munições, drogas (maconha, cocaína e crack), balança de precisão, comprimidos de artane e dinheiro. Um quarto homem preso não teve a identidade revelada. “Não vamos parar na busca pelos responsáveis pelo assassinato”, disse o coronel Tibério, coordenador de Inteligência da PM, onde o sargento era lotado.

Tibério foi mais além ao garantir que a Polícia Militar continuará fazendo diligências e prisões em toda a cidade de Bayeux. “Vamos dar as devidas respostas e levar a sensação de segurança a toda a população daquela cidade”, disse.

O velório do corpo do militar ocorreu na Segunda Igreja Batista, no bairro da Imaculada, e o sepultamento à tarde, no Cemitério da Boa Morte, em Bayeux. O sargento Romário era casado, deixa dois filhos, de dois e três anos. Ele residia no bairro do Ernesto Geisel, em João Pessoa.

O militar da Inteligência da PM foi morto no final da tarde de quinta-feira (4), quando realizava diligências na comunidade Porto do Moinho, junto com outros companheiros. A equipe foi surpreendida por um grupo de bandidos que efetuou disparos. Romário foi atingido com um tiro na clavícula. Ele ainda foi socorrido para a Unidade de Pronto Atendimento, na Avenida Liberdade, em Bayeux, mas não resistiu.

A missão do sargento e sua equipe, juntamente com guarnições da Força Tática, era levantar informações sobre facções criminosas que agem naquela área, inclusive com o possível envolvimento nas execuções de duas mulheres, ocorridas na madrugada da quinta-feira, quando uma criança de oito anos também foi baleada.

Ontem, o coronel Tibério informou que a ocupação daquela área não tem hora para acabar. Abordagens estão sendo realizadas dentro da comunidade.

As polícias Militar e Civil emitiram notas lamentando a morte do sargento Romário e ambas ressaltaram que ele era um “militar disposto a defender a sociedade”. “Nossos corações estão em luto pela partida precoce de nosso companheiro. Sargento Romário era um militar exemplar e sempre disposto a defender a sociedade. Seguimos nas ruas no cumprimento de nosso dever”, diz trecho da nota emitida pela Polícia Militar.

Foto: Polícia Militar



Foram apreendidos na operação uma pistola, drogas, equipamentos usados para armazenamento de entorpecentes, além de comprimidos de artane

CAJAZEIRAS

Delegacia é alvo de tiros, e carro é incendiado no Sertão

A Polícia Civil, em Cajazeiras, está em diligências com apoio da Polícia Militar, na tentativa de identificar e prender os responsáveis pelos disparos contra a Dele-

gacia de Polícia da cidade e também por atear fogo no veículo do delegado de polícia aposentado, Costa Neto.

O fato aconteceu na madrugada de quinta-feira (4)

e, de acordo com as informações, os policiais de plantão foram surpreendidos com os disparos no prédio onde funciona o Grupo Tático Especial (GTE) e, em seguida,

com um incêndio ao veículo Onix Sedan, de propriedade do delegado aposentado.

As autoridades de segurança pública da região acreditam que a ação dos bandidos ocorreu após a Polícia Civil ter desbaratado uma quadrilha especializada em roubos a residências. Cajazeiras é uma cidade polo que abriga a sede do 6º Batalhão da Polícia Militar e a 20ª Delegacia Seccional de Polícia Civil.

Ontem, o delegado da Seccional de Cajazeiras, Antônio Neto, informou que todas as diligências em torno do ocorrido se encontram em pleno andamento, tendo sido adotadas todas as providências durante o plantão. As investigações continuam a fim de que sejam esclarecidos os fatos para exclu-

ção ou apuração de condutas criminosas, caso fortuito ou acidente. O delegado esclarece ainda que “as forças de segurança se encontram coesas para estabilização da paz social, bem como para o afastamento de especulações que possam atentar contra a tranquilidade da sociedade e da própria Segurança Pública”.

O delegado Costa Neto afirmou que o fato teria ocorrido por volta das 2h. Ele reside em frente a delegacia, sempre deixa o seu veículo no local durante o dia, e a noite estacionava na calçada de sua residência, porém, ontem não recolheu o automóvel sendo vítima dos mediantes. Ele cita ainda que seu carro poderia ter sido confundido com o de um agente da Polícia Civil.

Foto: Divulgação



O carro do delegado ficou praticamente destruído por causa do fogo, em Cajazeiras

MORTO PELO FILHO

Polícia encontra restos mortais de líbio desaparecido

A Polícia Civil de Campina Grande conseguiu desvendar o desaparecimento de Farag Ali, de 67 anos, natural da Líbia. Ele estava desaparecido há cerca de um ano e, na tarde de quinta-feira (4) a ossada do líbio foi encontrada enterrada em um dos quartos da casa onde residia com o filho, na Rua Francisco Pereira, bairro do Velame.

Os restos mortais do líbio foram desenterrados por uma equipe do Corpo

de Bombeiros após o filho de Farag Ali confessar que teria matado o pai e enterrado em um cômodo da casa. Inicialmente, as buscas se concentraram na cozinha do imóvel. Houve escavações e nada foi encontrado. Numa segunda conversa com os policiais que atenderam a ocorrência, ele resolveu indicar o local exato, em um dos quartos.

Somente após cerca de quatro horas de buscas, os bombeiros encontraram

uma ossada enrolada em lençóis em um quarto. Uma queixa sobre o desaparecimento somente foi registrada na Central de Polícia campinense há cerca de quinze dias.

A descoberta do desaparecimento somente foi possível depois que vizinhos desconfiaram da ausência de Farag Ali, mas, ao prestar queixa na polícia, o filho informou que ele havia “arumado” uma mulher e foi morar com ela, sem explicar

o lugar para onde teria ido.

Na quinta-feira (4), em novo depoimento, o filho do líbio, que não teve o nome revelado, resolveu confessar que matou o pai e que havia enterrado o corpo na própria casa.

O líbio residia em Campina Grande há cerca de 30 anos, mas recentemente tinha passado a morar só com um dos filhos. O suspeito, até o final da tarde de ontem, permanecia na Central de Polícia de Campina

Grande à disposição da Justiça. Ele deve responder por homicídio e ocultação de cadáver. As investigações continuam para saber o motivo que levou Farag a ser morto pelo filho.

Farag Ali era professor universitário em um estabelecimento privado em Campina Grande. O delegado Paulo Ênio informou que o filho do líbio teria roubado bens do pai, no entanto, está sob sigilo o que ele subtraiu para vender.

EM CAMPINA GRANDE

Mãe será julgada por morte de jovem com deficiência

No dia 29, uma segunda-feira, terá início o julgamento da ré Ivonete Pereira da Silva, pronunciada no Juízo do 1º Tribunal do Júri da Comarca de Campina Grande, pelo homicídio de seu filho. A vítima possuía deficiência intelectual e, na época do crime, tinha 21 anos de idade. Quem vai presidir o julgamento é o juiz que res-

ponde pelo 1º Tribunal do Júri de Campina, Fabrício Meira Macedo. O caso chocou os moradores da região da Borborema, Agreste paraibano.

De acordo com os autos, o fato aconteceu no dia 4 de setembro de 2016, por volta das 6h30, no Sítio Canta Galo, Município de Massaranduba. O processo infor-

ma que a ré teria jogado seu próprio filho em uma cisterna cheia d’água, mesmo sabendo que o rapaz poderia morrer afogado, já que a vítima não sabia nadar. A ré foi presa em flagrante delito.

“A decisão de pronúncia não encerra um juízo de culpabilidade, mas, tão somente, de admissibilidade da acusação vestibular, e como

tal, atribui o exame da causa ao Conselho de Sentença”, explica parte da decisão de pronúncia, assinada pelo então juiz em substituição do 1º Tribunal do Júri de Campina Grande, Bartolomeu Correia de Lima Filho.

Denúncia

A ré foi denunciada por homicídio simples, mas por

tudo que foi narrado e verificado na instrução processual, a denúncia foi aditada, dando-a como incurso nas penas do artigo 121, parágrafo 2º, Incisos III e IV, além da agravante prevista no artigo 61, Inciso II, alínea E, como a qualificadora do artigo 121, parágrafo 2º, Inciso I, do Código Penal Brasileiro (CPB).

ABRIL VERDE

Por mais saúde e segurança laboral

Autoridades do meio jurídico trabalhista se reúnem na capital para alertar e conscientizar sobre o tema

Emerson da Cunha
emersonesousa@gmail.com

O Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB), por meio da Escola Judicial e com apoio dos programas Trabalho Seguro e Movimento, promoveu, ontem, em João Pessoa, um evento científico em alusão ao Abril Verde, campanha voltada para a conscientização sobre a segurança e o bem-estar laborais.

Estiveram presentes na mesa de abertura: o presidente do TRT-PB, Thiago de Oliveira Andrade; a vice-presidenta do tribunal e diretora da Escola Judicial do órgão, Herminegilda Leite Machado; o cogestor do programa Trabalho Seguro do tribunal, Eduardo Souto Maior Cavalcanti; a vice-procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho da Paraíba (MPT-PB), Dannielle Christine Dutra de Lucena; o presidente de Direito do Trabalho da Ordem dos Advogados da Paraíba (OAB-PB), Joacil Freire; e o auditor fiscal do Trabalho Carlos Emmanuel Leitão.

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil ocupa o 4º lugar mundial em acidentes laborais. Entre os membros do G20, ele chega ao segundo posto do *ranking*, atrás apenas do México. O país contabiliza um acidente de trabalho a cada 49 segundos, sendo que, a cada três horas e 38 segundos, registra-se uma morte entre esses casos. Em 2022, o Brasil somou mais de 612



Foto: Leonardo Ariel

Evento integra ações locais para marcar o Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho, celebrado em 28 de abril

mil acidentes do tipo, conforme dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho do SmartLab.

Considerando estatísticas como essas, a vice-presidenta do TRT-PB enfatizou, na abertura do evento, o empenho das instituições na luta por ambientes profissionais mais seguros e saudáveis. “Um mundo em que o trabalhador inserido obtenha meios para ganhar a vida de forma digna e segura, e não para perder sua vida ou adoecer. Daí, a importância das ações de segurança e higiene do trabalho nas relações laborais. O Abril Verde, além de promover a conscientização sobre a importância da segurança e da saúde do trabalhador brasileiro, pretende chamar a atenção para a importância de se prevenir os acidentes”, declarou Herminegilda, lembrando que a campanha, que completa 10 anos de ações na Paraíba, surgiu para marcar o Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho, em 28 de abril, em memória das vítimas de acidentes e doenças relacionadas a atividades laborais.

Palestras
Pela manhã, o evento também contou com palestras do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Alberto Balazeiro; do vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco (TRT-PE), Sérgio Torres; e da médica perita e advogada Daniela Nobre.

Abordando a importância das ações de segurança e higiene nas relações laborais, Balazeiro salientou o quanto a pandemia da Covid-19 foi um período desafiador sobre a questão, com recorde de adoecimento entre profissionais da saúde e efeitos que repercutem até hoje. “Os dados relacionados a segurança e saúde, especificamente no campo da saúde, indicam uma realidade de muito difícil, inclusive com

o surgimento de novas enfermidades que ficaram repensadas. A realização de cirurgias no contexto de enclausuramento também teve consequências em relação à saúde e à segurança do trabalho, principalmente entre os trabalhadores e trabalhadoras que estão nesse contexto de exposição”, frisou.

Já Daniela Nobre, que palestrou sobre saúde mental, explicou como a competitividade excessiva pode colaborar com o adoecimento laboral. “Temos organizações de trabalho que são extremamente deletérias para a saúde mental das pessoas, com, por exemplo, um ambiente extremamente com-

petitivo. Não que a competitividade não exista; de certa forma, a competitividade, a ansiedade, tudo é saudável, a não ser quando há um desequilíbrio, quando existe uma empresa que estimula as pessoas a competirem entre si e a competirem consigo mesmas. Costumo dizer que a pior competição é aquela que a gente tem com a gente mesmo. ‘Você tem que ser melhor’, ‘você tem que produzir mais’, ‘você precisa parar de comer’, ‘você não consegue sair com seus amigos porque precisa produzir mais’, e isso adoerce. Esses são só alguns exemplos, são muitos os casos”, alertou a médica perita.

FERROVIA

Obra suspende viagens entre JP e Bayeux

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) de João Pessoa inicia nesta segunda-feira (8) a terceira e última etapa dos serviços de recuperação estrutural da ponte ferroviária sobre o Rio Sanhauá, que fica entre a capital paraibana e Bayeux. Segundo a entidade, para a execução da obra – que representa um investimento da ordem de R\$ 626 mil –, será necessária a interdição provisória do tráfego ferroviário na localidade por pelo menos 14 dias.

Durante o período, as viagens de trem da CBTU ficarão limitadas entre Cabedelo e o bairro do Alto do Mateus, na capital, e entre Bayeux e Santa Rita. Para não causar prejuízos aos usuários e completar o percurso, a companhia irá disponibilizar uma linha de ônibus, que sairá da estação da Ilha do Bispo com destino a Bayeux e vice-versa, em horários pré-definidos. Assim, os passageiros poderão garantir o trajeto completo pela taxa de R\$ 2,50.

O superintendente da CBTU de João Pessoa, Paulo Barreto, ressalta que toda essa operação é para evitar maiores transtornos aos usuários do trem urbano. “Com a obra, nosso usuário não será prejudicado, pois todas as principais viagens regulares serão mantidas. Três VLTs continuarão fa-

zendo a grade horária regular: um VLT fará o trecho entre as estações de Santa Rita e Bayeux e dois VLTs farão o trecho entre as estações do Alto do Mateus e Cabedelo. Dessa forma, será possível manter as viagens da grade horária que têm maior demanda”, explica.

Com isso, a grade horária entre as estações de Cabedelo e Alto do Mateus será mantida em quase sua totalidade, sendo suprimidos apenas alguns horários para as estações da Ilha do Bispo e Alto do Mateus, de segunda a sexta-feira e em todas as viagens aos sábados. Já o trecho entre Bayeux e Santa Rita passará a operar com horários especiais durante os serviços de concretagem

da ponte: serão 16 viagens, de segunda a sexta-feira, e não haverá operação aos sábados. Durante a semana, três ônibus farão viagens expressas complementares entre as estações de Bayeux e Ilha do Bispo.

Ao adquirir sua passagem durante o período de obras, o usuário do serviço receberá um bilhete que dará acesso ao ônibus e à segunda viagem de VLT. A grade de horários pode ser conferida nas estações, no Aplicativo Meu Trem JP, nas redes sociais ou no site da CBTU: <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/joao-pessoa/>.

O coordenador de Acompanhamento e Obras da CBTU, Pedro Augusto Fa-

rias, destaca que as obras só poderão ocorrer sem a circulação de trens sobre a ponte por questões de segurança e tempo de cura do concreto: “A ponte apresenta problemas estruturais causados pela ação do tempo. Dessa forma, se faz imprescindível a sua recuperação, com a finalidade de garantir um transporte ferroviário seguro, promovendo a mobilidade das pessoas, contribuindo para a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável”. As obras foram iniciadas em outubro de 2023 e também contemplam outras duas pontes: nas proximidades do Porto do Capim, na capital, e sobre o Rio Jaguaripe, no bairro de Salina Ribamar, em Cabedelo.



Foto: Divulgação CBTU João Pessoa

Durante recuperação de ponte, CBTU ofertará ônibus a usuários para completar trajeto

EMPREGO

Sine-PB oferta 437 vagas a partir de segunda-feira

O Sistema Nacional de Emprego da Paraíba (Sine-PB) vai disponibilizar 437 vagas de emprego, em 11 municípios paraibanos, a partir desta segunda-feira (8). João Pessoa, com 201 vagas, concentra o maior número de oportunidades, sendo destaque o cargo de auxiliar de logística, com 25 vagas disponíveis. As demais vagas estão distribuídas nos postos das cidades de Campina Grande, Cabedelo, Bayeux, Sapé, Cajazeiras, São Bento, Santa Rita, Patos, Guarabira e Mamanguape.

No posto Sine-PB e nas quatro unidades de atendimento localizadas em João Pessoa, ainda estarão disponíveis vagas para motorista de ônibus urbano (20), manobrista (10), operador de empilhadeira (10) e ajudante de carga e descarga de mercadorias (10), entre outras funções.

Em Campina Grande, serão 83 vagas, sendo carpinteiro (15), vendedor praticista (10) e auxiliar de linha de produção (10) as profissões com o maior número de oportunidades disponíveis.

Já em Santa Rita, serão ofertadas 73 vagas de emprego, 12 das quais para operador de empilhadeira, 10 para costureira de máquinas industriais, 10 para auxiliar de logística e 10 para ajudante de carga e descarga de mercadorias, entre outras.

A cidade de Patos terá 14 vagas. Para vendedor de informações comerciais, serão duas oportunidades; açougueiro, auxiliar de armazenamento, empacotador a mão, recepcionista atendente e repositor em supermercados terão uma vaga cada; e, para operador de caixa, haverá três vagas.

As oito vagas disponíveis em Cabedelo estão distribuídas entre os cargos de churrasqueiro, jardineiro, gerente administrativo, auxiliar de serviço de copa, cumim e mecânico de automóveis e caminhões, sendo uma oportunidade disponível para cada cargo, além de duas para cozinheiro de restaurante.

Com 15 postos e quatro unidades de atendimento em 15 cidades, o Sine-PB realiza o trabalho de recrutamento de pessoal para empresas instaladas ou que irão se instalar no estado.



Através do QR Code, acesse a lista completa das vagas

LITERATURA

Poemas de estimação

Guga Limeira lança, hoje, na Casa Manaíra, seu novo livro de poesia, 'Estima', com textos escritos durante a pandemia

Guga Limeira combina a literatura com a música, a bordo dos grupos Banda-Fôrra e Quadrilha

Sheila Raposo
sheilamraposo@gmail.com

Do poema “Os gatos de estimação de Pavlov”, assinado pelo escritor, compositor e músico Guga Limeira, veio a inspiração para o título do seu terceiro livro de poemas, *Estima*, que ele lança na tarde deste sábado. Reunião de textos escritos durante a pandemia, o livro foi editado pela Urutau, editora luso-brasileira que realiza seleções periódicas de obras literárias originais para publicação. O lançamento acontece a partir das 16h, na Casa Manaíra (Avenida Guarabira, 501, João Pessoa), e contará com as participações especiais de Helinho Medeiros e Kinah Souto.

Responsável por renovar o casamento do autor com a poesia, *Estima* trata da relação dos seres humanos com os animais, utilizando-os como uma plataforma para versar sobre os grandes temas da existência humana. “Quando eu falo dos pássaros, por exemplo, eu estou tratando de paternidade. Quando falo dos ácaros, é sobre suicídio. Quando falo das moscas, é sobre política que estou falando. Quando falo de tubarões, eu me refiro à infância. E por aí vai”, diz.

O livro é fruto de uma mobilização na *web* para financiamento coletivo — que superou metas e expectativas, segundo ele, e marcou a sua primeira experiência com arrecadação voluntária para viabilizar uma obra literária. Na dedicatória, consta o nome do multiartista W.J. Solha, o paulista mais paraibano do país, com quem Guga trocou muitas figurinhas durante a feitura do *Poesia Musicada*. “Solha foi uma companhia marcante. A partir daí, voltar a escrever meus próprios poemas foi um pulo”, diz ele.

Ele também destaca que o livro, por seu nome, é uma forma de resgatar o uso dessa palavra. “Bicho de estimação é um termo que tem sido substituído pela palavra inglesa ‘pet’, mas o original em português é tão bonito, né? Contém a palavra ‘estima’ em sua formação, e é disso que o livro é atravessado: de afeto”, observa.

Chama acesa

Em 2020, absorvido pela função de professor, Guga aproveitou o isolamento para fazer a série *Poesia Musicada*, na qual vestiu de notas musicais os poemas de uma centena de autores, entre vivos, mortos, brasileiros, estrangeiros, modernos, clássicos — e assim por diante. O produto final era divulgado em suas redes sociais. “Foi uma forma de manter a chama da criatividade acesa e também um desafio, pois saí do lugar confortável de escrever para aprender a lidar com o texto alheio. E acabou virando uma prática”, conta.

Guga veio de uma casa onde todo mundo canta, toca e está envolvido em algum movimento artístico. Por ter sempre convivido com artistas de todas as vertentes, desde a infância,

torna-se quase impossível determinar o que veio primeiro, se foi o músico, o compositor ou o escritor. “Acho que, na verdade, quem vem primeiro é o leitor. Ler é o meu grande talento. Tudo o que eu faço advém das leituras”, analisa.

Ele vê a música como uma forma de organizar o poeta, e a poesia como uma forma de organizar o músico. “O trabalho de elaborar esquemas, estruturas e rimas moldou o meu jeito de pensar”, diz. Mas, claro, uma arte não anula a outra, pelo contrário. *Estima* tem forte influência da experiência musical do autor, que também tem a dança, o teatro e o estudo linguístico formal na sua constituição artística.

O livro que será lançado hoje tem dois irmãos mais velhos: *Cheiro de Nova Estação* (2008) e *Versorria* (2011). Os exemplares de *Estima* podem ser adquiridos no lançamento, ao preço de R\$ 55,00.

Da Paraíba para o mundo

Guga Limeira iniciou o seu percurso na música como letrista, escrevendo para colegas seus. Hoje, integra a Banda-Fôrra e o quarteto vocal Quadrilha. Em 2022, lançou o seu primeiro disco solo, intitulado apenas *Guga Limeira*, com recursos da Lei Aldir Blanc. “A música, pra mim, é muito mais intuitiva, muito mais afetiva”, conta.

Segundo ele, a Paraíba vem produzindo um grande acervo musical, ao longo dos anos. “Defendo a ideia de música ‘desde’ a Paraíba, e não ‘da’ Paraíba. Estarmos aqui é apenas um detalhe, porque a música feita aqui não é apenas para consumo interno. É a partir daqui e para o mundo”, diz. Na lista das suas referências musicais, ele cita nomes como Jaguaribe Carne, Milton Dornellas, Adeildo Vieira e Cátia de França, até vozes mais recentes, como as de Arthur Vieira e dos grupos Bicho-Grilo e Augustine Azul.

Sobre as profundas transformações por que passa a indústria de bens culturais, com o advento da internet e dos dispositivos móveis, Guga não julga artistas que se enquadram dentro de uma linha mais mercadológica. “As linguagens artísticas têm a capacidade de elaborar o espírito do tempo e das inquietações individuais e coletivas, isso é fato. O produto artístico tem que emocionar, incomodar, cutucar quem o consome. Se é feito com intenção mercadológica ou como uma proposta de posicionamento, isso é secundário. Primeiro, precisa ser bom, né?”, diz.



Através do QR Code acima, acesse o perfil de Guga Limeira no Instagram



Artigo

Carlos Pereira
cpesilva15@gmail.com | Colaborador

Um triste e inesquecível 7 de abril

O médico já a advertira de que aquela deveria ser sua única filha. Seu físico lhe impedia de ter um parto normal e o seu coração não resistiria a uma nova anestesia geral para permitir uma cesariana. Mas a vontade de ter outro filho foi maior do que todos os argumentos médicos e de todas as advertências feitas e, para preocupação de todos que lhe cercavam, ela engravidou e se dispôs a ter o filho de forma natural, o chamado parto normal. No entanto – como previra o médico – a sua constituição não lhe permitiu e a cirurgia se tornou indispensável. Com a cesariana veio a necessidade da anestesia e com a anestesia, veio a morte, a dolorosa morte. Morte que tirou de Marluce, aos 24 anos, toda uma vontade de viver, de ter mais filhos e, principalmente, de criar aquelas duas bonequinhas louras que sequer che-

garam a conhecê-la. Morte miserável, sorrateira e traiçoeira que ceifa a vida de uma jovem no seu começo, vida que se abria para um futuro lindo, de amor, de trabalho e de dedicação. Isso tudo ocorreu num 7 de abril. E a mim, então com 15 anos, coube tomar conta das crianças que não deveriam ver o féretro, nem acompanhar o enterro, muito menos presenciar as cenas de dor lancinante que nos envolvia a todos, principalmente a minha mãe, inconsolável, um grito só de lamento e de revolta porque sua filha tão jovem e não ela que já tinha cumprido sua missão aqui na terra. Mas os desígnios de Deus são um mistério que até hoje ninguém ousou des- cobrir e assim se passou na- quella terça-feira, primeira de abril, que ficou para sempre na minha lembrança. E hoje, quando um novo

abril se marca no calendário da vida, registro na memó- ria aqueles momentos de dor e de tristeza e me vejo, cami- nhando e chorando convul- sivamente, na adolescência dos meus 15 anos incomple- tos, pela Aderbal Piragibe de terra, sem nenhum carro a passar, pouca gente encon- trando, em busca da farmá- cia de “Seu Vilar”, ali per- tinho do cinema Jaguaribe, para comprar um vidro de Passiflorine, remédio indi- cado para tentar acalmar a revolta de minha mãe a sua dor impossível de descrever. Naquele caminhar, eu pedia a Deus que fizesse passar logo aquele dia, Ele que, na sua sabedoria, não havia permitido a continua- ção da vida da minha irmã, certamente para tê-la, no céu, ao seu lado, mais cedo. E queria que passasse também a missa de 7º dia, que passasse o primeiro mês, que voassem os 6 me-

ses que estavam por vir. Agora, quando já se pas- sam 70 anos, observo que Deus me atendeu. O tempo passou, desde aquele triste 7 de abril de 1954. Mas eu, agora já com 85 anos, ainda não consegui ti- rar da memória a agonia da- quella terça-feira. E nunca foi embora a sau- dade dela.



Esta crônica que hoje é re- publicada, foi escrita e impres- sa nas páginas do jornal em 7/4/2008. No dia seguinte, 8 de abril, recebi o seguinte bi- lhete de Gonzaga Rodrigues, o maior de todos: “Carlos, quando você se dis- puser ou dignar-se a selecio- nar as páginas que o deslocam da engenharia, do magistério e da administração pública para a grei literária, abra o livro com Marluce. Só isto, Gonzaga”.

Astier Basílio

astierbasilio@gmail.com



Foto: Reprodução
Aleksandr Blok, considerado o ‘maior poeta do século 20’

Blok (revisitado)

Nunca havia entendido porque Aleksandr Blok é considerado o maior poeta da Era de Prata. “Maior poeta do século 20”, corrigiu-me o poeta e professor doutor Igor Bolychiow, do Instituto de Literatura Maksim Górkí. Anotei os argumentos que ele compartilhou. Mas não fiquei satisfeito. Assisti a palestras, vi aulas sobre o tema. Comecei a ler suas obras completas do começo. Até que enfim, algo dentro de mim mudou. Sim, Blok é mesmo tudo isso. E foi com este entendimento que voltei à tradução de um de seus poemas mais emblemáticos. Traduzi-o pela terceira vez. Mas pela primeira vez, encarando a tarefa de traduzir o maior poeta russo do século 20.



Cantava uma moça em coral de igreja
Sobre os cansados que em terra estranha atuam
Sobre os navios que pelo mar estejam
Sobre os esquecidos da alegria sua.

Na cúpula foi tanta a sua voz em voo
Sobre o ombro branco um raio abriu um halo
E das trevas tudo veio ouvir e olhou
Como em vestes brancas foi cantar um raio.

E parecia a todos, virá alegria
Que por riachos calmos navios vão vir
Que no estrangeiro os cansados iriam
Vida luminosa encontrar pra si.

A voz era doce e o raio uma nuança,
E apenas no alto, nos Portões Reais,
Envolta em segredos, chorava a criança,
Pois ninguém chega se vier de trás.

(1905)



Exímio conhecedor da história de seu país, em 1908, Blok escreveu um poema de cinco partes sobre a Batalha de Culicovo na qual russos lutaram contra tártaros e mongóis da Horda de Ouro. Como um profeta no deserto, Aleksandr Blok ao falar sobre a Velha Russ nos dá pistas para entender a Rússia de hoje.

No Campo de Culicovo

1

Rio a espalhar-se. Escorre, triste com preguiça e isso
Limpa as margens. Sob os póis
Raros de um barro amarelado de um precipício
Na estepe ficam tristes os paióis.

Oh minha Russ! Minha mulher. Em dor nos há de
ser claro: o caminho é duro, estreito!
Nosso caminho em flecha arcaica tártara a vontade
Nos perfurou no peito

Caminho nosso - à estepe - em saudade da imensidão
Em tua saudade, oh Russ!
E mesmo pela névoa, à noite, no estrangeiro, não
É o medo que me conduz.

Que anoiteça. Acampemos. Com fogueiras a distância
Da estepe acenderemos. E na
Fumaça da estepe a bandeira santa em brilho avança
E o sabre em aço de Khan...

Perpétua luta! Sossego a nós somente em sonho e faz-se
Pelo sangue e poeira...
Vá voando, vá voando, égua da estepe e amasse
A penugem rasteira...

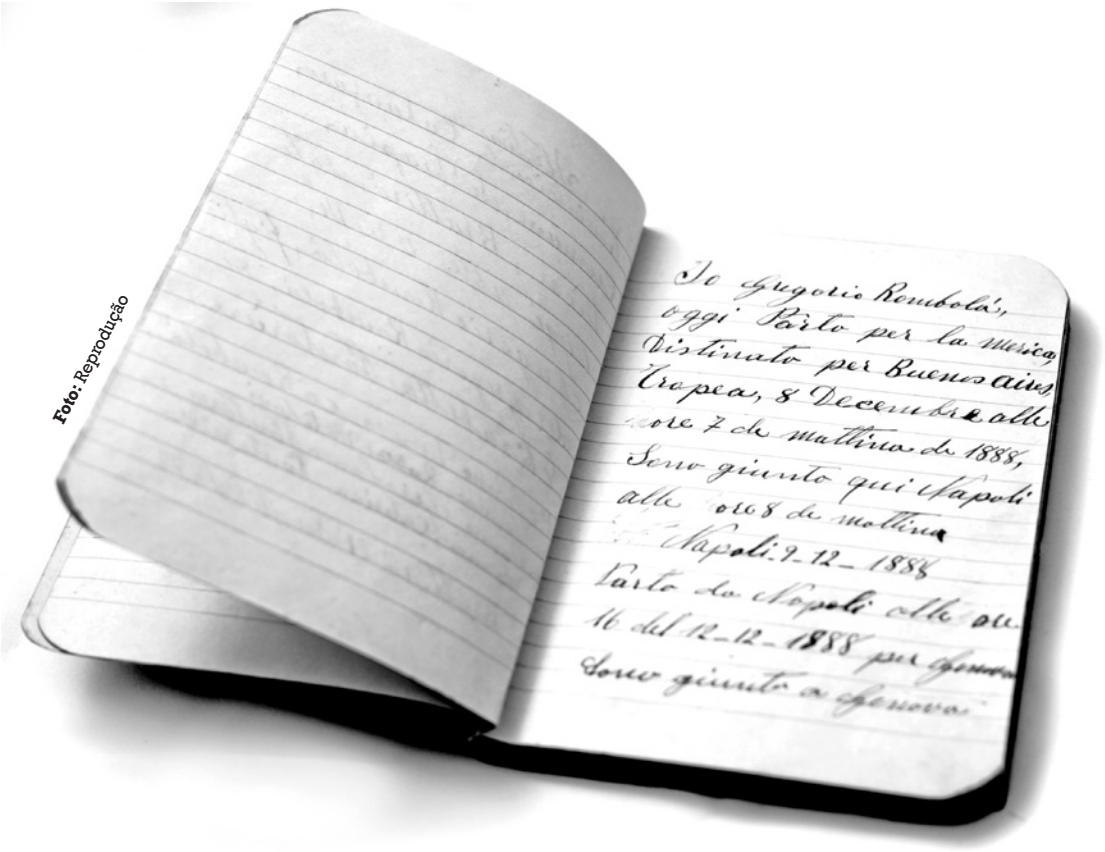
E não tem fim! As léguas piscam, há declives...
O passo estanque!
Está vindo, está vindo um temporal horrível
Um poente no sangue!

Um poente no sangue! Do coração o sangue flui! Tem
De chorar, coração, tem de chorar...
Não há sossego! A égua da estepe vem
E um páreo trará.

Crônica

Tiago Germano
tiagodantasgermano@gmail.com

Profissionais e amadores



‘Não é porque escrevo esta coluna (...) que posso me julgar mais escritor que alguém que relata suas experiências em um diário’

Nossa cultura é muito rigoro- sa com os amadores. Numa pa- lestra de Andrei Cunha, profes- sor de língua, cultura e literatura japonesa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o pesqui- sador falava da poesia no Japão e do quanto sua forma mais consagra- da, o haikai, era uma arte praticada por qualquer pessoa, do poeta que os publica em livro ao sujeito que os guarda na gaveta, sem maiores pretensões literárias. Isso diz muito da própria na- tureza do haikai e de como uma cultura como a japonesa encara a poesia: uma arte que não está ne- cessariamente vinculada ao poema e à forma que a traduz, mas está em todos os lugares, da gota de orva- lho na folha da árvore ao olhar do poeta, passeando por um jardim numa manhã preguiçosa. A própria estrutura da língua japonesa propõe esse jogo de pers- pectivas. Lendo o livro de escri- ta criativa que Débora Gil Panta- leão está preparando, encontro esta curiosa reflexão de Natalie Gol- dberg sobre a maneira como o idio- ma japonês subverte a ordem “su- jeito + verbo + predicado” da frase. Quando você diz “eu vejo o cão”, o ponto de vista predominante é o de

quem vê. Esquecemos do cão, que também possui um ponto de vista. “Eu cão vendo”, seria uma constru- ção aproximada da frase em japo- nês. Não há uma hierarquização de sujeito e objeto. Eu vejo, mas o cão também vê. Quando olhamos mui- to tempo para o abismo dos seres, o abismo dos seres também olha para nós. Não há hierarquização no que se trata também à arte, o que ex- plica o fascínio da cultura japone- sa não apenas pela escrita como pelo canto. O karaokê é um espor- te nacional, e provavelmente você já deve ter visto um filme em que, numa roda de saquê, um japo- nês simplesmente toma a palavra e começa a cantar. Ele não é um cantor, está só utilizando o canto como uma linguagem de celebra- ção. Também não somos oradores, e isso não nos impede de discursar em nossos *petit comités*. Nem somos dançarinos, o que não nos impede de balançar o esqueleto vez por ou- tra na pista. Há até nomes para hábitos espe- cíficos ligados à arte. Se, como os franceses, fazemos nossos pique- niques no Parque Solon de Luce- na, observando o florescer dos ipês amarelos, por que também não os

desenhamos, praticando o “hana- mi” que é uma atividade comum no Japão? “Porque não sei desenhar”, você dirá, como se o desenho fosse um domínio exclusivo de gênios como Shiko ou Flávio Tavares, artistas “profissionais”. Isso vale para qual- quer arte. Não é porque escrevo esta coluna, tenho cinco livros pu- blicados e um diploma em literatu- ra, que posso me julgar mais escri- tor que alguém que, por exemplo, relata suas experiências em um diário, como um rito ou uma espé- cie de terapia. Isso não diminui minha arte, não precariza o meu ofício. Tem sido difícil achar ídolos brasileiros do futebol recentemente, mas para que um país revele para o mundo, vá lá, um Vinícius Junior, é preci- so que muitas de suas crianças es- tejam jogando pelada nos campos de várzea, nas suas periferias, pu- ramente por amor ao esporte. O amatorismo não é a base do profissionalismo. É a sua liberta- ção. Há mais riqueza em viver para a arte que viver de arte, que parece ser a busca da maior parte dos es- critores ditos “profissionais”. Nesse sentido, eles teriam muito a apren- der com os amadores.

MÚSICA

Selvagens se apresenta hoje na Vila do Porto

Banda cearense de rock alternativo mostra novos singles no Varadouro

Sheila Raposo
sheilamraposo@gmail.com

A banda cearense Selvagens à Procura de Lei volta à Paraíba para celebrar seus 15 anos de carreira e lançar um *single* novo, “Por todo o universo”. O show acontece hoje, na Vila do Porto, a partir das 22h, com ingressos entre R\$ 50 e R\$ 100 (disponíveis no Symppla).

Com passagens por eventos mundiais como o Rock In Rio, o Lollapalooza e a Copa do Mundo (Rússia), além de apresentações nos principais festivais do país, o quarteto de Fortaleza faz um som com influências do *indie rock* dos anos 2000, *rock* clássico, *pop* e música nordestina.

Depois de um período sem lançamentos inéditos, os Selvagens lançaram, em março de 2023, o *single* “O verão passou, mas o sol continua aqui”, música que resgata a sonoridade do início da banda, uma atmosfera mais voltada para o *indie rock*. A canção teve uma resposta muito positiva e impulsionou o eixo musical da banda nesse estilo musical, evidenciado, agora, com “Por todo o universo”. As duas



Foto: Divulgação

O quarteto Selvagens à Procura da Lei lançou recentemente ‘Por todo o universo’

músicas exploram temas atemporais, como as relações humanas e a passagem do tempo.

Reconhecida como um dos principais expoentes do *rock* alternativo nacional da última década, os Selvagens seguem revelando canções inéditas em uma nova fase criativa. Depois de projetos pessoais de seus integrantes, eles retomam seu som energético e poético. Formada por Gabriel Aragão (vocal, guitarra e teclado), Caio Evangelista (vocal e baixo), Nicholas Magalhães

(vocal e bateria) e Rafael Martins (vocal e guitarra), a banda tem quatro álbuns lançados e um DVD.



Através do QR Code ao lado, acesse o canal da banda cearense no YouTube

Em cartaz

ESTREIAS

LICENÇA PARA ENLOUQUECER . Brasil, 2024. Dir.: Hsu Chien. Elenco: Mônica Carvalho, Danielle Winitz, Michele Muniz, Nelson Freitas, Luiza Tomé, André Mattos, Henri Castelli. Comédia. Três amigas que precisam viver isoladas em um minúsculo apartamento durante a pandemia têm a oportunidade de participar de uma festa secreta numa praia paradisíaca. 1h40. 14 anos.
João Pessoa: CINESERCLA TAMBÁ 3: 18h30.
Campina Grande: CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 18h30.

A PRIMEIRA PROFECIA (*The First Omen*). EUA/ Itália/ Reino Unido, 2024. Dir.: Arkasha Stevenson. Elenco: Nell Tiger Free, Ralph Ineson, Sonia Braga, Bill Nighy, Rachel Hurd-Wood. Terror. Noviça americana em Roma começa a descobrir uma conspiração que deseja provocar o nascimento do anticristo. Prelúdio de *A Profecia* (1976) e quinto da série. 2h. 16 anos.
João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dub.: 18h45; leg.: 21h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 6: dub.: 15h45, 18h30, 21h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 7: leg.: 14h45, 17h30, 20h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: dub.: 15h30, 18h15, 21h. CINESERCLA TAMBÁ 2: dub.: 15h10. CINESERCLA TAMBÁ 4: dub.: 20h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 3: dub.: 20h30. CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: 15h10. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: 19h15, 21h20. MULTICINE PATOS 1: qui. a ter.: leg.: 17h50; dub.: 20h30; qua.; leg.: 16h20. MULTICINE PATOS 4: qua.; dub.: 20h40. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 3: dub.: sab. e dom.: 14h, 16h30, 18h50, 21h15; seg. a qua.: 16h30, 18h50, 21h15.

PRÉ-ESTREIA

DEPOIS DA MORTE (*After Death*). EUA, 2023. Dir.: Stephen Gray, Chris Radtke. Documentário. Autores, médicos, cientistas e pessoas que quase morreram falam sobre o que pode haver depois da morte. 1h48. 12 anos.
João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: qui. a ter.: 21h20.

SUGA – AGUST D TOUR D-DAY: THE MOVIE (*Suga – Agust D Tour D-Day: The Movie*). Coreia do Sul, 2024. Dir.: Junsoo Park. Documentário/ show. Registro da turnê inicial da carreira solo do integrante do grupo de k-pop BTS. 1h24. 10 anos.
João Pessoa: CINEPOLIS MANAÍRA 3: leg.: qua.: 19h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: leg.: qua.; 19h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 2: leg.: qua.: 20h. **Patos:** MULTICINE PATOS 1: leg.: qua.: 19h, 21h.

CONTINUAÇÃO

THE CHOSEN - OS ESCOLHIDOS (*The Chosen*). EUA, 2024. Dir.: Dallas Jenkins. Elenco: Jonathan Roumie, Lara Silva, Paras Patel. Drama/ religioso. Compilação dos dois primeiros episódios da quarta temporada da série sobre a vida de Jesus. 2h20. 12 anos.
João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: dub.: 17h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 1: dub.: 16h30, 19h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: 21h15. CINESERCLA TAMBÁ 4: dub.: 17h50. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 3: dub.: 17h50. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: 16h45.

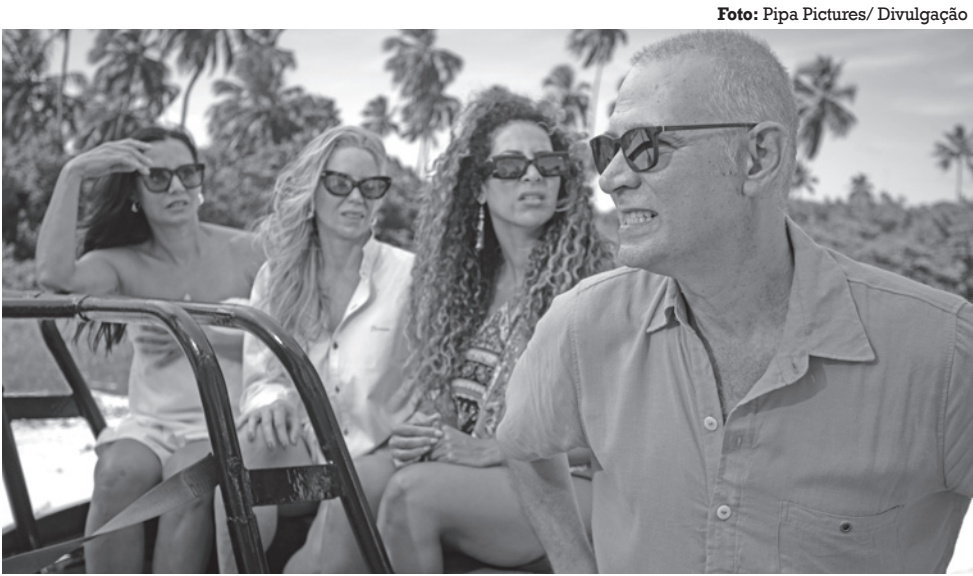


Foto: Pipa Pictures/ Divulgação

A comédia nacional ‘Licença para Enlouquecer’ está em cartaz em JP e Campina

DOIS É DEMAIS EM ORLANDO. Brasil, 2024. Dir.: Rodrigo Van Der Put. Elenco: Eduardo Sterblitch, Pedro Burgarelli, Luana Martau, Daniel Furlan. Comédia. Adulto que curtir os parques de Orlando, mas levar junto um garoto sério demais. 1h30. Livre.
João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 1: 14h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: sab. e dom.: 13h.

DUNA – PARTE 2 (*Dune – Part 2*). EUA/ Canadá, 2024. Dir.: Denis Villeneuve. Elenco: Timothée Chalamet, Zendaya, Rebecca Ferguson, Javier Bardem, Josh Brolin, Austin Butler, Florence Pugh, Dave Bautista, Christopher Walken, Léa Seydoux, Stellan Skarsgård, Charlotte Rampling. Ficção Científica/ aventura. Nobre unido a povo oprimido de um planeta desértico busca vingança contra os conspiradores que destruíram sua família. 2h46. 14 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 3 (Atmos): leg.: 20h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 (VIP): leg.: 14h15, 17h45, 21h30.

OS FAROFEIROS 2. Brasil, 2024. Dir.: Roberto Santucci. Elenco: Maurício Manfrini, Cacau Protásio, Danielle Winitz, Antônio Frágoso, Charles Paraventi. Comédia. Gerente de vendas ganha da empresa uma viagem para a Bahia com toda a família e, para garantir sua promoção, resolve levar três amigos e suas famílias. 1h44. 12 anos.
João Pessoa: CINEPOLIS MANAÍRA 4: 20h30. CINESERCLA TAMBÁ 4: 15h45. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 3: 15h45.

GODZILLA E KONG – O NOVO IMPÉRIO (*Godzilla x Kong – The New Empire*). EUA, 2024. Dir.: Adam Wingard. Elenco: Rebecca Hall, Brian Tyree Henry, Dan Stevens. Aventura/ ação. Dois monstros gigantescos se unem para combater uma ameaça à humanidade. 1h55. 12 anos.
João Pessoa: CENTERPLEX MAG 3 (Atmos): dub.: 15h30, 18h. CINÉPOLIS MANAÍRA 5: dub.: 15h15, 18h, 20h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 9 (Macro-XE): 3D: sab. e dom.: dub.: 13h45, 16h15, 19h; leg.: 21h45; eg. a qua.: dub.: 16h15, 19h; leg.: 21h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 10 (VIP): 3D: leg.: 15h30, 18h15, 21h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 5: dub.: 14h30, 17h15, 20h. CINESERCLA TAMBÁ 2: dub.: 19h30. CINESERCLA TAMBÁ 6: dub.: 16h, 18h20, 20h40. **Campina Grande:** CINESERCLA PAR-

TAGE 2: dub.: qui. a ter.: 16h, 18h20, 20h40; qua.: 15h15, 17h30. CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: 19h30. **Patos:** CINE GUEDES 2: dub.: 15h, 18h50, 21h05. MULTICINE PATOS 3: dub.: qui. a ter.: 3D: 16h10; 2D: 21h; qua.: 3D: 15h40; 2D: 21h10. MULTICINE PATOS 4: dub.: 3D: qui. a ter.: 19h20; qua.: 18h10. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: sab. e dom.: 2D: 14h10, 19h; 3D: 16h35, 21h15; seg. a qua.: 3D: 16h35, 21h15; 2D.: 19h.

KUNG FU PANDA 4 (*Kung Fu Panda 4*). EUA/ China, 2024. Dir.: Mike Mitchell. Vozes na dublagem brasileira: Lúcio Mauro Filho, Dammi Suzuki, Tais Araújo, Leonardo Camillo. Comédia/ aventura/ animação. Antes de se tornar um líder espiritual, panda precisa encontrar o novo dragão guerreiro e enfrentar de novo antigos vilões. 1h34. 10 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: dub.: 15h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: qui. a ter.: 14h30, 16h45, 19h15; qua.: 14h30, 16h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 4: dub.: sab. e dom.: 13h40, 16h, 18h20; seg. a qua.: 16h, 18h20. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: dub.: 15h15, 17h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: 14h15, 16h30, 18h45. CINESERCLA TAMBÁ 5: dub.: sab. e dom. 15h, 16h50, 18h40, 20h30; seg. a qua.: 15h, 16h50, 18h40, 20h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 1: dub.: sab. e dom. 15h, 16h50, 18h40, 20h30; seg. a qua.: 15h, 16h50, 18h40, 20h30. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: 15h. CINE GUEDES 2: dub.: 17h05. MULTICINE PATOS 1: dub.: qui. a ter.: 15h40. MULTICINE PATOS 3: 3D: dub.: qui. a ter.: 18h50; qua.: 18h45. MULTICINE PATOS 4: 3D: dub.: qui. a ter.: 17h05; qua.: 16h. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: dub.: 15h, 17h.

UMA PROVA DE CORAGEM (*Arthur the King*). EUA, 2024. Dir.: Simon Cellan Jones. Elenco: Mark Wahlberg, Simu Liu, Juliet Rylance. Aventura. Corredor de aventura adota um cão de rua e ambos estabelecem uma forte relação. 1h47. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dub.: 16h20. CENTERPLEX MAG 4: leg.: 20h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: qui. a ter.: dub.: 15h, 19h45; leg.: 17h15, 22h; qua.: dub.: 15h; leg.: 22h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: dub.: 19h45, 22h. CINESERCLA TAMBÁ 2: dub.: 17h25. CINESERCLA TAMBÁ 3: dub.: 20h30. CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: 17h25. CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 20h30. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: dub.: 19h10, 21h25.

Crônica Em destaque

Thomas Bruno Oliveira
thomasbruno84@gmail.com

Oh, Bahia

São Salvador, Bahia de São Salvador
A terra do Nosso Senhor
Do Nosso Senhor do Bonfim
Oh Bahia, Bahia cidade de São Salvador
Bahia oh, Bahia, Bahia cidade de São Salvador.

(Dorival Caymmi)

Voltei, Salvador, queria saber como você estava no pós-pandemia. Voltei e devo esse retorno a oferta desse voo diário que une você ao Aeroporto Presidente João Suassuna em Campina Grande em uma hora e 10 minutos. Sobre João Suassuna, restou o painel em mosaico com o soneto “Fazenda Acahuan (lembranças de meu pai)”, de seu filho Ariano Suassuna, mas aquele letrado imponente lá fora foi substituído pelo nome da empresa que passou a administrar vários aeroportos no Nordeste. Não duvido nada se retirarem o “Campina Grande” e pôr apenas a sigla aérea CPV. Afinal, o respeito a história é coisa que nem sempre se vê. Mataram João de novo!

Voltei, Salvador, voltei acompanhado de parte da família. Eram 13 pessoas, dentre elas meus pais. Glórias por termos viajado juntos, pois sei o quanto é difícil fazermos uma viagem para além das fronteiras do estado juntos. O momento foi simbólico, chegamos às primeiras horas da sexta-feira que além de ser da paixão de Cristo é aniversário de 475 anos da capital. Semana de reflexão, de promessas, de (re)ligar com o sagrado e tu, Salvador, parece ser o lugar perfeito com suas centenas de templos. Dorival Caymmi musicou o que se tem como folclore, ou seja, 365 templos católicos, uma igreja ou capela para cada dia do ano. Conversando com o amigo jornalista soteropolitano Gorgônio Loureiro, ele afirmou que a quantidade pode ser o dobro. Já a querida jornalista Berna Farias, nascida em Campina Grande e radicada em Salvador há décadas, me apresentou um material (assinado por Daniel Aloisio do gl BA) em que consta que são quase duas igrejas por ano, ou seja, 589 templos católicos. Já no que se refere a terreiros, são cerca de dois mil, cinco por dia para cada ano.

É bem verdade que muitas das igrejas estavam fechadas, com os santos imersos no velatio, costume secular da Igreja Católica em que eles são cobertos com mantos roxos, lembrando a penitência e o sofrimento de Cristo. Um templo, o mais festejado, estava de braços abertos para receber os visitantes e fiéis, que pagavam promessas de joelhos, amarravam fitilhos coloridos no gradil ao redor do templo e rezavam. Qual poderia ser?

Para se ter acesso, é preciso transpor parte da cidade baixa com seu irrequeto comércio. Com destaque para a grandiosa feira de São Joaquim que se esparrama pelas ruas, particularmente movimentada pela busca do pescado para o consumo até o Domingo de Páscoa. Logo à frente avistamos – mirando os céus – o par de imponentes torres da Basílica Nosso Senhor do Bomfim. Subimos as escadarias em muda contemplação, observando cada detalhe, desde o chiado das fitas ao ar de 34°C, ao frontispício, a azulejaria amarela no alto das torres, a grandiosidade de suas fortificadas paredes. Seu Edval, um guia turístico muito dedicado, nos indicou que entrássemos pela última porta da esquerda que nos dá acesso direto à sala dos ex-votos, espaço de agradecimento e reafirmação da fé. Ali se tem bem próxima a noção da devoção popular mais importante da Bahia. Não há como não se encantar com a nave, os corredores e o apego ao belo que tinham os antigos. Detalhes majestosos. Muitos deles, é bem verdade, forjado em mãos escravizadas.

Sentei-me em um de seus bancos, rezei, fiz minha oração. A emoção me prostrou de joelhos. Minutos após vi muitos a rezar. Promessa feita, pedido em mente. Um dia eu volto pela mesma porta para deixar meu ex-voto e louvar o Nosso Senhor do Bomfim. Viva Bahia de todos os Santos, viva São Salvador.

Serviço

STAND-UP

Humor pós-pandemia

Rodrigo Marques se apresenta, hoje, no Teatro Pedra do Reino

Esmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

Há alguns anos, dentro do quadro “Comentando histórias”, no YouTube, o recifense Rodrigo Marques contou ao grupo de comédia Em Pé na Rede uma “história impublicável” sobre um final de semana que passou em uma praia de Pitimbu (no Litoral Sul do nosso estado), antes de começar a fazer sucesso com seus números de *stand up*. O artista volta à Paraíba hoje, mas, desta vez, para um compromisso profissional: ele se apresenta com o show *Estamos Vivos*, no Teatro Pedra do Reino, em João Pessoa (bairro de Cabo Branco), a partir das 20h. Esse é novo solo do comediante, que há alguns anos se radicou em São Paulo, em busca de maior visibilidade para seu trabalho. As entradas podem ser adquiridas no site Ingresso Digital, a partir de R\$ 40.

Rodrigo integra ainda o elenco do programa *A Culpa é do Cabral*, do Canal Comedy Central. A atração é um sucesso na TV fechada e na internet; ele divide a cena com os colegas Rafael Portugal, Thiago Ventura, Nando Viana e Fabiano Cambota. A ideia da atração, inspirada em um formato original do Uruguai (*La Culpa es de Colón*, por lá), é reunir comediantes de regiões diferentes do Brasil

para discutir assuntos diversos de forma bem-humorada e receber convidados para gincanas e entrevistas. Rodrigo também chegou a escrever esquetes para o canal *Porta dos Fundos*, no YouTube e desde 2012 é assessorado pelo coletivo Casa de Artistas, que gere a carreira de diversos humoristas do país.

O show que ele traz neste sábado à capital começou a ser apresentado em casas de espetáculos de todo o Brasil em 2023, tendo passado ainda por Lisboa, em Portugal, durante o mês de setembro do ano passado. Em *Estamos Vivos*, Rodrigo, que trabalha com comédia desde 2008, reúne uma série de comentários peculiares sobre o seu cotidiano em temas que se tornam hilários sob sua narração, marcados pelo seu inconfundível sotaque de Recife. Dois de seus shows anteriores viraram registros para internet: *O Problema é Meu*, lançado em 2019 no YouTube; e *O Inimigo no Nível*, que entrou para a plataforma da Netflix em 2022.

Em entrevista ao *podcast Inteligência LTDA*, do humorista Rogério Vilela, Rodrigo detalhou como funciona o seu processo criativo. “Eu falo muito devagar. No meu estilo de comédia eu falo muito devagar, ainda mais quando estou testando. Eu vou sentindo para ver onde é

que eu posso ir. Mas às vezes eu só tenho uma ideia” disse o comediante. Ainda na conversa com Vilela, ele revelou com os “shows-teste” ele sonda quais piadas deram certo junto ao público para poder, posteriormente, incluir nas suas apresentações convencionais. O termômetro das piadas, ele conta, é o riso espontâneo da plateia.



Através do QR Code acima, acesso o canal de Rodrigo Marques no YouTube



Rodrigo Marques representa o Nordeste no elenco do programa ‘A Culpa É do Cabral’

Foto: Divulgação



Mari Santana é uma das atrações no bairro dos Bancários

BAILE

Rolê de Quebrada tem várias atrações de hip-hop

Alguns anos atrás, artistas da cena hip-hop de João Pessoa se reuniram e criaram uma iniciativa para difundir a sua arte. Hoje e amanhã, acontece a quinta edição desse projeto, intitulado Rolê de Quebrada, com a realização do seu primeiro festival, no BBS Studio (Rua José Espínola Guedes, 561, Bancários), a partir das 19h.

“Acreditamos que o objetivo maior do baile é a união e fortalecimento da arte da favela nas suas diversas manifestações artísticas”, diz Negin do Rapp, líder do Rolê. Ao lado dele, outros artistas expressivos da periferia levam o projeto adiante, como Mari Santana e Diego CDM.

Até esta edição, o Rolê não tinha patrocínio, acontecia por causa do esforço coletivo de artistas, produtores e agentes culturais voluntários. Desta vez, no entanto, conta com incentivo cultural por meio da Lei Paulo Gustavo (Funjope), com programação inteiramente gratuita.

O festival terá atrações como Biel Gomez (Salvador-BA), Merliah, A Fúria Negra, Afonso na Voz, Luiiv, Coletivo Blakoutt, Jé Sátiro, Negin do Rapp, Mari Santana, DJ Kamet e DJ Guirraiz. Também promoverá uma oficina de produção cultural, com os produtores Big Jesi, Nel no Beat e Guirraiz, e projeções visuais com o VJ Riegate.

ROCK E MPB

Andrei Lira inicia turnê hoje, em Mangabeira

O cantor e compositor Andrei Lira estreia hoje o show *Elevando o Rock Paraibano*, no Centro Cultural de Mangabeira, a partir das 19h, com entrada franca. Com incentivos da Lei Paulo Gustavo, esse mesmo show será levado a Bayeux e a Guarabira, nos dias 12 de maio e 7 de junho, respectivamente. O show tem participações de Flores Baldias, Tela Azzu e Diogenes Ferraz.

Acompanhado de sua banda, Andrei mostrará um repertório com músicas autorais e algumas versões de clássicos brasileiros. Nessas apresentações, ele pretende mostrar a pluralidade musical paraibana, com composições também em outros gêneros, além do *rock*, como *pop*, MPB e coco.

Nascido em Pernambuco e

radicado na Paraíba, onde viveu e construiu sua vida e carreira, Andrei fundou e liderou, por cinco anos, a banda Tenaz, projeto que lhe proporcionou as primeiras experiências no meio artístico. Com esse grupo, lançou dois EPs, *Desperto Contido* e *Sereno*, além do videoclipe da música “Um dia após o outro”.

Depois do fim da Tenaz, o cantor iniciou carreira solo. Em 2023, foi selecionado para participar do VI Festival de Música da Paraíba, em Cajazeiras, onde defendeu a canção “Caleidoscópio”. Em suas letras, Andrei aborda temas do cotidiano, relações humanas, inquietações sobre a vida e dúvidas quanto ao futuro. “A música vem quando o coração ou a mente estão transbordando sobre algo”, diz ele.



Andrei Lira ainda fará shows da turnê em Bayeux e Guarabira

Foto: Divulgação

Vitrine cultural



Elenco do Pastoril se apresenta em condomínio de idosos

‘Pastoril Profano’ no Cidade Madura

O Condomínio Cidade Madura de João Pessoa, em Mangabeira, recebe hoje o I Festival Itinerante de Humor Cidade Madura, realizado pela Trupe de Humor da Paraíba. A atração, às 16h, é o espetáculo *Pastoril Profano em Envelhecer Também Faz Rir*.

Quatro bandas de reggae na Gal. Store

A General Store recebe hoje a primeira edição do Jampa Reggae Festival. A programação começa às 16h20, com o DJ Alcides, seguido pelas bandas Candeeiro Natural, Lil’Lion e Reggaeear. Ingressos antecipados no Sympla (R\$ 20) ou no local (R\$ 30).

Funk e break têm evento na Lagoa

Para celebrar os tempos de festas e bailes dos passinhos e do funk dos fins dos anos 1970 ao início dos anos 1990. É o Projeto Legado Anos 80 - Geração Funk, Break & Cia. Será hoje, às 14h, no Parque Solon de Lucena (Lagoa) em frente à Loja Torra (antiga Mesbla).

ESTADO E GOVERNO FEDERAL

Parceria gera vários benefícios à PB

Governador e ministro assinam cessão do porto, doação de terrenos e transformação do antigo lixão em parque

Filipe Cabral
filipenscabral@gmail.com

O governador João Azevêdo participou, ontem, da assinatura de uma série de parcerias entre o Governo Federal, o Governo do Estado e prefeituras de municípios da Paraíba. A solenidade fez parte do encontro da bancada federal da Paraíba com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, durante o segundo dia de atividades do I Congresso Paraibano de Oportunidades para os Municípios (Confep) e da Caravana Federativa, realizados no Centro de Convenções, em João Pessoa.

Ao todo, foram celebradas oito entregas do “Imóvel da Gente”, Programa de Democratização de Imóveis da União, coordenado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), que visa utilizar o patrimônio brasileiro para benefício da população. Os documentos assinados envolvem a doação e cessão gratuita de bens imóveis, ordem de serviço para realização de obras, protocolo de intenção para implantação de aparelho público e renovação de cessão em condições especiais.

Das oito entregas, o ministro Alexandre Padilha fez questão de destacar duas, ambas em João Pessoa: a doação do terreno de mais de 12 mil m² onde funciona o Hospital Maternidade Cândida Vargas e a cessão gratuita para recuperação ambiental do antigo Lixão do Roger e criação do Parque Socioambiental.

“Tem duas histórias muito importantes nisso: a primeira é a luta e a esperança dos trabalhadores e trabalhadoras, médicos, profissionais e famílias que passaram pela Maternidade Cândida Vargas. É muito importante que as pessoas saibam que, infelizmente, o governo anterior queria vender essa maternidade por onde tantos paraibanos nasceram. Uma maternidade referência, que tem o selo de Hospital Amigo da Criança da Unicef. Eu, que fui ministro da Saúde, sei da importância da Maternidade Cândida Vargas. E agora vocês podem ter certeza que a maternidade é do município e ninguém pode mais vender o prédio”, pontuou o ministro.

“E o outro [ponto] é a importância do Parque [Socioambiental]. A gente virar a página do antigo lixão, e agora ser um parque público de sustentabilidade e proteção do meio ambiente. Fazer o povo se mexer. Fazer atividade física faz tão bem para a saúde física, mental, para a convivência. [O Parque] dá oportunidade para os jovens terem um espaço público para poder se mexer, conviver e não ir para o caminho ruim do crime. Eu acho que é mais um gesto dessa parceria do presidente Lula com o governador João Azevêdo e com o prefeito Cicero Lucena que está fazendo João Pessoa e a Paraíba cada vez melhor”, arrematou.



O presidente da Companhia Docas, Ricardo Barbosa (E), com o governador e o ministro Alexandre Padilha, após assinatura da renovação da cessão do porto

Acordo garante administração do porto até 2048

Ainda durante o evento foram entregues: as Cessões Gratuitas para construção da Sede da Prefeitura e da Secretaria de Educação do município de Taperoá; a Ordem de Serviço do município de Baía da Traição para escoramento e reconstrução da Igreja histórica São Miguel localizada na Aldeia São Miguel; o Protocolo de Intenções para implantação do Parque Ecológico Intermunicipal de Cabedelo e João Pessoa; a renovação da Cessão em Condições Especiais do Porto de Cabedelo concedido à Companhia Docas da Paraíba, com vi-

gência até 2048; e a Cessão Gratuita ao Governo do Estado para construção da Delegacia da Polícia Civil no Município de Caiçara. Em discurso, o governador João Azevêdo agradeceu os esforços de todos os organizadores e participantes do evento que buscou promover a integração ainda maior entre municípios, Estado e o Governo Federal. Segundo ele, o encontro pode ser resumido em uma palavra: “Resolutividade”. “Quem é prefeito, que sabe o que é ir a Brasília e sair peregrinando por

cada ministério e cada órgão para resolver as pendências de convênios, de termos de protocolo assinados, sabe o que é chegar aqui e encontrar praticamente 40 itens disponíveis para fazer a discussão sobre essas questões e rapidamente sair com a solução. Como diz o secretário (de Assuntos Federativos da Presidência da República) André Siciliano, esse encontro e essa Caravana se resumem em uma palavra chamada resolutividade. O que se faz aqui é exatamente isso: buscar resolver todas as questões”, afirmou.

Ainda em clima de agradecimento, o governador destacou o trabalho realizado pela bancada federal da Paraíba na busca de recursos e melhorias para o estado. De acordo com ele, a compreensão mútua e o diálogo franco entre o Legislativo e o Executivo tem sido fundamentais para o avanço do desenvolvimento na região. “Eu queria agradecer à bancada da Paraíba, agradecer os deputados federais e aos senadores por essa compreensão de que o mesmo cidadão que me elegeu, os elegeu também, e que o

compromisso não é com o Governo. O compromisso é com quem está na ponta. Quando a gente faz uma creche, a gente não faz para o prefeito. A gente faz para as crianças que moram nessa cidade. Quando a gente asfalta uma rua, a gente não faz para aliados passarem e opositores não. É para a população utilizar. Esse conceito de política diferenciada que nós implantamos na Paraíba tem feito um bem danado esse estado. É por isso que esse estado cresceu, se desenvolveu e gera empregos”, disse João Azevêdo.

Ministro reúne bancada e ouve demandas do estado

A reunião com o ministro Alexandre Padilha contou com a presença da senadora Daniella Ribeiro e dos deputados federais Murilo Galdino, Aguiinaldo Ribeiro, Gervásio Maia, Luiz Couto, Mersinho Lucena e Raniery Paulino. Também participaram do encontro o deputado licenciado e atual secretário estadual de Representação Institucional, Wilson Santiago, o prefeito de João Pessoa, Cicero Lucena, e o presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, Dinho Dowsley. Ao longo da reunião, os parlamentares apresentaram demandas dos municípios paraibanos, como a desoneração da folha de pagamentos, a duplicação da BR-230 até a cidade de Cajazeiras, na região do Sertão, a “difusão” das águas do Rio São Francisco através do término das obras da Adutora do Pajeú e do ramal do Piancó, e políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e à carcinicultura no estado.

“É isso que o povo paraibano quer: esse olhar especial do governo Lula, esse olhar especial do nordestino, seu lugar e esse olhar especial pela Paraíba. E eu tenho certeza que o senhor e o presidente Lula, com todo o Governo, vão ter esse olhar especial para Paraíba”, disse o coordenador da bancada paraibana no Congresso Federal, Murilo Galdino, ao ministro Alexandre Padilha. Também em conversa com Padilha, a senadora Daniella Ribeiro ressaltou confiança que possui em relação ao ministro e ao Governo Federal, em especial no que se refere aos direitos e lutas das mulheres paraibanas. “Eu queria deixar aqui a minha gratidão de forma especial e aqui eu quero olhar para as mulheres - pela nossa luta do projeto que realizamos juntos na Comissão Mista de Orçamento. Pela primeira vez [foram destinados] R\$ 310 milhões de recursos para a questão da violência doméstica contra a mulher.

Mais de 110 prefeitos são atendidos durante evento

De acordo com o ministro Alexandre Padilha, mais de 110 prefeitos e 400 secretários municipais passaram pelo Centro de Convenções durante os dois dias da Caravana Federativa. Até a manhã de ontem, foram realizados mais de dois mil atendimentos pelos representantes dos 35 ministérios e órgãos públicos federais que participaram do evento. Segundo o ministério das Relações Institucionais, cerca de R\$23 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) devem ser investidos em cidades da Paraíba até 2026. O presidente da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), George Coelho, celebrou o resultado do evento que representou o aprofundamento do diálogo entre as prefeituras e o Governo Federal. “Essa foi uma oportunidade de criar uma linha direta entre as prefeituras e o governo federal, como também com a bancada federal e o Governo da

■
Até a manhã de ontem, foram realizados mais de dois mil atendimentos pelos técnicos do governo

Paraíba. Além dos problemas dos municípios, temos uma pauta nacional, a exemplo da desoneração da folha, e uma pauta estadual, que é a duplicação da BR-230 até o Sertão e é importante estarmos unidos para atrair investimentos para o nosso estado”, comentou. O coordenador da bancada federal, deputado federal Murilo Galdino, afirmou que o encontro é uma oportunidade de buscar novos investimentos para os municípios.

PARAÍBA CONTRA O CÂNCER

Estado lança programa na segunda

Com investimento de R\$ 173 milhões, iniciativa vai ampliar a rede de atendimento aos pacientes oncológicos

Filipe Cabral
Filipe Cabral

O governador João Azevêdo lançará, na próxima segunda-feira, o programa “Paraíba Contra o Câncer”. A informação foi adiantada pelo secretário de Saúde, Johny Bezerra, em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) e confirmada pelo próprio governador dois dias depois, durante a abertura do 1º Congresso Paraibano de Oportunidades para os Municípios (Confep).

Em discurso, o chefe do Executivo estadual, convidou os prefeitos e demais participantes do evento a compartilhar o que ele considera “uma alegria muito grande”.

“Nós vamos lançar o maior programa que esse estado já viu em termos de Saúde Pública e que, para mim, me emociona porque verdadeiramente nós vamos enfrentar o câncer. No dia 8 de abril vai ser lançado o programa Paraíba Contra o Câncer e passaremos de três hospitais para 15 hospitais atendendo o povo desse estado”, afirmou.

De acordo com a Secretaria de Saúde, o programa con-



Foto: Roberto Guedes

Secretário de Saúde, Johny Bezerra, anunciou o projeto em encontro com deputados

tará com investimento inicial de mais de R\$ 173 milhões, dos quais R\$ 40 milhões virão do Governo Federal.

Ainda, segundo a secretaria, o Paraíba Contra o Câncer visa atender os objetivos estabelecidos no Plano Estadual de Oncologia apresentado e publicado em março no Diário Oficial. Entre eles, destacam-se: o fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde (RAS) para a

prevenção, diagnóstico precoce, tratamento eficaz e cuidados paliativos em oncologia no estado da Paraíba; a melhora na integração dos serviços de saúde oncológicos entre as macrorregiões e regiões de saúde do estado; a redução da incidência e mortalidade por neoplasias malignas na Paraíba; e a ampliação do acesso a informações e serviços de saúde relacionados ao câncer, promovendo a

equidade e a qualidade no atendimento oncológico.

“O nosso objetivo principal é fortalecer e organizar a Rede de Atenção ao Paciente com doença crônica na área da oncologia, contemplando as ações de rastreio, diagnóstico, tratamento, reabilitação, e cuidados paliativos por meio da regulação única e expansão da rede própria e contratualizada”, expli-

“
A oncologia está concentrada nos grandes centros, e é preciso regionalizar

Johny Bezerra

cou o secretário Johny Bezerra.

“A gente entende que a oncologia está concentrada nos grandes centros - em Campina Grande e João Pessoa - e é preciso regionalizar isso. É preciso interiorizar a atenção. É para isso o estado possui uma rede ampla de hospitais. São 34 hospitais e 4 UPAs. Com o programa, 15 desses hospitais estarão realizando serviços de oncologia”, complementou.

Ainda de acordo com Bezerra, a primeira fase do programa será iniciada logo no primeiro semestre de 2024 e consistirá na ampliação da rede própria do Estado para linhas de cuidado prioritárias, como os casos de câncer de mama, colo de útero, pró-

tata, aparelho digestivo e pele não melanoma.

No segundo semestre será iniciado o processo de contratualização de rede complementar, que envolverá hospitais privados, filantrópicos, clínicas e laboratórios credenciados pelo Governo do Estado. Por último, a partir de 2025, o governo espera ampliar as demais linhas de cuidado com base em cronograma definido a partir das taxas brutas de incidência registradas em 2023 pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca) e que será pactuado com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba (Cosems-PB) e com os 223 municípios do estado.

“O governo entende que é hora de tratar a oncologia como prioridade. E no que depender da Secretaria de Estado da Saúde, do Governo do Estado e do apoio da bancada da Assembleia e de toda sociedade civil organizada, nós estaremos buscando o melhor caminho para a oncologia no nosso estado”, garantiu o secretário de Saúde.

A cerimônia de lançamento do programa Paraíba Contra o Câncer será realizada no Espaço Cultural.

HOMENAGEM

ALPB concede Título de Cidadão ao ministro Alexandre Padilha

A Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) concedeu, ontem, o título de Cidadão Paraibano ao ministro das Relações Institucionais do Governo Federal, Alexandre Padilha. A homenagem aconteceu no Centro de Convenções de João Pessoa, durante uma reunião da Bancada Federal - um dos eventos realizados durante a Caravana Federativa do Governo do Estado e o primeiro Congresso e Feira de Oportunidades para os Municípios da Paraíba.

A comenda proposta pelo deputado Trócolli Júnior foi entregue pelo vice-presidente da Casa, Tião Gomes, que destacou a importância da homenagem ao ministro.

“Assumi esse compromisso de realizar essa homena-

gem, que teve a autoria do amigo Trócolli Júnior, e me sinto muito grato justamente pelo trabalho que Alexandre Padilha fez pelo Brasil e pela Paraíba como ministro e como um grande amigo que ele sempre foi de nosso Estado”, ressaltou Tião Gomes.

Ao ser homenageado pela ALPB, o ministro Alexandre Padilha agradeceu a honraria e afirmou o compromisso de continuar prestando relevantes serviços ao estado da Paraíba. “A Paraíba e os paraibanos marcaram a minha vida. Devo muito a esse estado pelo aprendizado que me deu na defesa da democracia e de uma sociedade mais justa. Por isso me considero um paraibano de coração. E hoje, me sinto muito grato”, destacou Alexandre Padilha.

Além dos senadores e deputados federais da bancada da Paraíba, a reunião contou com a participação da ALPB, do governador João Azevêdo, prefeitos paraibanos, representantes de bancos públicos e do Ministério das Relações Institucionais.

O mais novo Cidadão Paraibano, Alexandre Rocha Santos Padilha, é deputado federal reeleito pelo PT de São Paulo. Ele é médico infectologista pela USP, PHD em Saúde Pública pela UNICAMP e professor universitário.

Alexandre Padilha foi ministro nos governos Lula e Dilma Rousseff (2011-2014) e atualmente está à frente do Ministério das Relações Institucionais do Governo Federal.

REDE APRENDIZ

Tribunal de Contas anuncia que vai aderir a iniciativa do TRT

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) vai aderir ao Programa Rede Aprendiz do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (13ª Região). A decisão foi tomada durante uma audiência realizada, entre o conselheiro Nominando Diniz, presidente do TCE-PB, e a juíza do Trabalho e gestora regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá.

Uma das mudanças promovidas pela nova lei de licitações e contratos administrativos (Lei n. 14.133/2021) é a exigência de cumprimento das cotas de aprendizes por parte de todos os contratados pelo poder público, tanto na fase de licitação quanto

durante a execução do contrato. Essa nova exigência visa incentivar a formação profissional de jovens e garantir a inserção deles no mercado de trabalho.

O conselheiro Nominando Diniz disse que com a adesão ao Programa Rede Aprendiz, o TCE-PB demonstra seu compromisso com a formação profissional e o cumprimento da legislação vigente, contribuindo para a qualificação da mão de obra e o desenvolvimento social e econômico da Paraíba.

Também participaram da audiência o diretor executivo-geral do TCE-PB, Severino Claudino Neto e servidora do TRT-13, Francineide Dias Braga.

O projeto Rede Aprendiz do TRT-13 possibilita que

as empresas que desempenham atividades insalubres e/ou perigosas possam cumprir sua obrigação legal de qualificar e empregar o público infante juvenil, preparando-o para o mundo do trabalho.

A seleção dos aprendizes para o programa será realizada pelas instituições Senac e CIEE, que irão oferecer a formação dos aprendizes.

■
Exigência visa incentivar a formação profissional de jovens

NA CÂMARA MUNICIPAL DE JP

Legado de José Maranhão é lembrado por amigos e familiares

O ex-governador da Paraíba José Targino Maranhão recebeu homenagem póstuma, em sessão solene realizada na Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP), na manhã de ontem. Familiares, amigos, políticos e autoridades lotaram as galerias da Casa para prestigiar a solenidade, proposta pelo vereador Milanez Neto (PV).

Compuseram a mesa, além do proponente da sessão, o vereador Odon Bezerra (PSB), que secretariou os trabalhos, o vereador Coronel Kelson (PRD); a desembargadora e viúva do homenageado Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti Maranhão; a vice-presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB), desembargadora Maria das

Graças; o secretário-chefe do Governo do Estado, Roberto Paulino, representando o governador João Azevêdo; o deputado federal Ranieri Paulino (Republicanos); o deputado estadual, Anderson Monteiro (MDB); e o presidente da Academia Paraibana de Letras, Ramalho Leite.

Antes de iniciar seu discurso, o vereador Fernando Milanez fez questão de destacar a posição da desembargadora Fátima Maranhão como esposa, companheira e mãe. “Com certeza, ao lado de um grande homem, sempre vem uma grande mulher. Nada mais importante ao falar de Maranhão do que falar da desembargadora Fátima Maranhão”, afirmou.

Para Milanez, o homena-

geado representa o ‘fazer política’ em sua essência, sempre em prol da população. “Seus ensinamentos estão na memória. O que Maranhão fez com mais vontade na vida foi ser político. Ele foi pai de tantos Joãos e Marias, sempre tomando conta deste povo. Enquanto deputado e senador, lutou e defendeu nossa cidade. Maranhão partiu fazendo o que mais gostava, que era política”, testemunhou Milanez.

O vereador ainda afirmou que, enquanto eu estiver na vida pública, sempre irá fazer referência a Maranhão. “Ele sempre será lembrado e seguido em minha vida pública, porque trouxe modernidade ao homem do candeeiro e pá preparada para todas

as obras em nosso estado. Foi um homem humilde, simples e destemido, que tem uma história escrita com amor e responsabilidade pela Paraíba. Enquanto exercer mandato, vou lembrar de Wilson Braga, Humberto Lucena, Ronaldo Cunha Lima, Antônio Mariz e José Maranhão. Esses homens nos dão orgulho de dizer que somos políticos e lutamos pela Paraíba”, destacou.

A desembargadora e viúva do homenageado, Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti Maranhão, agradeceu a presença de todos e a iniciativa da homenagem realizada. “Vejo aqui um auditório e mesa somente de amigos de José Maranhão. Cada um contaria uma história”, ga-



Foto: Iscom/CMJP

Plenário ficou lotado na homenagem a José Maranhão

rantiu. “Não tenho nada a pedir, só agradecer pelo privilégio de ter sido esposa e de continuar a amar José Targino Maranhão”, enfatizou.

O deputado federal Ranieri Paulino parabenizou a iniciativa da homenagem,

afirmou que defende os postulados ‘maranhenses’ e que sente saudades de José Maranhão. “Sim, tenho muita saudade e sinto muito a ausência de Maranhão como pai, como conselheiro. Para mim, ele era como farol, como norte”.

APÓS CAPTURA DOS FUGITIVOS

Diretor de penitenciária é demitido

Investigação não identificou indícios de corrupção na fuga, segundo a Secretaria Nacional de Políticas Penais

Fabiola Sinimbu
Agência Brasil

A demissão do diretor da Penitenciária Federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte, Humberto Gleydson Fontinele Alencar, foi publicada ontem no Diário Oficial da União. A medida acontece um dia após a captura dos fugitivos Rogério da Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento em Marabá, no estado do Pará, mas o documento é datado do dia 25 de março.

Os fugitivos foram presos com mais quatro pessoas e também houve a apreensão de um fuzil e aparelhos celulares. Em entrevista coletiva, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, destacou que criminosos das mesmas facções de Mendonça e Nascimento ajudaram nesses 50 dias

em que os detentos permaneceram em fuga.

A operação de recaptura envolveu o monitoramento pelo uso da inteligência, o que possibilitou a prisão de 14 pessoas envolvidas no caso e a localização e prisão dos fugitivos a 1.600 quilômetros de distância do local de fuga.

Afastamento

Lewandowski havia afastado o diretor da unidade prisional de segurança máxima desde o dia em que a fuga dos dois detentos se tornou pública, em 14 de fevereiro. Na ocasião, o ex-diretor da Penitenciária Federal de Caxandubas, no Paraná, Carlos Luis Vieira Pires, foi nomeado interventor.

O caso chamou a atenção por ser a primeira fuga registrada no país no sistema penitenciário federal, desde a sua criação em 2006. Coor-



Foto: Agência GOV

Fuga em Mossoró chamou atenção por ter sido a primeira registrada no país no âmbito do sistema penitenciário federal

denada pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a rede, que é formada por cinco presídios de segurança máxi-

ma, possui protocolos e sistema de vigilância avançados.

As investigações apontaram que Mendonça e Nascimento fugiram da Penitenciária de Mossoró usando

ferramentas disponibilizadas para uma obra de reforma na unidade. A corregedoria-geral da Senappen informou que a apuração não identificou indícios de

corrupção na fuga. Três Processos Administrativos Disciplinares (PADs) foram instaurados para identificar e corrigir infrações entre os servidores da unidade.

RIO DE JANEIRO

Escritora Roseana Murray perde braço direito e é internada na UTI, após ataque de pitbulls

Julia Queiroz
Agência Estado

A escritora Roseana Murray, de 73 anos, perdeu o braço direito após ser atacada por três cães da raça pitbull ontem, em Saquarema, região dos lagos do Rio de Janeiro. O acidente aconteceu no bairro Gravatá no início da manhã. A escritora, ferida na cabeça e nos braços, foi socorrida em estado grave pelo Corpo de Bombeiros por volta das 6h13 da manhã e encaminhada, de helicóptero, ao Hospital Estadual Alberto Torres, em São Gonçalo.

Segundo a Secretaria de Estado de Saúde, Roseana foi prontamente atendida e “avaliada por uma equipe médica multidisciplinar, incluindo neurocirurgião, cirurgião geral, cirurgião bucomaxilo facial e ortopedista”.

A escritora passou por diversas cirurgias, encontra-se estável e sedada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Até o fechamento desta edição, Roseana não corria risco de vida.

Depoimento

O caso foi registrado na 124ª DP, em Saquarema, para onde o tutor dos animais foi

encaminhado após o ocorrido. Ele prestou depoimento no local e, de acordo com a Polícia Civil, os fatos seguem sendo apurados em investigação.

Desde 2005, de acordo com a Lei Estadual 4.597, é proibida a circulação de pitbulls em locais como ruas, praças, jardins e parques públicos do Rio sem que estejam acompanhados de um adulto e usando guias e focinheiras adequadas ao animal.

Roseana Murray

Roseana Murray é um dos nomes mais reconhecidos da literatura infantil bra-

sileira. A escritora nasceu no Rio de Janeiro, em 1950. Formada em Literatura e Língua Francesa em 1973, na Universidade de Nancy, ela tem mais de 100 livros publicados e recebeu prêmios importantes, incluindo quatro vezes “O Melhor de Poesia”, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

Por Jardins, recebeu o Prêmio Academia Brasileira de Letras para livro infantil, em 2002. Ela faz parte da Lista de Honra do Organismo Internacional I.B.B.Y, que inclui os melhores escritores de literatura infantojuvenil do mundo.

INTERPRETAÇÃO DA CF

Cármem Lúcia vota contra o poder moderador militar

Karina Ferreira
Agência Estado

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármem Lúcia votou ontem contra o entendimento de que há previsão na Constituição para intervenção das Forças Armadas sobre os Três Poderes da República. A magistrada qualificou as possíveis interpretações da lei que permitissem aos militares atuarem como um “poder moderador” como “delírio antijurídico ou desvario antidemocrático”.

“Qualquer referência à interpretação de norma legal que confronte os termos expressos dos artigos 1º e 2º da Constituição do Brasil é delírio antijurídico ou desvario antidemocrático, não é interpretação constitucional. Nem mesmo os poderes constitucionais - Legislativo, Executivo e Judiciário - estão acima nem podem atuar contra a Constituição”, afirmou.

Em seu entendimento, as Forças Armadas são uma instituição “permanente e regular” e qualquer atuação fora da regularidade constitucional democrática é ilícita.

A ação julgada pelo STF foi apresentada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2020. O partido questionou o Supremo sobre interpretações do artigo 142 da Constituição Federal, que trata das Forças Armadas. O julgamento foi iniciado na última sexta-feira, 29, em plenário virtual.

A ideia de que as forças militares poderiam agir como poder moderador durante crises institucionais é ventilada frequentemente por bolsonaristas para defender intervenção militar “dentro da Constituição”. Em seu voto, a ministra afirmou que em nenhuma Constituição brasileira as Forças Armadas receberam a condição de poder, nem mesmo

Opinião

Para a ministra do STF, qualquer entendimento de que há previsão de intervenção das Forças Armadas na Constituição Federal é um “delírio antijurídico ou desvario antidemocrático”

moderador, e que a leitura da história deve ser feita “de todo o enredo, não de uma página”.

A ministra diz ainda que, mesmo a separação dos poderes sendo próprio do sistema constitucional democrático e com o “poder moderador” ter sido extinto já no Império, a democracia brasileira “não tem sossego”.

Votos

O relator do caso, ministro Luiz Fux, votou contra o entendimento que permite tal intervenção pelos militares, afirmando que a interpretação do artigo deve ser feita considerando todo o sistema legal brasileiro, especialmente no que diz respeito à separação dos poderes.

Além do relator e de Cármem Lúcia, os ministros André Mendonça, Edson Fachin, Flávio Dino, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux também votaram contra a interpretação. Ainda restam votar os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques. Eles têm até dia 8 para registrar seus votos.

CONFLITOS AGRÁRIOS

Força Nacional permanecerá nas terras indígenas Guarita e Nonoai por 90 dias

Fabiola Sinimbu
Agência Brasil

A Força Nacional de Segurança Pública permanecerá por mais 90 dias atuando em apoio a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) nas terras indígenas Guarita e Nonoai, no estado do Rio Grande do Sul. A medida foi determinada em publicação no Diário Oficial da União de ontem. A região sofre com um histórico de conflitos agrários, disputa de poder e no início deste ano foi atingida por um vendaval que afetou as áreas onde vivem os povos kaingang, guarani-kaio-wá, guarani-mbya, guarani-ñandeva e guarani.

A Terra Indígena (TI) Guarita possui uma das maiores populações indígenas do Rio Grande do Sul, reunindo cerca de 6,5 mil



Foto: Funai

Terra Indígena Guarita, no Rio Grande do Sul, reúne cerca de 6.500 pessoas

pessoas em uma região de Mata Atlântica. Desde 2021, quando a população convocou uma eleição para cacique, que não foi reconhecida pelo então líder da comunidade Carlinhos Alfaiate, os conflitos entre os próprios indígenas resultaram na morte de três pessoas dentro da área de reserva, entre elas, a filha de Alfaiate, de 14 anos.

Desde julho de 2023, o Ministério da Justiça e Segurança Pública já havia autorizado o emprego da Força Nacional em apoio aos órgãos de segurança pública do Rio Grande do Sul, que realizaram uma série de operações para desarmamento dos indígenas.

A atuação dos militares se estende às terras vizinhas

Nonoai, onde vivem cerca de 2,6 mil indígenas em uma área de 20 mil hectares, ao norte do estado. A região também é área de conflitos com invasores que exploram ilegalmente o uso da terra.

A invasão e arrendamento por produtores de grãos resultou em um processo movido pelo Ministério Público Federal.

INESPERADO

Nova York é atingida por terremoto

Corpo de Bombeiros não registrou danos estruturais e feridos, mas tremor secundário pode ocorrer nos próximos dias

Agência Estado

Um terremoto abalou a densamente povoada área metropolitana da cidade de Nova York, nos Estados Unidos, na manhã de ontem, segundo o Serviço Geológico dos EUA, com moradores relatando que sentiram estrondos na região. De acordo com o serviço, o terremoto pode ter sido sentido por 42 milhões de pessoas.

A agência relatou um terremoto com magnitude preliminar de 4,8, perto da cidade de Líbano, em Nova Jersey. O Corpo de Bombeiros de Nova York afirmou que não houve relatos iniciais de danos. O prefeito de Nova York, Eric Adams, foi informado sobre o terremoto, segundo seu porta-voz, Fabien Levy. “Embora não tenhamos nenhum relatório de grandes impactos neste momento, ainda estamos avaliando o impacto”.

As escolas públicas da cidade de Nova York não relataram sinais imediatos de danos ou edifícios comprometidos, segundo Nathaniel Styer, um porta-voz. “O lugar mais seguro para os nossos filhos, neste momento, é nas nossas escolas, as esco-



Desde 1995, o código de construção da cidade prevê protocolos contra terremoto, mas a maioria dos edifícios foi construída antes

las estão funcionando normalmente.”

O sistema de notificação de emergência da cidade de Nova York afirmou em uma postagem nas redes sociais, mais de 30 minutos após o terremoto, que não havia relatos de danos ou feridos na cidade.

O porta-voz também pe-

diu para que os cidadãos se preparem para um tremor secundário, postando nas redes sociais: “Em caso de tremor secundário, caia no chão, cubra a cabeça e o pescoço e proteja-se adicionalmente sob uma peça sólida de mobília, próximo a uma parede interna ou em uma porta”, alerta.

Embora os terremotos em Nova York sejam uma surpresa, os especialistas sabem que o solo nem sempre é estável. Um estudo de 2008 descobriu que um terremoto de magnitude 5 ocorria na área aproximadamente uma vez por século. Uma magnitude ainda maior, 7, é estima-

da uma vez a cada 3.400 anos.

A cidade de Nova York adicionou protocolos de segurança contra terremotos ao seu código de construção em 1995, mas a maioria dos cerca de 1 milhão de edifícios da cidade foram construídos antes disso. Muitos são considerados “vulneráveis” a ter-

remotos, segundo a cidade.

De acordo com uma previsão feita pelo Serviço Geológico dos EUA, existe uma chance de 3% de um grande tremor secundário nos próximos dias, de uma magnitude de até 5,0 e 46% de um tremor de menor escala, que teria uma magnitude de 3,0.

“O lugar mais seguro para os nossos filhos, neste momento, é nas nossas escolas, as escolas estão funcionando normalmente

Nathaniel Styer

PRESSÃO DIPLOMÁTICA

ONU pede embargo no envio de equipamentos militares para Israel

ONU News

O Conselho de Direitos Humanos adotou ontem, em Genebra, uma resolução defendendo o fim da venda, da transferência e do desvio de armas, munições e outros equipamentos militares para Israel. Foram 28 votos a favor, seis contra e 13 abstenções

O órgão de 47 Estados-membros condena o “uso da fome de civis como método de guerra em Gaza”, ao mesmo tempo que apela a um embargo de armas a Israel.

Responsabilização

O texto sobre a situação dos direitos humanos no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e a obrigação de

garantir a responsabilização e a justiça foi apresentado pelo Paquistão.

O documento apela ainda que sejam evitadas “novas violações do direito humanitário internacional e violações e abusos dos direitos humanos”.

A resolução entregue em nome da Organização para a Cooperação Islâmica teve o Brasil como um dos copatrocinadores, ao lado de Bolívia, Cuba, Palestina, China, Luxemburgo, Malásia e África do Sul. As resoluções do Conselho de Direitos Humanos não são juridicamente vinculativas para os Estados, mas têm um peso moral significativo. Neste caso, um dos efeitos esperados é que aumente a pressão diplomáti-

ca sobre Israel, bem como a potencial de influenciar decisões políticas nacionais.

Inteligência artificial

A resolução adotada também aponta “o uso de inteligência artificial para ajudar na tomada de decisões militares em conflitos que podem contribuir para crimes internacionais”.

O documento condena os “ataques a civis, nomeadamente em 7 de outubro passado, e exige a libertação imediata de todos os restantes reféns, pessoas detidas arbitrariamente e vítimas de desaparecimentos forçados, bem como a garantia de acesso humanitário imediato aos reféns e detidos, conforme o direito internacional”.

Dois oficiais envolvidos no ataque a agentes humanitários são demitidos

O inquérito que investigou a morte de sete trabalhadores humanitários em Gaza, resultou na demissão de dois oficiais do exército israelense e na repressão formal de comandantes.

O ataque aos carros da ONG World Central Kitchen aconteceu na última segunda-feira, dia 1º de abril. A ofensiva evidenciou possíveis erros e violações graves cometidos pelo exército israelense.

O presidente dos Estados Unidos pressionou o Governo de Israel para uma mudança de postura com relação aos civis e trabalhadores humanitários em Gaza. Biden ainda ameaçou mudar a política norte-americana com relação a Israel.

A defesa dos militares alega que o comboio de veículos foi confundido e o ataque se deu por acreditaram que atingiam combatentes do Hamas. Já os represen-

tantes da ONG pediram que uma nova investigação seja feita, por uma comissão independente.

Com a pressão internacional, Netanyahu anunciou ontem que está adotando medidas para ampliar o acesso da ajuda humanitária em Gaza, com a reabertura de uma passagem na fronteira ao norte. Ele, contudo, não foi específico quanto aos produtos que poderão entrar na região.

Memórias A UNIÃO

Neste domingo (7), a história de **Manoel Sousa da Silva**. Ele é impressor e começou como um faz tudo da gráfica. Hoje trabalha com a rotativa, máquina que imprime o jornal.

Acesse nosso canal no YouTube

uniaogovpb

| | | | | | | |
|--|---|--|--|---|---|--|
| Selic Fixado em 20 de março de 2024 10,75% | Sálário mínimo R\$ 1.412 | Dólar \$ Comercial +0,25% R\$ 5,063 | Euro € Comercial +0,27% R\$ 5,486 | Libra £ Esterlina +0,02% R\$ 6,410 | Inflação IPCA do IBGE (em %) Fevereiro/2024 0,83 Janeiro/2024 0,42 Dezembro/2023 0,56 Novembro/2023 0,28 Outubro/2023 0,24 | Ibovespa 126.865 pts -0,46% |
|--|---|--|--|---|---|--|

SEGUNDO DO NORDESTE

Empresas da PB se destacam em regularização de dívdas

Débitos superiores a R\$ 10 mil registraram maior índice de pagamentos

Bárbara Wanderley
babiwanderley@gmail.com

A Paraíba foi o segundo estado do Nordeste onde as empresas mais regularizaram dívidas em até 60 dias a partir do mês de novembro de 2023. Isso significa que 71,1% das empresas paraibanas que foram negativadas por dívidas em novembro, procuraram regularizar o débito dentro de até 60 dias. A liderança ficou com o Piauí, onde 78,7% das empresas com débitos resolveram a situação em até 60 dias. A média da região Nordeste ficou em 64,2%. Os dados são do Indicador de Recuperação de Crédito das Empresas da Serasa Experian.

Na visão nacional, 56,9% das dívidas foram pagas ou renegociadas pelas companhias inadimplentes em até 60 dias do mês de referência. Os dados mostram também que este foi o maior percentual dos últimos 12 meses. O setor com a maior parte das dívidas sanadas foi o de “Bancos/Cartões” (64,3%). Para o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi, “a redução das taxas de juros e da inflação, a partir do segundo semestre de 2023, contribuiu para que os consumidores quitassem ou renegociassem parte de suas dívidas negativadas, resultando em maior estabilidade na inadimplência. Esses pagamentos, sem dúvida, são direcionados às empre-

sas, que experimentam um aumento no capital disponível e ganham fôlego para quitar seus próprios compromissos”. As dívidas com valores superiores a R\$ 10 mil foram as que registraram maior porcentagem de pagamentos (80%) e, aquelas entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil, a menor (44%). As dívidas com vencimento que ultrapassavam mais de um ano foram as mais pagas no período (69,6%). Em seguida estavam as com um ano (61,6%), 60 dias (58,3%), 30 dias (54,4%), 180 (50,9%) e 90 dias (49%).

Pesquisa Serasa

■ Recuperação de crédito nas empresas da região Nordeste

| | |
|--------------------|-----------------------------|
| Piauí - 78,7% | Alagoas - 63,8% |
| Paraíba - 71,1% | Maranhão - 60,4% |
| Sergipe - 70,5% | Rio Grande do Norte - 60,2% |
| Pernambuco - 67,2% | Ceará - 54% |
| Bahia - 66,4% | |

EM JOÃO PESSOA

Procon registra diferença de R\$ 11,90 no preço do pão francês; confira os locais mais baratos

A diferença no preço do quilo do pão francês nas padarias da capital chega R\$ 11,90. O registro é da pesquisa realizada pelo Procon-JP e divulgada ontem, com o produto oscilando entre R\$ 11,00 (na Panificadora N. S. Aparecida – José Américo e Mercadinho e Panificadora Vale dos Sonhos – Valentina) e R\$ 22,90 (Sabor do Trigo – Manaíra), com média de R\$ 16,28 e variação de 108,2%. O levantamento, que visitou 40 estabelecimentos e traz preços, ainda, do pão para cachorro quente, do pão para hambúrguer e do pão

de caixa, constata, ainda, que os outros menores preços do pão francês estão sendo praticados a R\$ 12,00 (Panificadora Vasconcelos – Cruz das Armas); e a R\$ 12,99 (Kimassa – Bairro das indústrias e Cavalcanti – Torre). O Procon-JP encontrou o preço do pão para cachorro quente comercializado entre R\$ 11,00 (Mercadinho e Panificadora Vale dos Sonhos – Valentina) e R\$ 24,00 (Unipão – Tambaú), com diferença de R\$ 13,00, variação de 118,2% e média de R\$ 17,04. O segundo menor preço do produto foi registrado a R\$ 12,99 (Cavalcanti – Torre e Kimassa – Bairro das Indústrias); e R\$ 13,00 (Bom Jesus –

Bairro das Indústrias), seguido de R\$ 13,00 (Bom Jesus – Castelo Branco e Padaria do Irmão – Mangabeira). Pão de caixa Quanto ao pão de caixa, o produto está sendo comercializado entre R\$ 11,00 (Mercadinho e Panificadora Vale dos Sonhos – Valentina) e R\$ 22,90 (Sabor do Trigo – Manaíra), com variação de 108,2%, média de R\$ 17,28 e diferença de R\$ 11,90. Os outros menores preços foram encontrados a R\$ 12,99 (Kimassa – Bairro das Indústrias e Cavalcanti – Torre); seguido de R\$ 13,00 (Bom Jesus – Castelo Branco e Padaria do Irmão – Mangabeira).



Órgão visitou 40 estabelecimentos e oferece uma lista com preços e locais onde os produtos podem ser encontrados

Opinião

Alexandre Henrique Salema Ferreira
salemaferreira@gmail.com | Colaborador

Globalização e tributação

A eleição em 2016 do ultraliberal Donald Trump para presidente dos EUA, por mais paradoxal que possa parecer, inseriu na pauta política mundial os efeitos deletérios da globalização para as economias nacionais. A partir daí, o recrudescimento do protecionismo foi inevitável. A globalização, isto é, a internacionalização dos mercados de capital e de produção, defendida pela ideologia neoliberal, impôs um modelo produtivo fortemente ancorado na alocação mais eficiente dos recursos, no livre comércio, nos ganhos de escala de produção, nas tecnologias da informação e na flexibilidade produtiva. Apesar disso, a globalização criou uma incômoda dependência mundial por insumos e produtos em relação aos países onde a produção industrial foi concentrada, notadamente a China. Ademais, resultou em uma acelerada desindustrialização das economias nacionais, com fechamento de postos de trabalho na indústria e a consequente balcanização da economia dos países desenvolvidos.

A globalização também escancarou um outro problema: a dificuldade de os estados nacionais veicularem políticas públicas sociais em seus territórios, devido à impossibilidade fática e legal de impor mecanismos de controle em relação ao capital e à crescente transnacionalização da produção, habilitadas pelas redes integradas de produção e comércio internacionais. Na verdade, a globalização promoveu a desvinculação jurídica e material entre capital, mercado e território. O capital se tornou volátil e o mercado não mais se encontrava restrito aos territórios nacionais. A consequência mais imediata foi a incapacidade de os governos nacionais assegurarem em seus próprios territórios uma base econômica produtiva apta à geração de receitas públicas. O fenômeno da globalização já era uma realidade consolidada quando aqui no Brasil foi instalada, em 1987, a Assembleia Nacional Constituinte. Apesar disso, o modelo tributário estabelecido na Constituição Federal de 1988 (CF/88) terminou por revelar que as decisões políticas tomadas em relação ao financiamento do Estado brasileiro eram inábeis ao enfrentamento do passivo social e ao estímulo ao crescimento econômico que o país exigia após a redemocratização.

As decisões políticas tomadas à época tinham que enfrentar uma incômoda realidade econômica internacional a exigir um modelo de financiamento do Estado brasileiro apto a gerar receitas públicas. Mas, como gerar receitas públicas em uma economia fechada e ineficiente, que enfrentava forte concorrência internacional e diante de bases econômicas de incidência tributária sujeitas à translação internacional? As decisões políticas tomadas à época estavam impregnadas de forte desapego à realidade socioeconômica do país. Os dados comprovam que a carga tributária a partir de 1990 apresentou um comportamento autônomo em relação ao crescimento econômico e às condições do mercado de trabalho no país. Além disso, não houve nenhuma preocupação do constituinte originário quanto à imposição de limites à elevação da carga tributária em relação ao PIB. Nas décadas subseqüentes à promulgação da CF/88 nossa carga tributária atingiu níveis comparáveis aos dos países desenvolvidos. Diante da impossibilidade de se tributar relevantes bases econômicas sujeitas à fuga, tais como o capital, o lucro e o grande patrimônio, a decisão política tomada foi no sentido de se tributar bases econômicas imunes à concorrência fiscal internacional, em especial o consumo e a renda individuais. Tudo, claro, em desrespeito ao princípio da capacidade contributiva individual.

RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS

Pequeno exportador terá vantagem

Medida está sendo desenhada e deve valer a partir do próximo ano, até a entrada em vigor da reforma tributária

Da Redação

Os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) estudam aumentar a restituição dos tributos das micro e pequenas empresas (MPE) exportadoras. A iniciativa já existe e o crédito para abatimento é de 0,1% sobre a receita do bem exportado, por isso, a ideia é elevar esse percentual para os pequenos negócios – do total de 28,5 mil empresas exportadoras brasileiras, 11,5 mil são MPE. O aumento valeria para os próximo dois anos, já que a reforma tributária acaba com o problema da cumulatividade de impostos sobre as exportações a partir de 2027.

A medida é uma forma de apoiar o setor das micro e pequenas empresas, afirmou o vice-presidente da República e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin. Nesse sentido, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acrescenta que o “Brasil tem grandes exportadores. Mas não tem um programa de apoio e incentivo para o pequeno exportador. Então, nós vamos começar a desenvolver um grupo de trabalho para dar sustentação a esse agente”, explicou em entrevista concedida nesta quarta (3/4).

Para o Sebrae a decisão abre oportunidades e melhora o ambiente de negócios. “Essa decisão do governo Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin de olhar para os pequenos negócios vai beneficiar a internacionalização do segmento. O momento para a tomada de decisões como essa são essenciais, pois o Brasil foi o segundo país que mais atraiu investimentos externos ano passado e a nossa economia passou da 11ª posição para 9ª economia do mundo. Os pequenos negócios precisam de incentivos

Apoio

No total, foram disponibilizadas 200 mil vagas na plataforma de conteúdos do Programa, que ensinam como aumentar produtividade e transformação digital

como este”, explica o presidente nacional da instituição, Décio Lima.

Apoio

Uma das ações do Sebrae para apoiar os pequenos negócios no processo de comércio além-fronteiras é o Sebraetec, que possibilita aos empresários o acesso a consultorias voltadas para soluções inovadoras e acompanha todas as etapas para assegurar os melhores resultados, de forma personalizada.

Se a empresa for uma pequena indústria, o Programa Brasil Mais Produtivo também conta com ferramentas para que o negócio possa dar um passo a mais em sua competitividade. No total, foram disponibilizadas 200 mil vagas na plataforma de conteúdos do programa, que ensinam como aumentar produtividade e transformação digital. O Sebrae também é parceiro da iniciativa por meio do acompanhamento gratuito e individualizado de Agentes Locais de Inovação (ALI) a pequenos negócios, com foco no fomento à inovação e na utilização de novas ferramentas digitais.



Foto: Arquivo/Agência Brasil

Cesta mais cara do país foi encontrada em São Paulo, onde o conjunto dos alimentos básicos custava, em média, R\$ 813,26

DIEESE

Custo da cesta básica sobe em 10 capitais; João Pessoa tem segundo menor preço

Agência Brasil

Em março, o custo da cesta básica subiu em 10 das 17 capitais brasileiras analisadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada mensalmente, em São Paulo, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

As maiores elevações foram registradas no Recife (5,81%), Fortaleza

(5,66%), Natal (4,49%) e Aracaju (3,90%). Já as reduções mais expressivas foram observadas no Rio de Janeiro (-2,47%), Porto Alegre (-2,43%), Campo Grande (-2,43%) e Belo Horizonte (-2,06%).

Custo das cestas

A cesta mais cara do país foi encontrada em São Paulo, onde o conjunto dos alimentos básicos custava, em média, R\$ 813,26. Em seguida, figuram as cestas do Rio

de Janeiro (R\$ 812,25), Florianópolis (R\$ 791,21) e Porto Alegre (R\$ 777,43).

Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram anotados em Aracaju (R\$ 555,22), João Pessoa (R\$ 583,23) e Recife (R\$ 592,19).

Salário mínimo ideal

Com base no valor da cesta mais cara do país - a de São Paulo - e, levan-

do em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o salário mínimo ideal deveria ser de R\$ 6.832,20 em março, valor 4,84 vezes superior ao do salário mínimo atual de R\$ 1.412,00.

ESTATÍSTICAS FISCAIS

Contas públicas têm déficit de R\$ 48,7 bilhões em fevereiro

Agência Brasil

As contas públicas fecharam o mês de fevereiro com saldo negativo, resultado principalmente do déficit do Governo Federal, em razão da antecipação do pagamento de precatórios em 2024. O setor público consolidado – formado pela União, pelos estados, municípios e empresas estatais – registrou déficit primário de R\$ 48,692 bilhões

no mês de fevereiro, ante déficit de R\$ 26,453 bilhões no mesmo mês de 2023.

As Estatísticas Fiscais foram divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Nos dois primeiros meses do ano, o setor público consoli-

dado registra superávit primário de R\$ 53,455 bilhões. Em 12 meses - encerrados em fevereiro - as contas acumulam déficit primário de R\$ 268,229 bilhões, o que corresponde a 2,44% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

Em 2023, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R\$ 249,124 bilhões, 2,29% do PIB.

Superávit nos estados

Em fevereiro último, a conta do Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) teve déficit primário de R\$ 57,821 bilhões ante resultado negativo de R\$ 39,238 bilhões em fevereiro de 2023. O montante do déficit difere do resultado divulgado pelo Tesouro Nacional, de déficit de R\$ 58,444 bilhões em fevereiro porque, além de considerar os governos locais e as estatais, o BC usa metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Já os governos estaduais registraram superávit no mês de fevereiro de R\$ 7,486 bilhões, ante superávit de R\$ 7,542 bilhões em fevereiro do ano passado. Os governos municipais tiveram resultado positivo de R\$ 1,160 bilhão em fevereiro deste ano. No mesmo mês de 2023, houve superávit de R\$ 4,305 bilhões para esses entes.

No total, os governos regionais - estaduais e municipais - tiveram superávit de R\$ 8,646 bilhões em fevereiro de 2023 contra resultado positivo de R\$ 11,847 bilhões no mesmo

mês do ano passado.

As empresas estatais federais, estaduais e municipais - excluídas dos grupos Petrobras e Eletrobras - tiveram superávit primário de R\$ 483 milhões no mês de fevereiro, contra superávit de R\$ 938 milhões no mesmo mês de 2023.

Os gastos com juros ficaram em R\$ 65,166 bilhões em fevereiro deste ano, um ligeiro aumento em relação aos R\$ 64,153 bilhões registrados em fevereiro de 2023. Já de janeiro para fevereiro de 2024, houve uma redução significativa. No primeiro mês do ano, os gastos com juros foram de R\$ 79,914 bilhões.

De acordo com o BC, não é comum a conta de juros apresentar grande variações, especialmente negativas, já que os juros são apropriados por competências, mês a mês. Mas nesse resultado, há os efeitos das operações do Banco Central no mercado de câmbio (*swap* cambial, que é a venda de dólares no mercado futuro) que, nesse caso, contribuíram para a piora da conta de juros em janeiro. Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros

da dívida pública, como receita quando há ganhos e como despesa quando há perdas.

No mês de janeiro, a conta de *swaps* teve perdas de R\$ 10 bilhões, enquanto em fevereiro ficou praticamente estável, com perdas de R\$ 0,4 bilhões. Além disso, o mês de fevereiro é mais curto, com três dias a menos, portanto, menos dias para acumular juros, o que também explica essa redução em relação a janeiro.

O resultado nominal das contas públicas – formado pelo resultado primário e os gastos com juros – aumentou na comparação interanual. Em fevereiro, o déficit nominal ficou em R\$ 113,858 bilhões contra o resultado negativo de R\$ 90,606 bilhões em igual mês de 2023.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, o setor público acumula déficit R\$ 1,015 trilhão, ou 9,24% do PIB, o maior déficit nominal para o período de 12 meses desde janeiro de 2021. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.



Foto: Marcello Casal/Agência Brasil

Nos dois primeiros meses do ano, o setor público consolidado registrou superávit primário

AEDES AEGYPTI NA PARAÍBA

Saúde libera boletim das arboviroses

Até o momento, os casos registrados somam 7.201, sendo 6.374 de dengue, 741 de chikungunya e 86 de zika

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) divulgou ontem o Boletim das Arboviroses. O documento apresenta o levantamento dos agravos causados pelo mosquito Aedes aegypti na Paraíba do início do ano até a 13ª semana epidemiológica – que compreende o período de 24 a 30 de março. Até o momento, os casos prováveis de arboviroses totalizam 7.201, sendo 6.374 para dengue, 741 para chikungunya e 86 para zika. O órgão faz um alerta para que a população procure uma unidade de saúde ao sentir os primeiros sintomas.

De acordo com a técnica das arboviroses da SES, Carla Jaciara, em termos de porcentagem houve um aumento significativo de 207% para os casos de dengue, 83% para os casos de chikungunya e 132% para os casos de zika, isso se comparado com o mesmo período do ano passado. Ela destaca as ações que estão sendo realizadas pela Secretaria de Saúde para fortalecer o combate às arboviroses.

A Secretaria de Saúde do Estado vem elaborando e desenvolvendo ações voltadas

Documentos apresenta o levantamento dos agravos causados pelo mosquito na Paraíba do início do ano até a 13ª semana epidemiológica

especificamente ao controle da dengue, chikungunya e zika, como capacitações do manejo clínico, oficinas, instalação de armadilhas ovi-trampas, reuniões virtuais, visitas técnicas aos municípios onde ocorreram óbitos ou que ainda estão com óbito em investigação, além da reestruturação da sala de situação onde são liberados informes diários sobre o cenário das arboviroses”, explicou.

Sobre os óbitos, a Paraíba apresenta três confirmados para dengue em Camalaú, Conde e Campina Grande, e dois para chikungunya, em Sapé e João Pessoa. Quatro óbitos seguem em investigação.



Foto: Roberta Aline/MDS

Programa retomou o conceito de composição familiar para a distribuição dos recursos e trouxe o foco para a primeira infância

CADASTRO ÚNICO

Novo Bolsa Família reduziu de 80% para 6% a pobreza na primeira infância no Brasil

O Bolsa Família reduz de 80% para 6% a pobreza na primeira infância, segundo o estudo “Perfil da Primeira Infância no Cadastro Único”. O levantamento foi feito em parceria entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Antes de receber o benefício, quatro a cada cinco (80%) crianças de até seis anos estavam em famílias com renda mensal familiar de até R\$ 218 por pessoa. Após a transferência de renda proporcionada pelo programa, a incidência cai para menos de dois dígitos. Na região Centro-Oeste, chegou a 3,5%.

O estudo aponta também que, na ausência do benefício, quase uma a cada quatro crianças brasileiras na primeira infância, 24%, estaria em situação de pobreza. Com o novo Bolsa Família, o número cai para 13%. Relançado em março de 2023, o Bolsa Família retomou o conceito de composição familiar para a distribuição dos recursos e trouxe o foco para a primeira infância, com a implantação de uma cesta de benefícios. São R\$ 150 para cada criança de zero a seis anos, o chamado Benefício da Primeira Infância

(BPI), e outros R\$ 50 para gestantes, nutrizes e crianças e adolescentes de sete a 18 anos incompletos, o Benefício Variável Familiar (BVF).

A pesquisa avalia o impacto dos aumentos do benefício na primeira infância, isto é, da gestação aos seis anos. Além disso, produz um guia para apoiar a elaboração de políticas públicas capazes de causar impactos positivos entre as crianças nessa faixa etária, com dois objetivos principais: evitar que as crianças estejam expostas à insegurança alimentar; induzir o fortalecimento do desenvolvimento infantil por meio da ampla oferta de serviços essenciais às famílias beneficiárias, como os de saúde, educação, assistência social e outros.

A CEO da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, Mariana Luz, acredita que recompor o poder de compra das famílias e sua capacidade de financiar necessidades básicas de moradia, alimentação, higiene e transporte é medida essencial.

“As crianças na primeira infância têm urgência e o investimento nessa fase da vida é capaz de romper com ciclos intergeracionais de pobreza”, analisa Mariana Luz.

Nas famílias de baixa renda, 15% são crianças

Uma das constatações é de que há maior concentração de crianças de 0 a 6 anos em famílias de baixa renda do que na média da população. No Brasil, 8,9% da população está nesta faixa etária, enquanto no Cadastro Único ela representa 15,9% dos inscritos.

Foram consideradas as famílias de baixa renda (renda mensal familiar per capita de até meio salário-mínimo, equivalente a R\$ 660 à época), e com cadastro atualizado em outubro de 2023. Desse modo, o cruzamento dos dados do Censo 2022 com o levantamento no CadÚnico mostra que 55,4% de todas as crianças na primeira infância estão entre as famílias mais pobres do país.

Fonte de dados

Por ser um mapa das famílias de baixa renda no Brasil, o Cadastro Único que, em janeiro, registrava 95,8 milhões de pessoas, é uma rica fonte de dados para pesquisas. Para contribuir com

CadÚnico mostra que 55,4% de todas as crianças na primeira infância estão entre as famílias mais pobres do país

a realização de diagnóstico, monitoramento e avaliação integrada, o MDS lançou no fim de 2024 o Observatório do Cadastro Único, um painel interativo que busca promover e aprimorar a gestão da informação a partir da utilização destas informações.

Há um ano, 34,3% das famílias no Bolsa Família receberam o BPI. O pagamento significou um aumento de 64% para 84% no percentual de famílias com crianças resgatadas da pobreza.

Municípios devem atuar mais na limpeza urbana

Em decorrência do período de elevadas temperaturas e chuvas torrenciais, a SES recomenda que os municípios intensifiquem as ações de modo integrado com diversos setores, como os setores de infraestrutura, limpeza urbana, Secretaria de Educação, de Comunicação e de Meio Ambiente e também outras áreas afins. E mais ainda, é importante que os gestores municipais busquem sensibilizar a população quanto ao autocuidado para a eliminação de criadores do mosquito Aedes aegypti, para que, assim, todos possam ficar atentos aos sintomas, e, quando necessário, procurar um serviço de saúde para identificar em tempo oportuno os casos suspeitos de arbovirose no território.

O Boletim também apresenta os dados do 1º Levantamento Rápido de Índices para o Aedes argypti (LI-RAa) na Paraíba. Os 223 municípios realizaram o levantamento e, de acordo com os dados enviados, 166 municípios encontram-se em situação de alerta ou risco, e 57 em situação satisfatória.

A Secretaria de Saúde lembra que os focos do mosquito Aedes aegypti, na grande maioria, são encontrados dentro de casa, quintais e jardins. Daí a importância de as famílias não esquecerem que o dever de casa no combate ao mosquito é permanente. Pelo menos uma vez por semana, deve ser feita uma faxina para, não deixar água acumulada em pneus e adicionar cloro à água da piscina.

SETOR HOTELEIRO

Pesquisadores da UFPB lançam cartilha informativa de marketing

Pesquisadores do Departamento de Turismo e Hotelaria (DTH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) criaram a cartilha “Plano de Marketing Aplicado ao Setor da Hotelaria”, voltada para a área hoteleira. O material, publicado em março deste ano pela Editora do Centro de Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) da UFPB e disponível de forma gratuita, busca servir como roteiro para a prática do marketing hoteleiro, a fim de ajudar esses estabelecimentos a alcançar suas metas e objetivos estratégicos.

Fornecendo orientações claras e diretas, baseadas em pesquisa acadêmica e experiência profissional, a cartilha é destinada a gestores, profissionais e estudantes interessados em aprimorar seus conhecimentos e práticas de marketing na indústria hoteleira.

O material dispõe também de uma abordagem acessível, com exemplos práticos e aplicáveis.

A cartilha foi elaborada pelo Grupo de Cultura e Estudos Turísticos (GCET), vinculado ao CCTA, sob a autoria da professora Adria-

na Brambilla. As estudantes Adna Nunes de Oliveira e Jaine Vital da Silva, da graduação em Turismo da Universidade, contribuíram no design do material.

Já as doutorandas Alessandra Queiroz e Marília Cesário, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), respectivamente, colaboraram na comissão científica e revisão.

Leia a cartilha para informações adicionais, entre em contato pelo e-mail adriana-brambilla@yahoo.com.br

PELA PRIMEIRA VEZ

Circo Maximus abre temporada de espetáculos em João Pessoa

Espaço conta com uma área de alimentação, com destaque para as comidas típicas circenses, maçã do amor, churros, cachorro-quente e pipoca

Paulo Correia paulocorreia.epc@gmail.com

O circo Maximus estreou ontem, levando diversão e alegria para a capital paraibana. Pela primeira vez na cidade, o circo conta com apresentações de malabaristas, trapezistas, palhaços, globo da morte com cinco motociclistas, pêndulo espacial, dentre outras, voltadas para todas as idades. Localizado na avenida Tancredo Neves, em frente ao supermercado Atacarejo, os ingressos custam entre R\$ 20 e camarotes para quatro pessoas, R\$ 450.

As apresentações têm 90 minutos de duração e acontecem às 20h, de terça a sexta, e às 16h, 18h e 20h, durante os finais de semana e feriados. Além disso, o espaço conta com uma área de alimentação, com destaque para as comidas típicas circenses, maçã do amor, churros, cachorro-quente, pipoca, entre outras. A capacidade do circo é para 900 pessoas.

Fundado em 2000, por Clodimar Maximus, na cidade de Maringá (PR), o circo tem mais de 40 profissionais e já passou por cidades de todas as regiões do país.

ALERTA

Comorbidades afetam saúde dos pés

Problemas comuns entre os idosos, como o desgaste das cartilagens, podem piorar em hipertensos e diabéticos

Camilla Barbosa
acamillabarbosa@gmail.com

Um pé humano tem 26 ossos e é responsável por sustentar todo o peso do nosso corpo. Além disso, nos permite andar, correr, pular, praticar esportes na terra, na água e até no ar. Artistas, como alguns músicos e pintores, tem-no como parte crucial para desempenhar seu trabalho. Em suma, nossa vida física, mental e psicológica é afetada diretamente pela ausência deste membro.

Consoante ao envelhecimento, diversos problemas de saúde surgem, principalmente aqueles relacionados aos pés. Os cuidados com essa parte do corpo humano, muitas vezes negligenciada, são fundamentais para evitar o desenvolvimento de outras enfermidades, além de diminuir possíveis efeitos irreversíveis à autoestima, independência e dignidade das pessoas na terceira idade.

Entre as dificuldades mais comuns enfrentadas pelos idosos, segundo a reumato-

logista Eutília Freire, estão as dores provenientes da osteoartrite. A doença, que se caracteriza pelo desgaste da cartilagem articular e pelas alterações ósseas, forma os osteófitos, conhecidos popularmente como “bicos de pagão”. “Eles deformam os pés e causam dores. Quando você coloca o pé em calçado fechado, ou em calçado mais apertado, as dores são os principais problemas”.

Os idosos com diabetes, doença que afeta a circulação sanguínea, devem ter

atenção redobrada, principalmente para que não resulte no chamado “pé diabético”, uma complicação caracterizada pelo surgimento de úlceras nos membros inferiores. Em alguns casos, esse quadro pode levar o indivíduo a mais dores, infecções e, em situações mais graves, amputação.

“Pessoas portadoras de diabetes e outras comorbidades, como hipertensão, podem enfrentar também ferimentos e úlceras. E aí você tem que ter cuidado em controlar a doença, deixar a glicemia e a glico-

se baixas e a pressão controlada”, destacou a médica Eutília Freire.

A especialista diz que há alguns cuidados que podem ser tomados a fim de atenuar as dores e o desconforto nos pés. “Andar sempre calçado com sapatos confortáveis e usar pantufas em casa, sapatos antiderrapantes, principalmente para prevenir quedas e evitar superfícies de contato para não haver ferimentos, controlar as doenças de base, diabetes e hipertensão”, pontuou.

■ Osteoartrite causa dores intensas e é uma das principais doenças que acometem idosos, aponta especialista



Lesões nos pés atrapalham locomoção e afetam a qualidade de vida na terceira idade



Infecções e inflamações podem levar a quadros clínicos mais graves, como a amputação

Foto: Roberto Guedes

Hábitos saudáveis ajudam a prevenir surgimento de doenças

Como forma de prevenção de doenças dos pés, é importante desenvolver uma vida saudável, de acordo com o médico geriatra Arnaldo Viegas. “Cuidados complementares ou multidisciplinares, como exercício físico orientado por um médico ou profissional de educação física, são imprescindíveis à saúde dos pés. Pessoas com deficiên-

■ Praticar exercícios físicos e fazer fisioterapia é segredo para amenizar sintomas

cia, deformidades ou problemas de saúde que afetem os pés — como diabéticos com disfunção motora, portadores de sequelas neurológicas e pessoas com polineuropatias ou úlceras dos pés — devem ser acompanhados pela Fisioterapia, Nutrição e Enfermagem e demais especialidades médicas afins”, afirmou.

Pedro Martins, 73 anos,

é residente de Araruna, e sentia dores nos membros inferiores há cinco anos, mas só buscou atendimento após sofrer uma queda, semanas atrás. Ele é diabético, hipertenso e, durante a internação no Hospital do Servidor General Edson Ramalho, foi diagnosticado com anemia, problemas renais e de próstata. “Eu sentia dor nas pernas, na barri-

ga e na perna. Aí vim parar aqui”, disse.

Josefa Francisca, que é atendida na mesma unidade hospitalar, diz que sempre cuidou da saúde dos pés, mas há muitos anos vem sentindo inchaço nos membros inferiores. A equipe médica responsável tem realizado o tratamento, que incluiu uma raspagem. “Choro mesmo, porque é

muita dor. Só eu sei quanto eu já tenho sofrido com esse pezinho”, desabafou a idosa.

O médico geriatra, Arnaldo Viegas, alerta sobre a importância de ficar atento à saúde dos membros inferiores, antes mesmo de chegar à terceira idade. “Pense como seria difícil viver sem os seus pés. Valorize -os e cuide deles sempre, em qualquer idade”.



Pedro Martins mora na cidade de Araruna e demorou cinco anos para procurar médicos



Josefa Francisca conta que já chorou muito devido às dores causadas por doença nos pés



ESTADUAL

Decisão começa, hoje, no Marizão

Sousa e Botafogo fazem, a partir das 16h30, o primeiro jogo decisivo do Campeonato de 2024

Danrley Pascoal
danrley.p.c@gmail.com

Sousa e Botafogo iniciam, hoje, a grande final do Campeonato Paraibano. O primeiro jogo da decisão acontece no Estádio Marizão, a partir das 16h30. Por não ter a melhor campanha, o Dino começa o confronto em seus domínios. Além do título estadual, o campeão da competição herdará uma vaga direta na fase de grupos da Copa do Nordeste 2025.

O duelo entre Sousa e Botafogo, neste sábado, é o primeiro encontro das duas equipes em finais do Campeonato Paraibano. O Dinossauro já havia enfrentado Treze e Campinense, dois grandes campeões estaduais, junto com o Belo. Em busca do seu terceiro título, o time do Sertão espera fazer diferente na decisão deste ano, finalista de três das quatro últimas edições do certame. Em 2024, o sonho é finalmente conquistar um título, que não ganha desde 2009.

O técnico Paulo Schardong, que voltou este ano após uma passagem apagada pelo Sousa em 2021, quando fez apenas quatro jogos oficiais, falou sobre as motivações da sua volta e das conversas com o presidente Aldeone. Para ele, conquistar o título seria a concretização de um trabalho que foi interrompido bruscamente na sua primeira passagem. A expectativa agora é fazer história

“Eu saí de onde estava para brigar por títulos e por isso fui convidado pelo Aldeone para voltar. Em 2021 tinha deixado o trabalho inacabado. Eu falei para ele o que eu sentia quando eu voltei, agora era que eu ia pagar uma dívida, eu me sentia endividado com ele. No jogo do Cruzeiro eu já paguei, agora (após a classificação à final do Estadual) ele que está me devendo”, destacou o treinador, ao site Voz da Torcida, em tom de brincadeira.

O Botafogo chega para o primeiro jogo da final apostando no comprometimento dos atletas e da comissão técnica com os objetivos traçados no início da temporada. Até aqui, as principais metas foram cumpridas: chegar às quartas de finais da Copa do Nordeste e con-

quistar vaga na Copa do Brasil 2025.

Agora, o técnico Moacir Júnior pensa na cereja do bolo: bater o Sousa e sagrar-se campeão após quatro anos. Atuando fora de casa na partida de ida, o treinador comentou sobre o comportamento que o Botafogo deve ter dentro do Estádio Marizão. Nas últimas cinco partidas em que visitou o Dinossauro, o Belo venceu apenas uma, empatou duas e saiu derrotado em outras duas. O treinador acredita que o Alvinegro da Estrela Vermelha vai se comportar da mesma maneira que esteve postado diante do Serra Branca, no Amigão.

“O campo às vezes é do adversário, mas você tem que se colocar e fazer seu jogo. Diante do Serra Branca, no primeiro tempo, praticamente jogamos em casa, tivemos uma supremacia muito grande, com posse de bola e outros fatores. E é assim que você respeita o adversário, jogando forte e se entregando em campo”, afirmou.

Conforme o historiador Raimundo Nóbrega, as duas equipes já se enfrentaram 102 vezes, seja em jogos oficiais, seja em amistosos. Ao longo da história, foram 50 vitórias do Botafogo, 27 triunfos do Sousa e 25 empates. De acordo com o site ogol.com.br, em 67 partidas oficiais, ocorreram 31 vitórias para o time da capital, 18 para o Dino e 18 empates.

Arbitragem

Assim como nas semifinais, os clubes e a Federação Paraibana de Futebol (FPF) acordaram para que a arbitragem das finais seja toda composta por profissionais de fora do Estado. Para o duelo deste sábado, o árbitro escolhido foi Sávio Pereira Sampaio (CBF/DF). Os dois jogos da grande decisão contarão com o auxílio do árbitro de vídeo (VAR), que, nesta primeira partida terá Rodrigo Nunes de Sá (FIFA/RJ) e seu auxiliar Flávio Gomes Barroca (CBF/RN).

Sávio terá como assistentes: Thiago Henrique Neto Costa Farinha (CBF/RJ) e Felipe Alan Costa de Oliveira (CBF/MG). O quarto árbitro será Marcello Rudá Neves Ramos da Costa (CBF/DF). Os custos do quarteto e do VAR serão divididos entre Sousa e Botafogo.



Foto: Cristiano Santos/Botafogo

Jogadores do Botafogo esbanjam confiança depois de duas vitórias, uma pela Copa do Nordeste e outra pelo Estadual, para o jogo deste sábado contra o Sousa, no Marizão

DECISÕES PELOS ESTADUAIS NESTE SÁBADO

Alagoano

17h
CRB x ASA (jogo de ida - ASA 0 x 1 CRB)

Brasiliense

15h
Capital-DF x Ceilândia (jogo de ida - Ceilândia 1 x 1 Capital)

Capixaba

16h
Rio Branco VN x Rio Branco-ES (jogo de ida)

Catarinense

16h30
Criciúma x Brusque (jogo de ida - Brusque 1 x 2 Criciúma)

Cearense

16h49
Ceará x Fortaleza (jogo de ida - Fortaleza 0 x 0 Ceará)

Gaúcho

16h30
Grêmio x Juventude (jogo de ida - Juventude 0 x 0 Grêmio)

Paraibano

16h30
Sousa x Botafogo (jogo de ida)

Paranaense

17h
Athletico x Maringá (jogo de ida - Maringá 0 x 1 Athletico)

Pernambucano

16h30
Sport x Náutico (jogo de ida - Náutico 0 x 2 Sport)

Piauiense

16h
Altos x Parnayba (jogo de ida - Parnayba 1 x 1 Altos)

Matogrossense

15h30
União Rondonópolis x Cuiabá (jogo de ida - Cuiabá 1 x 0 União)

Tocantinense

18h30
União-TO x Tocantinense (jogo de ida - Tocantinense 1 x 2 União-TO)



Foto: Lucas Uebel/Grêmio

O Grêmio joga em casa contra o Juventude em busca de mais um título no Rio Grande do Sul

REGIONAL DE JUDÔ

Paraíba participa com 119 atletas em Fortaleza

Disputas começam, hoje, no Ginásio Paulo Sarasete e envolvem competidores de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e ainda o anfitrião Ceará

Com o apoio do Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), 123 atletas paraibanos estão em Fortaleza-CE para participar do Campeonato Brasileiro Regional de Judô. A competição é considerada a maior do Brasil e reúne 800 judocas de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba com as disputas acontecendo hoje e amanhã, no Ginásio Paulo Sarasate, em Fortaleza. O dia

de ontem foi reservado para o credenciamento e pesagem dos judocas. A Paraíba vai em busca do quarto título regional e conta com 119 atletas. “Nosso estado já conseguiu, por três vezes, ser campeão dessa competição e agora, com todo o apoio do Governo do Estado, vamos em busca de mais um, já que trabalhamos com esse objetivo de fazer os atletas honrarem o nome da Paraíba”, observou João Neto, um dos técnicos

da delegação paraibana. “Esse campeonato é o maior do Brasil, em quantidade de inscritos, com a participação de 764 judocas, um quantitativo maior que a região 4, com 723 que é composta pelos estados do DF, GO, MT, MS, RO e TO”, completou João Neto. “É mais um grupo de atletas que está em outro estado e que temos a certeza que vai fazer bonito, trazendo muitas medalhas de Fortaleza. O Governo da Paraíba consolida o apoio ao esporte

porque é um segmento que se mescla com a saúde, a educação e, acima de tudo, com o respeito ao adversário. A Paraíba está na torcida agora, para que essa delegação que está em Fortaleza possa subir em muitos pódios e trazer inúmeras medalhas”, ressaltou o secretário da Sejel, Lindolfo Pires. Os principais atletas de destaque na delegação paraibana são Gabriel Dantas de Campina Grande e Clara Galdino, de João Pessoa.



Foto: Arquivo Pessoal

Parte da delegação da Paraíba na chegada a Fortaleza, onde disputa, hoje e amanhã, o Campeonato Brasileiro Regional de Judô

COPA DO NORDESTE

Tour da Taça acontece amanhã, na capital

O torcedor paraibano vai ter a oportunidade de ver a taça mais desejada pelos nordestinos neste domingo, em João Pessoa (PB). A loja do Assaí Atacadista, localizada na Avenida Eptácio Pessoa, nº 1.277, recebe, o Tour da Taça da Copa do Nordeste 2024. Torcedores do Botafogo - que ainda está na disputa - e demais visitantes poderão ver de perto a tão desejada “Orelhuda” e participar das várias atividades que acontecem na

loja, das 10 às 18 horas. Além da taça, os torcedores poderão fazer fotos com o mascote Zeca Brito, participar de ativações e ganhar brindes alusivos à Copa do Nordeste. Durante a visitação, os

clientes poderão conhecer e ter acesso a um espaço “instagramável” com painel oficial do torneio para se divertirem e fazerem fotos e stories para as redes sociais. Ainda, brincadeiras

como o tradicional desafio de Chute ao Gol, estarão disponíveis para quem quiser mostrar que é bom de bola. Todos que participarem das atividades podem ganhar brindes especiais, como copos exclusivos, sacolas retornáveis e vales-compra no valor de R\$ 50. Todas as atividades serão gratuitas e abertas ao público. Na região Nordeste, a rede Assaí conta com 82 lojas em funcionamento, sendo cinco apenas no Estado da Paraíba.

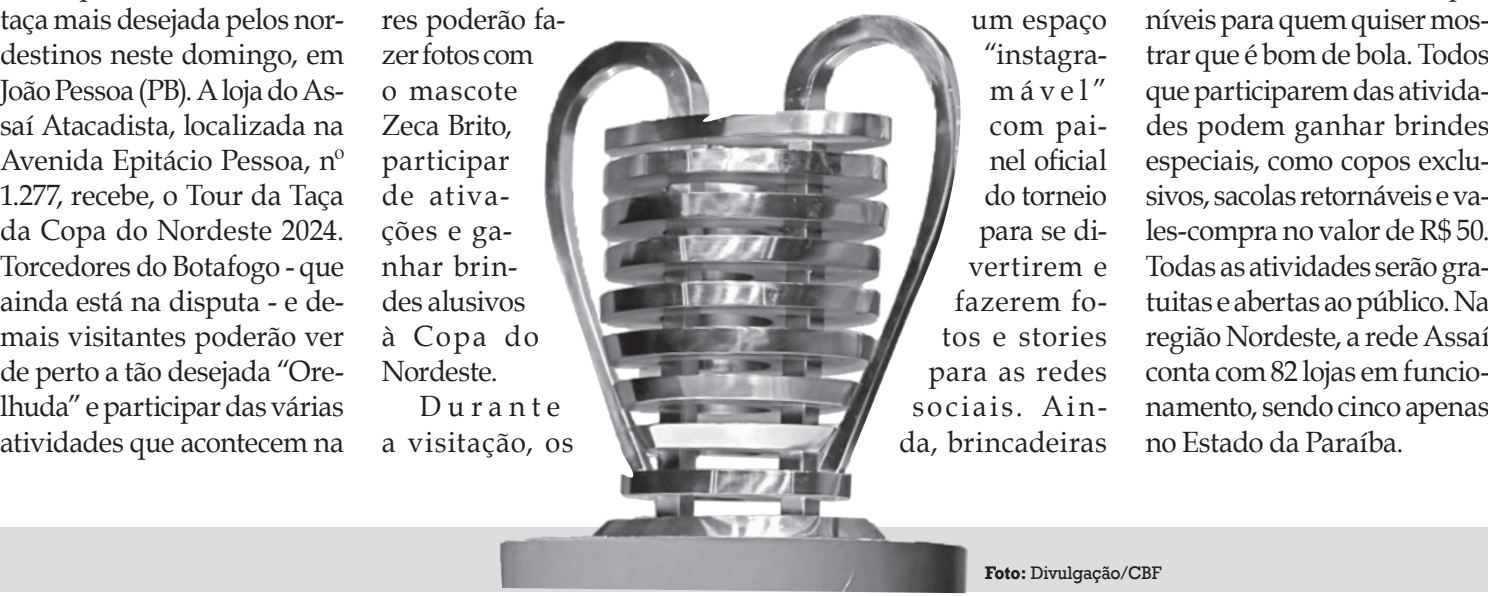


Foto: Divulgação/CBF

A Orelhuda vai estar exposta para o público na loja atacadista do Assaí, localizado na Avenida Eptácio Pessoa, das 10h às 18h

NA ARGENTINA

Jogador leva pedrada em jogo da Libertadores

Agência Estado

A partida entre Rosario Central e Peñarol pela primeira rodada da fase de grupos da Copa Libertadores foi marcada por uma cena chocante, na noite da última quinta-feira. O lateral-esquerdo Maxi Olivera, do time uruguaio, foi atingido por uma pedra que teria sido jogada pela torcida da equipe da casa. A partida foi disputada no Estádio Dr. Lisandro de la Torre, mais conhecido como

Gigante de Arroyito, na cidade argentina de Rosario. A situação ocorreu após o final do jogo, quando os jogadores do Peñarol foram em direção ao espaço destinado à torcida do seu time, na parte inferior. No pavimento superior, diversos torcedores do Rosario começaram a atirar objetos em direção ao gramado. De acordo com a imprensa uruguaia, esse teria sido o momento em que uma pedra atingiu Maxi Olivera no rosto e feriu o jogador logo

abaixo do olho esquerdo. O lateral ficou muito incomodado com a situação e precisou ser contido por colegas de equipe. Olivera foi para o vestiário em seguida e, segundo a mídia do Uruguai, o atleta foi para o hospital para tratar o ferimento. O jogador usou as redes sociais para se pronunciar sobre o caso, e agradeceu as mensagens de apoio que recebeu. “Estou bem. Tirando as dores e alguns pontos, estou bem. Estou com muita rai-

va pelo péssimo tratamento que nossos torcedores, nosso povo, recebeu. Uma vergonha. Mas vamos juntos, lutar em todos os lugares. Peñarol e nada mais”, disse o lateral. Maxi Olivera também lamentou o placar do jogo, que foi de 1 a 0 para o time mandante. “Magoado pelo resultado, acreditamos que merecíamos algo mais”, afirmou ele no texto. Rosario Central e Peñarol fazem parte do Grupo G da competição, que tem também o Atlético-MG e o Caracas, da Venezuela.

Causos & lendas do nosso futebol

Francisco Di Lorenzo Serpa
falseipa@oi.com.br | colaborador

Você se lembra do ponteiro Lambreta?

Ele nasceu na belíssima e então pacata cidade de João Pessoa PB, no dia 28 de maio do ano de 1946, saudosa época em que existiam campos de futebol nos nossos bairros. Os seus pais o registraram e batizaram com o nome de JOÃO BATISTA FERREIRA, mas para o mundo da bola ele ficou conhecido como o arisco ponteiro direito “LAMBRETA”.

O futebol veloz daquele adolescente, logo cedo chamou a atenção dos clubes e respectivos treinadores, e para a sorte de LAMBRETA, naquela sua mocidade havia no bairro de Jaguaribe o saudoso Estrela do Mar Esporte Clube, fundado e comandado pelo inesquecível Frei alemão Albino Kleine; onde obrigatoriamente se assistia missa e se jogava muito futebol. Ali, naquele campo próximo da Avenida Vasco da Gama, no ano de 1962, o nosso homenageado chegou para integrar as categorias de base. Disputou vários campeonatos internos patrocinados pelo Estrela do Mar Esporte Clube, conquistando vários títulos. Foi selecionado e passou a integrar as equipes que representavam aquela agremiação, jogando ao lado do Mago Adilson, Vicente Jansen, Borba Caju, Hermes Taurino, Carrinho e tantos outros atletas destaques na nossa cidade. Para a sua alegria, chegou a ser campeão amador vestindo a camisa azul celeste e branco.

Em 1965/66, saiu do EMEC e foi defender as cores do Santos Futebol Clube, agremiação alvinegra presidida pelo saudoso José Walter Marsicano. Jogou por duas temporadas seguidas, ao lado de atletas como Givaldo, Raimundo, Zito Camburão, Nenê, Leonardo e Vuca. Quando saiu do time de Tereré, foi jogar na Associação Desportiva Guarabira, o tradicional Espantalho do Brejo. Posteriormente, assinou contrato e defendeu a cores do Nacional Atlético Clube da cidade portuária de Cabedelo, ao lado de Zé Tira, Mão de Onça e tantos outros.

Quando encerrou a sua participação no futebol profissional, LAMBRETA passou a ser uma lenda no nosso futebol amador, defendendo vários clubes, em especial a Sociedade Esportiva Central, equipe fundada pelo abnegado Pedrinho de Cruz das Armas. Também defendeu o saudoso Estudantes de Hélio e o Clube da Pelada. Recentemente ele completou 22 anos como atleta do sub-100, associação que semanalmente promove um belíssimo futebol para jogadores acima de 50, 60 e 70 anos.

Ele esbanja alegria, transborda saúde e contagia aos novos. Para a nossa satisfação, LAMBRETA hoje também faz parte dos quadros da Associação Desportiva e Cultural Causos e Lendas do Nosso Futebol. Recentemente, na nossa pelada mensal, ele, com 77 anos de idade, fez uma excelente assistência para o artilheiro Chico Matemático que só não foi convertida em gol por causa da pronta intervenção do outro Chico, o Alicate, que conseguiu desviar o curso da bola dentro da pequena área.

Hoje aposentado, ele lembra que foi chamado pela primeira vez de “Lambreta”, quando possuía apenas 12 anos de idade e venceu uma disputada corrida de rua no Bairro de Cruz das Armas, demonstrando desde cedo o seu extraordinário preparo físico e excepcional velocidade.

Para nós, torcedores, cronistas e desportistas paraibanos ficou a certeza de que o senhor JOÃO BATISTA FERREIRA, o popular ponteiro LAMBRETA, escreveu o seu nome com tintas douradas e perpétuas na brilhante história do futebol paraibano.

Foto: Pedro Nunes



Lambreta fez história no futebol paraibano e hoje ainda corre atrás da bola, mas pela equipe do Causos&Lendas

COROAMENTO DE CARREIRA

Marta sonha com ouro em Paris 2024

Maior estrela da Seleção Brasileira já conquistou a prata nas Olimpíadas de Atenas, em 2004, e de Pequim, 2008

Marta sabe que sua carreira está chegando ao fim, o que não a impede de se imaginar voltando ao pódio de olímpico em Paris 2024. De preferência, com o ouro, antes de buscar mais um grande sonho.

A lenda viva do futebol brasileiro espera ajudar a seleção a voltar ao pódio em Paris 2024. Aposentadoria? Conversa para outra hora, com o plano de ser mãe.

Quando Marta foi ovacionada ao receber o Fifa Special Award, em janeiro, em Londres, não houve como ela evitar um modo reflexivo, consciente do impacto que já causou e ainda vai reverberar pelas próximas gerações.

Aos 38 anos, a Rainha tem consciência de que sua obra vale todas as homenagens. Ela agradece, se envaidece... Mas, espere um pouco: não é que ela tenha parado de jogar. “Ainda estou em atividade”, diz, sorrindo, em entrevista à Fifa na capital londrina.

“Todos os campeonatos que participei, principalmente nos momentos em que tivemos a oportunidade de nos apresentar em um torneio como a Copa do Mundo, com a camisa da seleção, representando seu país... E aí que você vai para a rua e vê crianças com sua camisa; São momentos assim que nos emociona até hoje, quando paramos para pensar”, diz.

Para, então, completar: “Ainda pode ser que tenha mais um pouquinho para acontecer.”

E aí ela está se referindo especificamente do Torneio Olímpico de Futebol Feminino de Paris 2024. Marta não se dá por saciada e sonha em voltar ao pódio 20 anos após conquistar a prata em Atenas 2004 – resultado que depois seria repetido em Pequim 2008. A alagoana ainda quer muito mais no futebol feminino

Mais energia

A Seleção Brasileira vive um processo de reformulação sob o comando de seu novo treinador, Arthur Elias. Não se trata necessariamente de uma troca de nomes ou geração, mas de processos que gerem uma mudança de mentalidade.

Sim, a Copa do Mundo Feminina da Fifa 2023 mostrou que o futebol feminino nunca esteve tão competitivo. Mas, para Elias, o Brasil não pode se contentar só em fazer parte da elite – muito menos com uma eliminação na fase de grupos. Marta obviamente ecoa esse pensamento e abre os braços diante desse sopro de energia.

“É um desafio que ele topou, mas no qual acredita muito. Ele chegou com esse gás, essa vontade de que vamos trabalhar para brigar pela medalha, e para o Brasil o foco tem de ser sempre ouro. Então esse é o sonho não só dele, mas de todas as atletas e de todos aqueles que torcem verdadeiramente pelo futebol no nosso Brasil”, diz. “Nossa expectativa é muito grande.”



Marta, com a bola, mostrando toda a sua intimidade em treinamento da Seleção Brasileira

Foto: Thais Magalhães/CBF

Rainha do futebol brasileiro tem projeto de ser mãe após os Jogos

Planejar a participação em Paris é algo bem plausível para Marta. Faltam menos de cinco meses para o início do torneio. O que vem depois? Aí talvez seja algo para ser decidido de competição em competição.

Se um pódio – ou melhor, ouro – é a meta que está à frente, no horizonte a veterana já se permite ponderar outro sonho que vem alimentando. O de ser mãe.

“Tudo o que me dá prazer eu tento compartilhar com as pessoas que torcem por mim e acompanham minha carreira há muito tempo. A coisa mais recente que comecei a falar sobre, mas que já tinha vontade de muito, muito tempo, é de ser mãe”, diz.

“Não sei quanto tempo mais vou jogar. Não quero falar um ou dois anos, mas meu desejo de poder me tornar mãe após encerrar a carreira é muito grande.”

E aí, ainda com os dois pés dentro de campo, com a representatividade que construiu no esporte, Marta se dá o direito de uma projeção do que seria ser mãe e, de alguma forma, ainda estar ligada, digamos, umbilicalmente ao futebol.

“A minha história, na

Internet, com entrevistas e fotos, não vai faltar. Mas faria questão de contar minha história (para o filho ou filha). Que eles possam se inspirar na minha história e escolher se vão jogar futebol, ou se vão seguir em outra área”, afirma, antes de sorrir mais uma vez.

“Espero que seja no futebol, que a genética continue aí. É um sonho para mim, de ter meu filho, minha filha e pegar uma cadeira e assistir do lado do campo eles treinarem, jogarem, fazer escolinha... é um sonho que tenho e espero poder realizar.”



Marta recebeu o Fifa Special Award, em janeiro, prêmio entregue em Londres

Foto: Divulgação/Fifa

Curtas

Atlético-MG se destaca na 1ª rodada da Libertadores

O Atlético Mineiro foi o único dos sete clubes brasileiros a ganhar na primeira rodada da Copa Libertadores. O Galo goleou o Caracas, na Venezuela, por 4 a 0 e logo assumiu a liderança do Grupo G ao lado do Rosário Central, mas leva vantagem no saldo de gols. Quem se deu mal na rodada dessa quinta-feira foi o São Paulo, derrotado pelo Talleres, da Argentina, por 2 a 1. Outro clube derrotado na estreia foi o Grêmio, no 2 a 0 para o Strongest, da Bolívia, além do Botafogo que perdeu em casa por 3 a 1 para o Junior Barranquilla, da Colômbia. Já Flamengo, Fluminense e Palmeiras empataram seus jogos em 1 a 1, todos fora de seus domínios. Na Sul-Americana, Fortaleza, Bragantino e Athletico-PR estrearam com vitórias, enquanto Cruzeiro, Cuiabá, Internacional e Corinthians empataram. A rodada número 2 das competições vai de 9 a 11 deste mês.

Alef Manga tenta no STJD a liberação para jogar

Ainda não vai ser desta vez que a suspensão do atacante Alef Manga vai ter uma definição. Na última quinta-feira, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva evitou avaliar o caso e, assim, a punição do jogador segue valendo. José Perdiz, presidente do órgão, esteve reunido com o advogado do atleta, Lecy Leonardo, no Rio. No encontro, ele solicitou mais tempo para poder apreciar o processo. O atacante foi um dos punidos pelo Tribunal Desportivo como desdobramento das investigações da Operação Penalidade Máxima. A tese da defesa de Alef Manga trabalha na linha de transformar a punição em uma doação de 60 cestas básicas e multa, ou seja, uma pena social. Alef Manga foi punido com suspensão de 360 dias e o prazo se esgota no mês de agosto. Entre os pedidos de Perdiz para a definição do caso, está a análise de casos internacionais que tiveram uma situação parecida.

Hamilton indica Vettel como seu substituto na Mercedes

Em meio aos preparativos para o Grande Prêmio do Japão, que acontece na madrugada deste domingo, o piloto Lewis Hamilton conversou com os jornalistas sobre o seu provável substituto na Mercedes para 2025. E durante a entrevista, o heptacampeão disse que gostaria de ver o alemão Sebastian Vettel assumindo o seu lugar. Experiente e com um largo currículo na Fórmula 1, o alemão parou de correr no final de 2022. Dono de quatro títulos mundiais, o piloto ostenta ainda 53 vitórias, 122 pódios, além de 57 poles. “Eu adoraria que Seb (Sebastian Vettel) voltasse a correr. Acho que ele seria uma opção incrível para a Mercedes. Ter um piloto vencedor de vários campeonatos mundiais, alguém que tem valores incríveis para continuar a levar a equipe adiante. Ia ficar muito feliz se ele voltasse”, afirmou Hamilton, que espera um melhor resultado no quarto GP do ano.

Rafael Nadal desiste de disputar mais um torneio

Com dificuldades em seu processo de recuperação física, Rafael Nadal desistiu de mais um torneio. O tenista espanhol anunciou que não terá condições de disputar o Masters 1000 de Monte-carlo, em Mônaco, que começará amanhã, dia 7. “Estes são momentos muito difíceis para mim, do ponto de vista esportivo. Infelizmente, preciso contar a vocês que não poderei jogar em Montecarlo. Meu corpo simplesmente não permite”, disse o ex-número 1 do mundo, aos seus fãs, em postagem nas redes sociais. Nadal jogou apenas um torneio neste ano, em Brisbane, em janeiro. A competição australiana havia marcado seu retorno às quadras após um ano de afastamento, justamente por problemas físicos. Depois de Brisbane, o espanhol pretendia estabelecer um calendário pelas semanas seguintes. No entanto, vem anunciando seguidas desistências nestes primeiros meses do ano.

IBGE

Cresceu sub-registro de mortes no país

Pesquisa aponta que, no ano de 2022, o sub-registro de óbitos foi quase três vezes maior que o de nascimentos

Daniela Amorim
Agência Estado

O sub-registro de mortes no Brasil foi quase três vezes maior que o de nascimentos em 2022, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Enquanto a proporção de mortes sub-registradas cresceu em relação ao ano anterior, a de nascimentos recuou ao menor patamar já mensurado pelo instituto.

No ano de 2022, foram estimados 2.574.556 de bebês nascidos vivos, com uma proporção de sub-registro de 1,31%, a menor da série histórica iniciada em 2015. O resultado equivale a 33.726 nascimentos que ocorreram em 2022 e não foram registrados no período legal estipulado, que vai até março do ano seguinte, explicou o IBGE. Em 2021, a proporção de sub-registros de nascimentos tinha sido maior, 2,06%, 55.417 bebês.

“Esse percentual vem caindo devido à melhora da nossa coleta, tanto do Registro Civil quanto das notificações no Ministério da Saúde, e também da qualidade dos nossos dados. Então percebemos que estamos perdendo menos registros ou menos notificações”, explicou o estatístico Luiz Fernando Costa, da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE, em nota oficial.

Segundo o estatístico José Eduardo Trindade, há melhora também decorrente da legislação estabelecendo que o Registro Civil seja feito em unidades interligadas com a maternidade.

“Então a criança já sai de lá com o registro feito. Ações como essas vêm impactando essa melhora gradativa”, apontou Trindade, em nota, acrescentando que o sub-registro de nascimentos vem caindo desde 2015, com exceção do ano



Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

de 2020, quando os cartórios fecharam por conta da pandemia da Covid-19.

Em 2022, o maior percentual de sub-registro de bebês nascidos vivos foi observado no Norte, de 5,14%, seguido pelo Nordeste (1,66%). A menor proporção de sub-registro de nascimentos foi a do Sul, 0,21%.

“Em locais mais remotos, mais distantes, registrar uma criança pode demandar muito tempo e muitas vezes isso não é feito. Isso acaba refletindo no indicador de sub-registro”, justificou Costa

Os maiores percentuais de sub-registros de nascimentos estão entre as mães menores de 15 anos (8,06%).

“Normalmente essa mãe mais jovem passa pela unidade de saúde, mas não está indo para o cartório. Isso tem algumas explicações, como a falta de rede de apoio para orientá-la da maneira mais adequada para registrar o seu filho, para o exercício da cidadania dele. Outro fator é a espera pela participação do pai, para a inclusão do nome dele no registro, o que pode atrasar mais”, completou Trindade.

O estudo estima que 2.546.971 de nascimentos ocorreram em hospital ou outro estabelecimento de saúde, o correspondente a 98,93% do total de nascidos.

Os dados foram calculados pelo Estudo Complementar à Aplicação da Técnica de Captura-Recaptura 2022, em que os pesquisadores do IBGE pareiam as bases de dados das Estatísticas do Registro Civil, do próprio instituto, e do Ministério da Saúde, que incluem o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). “Esse sub-registro e essa subnotificação podem ser entendidos como o retrato daquele momento do país, naquele período de referência, sabendo que, conforme a criança cresce, ela pode ter acesso à cidadania sendo registrada posteriormente. Mas, para os órgãos internacionais, o ideal é que tenhamos a erradicação desse sub-registro, que ele seja o menor possível, ou seja, que a criança ao nascer já tenha acesso à plena cidadania”, explicou Costa.

Quanto às mortes no país, foram estimados 1.561.339

óbitos no ano de 2022. A proporção de sub-registro foi de 3,65%, o equivalente a 56.988 óbitos, proporção superior à registrada em 2021, quando o sub-registro de mortes foi de 3,49%. No entanto, o resultado ainda é melhor do que no início da série histórica, em 2015, quando essa proporção era de 4,89%.

O sub-registro de óbitos foi mais elevado entre os bebês que morreram até os 27 dias de vida: 12,87%.

O estudo estima que houve 32.718 mortes de bebês com menos de um ano em 2022. O maior percentual de sub-registro para essa faixa etária ocorreu no Amapá (46,31%), enquanto o menor foi o do Distrito Federal (0,53%).

O levantamento aponta ainda 501.339 mortes de pessoas com mais de 80 anos em 2022. O Maranhão teve o maior sub-registro de mortes nessa faixa etária, 36,33%, e Distrito Federal registrou o menor, 0,11%.

O IBGE apontou que 72,01% dos óbitos estimados ocorreram no hospital ou outro estabelecimento de saúde, totalizando 1.124.310 de mortes.

Foto: Reprodução



Mortes na História

6/4/1987 — Metuzael da Silva Dias (Metu), radialista e carnavalesco (PB)

7/4/1884 — Inocêncio Seráfico de Ássis Carvalho, advogado, professor e político (PB)

7/4/1991 — Paulo Rosendo da Silva, radialista e agente fiscal (PB)

7/4/2019 — Chico de Zúita (Francisco Bandeira), seresteiro e cantor (PB)

8/4/2017 — Cristovam Tadeu, humorista e chargista (PB)

8/4/2023 – Juca Pontes (José Alves Pontes Júnior), ativista cultural, jornalista, escritor, poeta, editor, antologista e designer (PB)

Obituário

Mark D. Bright

27/3/2024 — Aos 68 anos de idade, nos EUA. Foi desenhista de *Homem de Ferro - Guerra das Armaduras* e *Lanterna Verde - Amanhecer Esmeralda*. Também era conhecido como M.D. Bright e Doc Bright (uma brincadeira com as iniciais M.D., que em inglês significam médico), ele foi um nome importante entre os criadores afro-americanos da década de 1980.



Foto: Reprodução

Júlio Mariano

2/4/2024 — Aos 71 anos, no Rio de Janeiro. Chargista e ilustrador no *Pasquim*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, entre outros. Foi vencedor três vezes no Salão de Humor de Piracicaba, além de ser um pioneiro na produção de charges animadas para telejornais.



Foto: Facebook

Romário de Lima Taciano

4/4/2024 — Aos 33 anos, após ser baleado em uma troca de tiros, durante a Operação Cidade Segura, realizada em Porto do Moinho, em Bayeux, na Grande João Pessoa. O policial militar foi levado para a UPA de Bayeux, mas não resistiu aos ferimentos.



Imagem: Reprodução

Helga Steinmüller

teresa.steinmueller@gmail.com | Colaboradora

Pétalas de felicidade

Como diz o ditado: são as pequenas coisas da vida que nos fazem felizes. Mas todos nós esquecemos disso de vez em quando. É hora de nos lembrarmos disso. Às vezes nos sentimos estressados, talvez oprimidos e, definitivamente, de alguma forma, infelizes. O menor gatilho pode ser responsável por isso, e acabamos ficando deprimidos. Em primeiro lugar: é bom permitir suas emoções, ficar de luto, ficar com raiva às vezes. Dependendo da extensão, você também pode procurar ajuda profissional. No entanto, se for um assunto menor que só o deixa infeliz ou chateado por um curto período de tempo, podemos nos ajudar, lembrando o que é realmente importante na vida – e se tudo é realmente tão ruim quanto parece no momento. Muitas vezes, são as pequenas coisas aparentemente banais que nos trazem mais felicidades interiormente.

Se você gosta de acordar cedo, provavelmente conhece a sensação de calma e paz interior – especialmente agora, na primavera, quando os pássaros cantam e os primeiros raios de sol aparecem no céu enquanto você acorda confortavelmente na cama. Mesmo que você já esteja pensando nas tarefas do dia, neste momento, você sente felicidade e alegria por dentro.

Estudos mostram que, se você gosta de caminhar ao ar livre, fica mais equilibrado e mais feliz por dentro. Enquanto somos inundados de estímulos no dia a dia, relaxamos na natureza, aliviamos o estresse e, conseqüentemente, ficamos mais felizes. Até as doenças poderão ser prevenidas. Se você valoriza conscientemente o tempo no parque, no lago ou na floresta, ouvindo os sons e observando os animais, já encontrou um equilíbrio maravilhoso para si mesmo.

É bem sabido que a música pode evocar diferentes sentimentos. Quando ouvimos nossa música favorita, sentimos muita alegria – pelo menos, na maioria dos casos. Então, ao ouvirmos ou cantarolarmos, é sinal de que nos sentimos bem e isso nos invade com uma sensação de bom humor.

A leitura pode reduzir drasticamente o estresse, ainda mais do que ouvir música ou dar um passeio. Você gosta de ler? Então isso o deixa mais relaxado e feliz por dentro do que você provavelmente pensa. E, ao mesmo tempo, treina suas habilidades cognitivas, incluindo sua capacidade de concentração.

Se você rir alto, todos os músculos do seu corpo ficam tensos – o que depois relaxa novamente e leva a uma redução do estresse. O sistema imunológico também deve ser fortalecido. Duas razões pelas quais o riso é usado na terapia hoje. Se você rir alto, os hormônios da felicidade, serotonina e endorfina são liberadas – e seu corpo e mente automaticamente se sentem relaxados e felizes por dentro.

Você se preocupa muito com o que os outros pensam de você? Isso pode ser estressante e triste. Mas pense no que você realmente faz só para si mesmo, apenas por diversão – talvez um hobby? Ou reservar um tempo para uma noite com seu melhor amigo? Ou para um banho relaxante? Não importa: se você buscar algo em sua vida que faça apenas por diversão, isso pode deixá-lo feliz internamente a longo prazo.

Memórias e antecipações podem ser boas, mas geralmente ficamos mais felizes quando vivemos no presente. Não fique constantemente pensando no passado e não pense apenas no futuro. Simplesmente viva o hoje – se você fizer isso, isso demonstra satisfação interior, mesmo que nem sempre pareça entre o estresse e as discussões.

Você não precisa de grandes sucessos ou coisas materiais para ser feliz. Às vezes, basta simplesmente perceber o que já temos e fazemos na vida para perceber que estamos realmente nos sentindo felizes por dentro. Apenas temos que prestar mais atenção.

Helga Teresa Steinmüller é médica ginecologista e obstetra; especializada em Acompanhamento de Perdas e Luto, em Psicoterapia Cognitivo-Comportamental e em Terapia de Trauma; com estudo de Hipnose Clínica

JOÃO PESSOA

Evento celebra talentos de autistas

Encontro Integrado da Consciência Autista acontece, hoje, na Escola Técnica Estadual do bairro de Mangabeira

Sara Gomes
sara.gomesreporterauniao@gmail.com

A Paraíba já implantou em 110 cidades atendimento para autistas, além de dois Centros de Atendimento ao Autista, em João Pessoa e Campina Grande. Para continuar avançando na política de inclusão, a Fundação Casa de José Américo (FCJA) realiza hoje mais uma edição do Encontro Integrado da Consciência Autista, das 8h às 17h, com o tema central “Autistas Artistas”. O evento gratuito vai acontecer nas dependências da Escola Técnica Estadual de João Pessoa, em Mangabeira, com apoio da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad) e do Corpo de Bombeiros da Paraíba.

A programação tem palestras gratuitas com certificados (para quem se inscrever), exposição e vendas de obras de arte, rodas de conversas entre os pais e multiprofissionais, feira de livros, oficinas de brinquedos, consulta com médicos, artesanatos confeccionados por autistas e familiares, apresentações artísticas, *podcast* ao vivo e emissão de carteirinhas (para quem levar o laudo).

Segundo a fundadora do Grupo Autismo Tratável e psicóloga da FCJA, Shâmara Rached, o objetivo do evento não é só levar informação e conscientização sobre o autismo, mas também promover a inclusão nos espaços públicos. “A Fundação Casa de José Américo é um lugar que acolhe pessoas autistas e com Síndrome de Down. Todos os funcionários foram capacitados para recebê-los”, declarou.

De acordo com a geren-

te executiva do Museu Casa de José Américo, Janete Lins Rodriguez, o fato de a FCJA participar do evento significa potencializar a missão que a instituição tem assumido de contemplar a inclusão. “Um exemplo disso é o vitorioso projeto Acesso Cidadão, voltado a atender pessoas com deficiências, promovendo o acesso ao lazer, à arte e à cultura”.

No evento, haverá também a apresentação dos talentos de pessoas autistas. Serão escultores, pintores, desenhistas e cantores. Um destes jovens talentos é o artista plástico Diogo Calife, 26 anos. O pai dele, Roberto Calife, conta que o jovem foi diagnosticado com autismo aos dois anos de idade. Aos 11, demonstrou habilidade para o desenho. “Apesar de ele ser acompanhado por multiprofissionais, ele falava pouco, então mostrei os desenhos aos profissionais e à diretora da escola”, disse.

Diogo fez curso no Senac de pintura e ilustração para melhorar o traço no computador e depois aprendeu a utilizar o Adobe Illustrator e Photoshop. Quando ele começou a desenhar, os pais passaram a confeccionar canecas e camisas com suas ilustrações. “Foi quando ele começou a ganhar dinheiro com sua arte. Eu costumo dizer que Diogo fez da arte a sua voz”, contou.

Quando tinha 15 anos, o jovem lançou o livro Laydo em hora de dormir, na Bienal do Livro de Pernambuco, em 2012. Ele vai apresentá-lo, às 9h40, no evento. “Estou muito empolgado para participar do evento em João Pessoa, mas, principalmente, para conhecer outras pessoas autistas que são artistas que nem eu”, disse.



Diogo Calife foi diagnosticado aos 11 anos. Desde pequeno, ele mostra habilidade com desenho

Foto: Divulgação

Programação conscientiza e acolhe pais de pessoas atípicas

A presidente da Associação de Mães Autistas (A-IMA), Elaine Araújo, destaca a importância do evento à sociedade, pois além de promover a conscientização, oferece gratuitamente orientação aos pais de crianças autistas. “Acolher e auxiliar familiares de pessoas com autismo, tirando dúvidas e oferecer atendimento gratuito a quem não tem condições financeiras são de extrema importância”, frisou. Ela aproveitou a oportunidade para convidar a população para a caminhada ‘Abril Azul’ que acontece amanhã (7), a partir das 15h, no Busto de Tamandaré. “É um momento para reunir toda a família de pessoas autistas e simpatizantes da causa, de modo a conscientizar a sociedade sobre o autismo”, disse.

Programação

Pela manhã, no auditório principal, às 8h20 ocorrerá a abertura com Fran Costa e Banda; às 9h, Paulo da Luz (advogado), com a palestra



Foto: Freepik

Associação de Mães Autistas oferece serviços gratuitos de orientação na capital

‘Direitos do autista’; às 9h40, Diogo Calife (autista), com ‘A história de Laudo’; às 9h50, Camila Ribeiro (analista do comportamento), com ‘Inclusão escolar de alunos com TEA’; às 10h30, Jessye Blue (autista), com ‘Como a arte mudou minha vida’; às 10h40, Wandersônia Medeiros (online), Luciana Moraes, Rivaldo Júnior, Laís Farias (Tea Teen), com ‘Autismo na adolescência’ (presencial); às 11h20, Arthur Ferreira (educador físico), com ‘Psicomotricidade Relacional’; e, às 11h30, Flávia Buffone (terapeuta ocupacional), com o tema ‘Dessensibilização sensorial’.

Após o intervalo, à tarde a programação prossegue a partir das 13h, com DJ Jhony Fernandes; às 13h30, Ory Neto (musicoterapeuta), com a palestra ‘A importância da musicoterapia para o autista’; às 14h40, Aline Formiga (fonoaudióloga), com ‘Estimulando a fala em casa’; às 15h20, *poket show* de Anthony Marques; às 15h30, Soraia Vieira (fonoaudióloga),

com ‘Como o Pecs (sistema de comunicação por troca de figuras) ajudar o autista a ter mais independência’; e, às 16h30, Henrique Costa Val (psicólogo e analista do comportamento), com ‘Segurança em crises agressivas’.

Workshops

Ao longo do dia, paralelamente às atividades e palestras, haverá uma série de *workshops*. Às 9h, Débora Oliveira (nutróloga), tratará sobre ‘Seletividade alimentar no autismo’; às 10h, Suellen Moreira (cirurgiã-dentista), com ‘Como auxiliar o autista no cuidado com os dentes’; às 13h10, Janete Diniz (nutróloga), com o tema ‘Socorro! Meu filho não come!’; às 14h20, Gabriela Ribeiro (fonoaudióloga), com ‘Estimulação precoce no TEA’; às 15h40, Ananelly Ramalho (administradora de empresas), com ‘Empreendedorismo no autismo’; e, às 16h20, Raquel Guedes (fisioterapeuta), com ‘Como a fisioterapia pode ajudar os autistas’.

| | | | | | |
|----|---|------------|------|-------|-----------|
| 2 | ALFACE, TIPO LISA, ÍNTEGRA, DE 1ª QUALIDADE, COMPACTA E FIRME, COM FOLHAS FRESCAS E VIÇOSAS, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTAM DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA | Molho | 1500 | 2,99 | 4.485,00 |
| 3 | ATATA DOCE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES, DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM | Quilograma | 1480 | 2,39 | 3.537,20 |
| 4 | BATATA INGLESA, LISA, DE PRIMEIRA E BOA QUALIDADE, FIRME E ÍNTACTA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, GRAUDAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS (RACHADURAS E CORTES) ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM | Quilograma | 1200 | 6,49 | 7.788,00 |
| 5 | BETERRABA, PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTA E FIRME, ISENTA DE ENFERMIDADE E SUJIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM. | Quilograma | 620 | 5,89 | 3.651,80 |
| 6 | CEBOLA BRANCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM. | Quilograma | 1920 | 5,69 | 10.924,80 |
| 7 | CEBOLINHA, 1ª QUALIDADE, ISENTO DE PARTES PÚTRIFAS | Molho | 800 | 2,89 | 2.312,00 |
| 8 | CENOURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM. | Quilograma | 2380 | 5,89 | 14.018,20 |
| 9 | CHUCHU, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIA TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, COM ODOR AGRADÁVEL E CONSISTÊNCIA FIRME, COM POLPA ÍNTACTA, COLORAÇÃO E TAMANHOS UNIFORMES TIPOS DAVARIEDADE, SEM BROTOS, RACHADURAS OU CORTES NA CASCA, MANCHAS, BOLORES OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR A SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. LIVRE DE MATERIAIS TERROSO, E DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, PARASITAS E LARVAS, FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDO, NÃO LENHOSO, BEM FORMADO, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM. | Quilograma | 1170 | 3,79 | 4.434,30 |
| 10 | COENTRO, FOLHAS DE COR VERDE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SINAIS DE APDRECIMENTO E SUJIDADE DE MATERIAIS TERROSO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA COM ETIQUETA DE PESAGEM, COM PESO MÉDIO DE 130 GRAMAS. | Molho | 2095 | 2,99 | 6.264,05 |
| 11 | INHAME, DE PRIMEIRA QUALIDADE E SEM DEFEITOS GROSSEIROS, RACHADURAS, PERFURAÇÕES OU CORTES, COM ASPECTO, AROMA E SABOR CARACTERÍSTICO DO PRODUTO LIVRE DE UMIDADE, APRESENTANDO POLPA BRANCA E ASPECTO FRESCO. | Quilograma | 980 | 11,19 | 10.966,20 |
| 12 | MACAXEIRA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM. | Quilograma | 1760 | 4,09 | 7.198,40 |
| 13 | PIMENTÃO VERDE, EXTRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA (PERFURAÇÕES E CORTES), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM. | Quilograma | 290 | 6,99 | 2.027,10 |
| 14 | REPOLHO BRANCO, DE BOA QUALIDADE, COM FOLHAS VERDES E ESBRANQUIÇADAS, ÍNTACTAS, BEM DESENVOLVIDAS E SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO. ISENTO DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM. | Quilograma | 200 | 5,99 | 1.198,00 |
| 15 | REPOLHO ROXO, DE BOA QUALIDADE, COM FOLHAS VERDES E ESBRANQUIÇADAS, ÍNTACTAS, BEM DESENVOLVIDAS E SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO. ISENTO DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM. | Quilograma | 200 | 9,09 | 1.818,00 |

| | | | | | | |
|---|--|-------|------------|--------|---------|------------|
| 16 | TOMATE, MADURO, DE BOA QUALIDADE, GRAÚDO, COM POLPA FIRME E ÍNTACTA, ISENTO DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM. | | Quilograma | 2360 | 7,19 | 16.968,40 |
| TOTAL | | | | | | 104.871,45 |
| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 300242023 - 09/01/2024 | | | | | | |
| VENDEDOR: NAILTON ROCHA MONTEIRO 07508823443 | | | | | | |
| CNPJ: 29.412.326/0001-08 | | | | | | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UNID. | QUANT. | P.UNIT. | P.TOTAL |
| 26 | POLPA DE FRUTA SABOR CAJÁ, SEM CONSERVANTE, ACIDULANTE E/OU AGENTES QUÍMICOS, COMPOSTO LÍQUIDOS, EXTRAÍDO PELO ESMAGAMENTO DAS PARTES COMESTÍVEIS DE FRUTAS CARNOSAS, APRESENTAÇÃO NA FORMA DE POLPA DE FRUTA CONGELADA, OBTIDA DE FRUTO MADURO E SÃ, ISENTO DE FRAGMENTOS DAS PARTES NÃO COMESTÍVEIS E SEM AÇÚCAR, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, DESDE QUE MANTIDO CONGELADO A -18°C, COM VALIDADE MÍNIMA DE 144 DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1KG, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E Nº DE REGISTRO NO MAPA | | Quilograma | 245 | 6,79 | 1.663,55 |
| 27 | POLPA DE FRUTA SABOR GRAVIOLA, SEM CONSERVANTE, ACIDULANTE E/OU AGENTES QUÍMICOS, COMPOSTO LÍQUIDOS, EXTRAÍDO PELO ESMAGAMENTO DAS PARTES COMESTÍVEIS DE FRUTAS CARNOSAS, APRESENTAÇÃO NA FORMA DE POLPA DE FRUTA CONGELADA, OBTIDA DE FRUTO MADURO E SÃ, ISENTO DE FRAGMENTOS DAS PARTES NÃO COMESTÍVEIS E SEM AÇÚCAR, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, DESDE QUE MANTIDO CONGELADO A -18°C, COM VALIDADE MÍNIMA DE 144 DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1KG, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E Nº DE REGISTRO NO MAPA | | Quilograma | 245 | 9,99 | 2.447,55 |
| 28 | POLPA DE FRUTA SABOR CAJÁ, SEM CONSERVANTE, ACIDULANTE E/OU AGENTES QUÍMICOS, COMPOSTO LÍQUIDOS, EXTRAÍDO PELO ESMAGAMENTO DAS PARTES COMESTÍVEIS DE FRUTAS CARNOSAS, APRESENTAÇÃO NA FORMA DE POLPA DE FRUTA CONGELADA, OBTIDA DE FRUTO MADURO E SÃ, ISENTO DE FRAGMENTOS DAS PARTES NÃO COMESTÍVEIS E SEM AÇÚCAR, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, DESDE QUE MANTIDO CONGELADO A -18°C, COM VALIDADE MÍNIMA DE 144 DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1KG, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E Nº DE REGISTRO NO MAPA | | Quilograma | 245 | 8,99 | 2.202,55 |
| 29 | POLPA DE FRUTAS SABOR ACE-ROLA, SEM CONSERVANTE, ACIDULANTE E/OU AGENTES QUÍMICOS, COMPOSTO LÍQUIDOS, EXTRAÍDO PELO ESMAGAMENTO DAS PARTES COMESTÍVEIS DE FRUTAS CARNOSAS, APRESENTAÇÃO NA FORMA DE POLPA DE FRUTA CONGELADA, OBTIDA DE FRUTO MADURO E SÃ, ISENTO DE FRAGMENTOS DAS PARTES NÃO COMESTÍVEIS E SEM AÇÚCAR, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, DESDE QUE MANTIDO CONGELADO A -18°C, COM VALIDADE MÍNIMA DE 144 DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1KG, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E Nº DE REGISTRO NO MAPA | | Quilograma | 100 | 7,50 | 750,00 |
| 30 | POLPA DE FRUTA SABOR MANGA, SEM CONSERVANTE, ACIDULANTE E/OU AGENTES QUÍMICOS, COMPOSTO LÍQUIDOS, EXTRAÍDO PELO ESMAGAMENTO DAS PARTES COMESTÍVEIS DE FRUTAS CARNOSAS, APRESENTAÇÃO NA FORMA DE POLPA DE FRUTA CONGELADA, OBTIDA DE FRUTO MADURO E SÃ, ISENTO DE FRAGMENTOS DAS PARTES NÃO COMESTÍVEIS E SEM AÇÚCAR, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, DESDE QUE MANTIDO CONGELADO A -18°C, COM VALIDADE MÍNIMA DE 144 DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1KG, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E Nº DE REGISTRO NO MAPA | | Quilograma | 245 | 7,50 | 1.837,50 |
| TOTAL | | | | | | 8.901,15 |
| CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS: | | | | | | |
| A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial. | | | | | | |
| A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Esperança a firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização. | | | | | | |
| CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: | | | | | | |
| A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00024/2023, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada: | | | | | | |
| Pela Prefeitura Municipal de Esperança, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa. | | | | | | |
| Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00024/2023, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador. | | | | | | |
| Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão; | | | | | | |
| Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes; | | | | | | |
| As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes; | | | | | | |
| O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem; | | | | | | |
| Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços; | | | | | | |
| Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador. | | | | | | |
| O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular. | | | | | | |
| CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO: | | | | | | |
| As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e nas disposições do Art. 62, da Lei 8.666/93, e a contratação será formalizada por intermédio de: | | | | | | |

Pedido de Compra quando o objeto não envolver obrigações futuras, inclusive assistência e garantia.

Pedido de Compra e Contrato, quando presentes obrigações futuras.

O prazo para retirada do Pedido de Compra, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.

O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Pedido de Compra e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.

Não atendendo à convocação para retirar o Pedido de Compra, e correndo esta dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

E permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para retirar o Pedido de Compra no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos falhosos as penalidades cabíveis.

O contrato ou instrumento equivalente, decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.

O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93; e realizado na forma de fornecimento parcelada.

A supressão do item registrado poderá ser total ou parcial, a critério do gerenciador do sistema, considerando-se o disposto no Art. 15, § 4º, da 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Quem, convocado dentro do prazo de validade da respectiva ata de registro de preços, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, declarar informações falsas ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedor SICA F do Governo Federal e de sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no respectivo Edital e das demais cominações legais.

As referidas sanções descritas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração.

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87, da Lei 8.666/93: a – advertência; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d – simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado e publicado no cadastro correspondente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00024/2023 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- ANTONIO PIMENTA DE OLIVEIRA 09948634462.
CNPJ: 30.170.516/0001-45.
Item(s): 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25.
Valor: R\$ 77.153,30.
- JOSE VITORIO DE LIMA 07133025426.
CNPJ: 29.996.415/0001-49.
Item(s): 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16.
Valor: R\$ 104.871,45.
- NAILTON ROCHA MONTEIRO 07508823443.
CNPJ: 29.412.326/0001-08.
Item(s): 26 - 27 - 28 - 29 - 30.
Valor: R\$ 8.901,15.
Total: R\$ 190.925,90.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Esperança.

| | |
|--|-----------------|
| NOBSON PEDRO DE ALMEIDA | Prefeito |
| | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO | |
| EXTRATO DE CONTRATO | |
| OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONTRATOS DE REPASSE JUNTO AO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 00007/2024. DOTAÇÃO: 02.006-SECRETARIA DE EDUCACAO 02006.12.361.1005.2010 – MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE 02006.12.361.1005.2011 – MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 05005.10.301.1004.2022 – MANTER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. VIGÊNCIA: até 22/03/2025. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO e: CT Nº 01101/2024 - 22.03.24 - NATHAN FEITOZA VIDAL 08716956427 - R\$ 36.000,00. | |

| | |
|--|----------------------------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO | RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO |
| DISPENSA Nº 00007/2024 | |
| Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº 00007/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONTRATOS DE REPASSE JUNTO AO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE; RATIFICOU o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: NATHAN FEITOZA VIDAL 08716956427 - R\$ 36.000,00 | |
| Gado Bravo - PB, 22 de Março de 2024 | |
| MARCELO PAULINO DA SILVA | Prefeito. |

| | |
|---|----------------------------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO | ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO |
| CREDECIAAMENTO Nº 00004/2024 | |
| Nos termos do relatório final apresentado e observado parecer da assessoria jurídica, referente ao Credenciamento nº 00004/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS MÉDICOS PLANTONISTAS PARA A POLICLINICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GADO BRAVO – PB, ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente credenciado: INTEGRAR SERVICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - R\$ 593.500,00. | |
| Gado Bravo - PB, 26 de Março de 2024 | |
| MARCELO PAULINO DA SILVA | Prefeito |

| | |
|--|----------------------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO | EXTRATO DE CONTRATO |
| OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS MÉDICOS PLANTONISTAS PARA A POLICLINICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GADO BRAVO – PB. FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento nº 00004/2024. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 05.005 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Função Programática: 05005.10.301.1004.2022 Código da despesa: 33.90.36 Código da despesa: 33.90.39 05.005 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Função Programática: 5005.10.301.1004.2026 Código da despesa: 33.90.36 Código da despesa: 33.90.39. VIGÊNCIA: até 26/03/2025. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Gado Bravo e: CT Nº 02701/2024 - 26.03.24 - INTEGRAR SERVICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - R\$ 593.500,00. | |

| | |
|--|----------------------------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO | RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO |
| DISPENSA Nº DV00015/2024 | |
| Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00015/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CURSO DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, CUIDADORES, PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE E TRABALHADORES DO SUAS; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: INNOVARE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA - R\$ 51.373,90. | |
| Gado Bravo - PB, 1º de Abril de 2024 | |
| MARCELO PAULINO DA SILVA | Prefeito |

| | |
|---|----------------------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO | EXTRATO DE CONTRATO |
| OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CURSO DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, CUIDADORES, PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE E TRABALHADORES DO SUAS. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00015/2024. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 02.006-SECRETARIA DE EDUCACAO 02006.12.361.1005.2010 – Manter as Atividades do Ensino Fundamental – MDE 02006.12.365.1005.2054 – MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL – COMPL. VAAT FEB 30% 33.90.39.00 – Outra Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 05.005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 05005.10.301.1004.2022 – Manter as Atividades do Fundo Municipal de Saúde 33.90.39.00 – Outra Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 08.008-FUNDO MUNICIPAL DE ACAO SO- CIAL 0808.08.244.1009.2033 – Manter as Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social 33.90.39.00 – Outra Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Gado Bravo e: CT Nº 04701/2024 - 01.04.24 - INNOVARE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA - R\$ 51.373,90. | |

| | |
|--|---------------------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO | EXTRATO DE ADITIVO |
| OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA PARA A LOCAÇÃO E OU FRETAMENTOS DE VEÍCULOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00012/2023. ADITAMENTO: Ajuste no quantitativo para adequação à demanda. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Gado Bravo e: CT Nº 01203/2023 - BARBOSA & SAMPAIO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 24.241.852/0001-39- 1º Aditivo-Terá o acréscimo de R\$ 50.375,47 (cinquenta mil e trezentos e setenta e cinco reais e quarenta e sete centavos) que correspondem a 25% do valor do contrato original, tendo assim seu valor do contrato atualizado para R\$ 251.877,37. ASSINATURA: 05.04.24. Gado Bravo – PB, 05 de Abril de 2024 – MARCELO PAULINO DA SILVA - Prefeito | |

| | |
|---|--|
| ESTADO DA PARAÍBA | PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA |
| EXTRATO DE CONTRATO | |
| OBJETO: Contratação de serviços de mão de obra em solda elétrica e reparos em ferros e madeiras para atender as necessidades da administração municipal. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00019/2024. DOTAÇÃO: RECURSOS PRÓPRIOS / PROGRAMAS / OUTROS Dotação consignada no orçamento vigente Elemento de despesa 3.3.90.30.01 – Material de Consumo . VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Guarabira e: CT Nº 00141/2024 - 03.04.24 - JOSÉLIO ALVES DOS SANTOS - R\$ 197.000,00. | |

| | |
|--|-----------------------------|
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GUARABIRA | EXTRATO DE CONTRATOS |
| OBJETO: objeto aquisições parceladas de bolsas de colostomia para melhor atender para melhor atender as necessidades da Secretaria de Saúde para o exercício 2024. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00010/2024. DOTAÇÃO: Recursos Ordinários: 16.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – SEC DE SAÚDE; 10.122.2002.2085 – MANTER AS AÇÕES DE SAÚDE; 3.3.90.32.01 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Saúde da Guarabira e: CT Nº 00127/2025 - 03.04.24 - HOLLISTER DO BRASIL LTDA - R\$ 69.000,00; CT Nº 00128/2024 - 03.04.24 - TECNOCENTER MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - R\$ 231.460,00. | |

| | |
|--|----------------------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA | EXTRATO DE CONTRATO |
| OBJETO: Aquisições de cestas básicas para doação às famílias carentes do município de Guarabira/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00003/2024. DOTAÇÃO: RECURSOS PRÓPRIOS / PROGRAMAS / OUTROS Dotação consignada no orçamento vigente Elemento de despesa 3.3.90.30.01 – Material de Consumo . VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Guarabira e: CT Nº 00149/2024 - 04.04.24 - ADDAN ALEXANDRINO - ME - R\$ 340.000,00. | |

| | |
|---|-----------------------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA | EXTRATO DE CONTRATOS |
| OBJETO: Aquisições parceladas de Materiais de Expediente para melhor atendimento e funcionamento de todos os setores da Administração Municipal Exercício de 2024. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00018/2024. DOTAÇÃO: RECURSOS PRÓPRIOS / PROGRAMAS / OUTROS Dotação consignada no orçamento vigente Elemento de despesa 3.3.90.30.01 – Material de Consumo . VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Guarabira e: CT Nº 00129/2024 - 03.04.24 - IRENE DE OLIVEIRA - R\$ 1.650,00; CT Nº 00130/2024 - 03.04.24 - MARIA CRISTIANE LEMOS DE ARAUJO ME - R\$ 55.074,00; CT Nº 00131/2024 - 03.04.24 - MIX VARIEDADES COMERCIO VAREJISTA LTDA - R\$ 363.407,50; CT Nº 00132/2024 - 03.04.24 - A.A. DISTRIBUICAO E IMPORTACAO DE ARTIGOS DE DECORACAO LTDA - R\$ 5.739,00; CT Nº 00133/2024 - 03.04.24 - DIONAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA - R\$ 21.599,20; CT Nº 00135/2024 - 03.04.24 - VKAT COMERCIO DE PAPELARIA E INFORMATICA LTDA - R\$ 7.514,00; CT Nº 00136/2024 - 03.04.24 - KELVEN WESLEY DE SOUZA PEREIRA ALEXANDRE LTDA - R\$ 76.430,00; CT Nº 00139/2024 - 03.04.24 - LAGUNA ESPORTE LTDA - R\$ 43.762,00; CT Nº 00140/2024 - 03.04.24 - 53.494.045 MARCIO ADRIANO ALVES CAVALCANTI - R\$ 4.119,00. | |

| |
|---|
| <p>Prefeitura municipal de Pedra Branca AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 0004/2024</p> <p>Torna público a realização da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 0004/2024, por menor preço global, com objeto, Construção Policlínica no município de Pedra Branca-PB. Abertura dia 19/04/2024 às 08:30 horas, a rua Pres. João Pessoa, 391-Centro-Pedra Branca-PB. O edital encontra-se: www.pedbranca.pb.gov.br, www.tce.pb.gov.br e demais informações pelo e-mail pedbrancacpl@gmail.com</p> <p>Pedra Branca - PB, 02 de abril de 2024</p> <p>Severino Luiz de Caldas Agente de Contratação</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico Nº 00005/2024</p> <p>Torna público a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 0005/2024, por menor preços por item, com objeto, Aquisição de Patrulha Mecanizada, destinada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Pedra Branca-PB, atendendo a proposta 019891/2020 referente ao convênio 905914/2020. Abertura dia 19/04/2024 às 09:00 horas, no endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília. O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações, no horário de 08:00 às 12:00 horas ou pelos endereços eletrônico: www.pedbranca.pb.gov.br, www.tce.pb.gov.br e demais informações pelo e-mail pedbrancacpl@gmail.com.</p> <p>Pedra Branca - PB, 04 de ABRIL de 2024</p> <p>Severino Luiz de Caldas Pregoeiro Oficial</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00019/2024</p> <p>Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua João Barbosa da Silva, 120 - Centro - Queimadas - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS. Abertura da sessão pública: 09:30 horas do dia 19 de abril de 2024. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3392276. E-mail: licitacao-opmqueimadas2017@gmail.com. Edital: www.queimadas.pb.gov.br/ou/https://tce.pb.gov.br/; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.</p> <p>Queimadas - PB, 05 de abril de 2024</p> <p>RICARDO PEREIRA DE LIMA Pregoeiro Oficial</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTO ANTÔNIO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2024</p> <p>Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Valdecir Mineiro da Costa, S/N - Centro - Riacho de Santo Antônio - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL PARA FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PREFEITURA. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 19 de Abril de 2024. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3641-1019. E-mail: pnrsa.licitacao@hotmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.</p> <p>Riacho de Santo Antônio - PB, 05 de Abril de 2024</p> <p>HILDA LUCIA BARBOSA Pregoeira Oficial</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLÂNEA EXTRATO DE CONTRATOS</p> <p>OBJETO: Aquisição parcelada de material médico hospitalar para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, SAMU e Fundo de Saúde deste Município, exercício 2024. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00067/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Solânea:06:00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (SEC. DE SAÚDE): 10.301.2010.2041 (160000000)/10.301.2010.2042 (160000000)/10.302.2010.2044 (150010002/160000000)/10.302.2010.2045 (160000000)/10.302.2010.2046 (160000000)/10.302.2010.2047 (15001002Y/10.301.2010.2053(15001002/160000000))1) – ELEMENTO DE DESPESA: 3.390.30.99 – MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Solânea e: CT Nº 00177/2024 - 03.04.24 - ALLFAMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 787.045,90; CT Nº 00178/2024 - 03.04.24 - CIRURGICA CAMPINENSE LTDA - R\$ 1.162,50; CT Nº 00179/2024 - 03.04.24 - EXPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - R\$ 51.761,70; CT Nº 00180/2024 - 03.04.24 - JM COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI - R\$ 30.776,58; CT Nº 00181/2024 - 03.04.24 - K C L COSTA COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA - R\$ 326.437,15; CT Nº 00182/2024 - 03.04.24 - LIVMED MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - R\$ 118.061,44; CT Nº 00183/2024 - 03.04.24 - MEDICAL CARE LTDA - R\$ 14.200,00; CT Nº 00184/2024 - 03.04.24 - ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPTAL LTDA ME - R\$ 23.428,86; CT Nº 00185/2024 - 03.04.24 - SUFRAMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - R\$ 11.956,40.</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 004/2024</p> <p>ESPÉCIE: Termo Aditivo Nº 004/2024 ao Contrato Nº 42021/2021</p> <p>CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM - PB, CNPJ nº. 08.882.862/0001-05. CONTRATADA: EMLURPE- EMPRESA DE LIMPEZA URBANA LTDA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 12.461.865/0001-34. OBJETO: Contratação de Empresa técnica especializada para recebimento e destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos do município de São José do Bonfim - PB.</p> <p>VIGÊNCIA: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do contrato em 03 (três) meses, sendo iniciado o presente aditivo no dia 04 de Abril de 2024 e tendo seu termino no dia 04 de Julho de 2024. DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito da contratante, exarada no parecer jurídico do assessor deste município, e encontra amparo legal no artigo 57, II, da Lei nº. 8.666/93.</p> <p>DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes; E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.</p> <p>São José do Bonfim - PB, 04 de Abril de 2024.</p> <p>ESAÚ RAUEL ARAÚJO DA SILVA NOBREGA Prefeito Constitucional</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS ADENDO AO EDITAL</p> <p>CONCORRÊNCIA Nº 002/2024; TIPO: MENOR PREÇO; OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de implantação de pavimentação em paralelepípedos na zona rural e urbana da cidade de São José de Piranhas - PB. ADENDO: NO PRÉAMBULO altera a data da sessão para 17 de maio de 2024; No item 9.10.9 altera valor da Garantia de Proposta para R\$ 12.919,23; no Termo de Referência do Edital - Altera-se a planilha do anexo I. INFORMAÇÕES: adendo completo na plataforma que ocorrerá a licitação portal de compras públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br). São José de Piranhas-PB, 05 de Abril de 2024. Talita Sousa Coelho Ferreira - Dirigente Interna Licitação – Damião Rodrigues dos Santos Júnior – Agente de Contratação</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024</p> <p>A Diretora da fase interna torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizado o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço por item. Objeto: Aquisição de Prê-Moldados (Piso Intertravado e Sextavado, Meio-fio, Manilhas de concreto, postes, estacas e cobogós), para atender as demandas da Secretaria de Obras e Urbanismo da Prefeitura Municipal de São José de Piranhas – PB. Abertura das propostas dia 19 de abril de 2024, às 09:00 horas (horário de Brasília), através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Os interessados poderão obter o texto integral do edital através dos endereços eletrônicos www.tce.pb.gov.br e www.saojosedepiranhas.pb.gov.br.</p> <p>São José de Piranhas - PB, 05 de abril de 2024.</p> <p>Talita de Sousa Coelho Ferreira Diretora Interna de Processos</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00029/2024</p> <p>Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Av 1 de Abril, 379 - Centro - Sumé - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS. Abertura da sessão pública: 08:30 horas do dia 19 de Abril de 2024. Início da fase de lances: 08:35 horas do dia 19 de Abril de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 14:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3353-2274. E-mail: cpsume@gmail.com. Edital: https://www.sume.pb.gov.br/; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.</p> <p>Sumé - PB, 05 de Abril de 2024</p> <p>DIMITRIUS LAURENT FERREIRA DA SILVA Pregoeiro Oficial</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024</p> <p>A Diretora da fase interna torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizado o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço por item. Objeto: Aquisição de paralelepípedos e pedras portuguesas, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo da Prefeitura Municipal de São José de Piranhas – PB. Abertura das propostas dia 19 de abril de 2024, às 13:00 horas (horário de Brasília), através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Os interessados poderão obter o texto integral do edital através dos endereços eletrônicos www.tce.pb.gov.br e www.saojosedepiranhas.pb.gov.br.</p> <p>São José de Piranhas - PB, 05 de abril de 2024.</p> <p>Talita de Sousa Coelho Ferreira Diretora Interna de Processos</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00030/2024</p> <p>Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Av 1 de Abril, 379 - Centro - Sumé - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR. Abertura da sessão pública: 11:00 horas do dia 19 de Abril de 2024. Início da fase de lances: 11:05 horas do dia 19 de Abril de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 14:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3353-2274. E-mail: cpsume@gmail.com. Edital: https://www.sume.pb.gov.br/; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.</p> <p>Sumé - PB, 05 de Abril de 2024</p> <p>DIMITRIUS LAURENT FERREIRA DA SILVA Pregoeiro Oficial</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ E LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00031/2024</p> <p>Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Av 1 de Abril, 379 - Centro - Sumé - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO TIPO FURGÃO AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO – TIPO B, DESTINADO AO HOSPITAL E MATERNIDADE ALICE DE ALMEIDA. Abertura da sessão pública: 08:30 horas do dia 22 de Abril de 2024. Início da fase de lances: 08:35 horas do dia 22 de Abril de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 14:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3353-2274. E-mail: cpsume@gmail.com. Edital: https://www.sume.pb.gov.br/; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.</p> <p>Sumé - PB, 05 de Abril de 2024</p> <p>DIMITRIUS LAURENT FERREIRA DA SILVA Pregoeiro Oficial</p> |

| |
|---|
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2024</p> <p>Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Av 1 de Abril, 379 - Centro - Sumé - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO. Abertura da sessão pública: 10:00 horas do dia 22 de Abril de 2024. Início da fase de lances: 10:05 horas do dia 22 de Abril de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 14:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3353-2274. E-mail: cpsume@gmail.com. Edital: https://www.sume.pb.gov.br/; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.</p> <p>Sumé - PB, 05 de Abril de 2024</p> <p>DIMITRIUS LAURENT FERREIRA DA SILVA Pregoeiro Oficial</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ SEC. MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024</p> <p>FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021</p> <p>ORÇAMENTO: Publicado no edital</p> <p>CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço</p> <p>ADJUDICAÇÃO: por lote</p> <p>MODO DE DISPUTA: aberto</p> <p>PREFERÊNCIA ME/EP/EP/QUIPARADAS: não</p> <p>A Comissão de Contratação do Município de São José do Brejo do Cruz/ PB vem a público comunicar que no dia 08 de abril de 2024, nos sites: www.pncp.gov.br, www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br e http://www.portaldecompraspublicas.com.br será disponibilizado o Edital de Licitação, destinado a Contratação dos serviços técnicos especializados na manutenção e reparação de computadores e impressoras.</p> <p>A sessão de realização da Licitação ocorrerá no dia 23 de abril de 2024, às 08:00 horas (horário de Brasília), no site http://www.portaldecompraspublicas.com.br.</p> <p>Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br.</p> <p>São José do Brejo do Cruz/ PB, 05 de abril de 2024.</p> <p>Genilda Saraiva de André Presidente da Comissão de Contratação</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – PB EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 00002/2024</p> <p>OBJETO: Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação dos serviços de locação de veículo automotor com motorista, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos do Município de Santa Luzia/PB na retirada de entulhos das ruas e avenidas do município.</p> <p>RATIFICO, nos termos do art. 75 da Lei 14.133/2021, o presente processo de dispensa de licitação, com base nas justificativas apresentadas e Parecer da Assessoria Jurídica, com amparo legal no Art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações, onde adjudico o objeto em favor de:</p> <p>54.017.258 JANIO FERNANDES DE MORAIS, CNPJ Nº 54.017.258/0001-20, com sede na Rua Francisco Alves Martins, nº 268, Feri Damião - Santa Luzia/PB - CEP nº 58.600-000, com o valor total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), vencendo no(s) seguinte(s) item(ns): 01.</p> <p>Santa Luzia/PB, 03 de Abril de 2024.</p> <p>José Alexandre de Araújo Prefeito Municipal</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA-PB EXTRATO DO CONTRATO CONTRATO Nº 00059/2024</p> <p>ORIGEM: DISPENSA Nº 00002/2024</p> <p>CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA-PB, CNPJ Nº 09.090.689/0001-67.</p> <p>CONTRATADA: 54.017.258 JANIO FERNANDES DE MORAIS, CNPJ Nº 54.017.258/0001-20</p> <p>OBJETO: Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação dos serviços de locação de veículo automotor com motorista, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos do Município de Santa Luzia/PB na retirada de entulhos das ruas e avenidas do município.</p> <p>VALOR GLOBAL: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), vencendo no(s) seguinte(s) item(ns): 01, conforme proposta da vencedora anexa ao processo.</p> <p>PRAZO DE VIGÊNCIA: 03/04/2024 a 03/07/2024.</p> <p>DATA DO CONTRATO: 03 de abril de 2024</p> <p>José Alexandre de Araújo Prefeito</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS EXTRATO DE TERMO ADITIVO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 90701/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2023</p> <p>CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José de Espinharas - CNPJ Nº 08.882.730/0001-75. CONTRATADA: PRIME CONSULTOR E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 05.340.639/0001-03. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato Original, com vista a alteração de prazo constante na Clausula Terceira, referente a Contratação e empresa especializada, para a prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle de frota, com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético nas redes de estabelecimentos credenciados para o abastecimento de combustíveis (gasolina, diesel comum e diesel S10), para os veículos e máquinas, do município de São José de Espinharas/PB. DA VIGÊNCIA - Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do contrato em 01 (um) mês, sendo iniciado o presente aditivo no dia 08 de abril de 2024 e tendo seu termino no dia 08 de maio de 2024. DO(S) VALOR(ES) - O Valor do Contrato original é R\$ 1.899.227,75 (TAXA ADMINISTRATIVA: -1,50%) permanece inalterado nos mesmos termos da Clausula Segunda do Contrato. São José de Espinharas - PB, 04 de abril de 2024.</p> <p>Antônio Gomes da Costa Netto Prefeito</p> |
| <p>EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 91901/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00019/2023</p> <p>CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José de Espinharas - CNPJ Nº 08.882.730/0001-75. CONTRATADA: IGOR NOBREÇA FERREIRA LTDA, CNPJ Nº 21.346.312/0001-21. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato Original, com vista a alteração de prazo constante na Clausula Nona, referente a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de diversos exames médicos (laboratoriais) e entre outros para o município de São José de Espinharas/PB. DA VIGÊNCIA - Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do contrato em 12 (doze) meses, sendo iniciado o presente aditivo no dia 03 de abril de 2024 e tendo seu termino no dia 03 de abril de 2025. DO(S) VALOR(ES) - O Valor do Contrato original é R\$ 331.297,50 (trezentos e trinta e um mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), será renovado e permanece inalterado nos mesmos termos da Clausula Segunda do Contrato. São José de Espinharas - PB, 03 de abril de 2024.</p> <p>Antônio Gomes da Costa Netto Prefeito</p> |
| <p>EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 00001/2024</p> <p>O presente Termo de Apostilamento Nº 00001/2024 tem por objeto permutar o veículo modelo CHEV/SPIN, PLACA: RQFZH40, ano modelo 2023 apresentado no contrato de nº 92802/2023 pelo veículo superior CHEV/SPIN 1.8L AT LTT, placa SAX2B57, ano modelo 2024. DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original. PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS E A EMPRESA: TERRA DOURADA LOCAÇÕES LTDA, CNPJ nº 08.874.590/0001-93. São José de Espinharas - PB, 05 de abril de 2024.</p> <p>ANTÔNIO GOMES DA COSTA NETTO Prefeito Municipal</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO EXTRATO DE CONTRATO</p> <p>OBJETO: Contratação de Profissional(ais) do Setor Artístico: JONAS ESTICADO, que tem como objetivo, arbrilhanar [apresentar-se] a(s) Festividade(s) de EMANIPACÃO POLITICA, através de apresentação aberta ao grande público. FUNDAMENTO LEGAL: Inexistibilidade de Licitação nº IN00008/2024. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: Recursos Ordinários: 202.04.122.1003.2008.3.3.90.36.0500.202.04.122.1003.2008.203.04.122.1003.2008.3.3.90.38.0500.203.04.122.1003.2008.3.3.90.39.0500. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Sertãozinho e: CT Nº 00031/2024 - 05.04.24 - JONAS ESTICADO GRAVACOES & EDICOES MUSICAS LTDA - R\$ 160.000,00.</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXISTIBILIDADE Nº IN00008/2024</p> <p>Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexistibilidade de Licitação nº IN00008/2024, que objetiva Contratação de Profissional(ais) do Setor Artístico: JONAS ESTICADO, que tem como objetivo, arbrilhanar [apresentar-se] a(s) Festividade(s) de EMANIPACÃO POLITICA, através de apresentação aberta ao grande público; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: JONAS ESTICADO GRAVACOES & EDICOES MUSICAS LTDA - R\$ 160.000,00.</p> <p>Sertãozinho - PB, 04 de Abril de 2024</p> <p>JOSE DE SOUSA MACHADO Prefeito</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO EXTRATO DE INEXISTIBILIDADE DE LICITAÇÃO</p> <p>PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00008/2024. OBJETO: Contratação de Profissional(ais) do Setor Artístico: JONAS ESTICADO, que tem como objetivo, arbrilhanar [apresentar-se] a(s) Festividade(s) de EMANIPACÃO POLITICA, através de apresentação aberta ao grande público. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria de Governo. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 04/04/2024.</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS RAMOS TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 00012/2024</p> <p>O Prefeito Constitucional do Município de São José dos Ramos/PB, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei, RESOLVE: ADJUDICAR e HOMOLOGAR o Processo Licitatório na modalidade PREGÃO Nº 00012/2024 – ELETRÔNICO, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO CONFORME DEMANDA DE GENEROS ALIMENTICIOS HORTIFRUTI PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIAS MUNICIPAL DE SAÚDE, em favor da empresa: ADRIANO DA SILVA ALVES 07358922450 – CNPJ: 41.405.426/0001-02. ITENS: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21. VALOR GLOBAL: R\$ 40.323,38 (quarenta mil, trezentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos). Ficando desde já o vencedor convocado para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da expedição deste aviso, proceder com a assinatura da ARP e do CONTRATO.</p> <p>São José dos Ramos/PB, 05 de Abril de 2024.</p> <p>MATHEUS AMORIM MARANHÃO E SILVA PREFEITO</p> |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS RAMOS TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 00004/2024</p> <p>O Prefeito Constitucional do Município de São José dos Ramos/PB, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei, RESOLVE: ADJUDICAR e HOMOLOGAR o Processo Licitatório na modalidade PREGÃO Nº 00004/2024 – ELETRÔNICO, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIMENTO DE DEMANDA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CORRESPONDENTE AO ANO LETIVO 2024, em favor das empresas: MAXIMA E DE LIMA DANTAS – CNPJ: 04.439.799/0001-78. ITENS: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 49, 50, 51, 52, 53. VALOR GLOBAL: R\$ 317.666,00 (trezentos e dezesseis mil, seiscentos e sessenta e seis reais). E: TAILSON RODRIGUES DE MEDEIROS 09953429464 – CNPJ: 40.923.191/0001-88. ITENS: 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48. VALOR GLOBAL: R\$ 71.055,00 (setenta e um mil e cinquenta e cinco reais). Ficando desde já os vencedores convocados para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da expedição deste aviso, proceder com a assinatura da ARP e do CONTRATO.</p> <p>São José dos Ramos/PB, 05 de Abril de 2024.</p> <p>MATHEUS AMORIM MARANHÃO E SILVA PREFEITO</p> |
| <p>COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAIBA – CAGEPA CNPJ 09.123.654/0001-87 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 1ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGO 2024</p> <p>Ficam os senhores acionistas convocados, a se reunirem em assembleia geral ordinária, a ser realizada no dia 19/04/2024, às 09 horas, na sede da Companhia, situada na Av. Feliciano Cime nº 220, nesta Capital, para na forma do Artigo 17 do Estatuto Social, deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:</p> <p>1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e de Sustentabilidade, bem como das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do parecer do Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração;</p> <p>2. Destinação do lucro líquido do exercício de 2023, conforme proposta da administração;</p> <p>3. Eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia;</p> <p>4. Tratamento de outros assuntos pertinentes aos interesses dos acionistas.</p> <p>Os documentos relativos às matérias em pauta estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, em conformidade com o artigo 135, §3º da Lei 6.404/1976.</p> <p>João Pessoa, 05 de abril de 2024</p> <p>LÚCIO LANDIM BATISTA DA COSTA Presidente do Conselho de Administração</p> |

| |
|---|
| <p>SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DOS RECURSOS HÍDRICOS</p> <p>REPUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO</p> <p>CONCORRÊNCIA Nº 01/2024 – CER-SEIRH (CERTIFICADO DE REGISTRO NA CGE Nº 24-00273-4) - PROCESSO SEIRH Nº DER-PRC-2024/01335. OBJETO: CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA OU CONSÓRCIO ESPECIALIZADO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO, PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO COMPLEXO RODOVIÁRIO DE CADEBELLO/SANTA RITA/LUCENA (PONTE DO FUTURO). A DATA DE ABERTURA, que estava prevista para 26 de junho de 2024 às 10h00 (Dez horas - horário de Brasília), FICA REMARCADA PARA o dia 05 de julho de 2024 no mesmo horário, por motivo de revisão processual. LOCAL: Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 1498 - Empresarial Makadesh Mall, Sala 10, Torre - João Pessoa/PB, CEP: 58030-001. Fone: (83) 99363-2102. O Edital poderá ser acessado através do site eletrônico https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-infraestrutura-e-dos-recursos-hidricos/Ediais, bem como através do Portal Nacional de Contratações Públicas (www.br/pncp) e ainda através do e-mail: cgc.govpb@outlook.com. Outras informações, exclusivamente, pelo e-mail: informacoes@seirh.pb.gov.br, informando os dados cadastrais da Empresa solicitante (Razão Social, CNPJ, responsável, endereço, telefone e e-mail). OUTRAS OBSERVAÇÕES: As reuniões da referida licitação serão, preferencialmente, acompanhadas online através do canal do Youtube SEIRHMA PB. João Pessoa, 04de abril de 2024. WISLENE MARIA NAYANE PEREIRA DA SILVA – PRESIDENTE CDC-SEIRH.</p> |
| <p>POLÍGONO – PRODUTOS E LIGAS PLÁSTICAS DO BRASIL S/A – CNPJ Nº 12.541.066/0001-78 – Empresa beneficiária dos Incentivos Fiscais do Nordeste – FINOR – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO – Ficam convocados todos os acionistas a se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, às 07h00 do dia 12 de abril de 2024, na Rua Antônio Rabelo Junior, 161 Sala 810, bairro Miramar – João Pessoa/PB, CEP: 58.032-090, com a finalidade de deliberarem sobre as seguintes matérias – ORDINÁRIA - a) Aprovação das contas do exercício encerrado em 31/12/2023 -</p> |

Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

CNPJ/MF 09.123.654/0001-87

Relatório da Administração e de Sustentabilidade - 2023

1. Sobre o Relatório

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA (“Companhia ou CAGEPA”) apresenta seu Relatório da Administração e de Sustentabilidade do ano de 2023, documento que descreve o seu desempenho alinhado ao Planejamento Estratégico, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos conceitos de Sustentabilidade (Ambiental, Social e Governança - (ESG) no período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023. A emissão do relatório de sustentabilidade é anual, sempre aprovado pelo Conselho de Administração após deliberação da Diretoria Executiva. Além de ser uma importante ferramenta no processo de gestão, o relatório reafirma o compromisso com a transparência das informações prestadas aos seus clientes, acionistas, microrregiões por meio dos seus colegiados microrregionais, à sociedade e demais interessados, contribuindo para a consolidação desse relacionamento. Para a Companhia, a divulgação de seu desempenho à sociedade é um processo que deve ser marcado pela escuta ativa e pelo acolhimento de sugestões e críticas. Quaisquer apontamentos sobre o presente documento devem ser direcionados à Assessoria de Gestão Empresarial, por meio do e-mail age@cagepa.pb.gov.br ou pelo telefone (83) 3218 1289.

2. Mensagem da Administração

Iniciamos o ano de 2023 com o lançamento do Projeto Verão Azul CAGEPA, uma iniciativa voltada para conscientização e educação ambiental da população. Reconhecendo a temporada de verão como um período em que muitas famílias optam por fixar residência no litoral, intensificamos nossos esforços para prestar assistência de maneira diferenciada a veranistas e turistas, visando gerenciar o aumento significativo no consumo de água. Durante o período, disponibilizamos informações cruciais e materiais educativos sobre a importância da economia de água e a preservação do meio ambiente. Para melhor atender às demandas específicas dos municípios litorâneos, implementamos um regime especial de atendimento nos finais de semana. Além disso, o Projeto Verão Azul CAGEPA incluiu uma robusta força-tarefa dedicada à manutenção e limpeza das redes. Esta medida foi adotada com o objetivo de preservar a limpeza das praias e prevenir possíveis extravasamentos de esgotos, contribuindo assim para a preservação ambiental e o bem-estar da comunidade local. Confrontamos os crescentes impactos das mudanças climáticas, manifestados sobretudo pela imprevisibilidade nos padrões de chuvas, resultando no agravamento das áreas sujeitas a estiagens mais intensas e na subsequente crise hídrica. Na Paraíba, mais de 90% de seu território está situado no Polígono das Secas, destacando-se a predominância do clima semiárido em grande parte do estado, caracterizado por índices pluviométricos historicamente baixos. Essa realidade reforça a urgência de medidas estratégicas e sustentáveis para lidar com os desafios impostos pela escassez de água e fortalecer a resiliência frente às mudanças climáticas. A CAGEPA, entretanto, tem dedicado esforços incansáveis para enfrentar e mitigar as dificuldades impostas pelos períodos de estiagem. Através de uma abordagem pautada pela prontidão, eficiência, planejamento e execução de ações, a Companhia tem alcançado progressos significativos em termos operacionais e de gestão. Tais avanços são evidenciados por uma série de medidas estratégicas de curto, médio e longo prazos. Em diversas cidades onde a escassez de água resultava em racionamento severo ou até mesmo colapso no sistema de abastecimento, a Companhia adotou a instalação de caixas d'água na zona urbana. Essa iniciativa busca otimizar o fornecimento emergencial e de qualidade à população, com o apoio de carros-pipa, representando uma resposta eficaz diante das condições adversas impostas pela estiagem. A CAGEPA desempenha um papel fundamental como executora do Projeto de Segurança Hídrica (PSH-PB), uma iniciativa do Governo do Estado da Paraíba que estabeleceu um contrato de empréstimo com o Banco Mundial, totalizando cerca de US\$ 127 milhões. Este projeto visa aprimorar a segurança hídrica por meio da gestão eficiente dos recursos hídricos, do aumento da oferta de água potável no semiárido paraibano e da otimização dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário na grande João Pessoa. Dentro desse escopo, já estamos executando a construção da grande adutora do Cariri, que terá a função de captar água do rio São Francisco e distribuí-la por toda a região do Cariri, abrangendo também os municípios de Taperoá e Junco do Seridó. Adicionalmente, avançamos nas obras da adutora do ramal Curimataú (1ª Etapa), que irá beneficiar os municípios do Curimataú Paraibano, e foi garantido recursos de empréstimos do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) para o início da segunda etapa no ano de 2024. O projeto prevê a construção de mais de 700 km de adutoras, cada uma com aproximadamente 350 km. Essas infraestruturas desempenharão um papel crucial na garantia da segurança hídrica, beneficiando as regiões mais afetadas pela escassez de água em nosso estado após sua conclusão. A ação integrada desses empreendimentos representa um compromisso sólido com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população paraibana.

Nas últimas duas décadas, a Companhia firmou pela primeira vez uma parceria com uma instituição financeira para investimentos, resultado do equilíbrio fiscal, do considerável número de obras e ações empreendidas, e dos índices positivos alcançados em nível regional e nacional. Nesse contexto, celebramos um contrato com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para a implementação do Programa de Água e Esgotamento do Estado da Paraíba, no valor de €5 50 milhões, aproximadamente R\$ 263 milhões. Esses recursos serão direcionados para 24 projetos, dos quais 21 são relacionados ao abastecimento de água e três dizem respeito ao esgotamento sanitário.

O combate a perdas de água é uma prioridade e uma atividade contínua, com ações diárias de identificação, controle e redução, melhorando a confiabilidade e continuidade do abastecimento para todos os usuários. Implantamos em 2023, o Programa de Redução e Controle de Perdas que possibilitou implementação de processos mais eficazes e modernos, alinhados com os mecanismos internacionais de combate às perdas como o International Water Association (IWA), todo esse processo tem amparo formal na Política de Combate às Perdas que regula todo o programa. Exemplo exitoso das ações previstas no Programa de Combate às Perdas, temos a execução dos “contratos de performance” para redução perdas comerciais na região metropolitana de João Pessoa e na região metropolitana de Campina Grande, que buscam reduzir às fraudes e melhorar de eficiência da Companhia como ações complementares ao Programa, a CAGEPA desenvolve um programa de regularização das redes de distribuição, bem como investe constantemente na atualização de seu parque de hidrômetros e estudos para aquisição de novas tecnologias voltadas para a modernização do sistema de leitura e fiscalização.

A automação tem um papel fundamental no saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, redução de custos operacionais, aumento da segurança operacional, eficiência na gestão de recursos e melhora na gestão e controle da operação. A Companhia conta com uma estrutura administrativa e funcional de automação própria e terceirizada, que permitem ações diárias, com reflexos na otimização da operação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Estamos em processo de aprimoramento na estruturação de um plano de automação da Companhia, com o objetivo de estruturar todo o processo de implantação dos sistemas, com foco específico na melhoria de sistemas e entregas dos serviços à comunidade e de redução de custos, especialmente com horas extras.

Estamos focados no desenvolvimento da autoprodução de energia elétrica através do biogás, visando a redução dos impactos causados pelos gases de efeito estufa e a otimização de custos. A CAGEPA conduziu um estudo inicial para avaliar o potencial da Companhia, identificando a rota tecnológica mais adequada e, posteriormente, elaborando um modelo de negócio personalizado com retorno sustentável. Progressivamente, estamos aumentando a aquisição de energia no mercado livre, convertendo um terço de nosso consumo total para fontes renováveis. Além da economia inicial de R\$ 10 milhões anuais essa transição, representa um passo significativo para fortalecer nossa política ambiental. No primeiro movimento em direção ao mercado livre de energia, estimamos retirar do meio ambiente aproximadamente 25 mil toneladas de dióxido de carbono anualmente. Com a conclusão desse processo, a expectativa é retirar da atmosfera 37 mil toneladas de gases de efeito estufa. Estamos nos preparando para intensificar nossa abordagem em conformidade com os princípios de produção mais limpa, buscando eficiência ambiental e energética em todas as etapas das nossas operações. Este compromisso reflete nosso esforço contínuo em adotar práticas sustentáveis e contribuir para um futuro mais equilibrado e responsável.

A CAGEPA está iniciando estudos para uso de tecnologias de reuso de água por meio de parcerias estratégicas. O objetivo é aprimorar o domínio dessas tecnologias, abrindo portas para oportunidades de negócios. A adoção do reuso de água não representa apenas uma prática relevante para a preservação dos recursos hídricos, mas também desencadeia uma significativa redução no consumo de água potável. O comprometimento da CAGEPA com essas práticas sustentáveis demonstra seu papel ativo na busca por soluções ambientais inovadoras e socialmente responsáveis.

Possuímos a certificação Selo Verde concedida pelo Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes (Inpra). Esta certificação desempenha um papel fundamental ao contribuir para o aprimoramento dos sistemas de gestão socioambientais, proporcionando uma análise criteriosa da atual gestão da Companhia e fornecendo retorno sobre os procedimentos que podem ser aprimorados. A obtenção do Selo Verde é resultado ao atendimento das práticas da Companhia e ao rigoroso programa de Certificação pelo Compromisso com a Gestão Socioambiental Responsável (Procort) do Inpra. Durante a análise, a Companhia demonstrou conformidade com todos os indicadores socioambientais estabelecidos, evidenciando nosso compromisso sólido com as práticas responsáveis de gestão. Essa certificação não apenas valida nossos esforços contínuos em termos de responsabilidade socioambiental, mas também reforça a confiança do público e dos parceiros na nossa abordagem sustentável. A CAGEPA, através da conquista de seus indicadores do processo de Certificação do Selo Verde, atingiu percentual para conquista do renomado Prêmio Socioambiental Chico Mendes (97%). O prêmio será entregue em 19 de março de 2024.

A Companhia criou o Comitê Environmental, Social and Governance (ESG) que representa um passo significativo, pois tem como objetivo não apenas buscar atender às expectativas atuais, mas também moldar um futuro mais responsável e sustentável. Esse comitê desempenha um papel importante na integração de práticas ambientais, sociais e de governança nos processos decisórios da CAGEPA. Estamos sempre avançando e estudando a nossa matriz de materialidade que se refere aos temas mais relevantes para a Companhia e para nossas partes interessadas (stakeholders), levando em conta as temáticas que têm um impacto significativo na nossa capacidade de gerar valor, na maneira como interagimos com essas partes e nos resultados socioambientais e econômicos que produzimos.

O ano de 2023 foi dedicado ao fortalecimento da governança do processo de inovação da CAGEPA e do relacionamento com o ecossistema de inovação. Em que destacam, a elaboração e aprovação da Política de Inovação da Companhia e a celebração de contratos estabelecendo compromissos com o ecossistema de inovação da Paraíba, como o Pacto pela Inovação do Farol Digital, e os protocolos de intenção com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e a Universidade NHL Stenden, da Holanda.

O planejamento estratégico de longo prazo foi atualizado baseado na expectativa e nos desafios de desempenho e de mercado da CAGEPA, considerando a atual conjuntura econômica do país, bem como análise de cenários. Estamos vivendo em um momento de muitas mudanças no setor e no mercado, exigindo decisões cada vez mais rápidas, eficientes, seguras e consistentes do nosso planejamento. Por isso, seguimos confiantes e orgulhosos com a nossa missão.

O Balanço de 2023 evidencia o comprometimento da CAGEPA em operar com eficiência, planejamento e transparência, visando promover a saúde pública e qualidade de vida por meio da universalização do saneamento básico de forma sustentável. E assim, trabalhando no presente com o olhar para o futuro, encerramos o ano.

Sabemos que 2024 seguirá desafiador, porém, estamos prontos para seguir crescendo e levando água de qualidade a todos os paraibanos, coletando e tratando o esgoto e contribuindo para a melhoria da saúde de toda a população.

DESTAQUES 2023



3. A CAGEPA

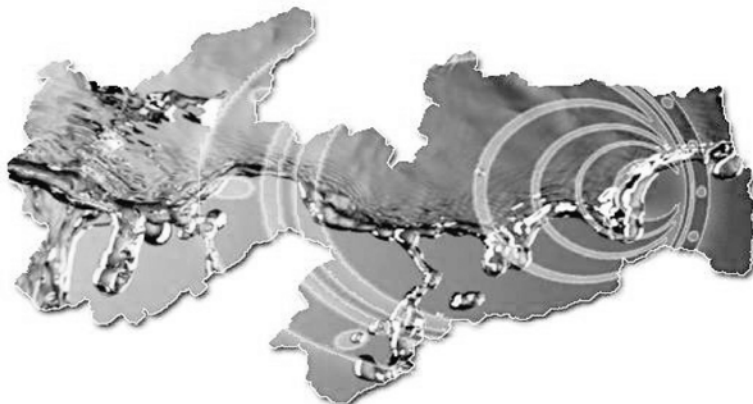
A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba é uma sociedade de economia mista por ações, de capital autorizado, constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.459 de 31 de dezembro de 1966, alterada pela Lei Estadual nº 3.702 de 11 de dezembro de 1972, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos (SEIRH), com sede e foro na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, e jurisdição em todo o território do Estado, com prazo de duração indeterminado.

4. Locais de Atuação

A CAGEPA está presente em 203 cidades sede de municípios e mais 21 distritos e povoados do Estado da Paraíba, num total de 224 localidades atendidas.

As atividades da Companhia são conduzidas por meio de suas seis Unidades Regionais: Regional do Litoral (20 Municípios e 3 Distritos) sediada em João Pessoa; Regional da Borborema (59 Municípios e 8 Distritos) localizada em Campina Grande; Regional do Brejo (37 Municípios e 6 Distritos) com sede em Guarabira; Regional das Espinharas (41 Municípios e 1 Distrito) com sede em Patos; Regional do Rio do Peixe (28 Municípios e 1 Distrito) sediada em Sousa; e Regional do Alto Piranhas (18 Municípios e 2 Distritos) com base em Cajazeiras. Todas essas unidades operam em estreita colaboração com a Sede Administrativa em João Pessoa, com o objetivo de garantir o atendimento à população com qualidade e eficiência.

Figura 1 – Mapa da Paraíba

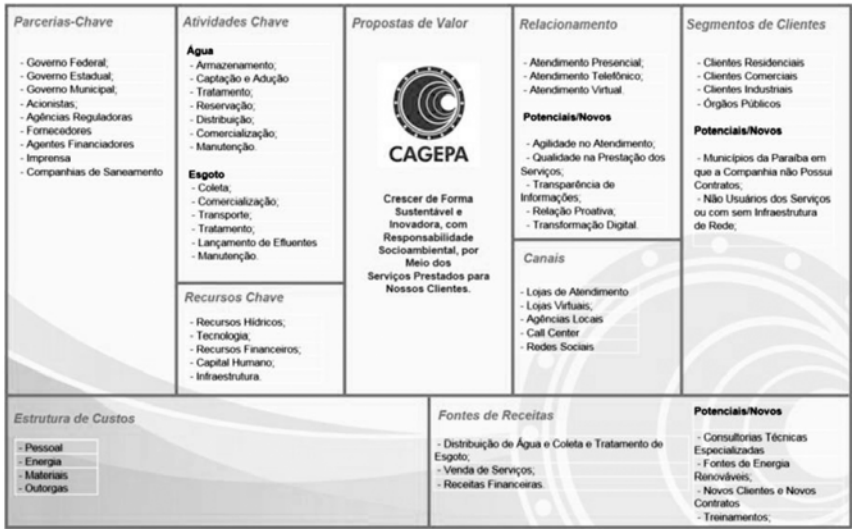


Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

4.1 Modelo de Negócio

Nosso modelo de negócios expõe de que forma a Companhia transforma os recursos disponíveis (humano, financeiro, intelectual, natural e social) em valor para os públicos de interesse, incluindo os custos e investimentos mais significativos associados a cada um deles. A análise do contexto externo e a evolução da gestão, da governança, das estratégias de negócios e dos resultados são constantes e permeiam toda a nossa atividade.

Figura 2 – Plano de Negócio da CAGEPA



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

5. Combate à Pandemia de Covid-19

O ano de 2023 ficou marcado pelo fim da emergência global da pandemia de COVID-19 que assolou o mundo, com anúncio feito em 05 de maio de 2023, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), após três anos desde o comunicado de início da pandemia. A declaração representou a consolidação de um conjunto de esforços dos governos, organizações sociais e de saúde, profissionais da saúde e comunidade em geral, para conter a propagação do vírus, marcados pelas campanhas de imunização e outras estratégias individuais e coletivas de controle de transmissão da doença.

O fim da emergência global não significa, porém, o abandono das lições aprendidas, de modo que não se deve esquecer o papel importante e colaborativos dos sistemas de saúde, que devem ser fortalecidos permanentemente, a relevância das campanhas de vacinação e os impactos das inovações tecnológicas implementadas no período, mas que continuam a moldar a forma como vivemos e trabalhamos. Nesse sentido, a jornada para superar a pandemia exigiu esforços de todos e a CAGEPA se comprometeu nesse enfrentamento, mediante um conjunto de estratégias, pensadas pelo Comitê de Crise, que foi responsável pela emissão de normativas internas, que regimentaram as ações de controle e acompanhamento.

Embora a conjuntura atual nos traga certo alívio, deve-se permanecer atento aos aspectos que permeiam nossa sociedade e a saúde da população.

Mesmo assim, em 2023, ainda se manteve as estratégias de acompanhamento e promoção à saúde dos nossos empregados, cujas práticas do Comitê de Crise e da equipe psicossocial e médica permaneceram ativas e articuladas com as dinâmicas vivenciadas. Dessa forma, foi publicada a Normativa nº 21, emitida em 05 de janeiro de 2023, a qual estabelece o uso facultativo de máscaras de proteção facial nos espaços da Companhia, mantendo-se o cumprimento das medidas de higienização e revogando as disposições anteriores.

6. Inovação como estratégia de desenvolvimento

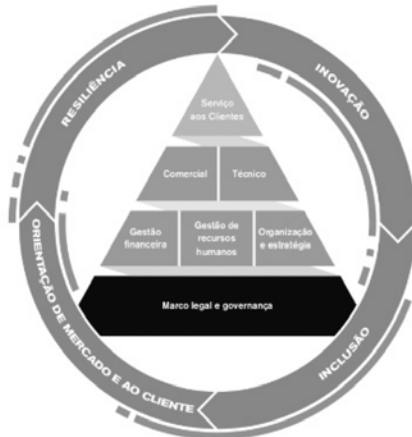
A inovação passou a ser de responsabilidade de todas as nossas Diretorias, Gerências e Unidades Regionais, ou seja, deixou de estar vinculada a apenas uma área para se tornar um processo transversal na Companhia. É pertinente registrar que essa intersectorialidade se faz importante em um momento de intensas mudanças no setor de saneamento no Brasil e na Paraíba.

Além da elaboração e aprovação da Política de Inovação da CAGEPA e a celebração de contratos como o Pacto pela Inovação do Farol Digital, e os protocolos de intenção com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e a Universidade NHL Stenden, da Holanda o ano de 2023 foi marcado pelo início da 3ª temporada da webserie conectar para inovar, levando o evento para dentro do ambiente de trabalho de diversas áreas, como o centro de controle operacional (CCO) e a nossa maior loja de atendimento, buscamos com isso, apresentar a diversidade de atividades realizadas diariamente pelos diversos setores da Companhia para prestar um serviço de excelência para nossos clientes.

Iniciamos também a adequação da CAGEPA para realização de Contrato Público de Soluções Inovadoras (CPSI), este instrumento une diversos conceitos com objetivo de viabilizar a compra de teste de soluções inovadoras.

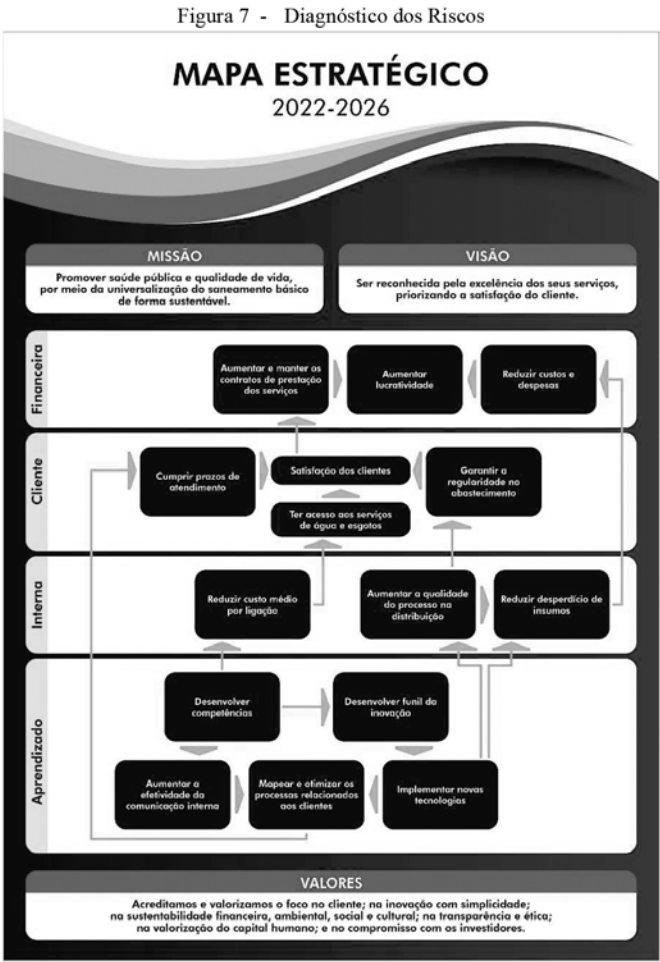
A CAGEPA busca identificar oportunidades de negócios através do monitoramento permanente das tendências tecnológicas no ambiente externo, aplicáveis ao setor de saneamento básico. Bem como, busca estimular uma cultura de experimentação, através do funil da inovação aberta, transparente e participativa; para implementação de inovações, em níveis de negócio e corporativo.

Estivemos presentes na Expotec 2023, Feira e Congresso de Tecnologia, onde colaboramos com estudantes do projeto "Limite do Visível" durante o hackathon. Este evento, uma verdadeira maratona de inovação, desafia os participantes a criarem soluções para problemas específicos dentro de um prazo determinado. Na edição deste ano, o desafio foi proposto pela CAGEPA e focou no tema do saneamento público. Ao final, as equipes apresentaram suas ideias, e aquelas destacadas como as melhores foram premiadas.



11. Estratégia e Visão de Futuro

Para nós, a estratégia é essencial, nos ajuda a definir o rumo da Companhia e a orientar ações e decisões, além de garantir que todos os colaboradores e parceiros estejam trabalhando em direção a objetivos em comum. O desafio da CAGEPA nos próximos anos consiste em se ajustar aos novos cenários que influenciam os esforços para alcançar as metas de universalização estipuladas pelo Novo Marco Legal. Isso deve ser feito sem comprometer a qualidade no atendimento à população e sem prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Além das mudanças regulatórias, fatores como as mudanças climáticas e a escassez hídrica, apresentam desafios significativos. A ocorrência simultânea dessas excepcionalidades destaca a urgência da implementação de soluções inovadoras por parte da Companhia. Nesse contexto, estamos revisitando o nosso planejamento estratégico para promover a adoção de inovações e adaptações operacionais com o objetivo de manter a qualidade na prestação de serviços à população, demonstrando o comprometimento da CAGEPA em enfrentar os desafios emergentes de maneira eficaz e responsável. Em março de 2023 a CAGEPA promoveu a 2ª edição da Convenção CAGEPA, que debateu os desafios do saneamento e as boas práticas da Companhia e ao fim do encontro, os melhores resultados dos indicadores de desempenho da área comercial no ano de 2022 foram premiados, como forma de reconhecimento e motivação com os profissionais envolvidos. Em 2024 os indicadores da área de operação e manutenção e da área administrativa e financeira, também farão parte dos indicadores oficiais da Companhia, a serem avaliados pelos gestores, em busca de um serviço de excelência.



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

12. Partes Interessadas

Identificamos como as principais partes interessadas (externas e internas) da CAGEPA: governo, sociedade, órgãos reguladores, investidores, acionistas e administradores, colegiados microrregionais, clientes e mercado, colaboradores, fornecedores e sindicatos em face da influência desses públicos nas operações, desempenho e imagem da Companhia. Ao reconhecer esses atores como partes interessadas e parceiros de negócios, a Companhia entende que esses agentes são determinantes e importantes na execução das suas atividades e para o atingimento dos objetivos estratégicos. A importância de gerenciar as partes interessadas inclui medidas a fim de garantir a satisfação dos clientes, manter relações positivas com os fornecedores, cumprir as obrigações regulatórias e fornece um ambiente de trabalho seguro e saudável para os seus colaboradores. Os valores refletem um elevado padrão de conduta e integridade, que asseguram credibilidade e preservação da imagem da Companhia diante de suas partes interessadas. Acreditamos que esses valores possam ser incorporados ao cotidiano de todos que mantêm relacionamento com a CAGEPA. O foco é a criação de valor a todas as partes Interessadas, de forma sustentável e resiliente. Nesse contexto, a CAGEPA teve participação ativa em eventos significativos, nos quais discutiu com diversas partes interessadas os desafios enfrentados pelo setor de saneamento e a busca pela universalização e segurança hídrica no Estado da Paraíba. Seguem alguns exemplos destacados:

- Durante a abertura do I Seminário Estadual de Saneamento Ambiental do Estado da Paraíba (Sanear-PB), evento promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-PB) em parceria com a CAGEPA, apresentou os desafios relacionados à universalização do saneamento, contribuindo para debates e reflexões sobre o tema.
- Marcamos presença no 2º Seminário Fórum Celso Furtado de Desenvolvimento da Paraíba, onde foram discutidas as próximas ações para a Transposição do Rio São Francisco e os desafios para o desenvolvimento sustentável no estado. Em colaboração com o Governo do Estado e o Governo Federal, foram exploradas maneiras de aproveitar ao máximo o potencial da maior obra de infraestrutura hídrica da América Latina, visando superar problemas relacionados à seca e promover a prosperidade econômica da região, sempre com foco na preservação ambiental e na inclusão social.
- Apresentamos os desafios da universalização do saneamento, durante a abertura do I Seminário Estadual de Saneamento Ambiental do Estado da Paraíba (Sanear-PB), evento com a missão de propor debates, reflexões e conhecimentos sobre o tema. Promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-PB) e pela CAGEPA.

Essas participações demonstram o compromisso da Companhia em contribuir ativamente para a discussão e busca por soluções para os desafios do saneamento e da gestão hídrica, consolidando sua posição como agente de transformação e desenvolvimento sustentável na Paraíba.

13. Materialidade

A matriz de materialidade é uma ferramenta importante para identificar e priorizar os temas mais relevantes e impactantes tanto para a Companhia quanto para suas partes interessadas, especialmente dentro do contexto da sustentabilidade e responsabilidade corporativa. Em 2023, o Comitê de Gestão de Riscos Socioambientais e Governança (CGRSG) da CAGEPA iniciou um estudo de materialidade. Inicialmente, foram analisados 22 temas materiais para a criação da Matriz de Materialidade. Esses temas serão minuciosamente examinados e posteriormente apresentados aos administradores para análise e validação.

14. Desempenho Operacional

Em 2023, a Companhia concentrou seus esforços operacionais em manter e aprimorar os serviços oferecidos aos clientes, enquanto mitigava os riscos existentes e respondia às novas demandas. A operação e a manutenção dos serviços são conduzidas por suas seis unidades regionais, supervisionadas e orientadas pelos setores normativos sediados em nossa sede administrativa. O desempenho operacional da CAGEPA também é avaliado por meio de indicadores de eficiência e eficácia que mensuram a qualidade e a cobertura dos serviços prestados. Entre os principais indicadores destacam-se a cobertura dos serviços, qualidade da água, eficiência energética, redução de perdas hídricas e os índices de coleta e tratamento de esgoto. Além disso, a Companhia está comprometida com investimentos em tecnologias mais avançadas, visando aprimorar a gestão dos recursos hídricos, capacitar os colaboradores e estabelecer parcerias estratégicas para otimizar a eficiência na prestação de serviços.

14.1 Processos Operacionais

Os processos operacionais são fundamentais para garantir a qualidade e a eficiência dos sistemas de saneamento, promovendo a saúde pública e a preservação do meio ambiente, garantindo a qualidade da água e a eficácia do tratamento de esgoto. Fazem parte dos processos operacionais, a captação, tratamento e distribuição de água e a coleta, tratamento e disposição final dos esgotos. Esses processos envolvem uma série de atividades que visam remover os contaminantes presentes na água ou no esgoto, como bactérias, vírus, matéria orgânica, produtos químicos e outros poluentes. Na CAGEPA a eficiência nestes processos é perseguida diariamente, visando sempre garantir a qualidade dos serviços prestados à população.

14.1.1 Gestão de Água



Até chegar aos imóveis, a água passa por um longo processo de transformação. O trabalho da CAGEPA começa nos mananciais, onde a água bruta é captada. Rios, barragens e poços são monitorados, quanto à qualidade de suas águas e aos impactos gerados pela ação humana, visando a manutenção das condições de fornecimento da água em quantidade suficiente para abastecer a população. Vencida a etapa de verificação da qualidade da água para o consumo humano, é realizada a captação no manancial, e iniciado o processo de transporte da água por adutora até a Estação de Tratamento de Água (ETA), onde está passará por várias etapas de remoção de impurezas, até se transformar em água potável. Depois do processo de tratamento a água tratada é transportada por adutoras até os reservatórios, onde de lá será distribuída por meio das redes de abastecimento d'água para as residências da população atendida. Em seu compromisso com preservação e conservação dos mananciais, a Companhia promove acompanhamento de bacias hidrográficas, em parceria com órgãos e instituições, a saber: Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Executiva de Gestão das Águas (AES), Agência Reguladora do Estado da Paraíba (ARPB), Defesa Civil, Prefeituras, etc. O objetivo desse acompanhamento é verificar a disponibilidade hídrica da fonte (o manancial) com foco na quantidade e qualidade da água bruta, necessárias para a segurança hídrica e a potabilidade dos recursos hídricos. Em 2023, para tratar a água ofertada aos municípios e distritos atendidos a Companhia faz uso de 152 estações de tratamento de água.

14.1.2 Ações de Melhoria

A CAGEPA desempenha um papel fundamental como executora do Projeto de Segurança Hídrica (PSH-PB), uma iniciativa do Governo do Estado da Paraíba que estabeleceu um contrato de empréstimo com o Banco Mundial, totalizando cerca de US\$ 127 milhões. Dentre várias ações, o projeto prevê a construção de mais de 700 km de adutoras, cada uma com aproximadamente 350 km. Essas infraestruturas desempenharão um papel crucial na garantia da segurança hídrica, beneficiando as regiões do cariri e curimatáu paraibano, sendo estas as mais afetadas pela escassez de água em nosso estado. O combate a perdas de água é uma atividade contínua, com ações diárias de identificação, controle e redução, melhorando a confiabilidade e continuidade do abastecimento para todos os usuários. Em 2023, iniciou-se o Programa de Redução e Controle de Perdas (PRCOP) em caráter contínuo que também faz parte do Projeto de Segurança Hídrica (PSH-PB). O PRCOP promoveu a implantação de processos mais eficazes e modernos, alinhado com os mecanismos internacionais de combate às perdas como o International Water Association (IWA) além disso, dispomos de uma Política de Combate às Perdas que regula todo o programa.

Para contribuir com a redução do índice de perdas, a Companhia investe constantemente na atualização de seu parque de hidrômetros e estudos para aquisição de novas tecnologias voltadas para a modernização do sistema de leitura e fiscalização. No ano de 2023, houve a movimentação de 164.878 hidrômetros, sendo 29.620 em novas ligações, 6.417 em instalações nas ligações não medidas e 128.841 em substituições corretivas e preventivas. Essas movimentações são norteadas pelo projeto de modernização da Companhia, que busca renovar o parque de hidrômetros existente, em que o envelhecimento dos medidores é uma das maiores causas de perda gradativa de precisão e medição, aumentando assim as perdas aparentes nos sistemas de abastecimento. A CAGEPA instituiu um programa de movimentação de hidrômetros, que é traçado a cada 5 anos, com revisões anuais, visando sempre as melhores práticas na medição dos consumos com a utilização dos equipamentos mais adequados para a realidade da Companhia. A Companhia também está implementando um programa de regularização das redes de distribuição. Este programa foi dividido em duas etapas: a primeira iniciada em 2018, abrangendo as Unidades Regionais do Brejo, da Borborema, das Espinharas, do Rio do Peixe e do Alto Piranhas, com a execução de aproximadamente 164.000 metros de regularização de rede e investimentos de R\$ 11,0 milhões. A segunda etapa inclui um total de 63.634 ligações e 621.060 metros de redes, com investimentos de R\$ 65,0 milhões. Em 2023, foram realizados serviços nas Unidades Regionais do Brejo, da Borborema, do Litoral, do Rio do Peixe e do Alto Piranhas, com a execução de um total de 12.746 ligações e 325.750 metros de rede de distribuição, representando um investimento de R\$ 31,8 milhões. Com a continuidade dos contratos em andamento, as previsões orçamentárias para esses investimentos em 2024 são de R\$ 30 milhões. A automação desempenha um papel essencial em nosso setor, contribuindo para aprimorar a qualidade dos serviços prestados, reduzindo os custos operacionais, aumentando a segurança das operações, otimizando a gestão de recursos e aprimorando o nosso controle operacional. Na CAGEPA, contamos com uma estrutura abrangente de automação, tanto interna quanto terceirizada, que realiza ações diárias para aprimorar a operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Entre os principais benefícios da automação, destacam-se a redução das perdas reais de água e das horas extras, além da disponibilização de dados e informações em tempo real para uma gestão eficiente, focada na satisfação do usuário e em vantagens operacionais. Estamos atualmente aprimorando nosso plano de automação, visando estruturar o processo de implantação dos sistemas com um foco específico na melhoria dos serviços prestados. As unidades operacionais incluídas nesse plano de automação abrangem as captações de Gramame e Mumbaba, as Estações de Tratamento de Água (ETAs) de Marés e Buracinho além de 29 Estações Elevatórias localizadas nos centros de reservação. Este plano também contempla a construção e instalação de um Centro de Controle Operacional (CCO) em João Pessoa (Marés), com um investimento total previsto de R\$ 22 milhões. Estamos atualizando o Projeto Executivo e implantando a automação no Sistema Integrado de Abastecimento de Água da grande João Pessoa, que atende não apenas a capital da Paraíba, mas também as cidades de Cabedelo, Bayeux e o distrito de Várzea Nova em Santa Rita. Está previsto um investimento de aproximadamente R\$ 25 milhões neste projeto. Ao longo dos anos, a CAGEPA tem se dedicado a aprimorar seus sistemas para quantificar a eficiência do abastecimento de água. Encontra-se em andamento o projeto para recuperação e/ou substituição de Estações de Tratamento de Água (ETAs) a exemplo das já implantadas em implantação nos municípios de Conceição, Sistema Integrado da Capivara (abrangendo sete municípios Uirauna, Poço Dantas, Poço José de Moura, Joca Claudino, Lastro, Vieirópolis e Bernardino Batista), Belém do Brejo do Cruz e nos Distritos de Chã dos Pereiros no município de Riachão de Bacamarte, beneficiando uma população estimada de 332.000 habitantes. No combate às fraudes e melhoria de eficiência a Companhia vem trabalhando com “contratos de performance” para redução perdas comerciais na região metropolitana de João Pessoa e na região metropolitana de Campina Grande, sendo esse um modelo de contrato em que o contratado não é remunerado pela conclusão de determinadas etapas do cronograma, mas sim pela conquista de resultados pré-definidos no escopo contratual. Essa modalidade de contratação, que já é utilizada em várias Companhias, traz uma importante solução para o financiamento da execução de serviços, bem como da aquisição e substituição de milhares de hidrômetros, propiciando que o contratado execute um escopo mínimo em busca de resultados pré-definidos sem a necessidade de desembolso inicial de recursos por parte da Companhia, remunerando o contratado apenas a médio prazo, se e somente se os resultados previamente definidos forem alcançados. As metas definidas nestes contratos, se não atingidas, geram punições pecuniárias cobradas diretamente nos boletins de medição. Atualmente, o contrato de performance na região metropolitana de João Pessoa já conseguiu reduzir mais de 12 milhões de m³ de perdas de água. De outro lado, o contrato de performance da região metropolitana de Campina Grande está no início da implantação do escopo mínimo, para só então iniciar a apuração dos resultados a partir do ano de 2024. É esperada uma redução de perdas na ordem de 9 milhões de m³ de água neste segundo contrato. Os parâmetros que medem a eficiência das prestadoras de serviços são os mesmos regulados pela Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB) e impostos à Companhia.

14.2 Análises de Qualidade (Água e Esgoto)

A garantia da qualidade da água é fundamental para proteger a saúde pública, assegurar a segurança alimentar, preservar o meio ambiente, cumprir regulamentações e gerenciar eficientemente os recursos hídricos. Monitorar regularmente a qualidade da água é fundamental para garantir sua segurança para o consumo humano e para a proteção dos ecossistemas. A Companhia segue rigorosamente os procedimentos de controle e monitoramento da água conforme exigido pelo Ministério da Saúde, como estabelecido no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5/17, alterado pela Portaria nº 888/21. Para as análises da qualidade da água e efluentes, dispomos de sete laboratórios localizados em João Pessoa (2), Guarabira (1), Campina Grande (1), Patos (1), Sousa (1) e Cajazeiras (1). Esses laboratórios realizam análises de uma variedade de parâmetros, incluindo cor, temperatura, turbidez, pH, cloro residual, alcalinidade total, oxigênio consumido, cloreto, dureza total, dureza de cálcio e magnésio, salinidade, condutividade, ferro, manganês e análises microbiológicas de coliformes totais e E. coli. Além dos laboratórios próprios, mantemos contratos com laboratórios terceirizados para garantir a abrangência das análises conforme exigido pelas normativas do Ministério da Saúde. Quanto ao tratamento de esgotos domésticos, nosso objetivo principal é remover materiais sólidos, eliminar microrganismos patogênicos, reduzir a carga orgânica e as substâncias químicas presentes nos efluentes. Para isso, contamos com várias estações de tratamento que utilizam métodos biológicos, como lagoas de estabilização, para processar a água residual proveniente dos municípios. Posteriormente, os efluentes tratados são lançados em corpos receptores de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), visando preservar a biodiversidade dos rios. A fim de monitorar e garantir a eficácia do tratamento, mantemos um laboratório em João Pessoa que atende a todo o estado da Paraíba. Este laboratório realiza análises dos parâmetros dos efluentes que entram e saem de nossas estações de tratamento, além de monitorar os rios a montante e a jusante. Entre os parâmetros analisados estão condutividade, pH, DBO, DQO, oxigênio dissolvido, sólidos sedimentáveis, temperatura, fósforo, nitrogênio amoniacal e coliformes termotolerantes.

14.3 Gestão de Esgoto



Após a utilização da água nos imóveis é gerado o esgoto doméstico que, se depositado “in natura” nos corpos hídricos, causa a contaminação do meio ambiente, e provoca doenças. A CAGEPA coleta, trata e dá disposição final adequada a esses efluentes ricos em carga orgânica e principal poluidor de rios situados em áreas com ocupação urbana. Os consumidores de água, devem ligar a rede interna de esgotamento sanitário de seus imóveis no ramal domiciliar da rede pública coletora de esgotos. Do ramal, o esgoto coletado segue pela rede, por gravidade, até tubulações maiores, que enviam os esgotos até as estações elevatórias de esgotos (EEEs). Nessas estações, as bombas elevam e conduzem os esgotos de pontos mais baixos para locais mais elevados, fazendo com que cheguem até as estações de tratamento de esgotos (ETEs). O esgoto coletado pela CAGEPA é tratado por processo biológico e se transforma em efluente livre de carga orgânica e de microrganismos transmissores de doenças. Neste processo, as bactérias são o principal agente de tratamento. As técnicas e equipamentos variam de acordo com as condições locais, mas o princípio é sempre o mesmo. A Companhia adota, atualmente, cerca de 25 estações de tratamento biológico por oxidação aeróbia e/ou anaeróbia. Quase todas elas combinam a utilização de bactérias que digerem a matéria orgânica utilizando gás carbônico (CO2/oxidação anaeróbia), com bactérias que fazem esta digestão utilizando oxigênio (O2/oxidação aeróbia). Depois que toda a matéria orgânica do esgoto é consumida, o efluente segue para outro ambiente, onde as bactérias e vírus que causam doenças são eliminados. Existem três maneiras de desinfetar o efluente tratado: bactérias, raios ultravioletas ou cloro. A qualidade do efluente tratado segue o padrão de qualidade da Resolução 357 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e pode ser reutilizado na irrigação de culturas agrícolas ou de áreas verdes. O saneamento básico representa um grande desafio em escala global, e na Companhia não é diferente. É fundamental para melhorar as condições de vida e saúde dos paraibanos, pois constitui o principal meio de combate às doenças transmitidas pela água, à poluição ambiental e aos impactos socioeconômicos adversos. Com o intuito de aprimorar os serviços diretamente relacionados à saúde e à qualidade de vida dos cidadãos, a CAGEPA mantém um compromisso contínuo com a expansão e modernização do sistema de esgotamento sanitário. Atualmente, contamos com um monitoramento constante da operação de mais de 40 estações elevatórias de esgoto apenas na região metropolitana de João Pessoa. Esse monitoramento nos proporcionou uma maior capacidade de controle operacional, além de fornecer dados essenciais para aprimorar os processos, tornando-os mais eficientes e econômicos. Tudo isso é realizado por meio de iniciativas e implementações conduzidas internamente, demonstrando nosso compromisso com a melhoria contínua e o uso eficaz dos recursos disponíveis.

14.3.1 Ações de Melhoria

A Companhia está envolvida em ações que visam assegurar o uso correto das redes de esgotamento sanitário e das galerias pluviais, preservando o meio ambiente e garantindo a balneabilidade da orla marítima da Capital paraibana, com a efetividade das ações conjuntas entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Várias obras de ampliação de sistemas de esgotamento sanitário vêm sendo desenvolvidos pela Companhia, a exemplo das obras de Ampliação/Implantação/Melhorias da rede dos Bairros de Valentina/Seixas/Penhas e José Américo em João Pessoa, obras nas cidades de Aparecida, Lucena, Conde/Jacumã, Cabedelo, Monteiro, Prata, São Domingos de Pombal, Campina Grande, Guarabira, Areia, Boqueirão, Poço José de Moura, São Domingos do Cariri, dentre outras cidades. Dentro do Projeto de Segurança Hídrica (PSH - PB), já mencionado neste relatório, está incluído na Região Metropolitana de João Pessoa, a reorganização do transporte do esgoto, envolvendo nas duas grandes elevatórias (Usina I e Usina II), e ampliação do sistema de tratamento do bairro do Roger. Essas ações também irão beneficiar e propiciar novos investimentos nos Municípios de Bayeux e Cabedelo, já que o polo de tratamento do Baixo Róger também atende a essas cidades.

14.4 Eficiência Energética

A eficiência energética transcende a redução de custos; se estendendo à pilares fundamentais como a sustentabilidade ambiental, a resiliência operacional e a responsabilidade corporativa da CAGEPA. Nosso compromisso com investimentos em tecnologias e práticas voltadas para a diminuição do consumo energético não apenas beneficia a Companhia a longo prazo, mas também reverbera positivamente na sociedade como um todo. Atualmente, contamos com um universo de 872 unidades consumidoras em parceria com as Distribuidoras de Energia Elétrica no estado da Paraíba e Pernambuco. A gestão de energia evoluiu, incorporando sistemas de automação e monitoramento avançados, adotamos sensores inteligentes, dispositivos conectados e plataformas de análise de dados para obter insights detalhados sobre o consumo e falta de energia em tempo real. Essa abordagem nos permite uma gestão mais proativa e eficaz, identificando oportunidades de otimização e redução do desperdício. Um marco relevante foi a migração para o mercado livre de energia em 2022, concluindo a primeira etapa com a migração das 35 unidades de maior representatividade no ano seguinte. Com essa transição, 66% de toda a energia consumida pela CAGEPA passou a ser proveniente do mercado livre, proporcionando a liberdade de escolha de fornecedores, preços competitivos e serviços personalizados. Aprimorar a gestão de energia por meio de ações de eficiência energética é um caminho contínuo rumo a práticas mais sustentáveis e responsáveis. Esse compromisso é essencial, especialmente para uma população que busca um abastecimento e tratamento cada vez mais eficientes. A medida que a tecnologia avança e a consciência ambiental cresce, a gestão de energia continuará desempenhando um papel vital na construção de um futuro mais eficiente e ecologicamente equilibrado para toda a Companhia.

15. Sustentabilidade

A sustentabilidade é essencial para garantir a eficácia, a resiliência e o impacto positivo das operações da CAGEPA, tanto no presente quanto para as gerações futuras. Integrar princípios de sustentabilidade em todas as atividades consideramos fundamental para enfrentar os desafios ambientais e sociais associados ao fornecimento de água potável e tratamento de esgoto. Nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável reflete-se em nossa busca pelo equilíbrio entre os aspectos ambientais, sociais, de governança e econômicos. Alinhados à nossa missão, buscamos fornecer serviços essenciais à sociedade a um custo acessível, garantindo o abastecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto para toda a população, especialmente para aquelas em áreas de maior necessidade. Cumprimos rigorosamente os padrões estabelecidos pela legislação e adotamos práticas de sustentabilidade, como o consumo responsável. Na Companhia, a sustentabilidade é

praticada de maneira cada vez mais integrada. Os serviços de abastecimento de água e de esgotos sanitários são parte prioritária e essencial das atividades que integram as ações voltadas para a proteção, conservação, recuperação ambiental e, quando executados, contribuem decisivamente para recuperar e proteger o subsolo, o solo e as águas de situações de degradação e contaminação. Sem saneamento básico não há ambiente saudável. Os programas de investimentos em saneamento básico da Companhia obedecem a uma visão sistêmica perfeitamente integrada e interligada com a responsabilidade socioambiental e são direcionadas para minimizar os impactos no meio ambiente. A execução das obras está em conformidade com a legislação ambiental em vigor e em respeito ao patrimônio arqueológico de todo o Estado. Em 2023 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Socioambientais e Governança que tem como objetivo principal de garantir que a CAGEPA esteja preparada para identificar, avaliar, mitigar e gerenciar os riscos associados às questões sociais, ambientais e de governança em suas operações.

16. Gestão Ambiental

A gestão ambiental é fundamental para garantir a proteção do meio ambiente, reduzindo o impacto ambiental das nossas operações promovendo a sustentabilidade. A Política Ambiental da Companhia estabelece princípios, diretrizes e estratégias que orientam a condução de atividades e ações que propiciem uma prestação de serviços sustentável, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e bem-estar da população, estabelecendo posturas e práticas ambientais e socialmente corretas para alcançarmos a excelência e a eficiência, sem descuidar do compromisso com a meta de universalização do saneamento básico. Será por meio dos processos de incorporação e disseminação interna e externa dos conceitos e de boas práticas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade, que se pretende incorporar não só na cultura da Companhia, mas em todos que possuem relacionamento com a CAGEPA, tais conceitos e práticas, criando uma grande sinergia empresarial em torno da sustentabilidade. Tem-se igualmente como compromisso, efetivar ações em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável e fomentar estratégias para o controle social nas localidades onde a Companhia atua, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equilibrada, justa e consciente. Para tanto, a administração, envidará esforços em promover espaços permanentes de diálogo com os públicos de interesse e divulgar os resultados advindos das práticas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade de forma ampla e transparente, como forma de prestar contas à sociedade e de referenciar a atuação de outros atores sociais.

16.1 Práticas Ambientais

As práticas ambientais na Companhia estão relacionadas com ações e medidas que visam promover a sustentabilidade e preservação do meio ambiente durante a realização de atividades relacionadas ao saneamento básico, como por exemplos, a separação e destinação adequada de resíduos sólidos evitando a contaminação do solo e da água e utilização de águas de reuso em diversas atividades, como limpeza e irrigação, reduzindo o consumo de água potável, práticas essas, alinhadas a educação ambiental pois conscientiza a população sobre a importância da preservação do meio ambiente e sobre a necessidade de adotar medidas sustentáveis no dia a dia.

16.2 Gestão Socioambiental

Cada iniciativa socioambiental que desenvolvemos tem como base a premissa fundamental de disseminar conhecimento e promover mudanças de hábitos na população, especificamente no que se refere ao uso adequado do sistema de esgotamento sanitário. Além disso, damos destaque à importância do uso consciente da água como um componente vital dessas ações. Para concretizar esses objetivos, a CAGEPA conta com uma equipe dedicada de assistentes sociais altamente capacitada. Esses profissionais não apenas conduzem as iniciativas, mas também atuam como agentes de transformação, trabalhando para criar uma consciência coletiva sobre a importância da gestão responsável dos recursos hídricos e do correto tratamento de esgoto. Estamos comprometidos em não apenas fornecer serviços, mas em educar e capacitar a comunidade para que possamos construir juntos um futuro mais sustentável e saudável.

• Licenciamento

Ao buscar rigorosamente atender às diretrizes estabelecidas pelas legislações ambientais, a Companhia está empenhada em regularizar não apenas as unidades já em funcionamento, mas também todas as obras em andamento. Essa iniciativa reforça o compromisso inequívoco da CAGEPA em operar de maneira sustentável e responsável. Todos os licenciamentos são realizados junto ao órgão estadual SUDEMA, em pleno atendimento à Resolução 237/97. Ao adotar medidas proativas para a regularização, a CAGEPA não apenas cumpre requisitos legais, mas também demonstra um comprometimento ativo com a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades. Essa abordagem vai além do mero cumprimento de normativas, refletindo uma visão de longo prazo voltada para o desenvolvimento sustentável.

• Resíduos

Em atendimento a Lei nº 12.305/10 a Companhia elaborou Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) da sua Sede Administrativa. Para uma gestão eficiente, o plano destaca a coleta seletiva como um elemento essencial. Além disso, visando contribuir significativamente para um dos pilares da sustentabilidade, o “social”, o transporte dos resíduos recicláveis será realizado em parceria com Associações e Cooperativas. Essa iniciativa não apenas reforça nosso compromisso ambiental, mas também promove a inclusão social e o desenvolvimento econômico de comunidades locais, consolidando assim uma abordagem sustentável e holística na gestão de resíduos. Com o objetivo de avançarmos na implementação da coleta seletiva, a CAGEPA encontra-se atualmente em processo de contratação de uma empresa para a construção das baias destinadas ao acondicionamento final dos resíduos. Essa medida reforça nosso compromisso com práticas sustentáveis e o cuidado responsável com o meio ambiente.

O principal resíduo originado das nossas operações é o lodo proveniente das Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs). Essa substância inerte, classificada como resíduo não perigoso, apresenta uma composição com até 80% de água. Diante desse cenário, estamos direcionando investimentos em tecnologias que viabilizam a secagem e o reaproveitamento desse material. Essa abordagem não apenas reduz a quantidade de resíduos encaminhados para aterros sanitários, mas também minimiza a necessidade de novas áreas para disposição, promovendo assim práticas ambientalmente responsáveis e sustentáveis

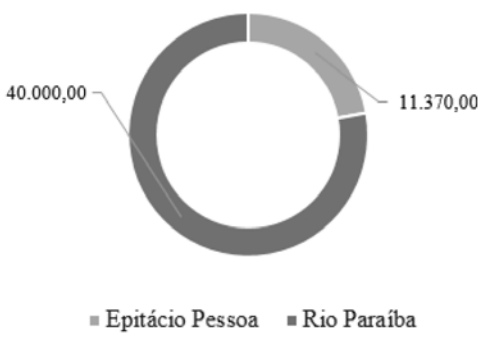
A Companhia estabeleceu termos de cooperação técnica com universidades e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Essas parcerias visam não apenas encontrar soluções inovadoras para o tratamento e aproveitamento do lodo, mas também promover a pesquisa e o desenvolvimento de práticas sustentáveis na gestão desses resíduos. Além disso, foi contratado um estudo de viabilidade técnico-financeira para a geração de energia elétrica a partir do biogás produzido por duas Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs): uma localizada no bairro de Mangabeira, em João Pessoa, e outra na ETE de Caiçara, em Campina Grande. Essa iniciativa demonstra o compromisso da Companhia em explorar fontes de energia renovável e contribuir para a sustentabilidade ambiental.

A CAGEPA também vem mantendo a iniciativa sustentável da logística reversa, através da coleta de pilhas e baterias, buscamos reintegrar esses resíduos em novos ciclos produtivos, contribuindo para a preservação ambiental e a gestão responsável de resíduos. O sucesso dessa prática nos motiva a expandir em 2024 essa iniciativa para todas as unidades da Companhia, reforçando nosso compromisso com a economia circular e a sustentabilidade ambiental.

• Biodiversidade

Destaca-se a notável iniciativa CAGEPA em relação ao projeto Horto Florestal, criado no município de Campina Grande, criado em 1998 e que perdura até os dias atuais. Este projeto desempenha um papel significativo na restauração das nossas matas ciliares, utilizando vegetações nativas da região. Ao longo dessa jornada, o Horto já contribuiu com o plantio de mais de 350 mil mudas, evidenciando seu impacto positivo na preservação ambiental. Atualmente grande parte das mudas são doadas para a recomposição da mata ciliar do Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão), Rio Paraíba, na Barragem São José e o Açude Porções em Monteiro, através do projeto “Nascente Viva”, criado pelo o Governo da Paraíba em parceria com Associação de Proteção Ambiental 8 Verde.

Gráfico 1 – Quantidade de Áreas Recuperadas
Total de áreas recuperadas



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

As práticas de reflorestamento realizadas por meio do Projeto Horto têm desempenhado um papel vital na recuperação de áreas degradadas. Este compromisso ambiental não apenas contribui para a restauração desses ecossistemas, mas também promove a diversidade vegetal, preservação de recursos hídricos e a criação de habitats sustentáveis para a fauna local. Ao adotar estratégias eficazes de reflorestamento, o Horto assume um papel indispensável na construção de um ambiente mais saudável e equilibrado para as presentes e futuras gerações.

• Comitê de Bacias Hidrográficas

Uma iniciativa de grande importância é o engajamento ativo da Companhia nos Comitês de Bacias Hidrográficas na Paraíba, abrangendo as regiões do Litoral Norte, Litoral Sul e Piancó/Piranhas/Agú. Além de desempenhar um papel crucial na elaboração de políticas para a gestão dos recursos hídricos, esses comitês proporcionam um espaço essencial para os representantes debaterem e decidirem sobre a administração das águas, compartilhando responsabilidades com as autoridades públicas. Considerando que a CAGEPA é o maior usuário de água no Estado, essa participação representa uma maneira significativa de interagir de forma mais eficaz com esse recurso natural, contribuindo para promover uma gestão ainda mais sustentável. Ao colaborar ativamente nos comitês, a CAGEPA demonstra seu compromisso com a gestão responsável dos recursos hídricos, promovendo a sustentabilidade e a cooperação em prol do bem-estar da comunidade e do meio ambiente.

• Certificações

Em 2023, a CAGEPA alcançou um marco significativo ao obter o Certificado Selo Verde, obtendo uma pontuação exemplar de 97% nos indicadores avaliados. Essa conquista ressalta o compromisso da Companhia com práticas sustentáveis e a gestão responsável dos recursos naturais. O Selo Verde reconhece e certifica organizações que se destacam em ações voltadas para a preservação ambiental, eficiência energética e responsabilidade social. Diante desse notável percentual alcançado pela Companhia, ela foi laureada com o prestigiado Prêmio Socioambiental Chico Mendes, uma conquista que ressalta seu compromisso exemplar com práticas sustentáveis e responsabilidade ambiental. Essa honra não apenas reconhece a excelência da CAGEPA, mas também destaca sua contribuição significativa para a preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. Com o propósito de perpetuar esse legado, a Companhia está empenhada em assumir novos desafios para fortalecer ainda mais seu compromisso com a sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança exemplar. Nesse sentido, ainda em 2023, demos início ao processo de certificação “Protagonismo Sustentável”, encontra-se em processo para a obtenção do selo ESG e em busca para ser signatária do pacto global. Essas iniciativas demonstram o nosso comprometimento contínuo em promover práticas empresariais sustentáveis e alinhar-se aos mais elevados padrões de responsabilidade e ética.

• Patrimonio Cultural

A CAGEPA mantém um importante Convênio com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em conformidade com um Termo de Compromisso estabelecido junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este convênio tem como objetivo promover e divulgar o patrimônio cultural brasileiro, com foco especial no patrimônio arqueológico, dentro da área de atuação da Superintendência do IPHAN na Paraíba. Essa parceria se concretiza por meio da produção de publicações, do mapeamento de sítios e da realização de cursos de capacitação para guias de turismo, visando socializar os sítios arqueológicos nos municípios de Boa Vista, Boqueirão e Cabaceiras. Nesses Municípios, já ocorre visitação turística tanto por parte de visitantes externos quanto da população local, aos variados sítios arqueológicos. O convênio assume uma importância crucial nesse contexto, ao possibilitar a disseminação consistente de conhecimento e contribuir para a preservação e valorização do patrimônio cultural dessa região.

• Semana do Meio Ambiente

Na Semana do Meio Ambiente, nos dedicamos a disseminar conhecimento e promover a conscientização ambiental através de palestras realizadas em nossas Unidades Regionais. Abordamos temas impactantes, como o 'Reaproveitamento do óleo vegetal para a produção de sabão ecológico', visando não apenas oferecer alternativas sustentáveis, mas também inspirar a comunidade a adotar práticas mais amigáveis ao meio ambiente. Além disso, destacamos a importância do 'Educação Ambiental: um direito de todos', enfatizando o papel fundamental que a educação desempenha na construção de uma sociedade consciente e responsável em relação ao seu entorno.

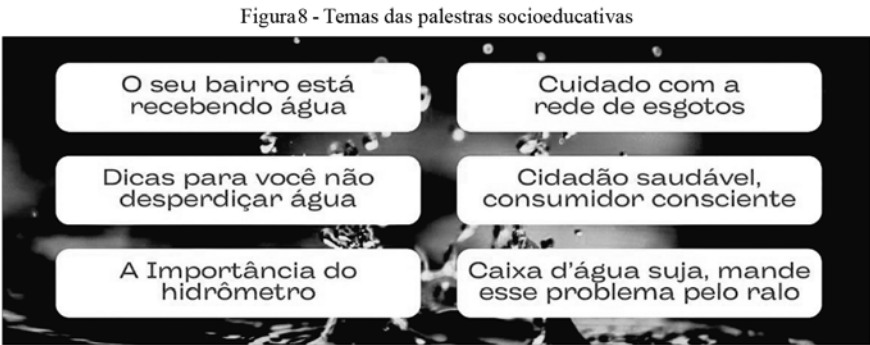
No Município de Lucena, direcionamos nossa atenção para a riqueza da biodiversidade marinha em uma palestra que não apenas informou, mas também proporcionou uma experiência prática de educação ambiental. Exploramos os ecossistemas marinhos, destacando a necessidade urgente de conservação e proteção desses ambientes vitais. Através de exemplos tangíveis e demonstrações envolventes, buscamos cultivar um profundo entendimento e apreço pela riqueza natural que existe em nossa região costeira. Essas iniciativas refletem nosso comprometimento contínuo com a promoção de práticas sustentáveis e a construção de uma consciência ambiental sólida em nossa comunidade. Acreditamos que ao capacitar as pessoas com conhecimentos práticos e inspirar ações responsáveis, estamos contribuindo para um futuro mais equilibrado e harmonioso com nosso planeta.

• Semana da Árvore

A CAGEPA, comprometida em construir um ambiente mais sustentável e consciente, desenvolveu a Semana da árvore com o objetivo de promover uma mudança de perspectiva em relação ao meio ambiente, destacando a compreensão de que ações aparentemente pequenas têm o poder de causar um impacto significativo. Nas unidades regionais do Litoral, Brejo Alto Piranhas e Espinharas as celebrações do dia da árvore foram desenvolvidas com a realização de palestras e distribuição de árvores frutíferas e ornamentais. Na unidade regional do Rio do Peixe a mais afetada pelas mudanças climáticas, 20 agências locais e a sede do regional realizaram um plantio simultâneo de mudas de vegetação nativa. Cada unidade plantou 5, totalizando o plantio de 100 mudas. Em nossa sede administrativa localizada na capital paraibana foi criada uma Horta de Chás denominada como “Cantinho do chá”. O objetivo foi levar melhor qualidade de vida aos funcionários e proporcionar uma opção a mais e mais saudável.

• Pessoas e Sociedade

Além de fornecer serviços essenciais de saneamento básico, que desempenham um papel fundamental na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida das comunidades, a Companhia também se empenha em fortalecer os vínculos com essas pessoas. Nosso objetivo é envolver ativamente os moradores na preservação dos recursos hídricos e da biodiversidade, além de promover o uso responsável dos recursos naturais, estabelecendo assim uma relação sustentável e colaborativa. Durante o ano de 2023, a CAGEPA implementou uma série de ações socioeducativas voltadas para informar e mobilizar a população atendida pelos nossos serviços, visando capacitar os moradores a se tornarem agentes de mudança para uma qualidade de vida melhor. Essas iniciativas incluíram palestras comunitárias, envolvimento de líderes locais, sessões educativas nas escolas das redes municipal, estadual e privada, bem como oficinas práticas de reciclagem, compostagem e fabricação de sabão ecológico, entre outras atividades. No contexto das palestras socioeducativas, diversos temas foram abordados com o intuito de transmitir conhecimento e destacar a importância da preservação dos recursos naturais para a melhoria da qualidade de vida, enfatizando especialmente a relevância desses recursos para garantir um ambiente ecologicamente saudável para as presentes e futuras gerações. Abaixo estão detalhados alguns dos temas discutidos:



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

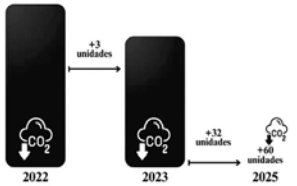
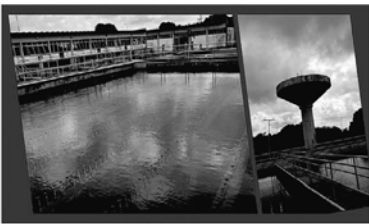


Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

As palestras, oficinas e projetos voltados às comunidades têm como objetivo promover o desenvolvimento local, ampliar a percepção e fomentar mobilização em prol do meio ambiente mais ecologicamente equilibrado, face às múltiplas intervenções sobre o meio ambiente. Neste sentido, a CAGEPA vem promovendo ações no intuito de levar às comunidades meios de incentivá-los a conviver de maneira mais sustentáveis, a saber:

• Projetos e Campanha Socio Educativos

A Companhia tem desempenhado um papel ativo no projeto 'Praia Limpa', criado pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA) e com a participação de várias instituições. Este projeto ambicioso tem como objetivo sensibilizar a comunidade acerca da importância de adotar práticas sustentáveis em suas rotinas diárias, com ênfase especial na preservação dos recursos hídricos e na prevenção da degradação das praias, verdadeiros tesouros naturais que necessitam de nossa atenção e cuidado. Ao apoiar o projeto 'Praia Limpa', temos a oportunidade de colaborar com ações práticas que visam à melhoria da qualidade ambiental das praias, promovendo a conscientização sobre o descarte adequado de resíduos e incentivando a comunidade a se envolver ativamente na manutenção da limpeza desses locais.



Nossa participação nesse projeto é um testemunho do nosso comprometimento em contribuir para a construção de um ambiente mais saudável e sustentável. Ao colaborar com iniciativas que visam à preservação das praias, estamos investindo no bem-estar da comunidade local e na conservação de ecossistemas costeiros tão preciosos, pois acreditamos que, por meio do engajamento contínuo podemos efetivamente criar uma cultura de responsabilidade ambiental.

Em sua incessante busca por promover a conscientização ambiental e a educação em comunidades, mantém vivo o projeto 'CAGEPA na Escola'. Essa iniciativa, impulsionada pela utilização da inovadora 'Caixa Mágica', um equipamento multimídia contendo maquetes interativas dos sistemas de tratamento de água e esgoto, jogos educativos e palestras, vem desencadeando uma experiência educacional envolvente e transformadora.

O “CAGEPA na Escola” constitui um compromisso mensal, no qual a equipe da Companhia que visita diversas escolas, proporcionando conteúdos especialmente desenvolvidos para estimular a consciência ambiental. A 'Caixa Mágica' serve como uma ferramenta cativante, permitindo que os estudantes visualizem e compreendam, de maneira lúdica, os processos de tratamento de água e esgoto. Essa abordagem interativa busca não apenas informar, mas também inspirar a próxima geração a se tornar defensores ativos do meio ambiente.

Além das maquetes dos sistemas de tratamento de água e esgoto, o projeto incorpora jogos educativos e palestras dinâmicas, enriquecendo ainda mais a experiência de aprendizado. Os temas abordados são cuidadosamente selecionados para abranger questões pertinentes à preservação ambiental, sustentabilidade e uso responsável dos recursos hídricos.

O projeto “CAGEPA mais perto de você” é mais uma realização inovadora da nossa Companhia, destacando-se como uma iniciativa que visa disseminar conhecimento e sensibilizar a população sobre o uso consciente da água. Para atingir esse objetivo de maneira impactante, a CAGEPA customizou três Vans, as quais foram estruturalmente modificadas para proporcionar uma experiência lúdica e interativa.

Neste primeiro momento foram entregues uma Van de um total de três. Cada uma dessas Vans foi customizada e equipada com tablets e óculos de realidade virtual. Estes dispositivos foram cuidadosamente incorporados para oferecer uma variedade de interatividades, abordando diversos temas sustentáveis, quais sejam: caminho das águas, pegada hídrica e detetive das águas.

CAMINHO DAS ÁGUAS

No segmento 'O Caminho das Águas', a Van disponibiliza dois óculos de realidade aumentada. Com esses óculos, as pessoas têm a oportunidade de seguir todo o percurso que a água percorre até chegar na estação de tratamento de água e esgotos. Essa experiência visual educativa amplia a compreensão sobre o ciclo da água e a importância de preservar esse recurso vital.



PEGADA HÍDRICA

As Vans oferecem diversas atividades educativas, sendo uma delas a avaliação da "Pegada Hídrica". Através de um questionário interativo com 10 perguntas relacionadas ao consumo de água, a pessoa descobre quantos planetas seriam necessários para suprir seu estilo de vida. Em caso de uma pegada hídrica positiva, a pessoa é parabenizada, enquanto resultados negativos os mesmos serão sensibilizados a mudar seus hábitos e estilo de vida de forma a minimizar seus impactos e garantir um plante mais saudável e duradouro.



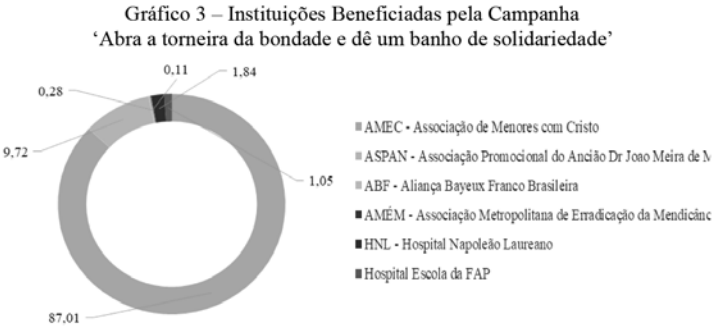
DETETIVE DAS ÁGUAS

Outra atração da Van é a aplicação de realidade aumentada, chamada "Detetives das Águas". Ao utilizar um tablet em 12 ilustrações interativas, as pessoas recebem dicas valiosas sobre como consumir água de forma consciente. Esse método inovador proporciona uma experiência imersiva, envolvendo a população de maneira única e educativa.



O projeto 'CAGEPA mais perto de você' representa nosso comprometimento em inovar na educação ambiental, proporcionando ferramentas interativas e acessíveis para conscientizar a comunidade sobre a importância da preservação da água. Estamos confiantes de que essas experiências práticas terão um impacto positivo significativo na promoção de hábitos mais sustentáveis em relação ao uso desse recurso vital.

A campanha 'Abra a torneira da bondade e dê um banho de solidariedade", ação promovida pelo Governo do Estado, por meio da CAGEPA, tem o objetivo de arrecadar doações através das contas de água dos consumidores, de forma voluntária, para beneficiar algumas instituições. Na Figura abaixo é possível ter uma visão macro, em termos percentuais, de cada instituição beneficiada dentro do programa.



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

17. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para serem alcançados até 2030. A importância do ODS no saneamento é enorme, pois o acesso à água potável e saneamento adequado é fundamental para a saúde e o bem-estar das pessoas, além de ser um direito humano básico. O ODS número 6 busca garantir que todas as pessoas tenham acesso a serviços de saneamento básico, incluindo banheiros, água potável e sistemas de tratamento de águas residuais.

Com o firme propósito de alinhar-se à Agenda 2030, a CAGEPA tem direcionado suas estratégias para atender aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa abordagem reflete o compromisso da Companhia em impulsionar o crescimento sustentável e a cidadania, consolidando uma gestão cada vez mais voltada para o meio social e ambiental. No ano de 2023, a CAGEPA concentrou seus esforços em sete importantes ODS, considerando toda a sua cadeia de valor e os serviços prestados. Esses objetivos são:



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

18. Investimentos (Próprios e Outras Fontes)

Os investimentos são fundamentais para garantir o acesso da população a serviços básicos de água e esgoto, com base na sustentabilidade e nas metas de universalização, o saneamento requer investimentos constantes para a garantia e a melhoria dos processos operacionais e o cumprimento de compromissos assumidos com a sociedade e com seus clientes.

Os nossos investimentos também são pautados pelo tripé da sustentabilidade: eficiência financeira, que busca o menor custo para a sociedade; eficiência ambiental, no atendimento aos padrões da legislação; e eficiência social, com atenção às regiões que mais necessitam de saneamento. Na Companhia existem diversas formas de investir em saneamento.

Em 2023 os investimentos com recursos próprios somaram R\$ 143,1 milhões, realizados em diversos projetos e obras onde R\$ 105,9 milhões foram investidos em sistemas de abastecimento de água, R\$ 15,9 milhões foram investidos em sistemas de esgotamento sanitário e R\$ 21,3 milhões em bens de uso geral. A CAGEPA também amplia os seus serviços com projetos e obras de implantação e ampliação dos seus sistemas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC/OGU, do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - PAC/FGTS e da Funasa - PAC/OGU chegando em 2023 na ordem de R\$ 7,3 milhões.

O Governo do Estado da Paraíba (acionista controlador) investiu R\$ 124,3 milhões com aportes para investimentos com projetos e obras de implantação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário. O Governo do Estado da Paraíba também firmou contrato de empréstimo com o Banco Mundial no valor de aproximadamente US\$ 127 milhões de dólares que serão destinados à execução do Projeto de Segurança Hídrica do Estado da Paraíba (PSH-PB), onde a CAGEPA é a implementadora. A contrapartida do Governo Estadual no montante de US\$ 80,2 milhões de dólares é destinada às obras do Ramal Curimataú do Sistema Adutor Transparaíba que estão sendo executadas pela CAGEPA. O investimento total do PSH-PB é de US\$ 207,0 milhões de dólares.

Como já mencionado, os recursos para saneamento são fundamentais para garantir o acesso da população a serviços básicos de água e esgoto, neste sentido em 2023 a Companhia assinou um contrato de financiamento, com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para implementação do Programa de Água e Esgotamento do Estado da Paraíba, no valor de €€50,0 milhões, aproximadamente R\$263,0 milhões. Os recursos serão destinados para 24 projetos, dos quais 21 são de abastecimento de água e três de esgotamento sanitário.

O projeto prevê construções de redes coletoras de esgoto, adutoras, estações elevatórias, reservatórios, modernização de estações de tratamento e aquisições de equipamentos operacionais. Além do projeto de infraestrutura, serão destinados recursos que serão utilizados para a assistências técnicas para execução do programa de apoio ao planejamento financeiro, de gestão socioambiental e da implantação da abordagem de igualdade profissional da Companhia. Os municípios que serão contemplados com as obras de esgotamento sanitário serão Cabedelo, na Região Metropolitana de João Pessoa, Cajazeiras e Patos, no Serião da Paraíba, abrangendo uma população de cerca de 45 mil pessoas. Os municípios que serão contemplados com as obras de abastecimento de água serão Aguiar, Arara, Bananeiras, Borborema, Cajazeirinhas, Casserengue, Conado, Conde, Emas, Imaculada, Juarez Távora, Manairá, Nazarezinho, São Bento, São José de Espinharas, São José de Lagoa

Tapada, São José do Sabugi, Serra da Raiz, Serraria, Solânea e Várzea. Além disso, a CAGEPA obteve apoio financeiro da AFD por meio dos recursos pro-bono do fundo FEXTÉ para cooperação técnica na gestão e valorização do lodo proveniente das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs).

Na gestão dos seus ativos a Companhia está constantemente em processos de manutenção, com substituições de alguns de seus componentes, valores estes que, por regras contábeis existentes, não podem ser contabilizados como investimentos, mas estão presentes nos itens de custeio de manutenção. São manutenções preventivas, com substituições de registro, válvulas, troca de leito filtrante (para melhoria da operação das Estações de Tratamento de Água (ETAs), reparo em redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, melhorias e ajustes/manutenção nas subestações de energia, recuperação estrutural de reservatórios, elevatórias e ETAs entre outros, ações essas fundamentais e imprescindíveis para continuidade e melhoria dos sistemas beneficiando com qualidade a população atendida.

19. Desempenho Econômico e Financeiro

O ano de 2023 foi marcado por um cenário econômico com diversos desafios que impactaram vários setores da economia global e brasileira. A guerra na Ucrânia gerou instabilidade no mercado global de commodities, com alta nos preços do petróleo, gás natural e alimentos. Isso contribuiu para a inflação e pressionou o crescimento econômico global. O principal desafio foi a inflação elevada, que atingiu níveis históricos em muitos países.

No Brasil, a taxa de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano em 4,62%, acima da meta do Banco Central de 3,5%. Essa alta pressionou o orçamento familiar, principalmente as de baixa renda.

Para combater a inflação, o banco central elevou a taxa de juros, o que encareceu o crédito e desacelerou o crescimento econômico, a taxa Selic que representa os juros básicos da economia brasileira e o seu movimento influencia todas as taxas de juros praticadas no brasil, chegou a 13,25% durante o ano de 2023 e fechou em 11,75%.

O Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil cresceu 3,2%, acima da expectativa inicial de 2,7%, mas com as incertezas da economia a indústria brasileira, que representa cerca de 20% do PIB no Brasil, foi o único setor que não cresceu em 2023, com uma queda de 0,1%

A economia da Paraíba em 2023 apresentou um desempenho sólido, com crescimento em diversos setores e com indicadores positivos mostrando resiliência no enfrentamento dos desafios do mercado.

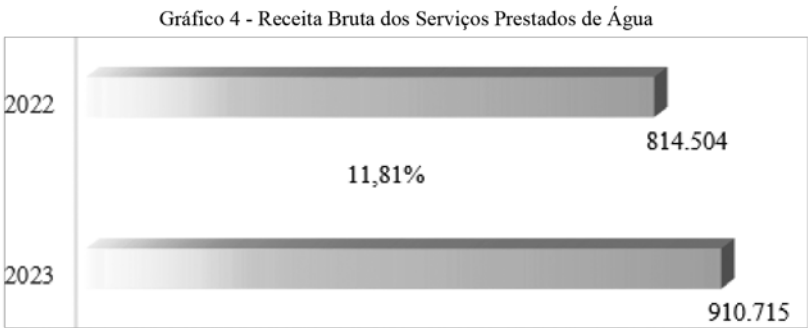
Na CAGEPA, apesar dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, enfrentamos a escassez hídrica que resultou, ao final de 2023, no racionamento em 40 municípios e na paralisação de atividades em outros 8, impactando diretamente nossa receita, gastos e, consequentemente, nosso fluxo de caixa. Apesar da operação não estar plenamente normalizada em algumas áreas, a Companhia mantém toda sua estrutura operacional e comercial, oferecendo suporte à população diante das dificuldades de abastecimento de água. Nesse cenário desafiador, a administração redobra seus esforços na gestão de despesas, adotando estratégias flexíveis para responder de forma ágil e eficiente às adversidades.

Mesmo diante dessas circunstâncias, mantemos uma trajetória de resultados positivos, reafirmando a sustentabilidade de nosso negócio. A administração reitera seu compromisso em fornecer serviços de qualidade, reduzir custos, eliminar desperdícios, aprimorar a eficiência operacional e cumprir metas e regulamentações estabelecidas.

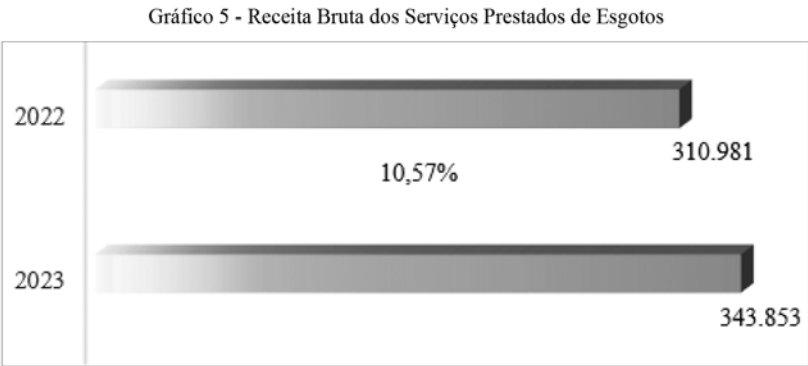
Os Auditores independentes da Sá Leitão Auditores S/S certificaram que as demonstrações contábeis da CAGEPA estão em conformidade com as práticas contábeis vigentes no Brasil, assim como com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) estabelecidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). O Balanço de 2023 evidencia o comprometimento da Companhia em operar com eficiência, planejamento e transparência, visando promover a saúde pública e qualidade de vida por meio da universalização do saneamento básico de forma sustentável.

19.1 Receita de Serviços Prestados

Influenciado pelo reajuste tarifário de 5,10% a partir de fevereiro de 2023 e com ações que envolvem a micromedição (instalação e substituição de hidrômetros), leitura de hidrômetros com acompanhamento de anormalidades de consumo e campanhas de negociação de débitos, tivemos um acréscimo de 11,81% nos serviços de água e 10,57% nos serviços de esgoto, em comparação com o ano anterior conforme gráficos abaixo.



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

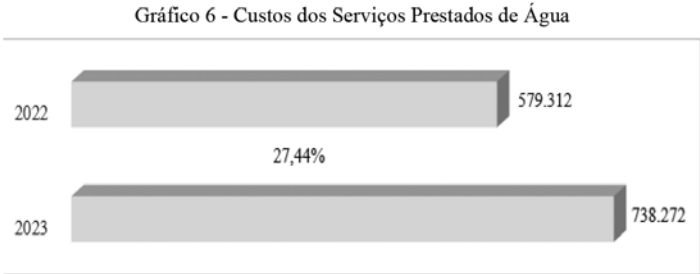


Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

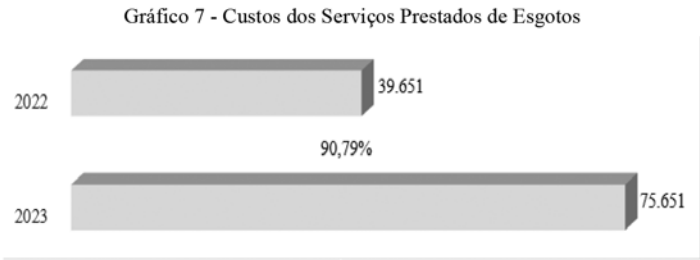
A Companhia também reconhece a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público, durante a fase de construção o Ativo é classificado como Ativo Intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação será equivalente aos custos de construção previstos, como demonstrado em notas explicativas das demonstrações contábeis.

19.2 Custos dos Serviços Prestados

Os custos na Companhia estão relacionados à infraestrutura, manutenção e operação dos sistemas de tratamento de água e esgoto. O principal impacto nos custos da Companhia em 2023 foi a atualização da depreciação conforme Laudo de Avaliação, outros fatores que tem impactado os custos, é a desvalorização do real em relação ao dólar, onde tivemos aumentos elevados dos produtos químicos, especialmente o Cloro e Sulfato, estes fortemente influenciados pela alta do dólar e da falta de concorrência interna de fornecedores. Fazem parte dos custos da Companhia com a finalidade manter a operação dos nossos serviços de forma regular, os pagamentos de outorgas, licenciamentos e fundos municipais de saneamento. Segue abaixo informações sobre os nossos custos.



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba



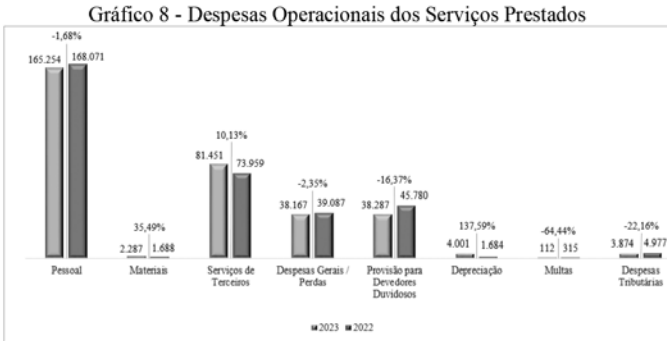
Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

19.3 Despesas dos Serviços Prestados

As despesas da Companhia estão diretamente ligadas à sua gestão e administração geral, abrangendo uma variedade de áreas vitais para o seu funcionamento. Isso inclui remunerações, aluguéis, locações de veículos, despesas administrativas e jurídicas, gestão de contratos, entre outros aspectos essenciais. Tais gastos são fundamentais para garantir a operação adequada da CAGEPA e o cumprimento de todas as obrigações regulatórias e fiscais.

Além disso, as despesas também estão relacionadas à comercialização de serviços, sendo estes cruciais para a manutenção e expansão da base de clientes da Companhia, assim como para o aumento da sua receita.

Outros itens de despesa incluem serviços terceirizados, visando aprimorar o atendimento à população, como os relacionados ao call center, entrega, leitura de contas, limpeza, higiene e vigilância. Todos os custos associados a demandas judiciais também são contabilizados como despesas.



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

No processo de Convergência das normas internacionais, realizado em 2022, a Companhia realizou o processo de atribuição de custos (deemed cost) aos seus ativos imobilizados e intangíveis, e consequentemente efetuou o reconhecimento dos ajustes de avaliação patrimonial pertinentes.

Em consequência dos custos atribuídos aos Imobilizados e Intangíveis elevou-se o valor das Depreciações e Amortizações, as quais são registradas como Depreciação/amortização Não dedutível, em virtude dos efeitos fiscais. Embora os ajustes tenham resultado em um aumento imediato nos custos e despesas, eles contribuirão para uma contabilidade mais precisa e confiável, fortalecendo a credibilidade da Companhia perante investidores, credores e outros stakeholders.

Se desconsiderarmos os valores das depreciações/amortizações não dedutíveis teremos os seguintes aumentos: custos com Custo dos Serviços Prestados de Água de 5,59% e Custo dos Serviços Prestados de Esgoto de 18,75%.

19.4 Lucro Líquido e EBITDA

Em 2023, a Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 23,3 milhões (comparado a R\$ 81,2 milhões em 2022). A principal razão para essa redução foi a atualização da depreciação de nossos ativos, que foram reavaliados. Por outro lado, o LAJIDA (ou EBITDA, na sigla em inglês), que representa o resultado operacional antes das despesas financeiras líquidas, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações, refletindo a geração operacional de caixa, registrou um aumento significativo. Em 2023, alcançamos R\$ 221,4 milhões (em comparação com R\$ 101,7 milhões em 2022), com uma Margem EBITDA de 19,4% (em comparação com 9,96% em 2022).

19.5 Endividamento

A Companhia encerrou 2023 com um passivo total de R\$865,9 milhões (R\$863,6 milhões em 2022). Houve uma redução no passivo circulante de 3,87% e aumento no passivo não circulante de 1,95%. O grau de endividamento da Companhia é de 13,4% (13,7% em 2022).

Destaca-se que a dívida fiscal e previdenciária da Companhia foi resolvida por meio do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e do Programa de Regularização Tributária (PRT), aos quais a Companhia aderiu durante o ano de 2017. Esses programas abrangeram débitos de natureza tributária e previdenciária. Além disso, a Companhia detém obrigações no valor de R\$75,3 milhões, provenientes de sentenças judiciais transitadas em julgado no Tribunal Regional do Trabalho - 13º Região, relacionadas a processos trabalhistas, e no Tribunal Regional Federal, relacionadas a processos tributários.

20. Clientes

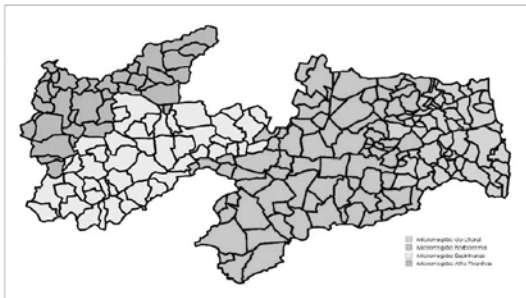
Alicerçada nos princípios de valorização e foco em seus clientes, com ações que priorizam atingir as metas de promover saúde e bem estar social, com qualidade de vida, preservando o meio ambiente através da aplicação dos princípios da inovação, investindo em tecnologias de alto impacto, que apoiam o desenvolvimento sustentável, a universalização dos serviços, a melhor experiência de atendimento, objetivando, incessantemente, a satisfação de cada cliente de forma personalizada, pois compreende que cada ser humano é único e especial, sem esquecer o compromisso com uma política tarifária justa e com um olhar diferenciado para as famílias em situação de vulnerabilidade, respeitando o seu papel na sociedade que está inserida, a Companhia atendeu em 2023 a dois grupos de clientes: o poder concedente, colegiado microrregionais que são detentores da titularidade de serviços públicos de saneamento de água e esgoto, verdadeiros parceiros institucionais em prol do bem estar dos milhões de cidadãos e cidadãs que ocupam o território paraibano; e os consumidores finais, usuários dos serviços de distribuição de água tratada, bem como, da coleta e tratamento de esgotos.

20.1 Concedente

Com a instituição das Microrregiões pela Lei Complementar Estadual nº 168, de 22 de junho de 2021, a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico passou a ser compartilhada pelos municípios e pelo Estado da Paraíba, que manifestam sua vontade e decisões por meio dos colegiados microrregionais. As ações passam a ser avaliadas de forma regionalizada, sem deixar de considerar a universalização e demais metas estabelecidas pelo Novo Marco Legal para cada Município que integra as recém-estabelecidas.

A titularidade dos serviços públicos de saneamento básico passou a ser compartilhada em colegiados, nos quais os Municípios possuem 60% dos votos e o Estado da Paraíba os outros 40%. Entre as atribuições dos colegiados, destacam-se o planejamento e a instituição de diretrizes sobre os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Dentro desse contexto, a Companhia está adequada às recém-estabelecidas Microrregiões, em conformidade com o art. 11 B da Lei Federal 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020.

Figura 10 – Mapa das Microrregiões de Saneamento (Água e Esgotos)



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

20.2 Consumidor Final

À satisfação dos clientes é fundamental para que a Companhia possa cumprir suas funções de forma eficiente e eficaz, classificamos nossos usuários em quatro categorias de consumo, definidos como: residenciais, comerciais, industriais e órgãos públicos, distribuída essa que tem um papel fundamental para que sejam traçados os perfis de consumo e compreendendo as necessidades, por segmento, proporcionando assim, o planejamento de ações que possam impactar positivamente o relacionamento dos clientes com a Companhia.

De forma integrada com outras áreas, buscando sempre maximizar os resultados e atender às expectativas dos clientes a Companhia ampliou o leque de canais de atendimento, com o uso de tecnologia de ponta no que diz respeito à utilização de softwares que possibilitam realizar a gestão das diversas plataformas de atendimento disponíveis aos seus clientes, não só objetivando cumprir integralmente o determinado pela Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB), mas por entender o seu papel social e sua determinação em proporcionar a melhor jornada de atendimento, priorizando o menor esforço, a clareza das informações, usabilidade de recursos e aplicativos, automação, eficiência, praticidade e comodidade daqueles que buscam nossos serviços.

20.3 Relacionamento com o Cliente

Entendemos que não só os clientes da Companhia, mas todo e qualquer cidadão que necessitar de atendimento, seja para comunicar um vazamento ou mesmo tirar uma dúvida sobre os nossos serviços, deve contar com diferentes canais de relacionamento.

Se o ano de 2022 foi um ano com ações voltadas ao aprimoramento dos seus postos de atendimento presenciais em todo o estado, com a possibilidade, inclusive, de atendimento em Libras, nos postos de atendimento próprios ou de outras entidades governamentais, como as Casas da Cidadania, e a utilização de sistemas que possibilitaram a gestão à vista de toda rede de atendimento, gerando indicadores de desempenho, de modo a otimizar processos, realizar gestão das filas, com redução do tempo espera e tempo de atendimento, sem aglomerações, com conforto e comodidade, o ano de 2023 tem como marca o fortalecimento dos canais não presenciais.



No início de 2023, a Companhia formalizou a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de atendimento ao público, inclusive aqueles que possuam necessidades especiais, que incluiu planejamento, desenvolvimento, implantação, operação, sustentação e suporte técnico de modelo omnichannel. Tal inovação permitiu a integração de todos os canais em uma única plataforma, a expansão da capacidade de atendimento, em especial, do canal telefônico e WhatsApp, ambos funcionando, atualmente, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com uso de Inteligência Artificial (IA) e atendimento humano especializado.

A adesão dos clientes foi imediata. A procura por atendimento, através do WhatsApp da Companhia, apresentou uma elevação de 28%, para o atendimento robotizado, fruto da inclusão de novos serviços essenciais, como, por exemplo, solicitações de ligações de água e/ou esgoto, religação, troca de titularidade, entre outros, realizadas através do chatbot, de forma intuitiva e rápida. Ocorreu ainda um crescimento de 56% no quantitativo de atendimentos via WhatsApp, com transbordo para o atendimento humano. Número que, embora impressione, de nenhuma maneira surpreende a Companhia, que se encontra conectada à realidade mundial. É um desafio estimulante, foram 2.762.052 atendimentos, uma média de mais de 230 mil atendimentos mensais, daí a necessidade de constante avanço e modernização. Conhecer a jornada de cada um desses clientes, personalizando o ambiente de atendimento, de modo a trazer eficiência, conforto e segurança é, definitivamente, uma das metas mais almejadas pela Companhia. Tanto é assim que, em dezembro de 2023, a Companhia iniciou a expansão da integração à plataforma Omnichannel de todas as suas Unidades de Atendimento Presenciais, composta por Agências Locais, em 165 municípios do Estado. Atualmente, mais de 50% de sua planta de atendimentos presenciais está inserida no conceito Omnichannel, porque a Companhia entende que é necessário conhecer e prestar um serviço de qualidade e padronizado a todos os cidadãos.

Com o objetivo de fortalecer a confiança de nossos clientes, que eventualmente optaram por buscar assistência nos órgãos do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) estaduais e municipais, aprimoramos nossas interações com essas entidades ao longo do ano de 2023. Reforçamos os seguintes canais de comunicação: a Linha Direta Procon, um serviço telefônico agora disponível também via WhatsApp, dedicado exclusivamente aos Procons Estadual e Municipais, além de e-mail, a plataforma 'Pró Consumidor' e o consumidor.gov, onde demandas podem ser registradas e, quando possível, resolvidas preliminarmente. Essas iniciativas visam reduzir o risco de ações desfavoráveis contra a Companhia.

Ainda em 2023, com a ampliação do calendário de ações de negociação para os clientes endividados, em parceria com os Procons, inovamos com a disponibilidade de um canal virtual exclusivo, de modo que todos os clientes presentes nas diversas unidades dos Procons, distribuídas pelo estado, pudessem participar, de forma igualitária, das condições especiais oferecidas durante os eventos presenciais. Um avanço significativo que demonstra trabalho, compromisso e resolutividade. Continuamos monitorando a percepção de qualidade dos nossos clientes em relação ao atendimento e serviços. Através de pesquisa de satisfação realizada pelo Call Center com a pergunta de como os clientes classificariam os serviços prestados pela CAGEPA, 81% dos clientes que responderam à pesquisa ao final do seu atendimento, classificaram como bom ou excelente os serviços prestados pela Companhia. Uma evolução em relação ao ano de 2022 que já havia obtido o resultado de 78% para o mesmo questionamento. Números igualmente expressivos foram registrados em nossos canais virtuais, onde 85% dos clientes que realizaram a avaliação classificaram como excelente ou bom o atendimento prestado.

20.4 Campanhas de Negociação

As campanhas para pagamento de débitos em contas de água desempenham um papel fundamental na promoção da equidade financeira, garantindo o acesso contínuo a um recurso vital, e contribuem para a manutenção e o desenvolvimento da infraestrutura de abastecimento de água.

Entre os meses de maio e julho a CAGEPA lançou a inédita campanha "salão CAGEPA", em uma oportunidade única para todos os clientes particulares com débitos da Companhia no lançamento da modalidade de pagamento através dos



cartões de crédito ou débito, a Companhia ofertou a possibilidade de seus clientes parcelarem as dívidas, nas mais diversas bandeiras, em até 24 vezes, sem juros e sem entrada, essa condição beneficiou mais de 56 mil clientes, recebendo, através da Assembleia Legislativa da Paraíba, a aprovação da Moção de Aplausos à Companhia pela iniciativa.

Ao final de 2023 a Companhia lançou a quarta edição da Campanha "Fique em dia com a CAGEPA" onde a iniciativa foi voltada para consumidores das categorias residenciais, comerciais e industriais, que possuíam contas em aberto e tiveram a oportunidade de renegociar suas dívidas com até 100% de desconto nos juros e multas por atraso, para pagamento à vista, e parcelamento em até 60 vezes com descontos progressivos, com negociação feita de forma presencial e remota, pelo teleatendimento 115, pelo aplicativo WhatsApp, além da atendente virtual (Acqua) e do aplicativo CAGEPA. A Campanha foi uma iniciativa que nasceu para mitigar o cenário econômico que o Brasil vive desde 2020 e demonstrou ser uma das ações sociais mais relevantes da Companhia e adentrou em definitivo não só no Calendário de eventos e ações de alto impacto promovidas pela CAGEPA, mas no calendário dos clientes em toda Paraíba, em especial os mais vulneráveis, que veem na Campanha a oportunidade de sair da negatização, a campanha ocorre sempre nos dois últimos meses do ano. Em 2023 foram realizadas nesta campanha, que se estendeu até 30 de dezembro, mais de 117 mil negociações, um recorde absoluto, que só comprova que a Companhia está no caminho certo ao conciliar suas estratégias de negócio e respeito aos clientes e acionistas com o compromisso social de ser cada vez mais um diferencial na vida dos paraibanos.

21. Ouvidoria

A ouvidoria é de extrema importância, pois é responsável por receber e tratar as demandas dos usuários em relação aos serviços prestados pela Companhia. Por meio da ouvidoria, os usuários podem registrar suas reclamações, sugestões, elogios e denúncias. Com isso, a ouvidoria pode identificar problemas recorrentes nos serviços prestados e, a partir disso, buscar soluções para resolvê-los e melhorar a qualidade dos serviços.

Nossa ouvidoria é o canal independente e imparcial que recebe, avalia e responde às demandas dos consumidores e usuários, observando os seguintes prazos: em até 10 dias para sugestões e elogios; 20 dias para reclamações e 30 dias para denúncias relacionadas a atos de improbidade administrativa, malversação de recursos públicos e condutas tipificadas como crime por legislação específica.

Registre sua Demanda pelo site <http://www.cagepa.pb.gov.br/ouvidoria-registro-consulta/> ou pelo e-mail ouvidoria@cagepa.pb.gov.br, para maiores informações, entre em contato pelo telefone (83) 32181366.

A Ouvidoria cumpre com as exigências estabelecidas pela democracia participativa, fortalecendo as ações e decisões públicas na resolução de problemas e serviços prestados pela Companhia, no que diz respeito à distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos.

22. Saneamento para Todos

Para alcançar a universalização, é essencial um esforço colaborativo entre governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil. Isso requer a implementação de políticas públicas que garantam o acesso universal aos serviços de saneamento, investimentos em infraestrutura adequada e educação da população sobre questões relacionadas à higiene e ao meio ambiente.

A Companhia está desempenhando seu papel nesse processo. Dentro de sua estrutura tarifária, oferece a Tarifa Social, um mecanismo de política pública destinado a garantir o acesso aos serviços básicos de saneamento a famílias de baixa renda, que frequentemente não têm condições financeiras de arcar com as tarifas convencionais. Essa iniciativa não apenas promove a justiça social e reduz as desigualdades, mas também assegura o direito humano à água e ao saneamento.

A Tarifa Social é especialmente relevante, pois o acesso a serviços de água e esgoto é essencial para a saúde pública e o bem-estar das comunidades, reduzindo a exclusão social e melhorando as condições de vida. Além disso, pode servir como um incentivo para a formalização do consumo de água e esgoto, reduzindo a inadimplência e garantindo a sustentabilidade financeira dos serviços.

23. Gestão de Pessoas

As pessoas que atuam no setor de saneamento básico desempenham um papel fundamental na promoção da saúde pública e na melhoria da qualidade de vida das comunidades em todo o mundo. Esses profissionais têm a responsabilidade crucial de gerenciar, projetar, construir, operar e manter sistemas de água e esgoto, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

23.1 Perfil dos Colaboradores

Os mais de 3.036 mil colaboradores incluindo efetivos, comissionados, jovens-aprendizes e cedidos que estão distribuídos em todo estado, são a base para assegurar a excelência operacional, e alvo de atenção permanente de ações que garantem um ambiente de trabalho seguro e saudável a todos, trabalhamos com a estratégia de valorização e aprimoramento do capital intelectual, a Companhia vem investindo em medidas para assegurar cada vez mais a igualdade de oportunidades.

| Tabela 1 – Quantidade de Colaboradores | |
|---|-------|
| Efetivos | 2.644 |
| Comissionados | 44 |
| À disposição da CAGEPA | 37 |
| Jovem Aprendiz | 176 |
| Estagiários | 75 |
| Conveniados | 42 |
| Diretores/ Conselheiros / Membros de Comitê (CAE) | 18 |

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Quanto à distribuição por gênero, 2.564 são do sexo masculino e 478 do sexo feminino, conforme expresso abaixo. Quanto à ocupação dos cargos de gestão, que são aqueles que representam as funções de Diretores, Gerentes, Chefes de Assessoria, Subgerentes e Coordenadores, em números absolutos, são 311 homens gestores e 43 mulheres gestoras. Contudo, ao fazer uma análise da proporção entre a quantidade de homens e mulheres na empresa e a ocupação destes em cargos de gestão, observa-se que se tem 9% das mulheres que ocupando cargos na gestão e entre os homens esse percentual é de 12,12%.

Gráfico 9 – Percentual de Homens e Mulheres



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

23.2 Política de Gestão de Pessoas

As diretrizes de Gestão de Pessoas da CAGEPA enfatizam a importância de criar um ambiente de trabalho saudável e seguro, que não apenas promova o bem-estar dos colaboradores, mas também influencie positivamente a qualidade de vida de suas famílias. A política foi aprovada pelo Conselho de Administração que desempenha um papel vital na implementação das diretrizes dessa. Está prevista para 2024 a realização de atualizações para garantir que a política de gestão de pessoas permaneça atualizada e alinhada com as principais tendências em boas práticas corporativas, mantendo-se relevante e compreensível para todos os colaboradores.

As pessoas são tanto agentes quanto beneficiárias do fortalecimento da Companhia, contribuindo diretamente para sua competitividade, rentabilidade e sustentabilidade. A política de Gestão de Pessoas da CAGEPA está focada em soluções que proporcionam um ambiente propício para o desenvolvimento, valorização e retenção de profissionais qualificados.

23.3 Estagiários e Jovens Aprendizes

O Programa de Estágio se estabelece como um processo de aprendizado para os estudantes do ensino superior e/ou técnico, de acordo com as possibilidades percebidas no âmbito da Companhia. Desse modo, a ação de estágio tem o objetivo de aprimorar os conhecimentos teóricos dos alunos estagiários, mediante a articulação entre os aspectos teóricos delimitados em sala de aula com a implementação prática em um espaço de trabalho real, bem como do reconhecimento dos benefícios mútuos decorrentes dessa experiência. As ações são implementadas em um articulado movimento entre a CAGEPA, o IEL (Instituto Euvaldo Lodi) e as Instituições de Ensino Superior.

O Instituto Euvaldo Lodi é a instituição integradora do programa de estágio e foi responsável pelo processo seletivo realizado em 2023. No referido ano, consta que se teve 75 admissões, 13 pedidos de encerramento do Termo de Compromisso de Estágio, resultando em 62 estagiários ativos em 2023.

A aprendizagem profissional, na qual se insere o Programa Jovem Aprendiz, prevê a contratação de jovens, entre 14 e 24 anos, como incentivo à qualificação profissional e criação de oportunidades de emprego. Para tanto, a CAGEPA é responsável por garantir a experiência profissional, com a contratação de jovens por 01(um) ano, podendo ser prorrogado por igual período e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) são os responsáveis pela formação técnico-profissional, mediante a oferta dos cursos obrigatórios.

Em 2023, foram admitidos 162 jovens e adolescentes, porém a CAGEPA dispõe de 176 contratos ativos (dos quais dois estão suspensos, por prestação de serviço militar). Ainda no âmbito do Programa Jovem Aprendiz, a CAGEPA tem um convênio com a Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC), o qual prevê a admissão de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Em 2023, a empresa dispunha de 02 jovens aprendizes contratados com base nesse convênio.

23.4 Programa Trabalho Liberta

Trata-se de uma ação do Governo do Estado da Paraíba, desenvolvido pela Secretaria de Administração Penitenciária, como estratégia que integra a Política de Humanização do Sistema Penitenciário da Paraíba.

Em 2023, a CAGEPA dispunha de 42 reeducandos contratados, sendo 32 homens e 10 mulheres. Do total, tem-se trabalhadores em todas as nossas gerências regionais

23.5 Capital Intelectual

O capital intelectual é extremamente importante para a Companhia, uma vez que dependemos de conhecimentos técnicos especializados e de equipes qualificadas para prestar serviços de qualidade aos clientes, lidando concomitantemente com as demandas operacionais da CAGEPA.

Os treinamentos e desenvolvimentos desempenham um papel essencial para o negócio da CAGEPA, de modo que contribui para o aprimoramento das habilidades individuais dos colaboradores, impactando no processo de inovação organizacional e influenciando no crescimento e atendimento dos objetivos da Companhia.

Portanto, a área de treinamento, desenvolvimento e educação ocupa um lugar estratégico, por ser elemento chave para a reafirmação da Missão e Visão e sua articulação direta com os valores da Companhia. Reconhecendo essa dinâmica, a CAGEPA busca implementar ações contínuas de formação e capacitação, através do investimento financeiro para a realização e custeio de congressos, seminários, simpósios, cursos, certificações, entre outros.

Em 2023, os investimentos realizados equivalem ao montante financeiro de R\$ 357,0 mil e o número de inscrições realizadas foi de 2.576. Do total de investimentos realizados em 2023, R\$ 272,3 mil foram desembolsados com recursos próprios e R\$ 84,6 mil com recursos oriundos do convênio CAGEPA/SENAI. As ações educacionais do exercício de 2023 somaram o total de 90 turmas, 2.576 matriculas, 1.646 horas/aula e 27.580 hora-aula/aluno.

23.5.1 Educação Corporativa

O programa de Educação Corporativa da CAGEPA se trata de uma iniciativa desenvolvida por profissionais técnicos da Companhia como instrutores de formação interna, entendido como uma estratégia capaz de potencializar custo-efetividade, desenvolvimento de liderança interna, fortalecimento da cultura organizacional e melhoria contínua.

Além disso, tem-se que a possibilidade de desenvolver cursos internamente permite tratar as questões apresentadas no

É um projeto que se destaca pela sua importância no processo reeducativo de cada sentenciado, buscando alternativas de solução através do trabalho, colocando-o como condição viabilizadora na preparação do reeducando ao retorno do convívio social. Tem como objetivo promover o processo de reeducação da massa carcerária, através da inserção da mão-de-obra prisional no mercado de trabalho de forma produtiva e remunerada, principalmente na área de serviços gerais. (PARAIBA, site do Governo do Estado).

Nesse sentido, em 2023, o grupo de educadores corporativos foram responsáveis pelo desenvolvimento de três cursos, em um total de 05 turmas.

Tabela 2 – Cursos ministrados pelos educadores corporativos

| Cursos | Carga Horária | Número de participantes | Hora aula/aluno |
|-----------------------------|---------------|-------------------------|-----------------|
| Atendimento ao cliente | 20 h/a | 11 | 220 |
| Integração -estagiários(as) | 08 h/a | 40 | 320 |
| Capacitação GEMA | 20 h/a | 15 | 300 |
| TOTAL | 48 h/a | 66 | 840 |

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

No que se refere aos cursos de qualificação realizados para os Educadores Corporativos, em 2023, temos:

Tabela 3— Qualificação dos educadores corporativos

| Cursos | Carga Horária | Número de participantes | Hora aula/aluno |
|---|---------------|-------------------------|-----------------|
| Uso de podcast como metodologia ativa em sala de aula | 15 h/a | 03 | 45 |
| Avaliação de ações educativas | 24 h/a | 22 | 528 |
| Trilhando os diversos contextos da dinâmica de grupo | 10 h/a | 04 | 40 |
| TOTAL | 49 h/a | 29 | 613 |

Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

23.6 Segurança do Trabalho

a priorização da responsabilidade pela vida é fundamental. Por essa razão, a CAGEPA intensifica seus esforços para salvaguardar a integridade e a aptidão laboral de seus colaboradores.

A CAGEPA desenvolve e implementa medidas preventivas e protetivas para reduzir riscos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais para evitar danos à saúde dos colaboradores, assim como atua na assistência nos casos que envolvam acidentes, de acordo com as orientações do Ministério do Trabalho e Emprego, expressas nas NRs, as quais regem um conjunto de ações e benefícios estabelecidos no âmbito da Companhia.

Em 2023, um conjunto de ações e benefícios foram implementados como: Exames médicos ocupacionais; garantias de insalubridade conforme disposto na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e na NR 15; adicional de periculosidade conforme Constituição e CLT; Apoio a colaboradores em acidentes de trabalho e/ou trajeto; distribuição de ferimento e calçados; Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);

O compromisso com a realização de ações continuadas de sensibilização sobre a importância da prevenção de Acidentes no ambiente de trabalho se estabelece como uma meta permanente, expressa nos valores da CAGEPA, que reconhece o capital humano como essencial. Nesse sentido, durante o ano de 2023, a CAGEPA desenvolveu um conjunto de atividades alinhadas com esse propósito, que destacamos a seguir:

- Campanha Abril Verde: o mês de abril tem se consolidado em âmbito nacional como um período alusivo ao debate sobre a Saúde do Trabalho, tendo em vista que o dia em memória das vítimas de acidentes e doenças do trabalho é 28 de abril. A Campanha é mais um momento de alertar os colaboradores sobre a importância e necessidade de adotar estratégias cotidianas acerca da prevenção de acidentes;
- Semanas Internas de Prevenção de Acidentes (SIPATs): com o objetivo de sensibilizar os colaboradores sobre a importância da Prevenção de Acidentes do Trabalho, estimulando a adoção de vigilância ativa para identificar, corrigir e eliminar condições e práticas inseguras, as SIPATs se apresentam como uma estratégia que contribui para melhorar a qualidade de vida no ambiente laboral;
- Olimpíada do Trabalho: primeira Olimpíada do Trabalho promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) – 13ª Região e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com o SESI/SENAI e a CAGEPA, com o objetivo de, “por meio de uma competição entre colaboradores, apresentar a temática da segurança do trabalho e do trabalho seguro, conscientizando-os a respeito da prevenção de acidentes de trabalho”. A ação foi destinada exclusivamente aos colaboradores da CAGEPA que integram as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), que estiveram representadas por 40 empregados – representantes de todas as Gerências Regionais e da Sede Administrativa, os quais tiveram acesso a palestras, proferidas pelo TRT-13 e pelo SESI com temáticas alusivas à Segurança do Trabalho; atividade de ginástica laboral; e realização de quiz temático, competindo entre si, ao responder questões sobre saúde e segurança do trabalho. Os vencedores foram premiados com a inscrição em Congresso Internacional na área de trabalho da CAGEPA em 2024.

23.6.1 Realização de Cursos de formação em Saúde e Segurança do Trabalho:

Tivemos a formação e/ou atualização de 135 empregados distribuídos nos seguintes cursos: NR 05 - Curso de Formação para os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 11 - Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP); NR 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Em 2023, 135 empregados participaram dos referidos cursos, totalizando 1.672 horas/aulas realizadas.

23.7 Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida

tendo como base o reconhecimento da importância de valorizar e estimular o bem-estar e a qualidade de vida e, conseqüentemente, impactar na saúde de seus colaboradores, a CAGEPA desenvolve diversas ações, com vistas a potencializar as habilidades sociais de todos. Nessa perspectiva, destaca-se:

- Programa de Valorização da Vida: por meio de rodas de conversas, oficinas, palestras e dinâmicas sobre temáticas diversas, bem como a realização de atendimentos individuais, destinados a determinado grupo, com ações promovidas de forma remota e on-line, nas sedes das Gerências Regionais. Em 2023, foram realizados 673 atendimentos no âmbito do programa, seja de forma individual ou coletiva;
- Programa de Escuta Psicológica: Por meio de demanda espontânea, onde a busca acontece livremente pelo colaborador, como também por encaminhamento, a equipe de psicólogos realiza escutas, com o objetivo de identificar demandas, providenciar encaminhamentos e contribuir com o estabelecimento de alternativas para o enfrentamento de situações pontuais e urgentes. Em 2023, foram realizadas 246 escutas psicológicas (aumento de cerca de 15%, em relação ao ano de 2022);
- Programa Viver Melhor: A prática de atividades esportivas impacta diretamente na saúde do colaborador, de forma que reflete na melhoria da saúde cardiovascular, no controle de peso, na redução dos estresses e ansiedade, além de estimular a integração social e influenciar no aumento da produtividade. Entendendo esses aspectos, estabelece-se o Programa Viver Melhor, no qual ocorre o custeio de um conjunto de ações esportivas e de bem-estar, assim, em 2023, as ações desenvolvidas foram:

- 1) Contrato Viva Pilates;
- 2) Contrato ZK Sport (Corrida de Rua);
- 3) Locação de Campo de Futebol, Futsal e/ou Vôlei;
- 4) Custeio de inscrições e logísticas para participação em Corridas de rua: 283 inscrições realizadas;
- Acompanhamento social dos colaboradores beneficiários do Auxílio Filho PCD e/ou Hemofílico: ação desenvolvida pela profissional do Serviço Social, com o objetivo de acompanhar os colaboradores beneficiários do Auxílio Filho PCD e/ou Hemofílico, mediante a realização de trabalho social juntos aos mesmos. Dentre as ações implementadas temos: visitas domiciliares; orientação social ao colaborador beneficiado, de acordo com as particularidades de cada situação vivenciada; encaminhamento dos/as empregados/as e/ou dependentes a serviços específicos de atendimento às demandas percebidas; realização de estudos sociais; entre outros;
- Redução de carga horária: trata-se de um benefício estabelecido na Lei Estadual no 8.996/2009 e suas alterações nas Leis no 9.791/2012, 9.876/2012 e 10.834/2016, que garante a redução de carga horária do colaborador efetivo que possua filho com deficiência, que esteja sob sua guarda e cuja deficiência o torne incapaz;
- Campanhas de Bem-estar e Saúde: Em consonância com ações de saúde propostas no Calendário do Ministério da Saúde, a CAGEPA realizou ações no setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul, no ano de 2023;

Figura 11 – Campanhas de Bem-estar e saúde da CAGEPA



Fonte: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

• Mês da Mulher: Em 2023, a CAGEPA desenvolveu um conjunto de ações alusivas ao Mês da Mulher, mediante a construção e aprovação do projeto de trabalho, o lançamento da Campanha alusiva ao mês da Mulher nas redes sociais da Companhia, a inclusão de uma mensagem em alusão ao mês da mulher nas faturas, a produção e divulgação de faixas em todas as Gerências Regionais e Sede administrativa.

24. Serviços Prestados pelos Auditores Independentes

A CAGEPA reconhece e valoriza a independência do auditor externo, compreendendo plenamente a importância da imparcialidade e objetividade que a auditoria deve manter para emitir relatórios ou pareceres imparciais. A Sá Leitão Auditores S/S foi responsável pela prestação de serviços de auditoria independente das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2023, além de realizar a revisão especial das informações trimestrais dos 1º, 2º e 3º trimestres de 2023, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

João Pessoa, 23 de fevereiro de 2024

João


João Dornel de Souza
Diretor Administrativo e Planejamento


Ricardo Mota Gomes de Sousa
Diretor de Planejamento


Thiago de Sousa Pessoa
Diretor de Operação e Manutenção


Marcus Vinícius Fernandes Neves
Diretor de Apoio, Negócios, Inovação
e Meio Ambiente

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023

| ATIVO | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | |
|--|--------------|--|------------------------------------|
| | Notas | Notas | |
| | Explicativas | Explicativas | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2022 |
| Circulante | | Circulante | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 5 | 11.665 | 13.135 |
| Contas a Receber de Clientes | 6 | 305.043 | 472.827 |
| Impostos a Receber | 7 | 9.574 | 22.588 |
| Emprestimos | 8 | 43.146 | 39.735 |
| Outros a Receber | 9 | 2.186 | 1.070 |
| Despesas Indiferidas | 5 | 3.709 | 3.406 |
| Outras Ativas | 1 | 1.750 | 1.875 |
| Total de Ativa Circulante | | 377.243 | 554.889 |
| | | | Total do Passivo Circulante |
| | | | 228.925 |
| | | | 228.959 |
| Não Circulante | | Não Circulante | |
| Realizável a Longo Prazo | | Emprestimos | 13 |
| Contas a Receber de Clientes | 6 | 26.011 | 24.189 |
| Contas a Receber de Fornecedores | 6 | 6.691 | 5.403 |
| Despesas Antecipadas | 9 | 65.180 | 60.729 |
| Emprestimos | 8 | 3.239 | 2.262 |
| Outros Ativos | 10 | 116 | 100 |
| Ativo Financeiro de Longo Prazo | 10 | 312.953 | 278.800 |
| Investimentos | 9 | 9 | 9 |
| Inadimplido | 11 | 2.382.390 | 2.207.531 |
| Outras Ativas | 12 | 3.605.008 | 3.203.711 |
| Total de Ativa Não Circulante | | 5.861.466 | 5.728.327 |
| | | Total do Passivo Não Circulante | 626.061 |
| | | | 634.182 |
| Patrimônio Líquido | | Patrimônio Líquido | |
| Capital Social | 10.1 | 1.016.082 | 980.745 |
| ALAC | 10 | 888.842 | 795.852 |
| Reserva de Lucros | 10.2 | 3.440.403 | 3.069.690 |
| Alíquotas de Atribuição Patrimonial | 10.3 | 3.227.766 | 3.108.690 |
| Total de Patrimônio Líquido | | 5.573.193 | 5.418.739 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 6.438.729 | 6.274.616 |
| TOTAL DO ATIVO | | 6.438.729 | 6.274.616 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| Demonstrações do Resultado | | | |
|--|--------------|--------------------------|--------------------------|
| Exercícios Fimdos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 | | | |
| (Valores em milhares de Reais) | | | |
| | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| | Explicativas | | |
| Receita Líquida de Serviços Prestados | 20 | 1.381.345 | 1.021.369 |
| Custo de Serviços Prestados | 21 | (1.056.630) | (618.063) |
| Lucro Bruto | | 324.511 | 402.406 |
| Receitas (Despesas) Operacionais | 22 | | |
| Despesas com Vendas | | (144.643) | (147.989) |
| Despesas Círias e Administrativas | | (160.133) | (156.011) |
| Outras Despesas Operacionais | | (28.630) | (31.561) |
| Outras Receitas Operacionais | | 5.505 | 5.099 |
| | | (328.299) | (339.462) |
| Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos | | (2.438) | 71.944 |
| Resultado Financeiro | 24 | | |
| Receitas Financeiras | | 70.142 | 39.309 |
| Despesas Financeiras | | (27.049) | (23.156) |
| | | 42.093 | 16.153 |
| Resultado Antes dos Impostos | | 39.675 | 88.097 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 25 | (16.905) | (6.872) |
| Lucro Líquido do Exercício | | 22.770 | 81.225 |
| Número de Ações no Final do Exercício | | 1.874.273.240.257 | 1.862.062.046.729 |
| Resultado por lote de 10.000 ações | | 0,124694 | 0,43421 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| Demonstração dos Resultados Abrangentes | | | |
|---|--------------------|----------------------------|----------------------------|
| Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 | | | |
| (Valores em milhares de Reais) | | | |
| | Notas Explicativas | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2022 a 31/12/2022 |
| Lucro Líquido do Exercício | | 23.370 | 81.225 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | | - | 3.388.750 |
| Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial - Convergência ao IFRS | | (4.202) | - |
| Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído | 19.3 | 159.192 | - |
| Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - Tributo Diferido - CSLL | 19.3 | (14.327) | - |
| Reversão do Tributo Diferido- CA- CSLL | 19.3 | 14.327 | - |
| Resultado Abrangente do Exercício | | 178.360 | 3.469.975 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| | Reserva de Lucros | Outros Resultados Abatentes | | | | | |
|--|--------------------|-----------------------------|----------------------------------|------------------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Reserva Legal | Reserva para Contingência | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Lucros (Prejuízo) Acumulados | | | |
| | Notas Explicativas | Capital Social | AFAC | | | | Total |
| em 01 de Janeiro de 2023 | | 980.745 | (750.852) | 23.304 | 244.389 | 3.368.429 | - |
| Contribuição de Capital | 19.4 | 35.337 | (35.337) | - | - | - | - |
| Isso para Futuro Aumento de Capital | 19.4 | - | 124.327 | - | - | - | 124.327 |
| Transferência do AAP - Cota Atribuída | 19.3 | - | - | - | (159.192) | 159.192 | - |
| Transferência do AAP - Tributo Deferido v Cota Atribuída | 19.3 | - | - | - | 14.327 | (14.327) | - |
| Transferência do AAP - Ajuste de Convergência | 19.3 | - | - | - | 4.202 | (4.202) | - |
| Transferência do AAP - Tributo Deferido v C.A. (Passivo) | - | - | - | - | 14.327 | (14.327) | - |
| Extinção da Liquidação do Exercício | - | - | - | - | - | 23.304 | 23.304 |
| Extinção de Reserva Legal | - | - | - | 1.169 | - | (1.169) | - |
| Extinção de Reserva para Contingência | - | - | - | - | 177.191 | (177.191) | - |
| em 31 de dezembro de 2023 | | 1.016.082 | 884.842 | 22.473 | 421.580 | 3.227.766 | 5.572.743 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | | | | | | | | |
|---|-------------------|------------------------------------|---------------------------|--|---------------------------------|-------------------------------|-----------|----------|------------------|
| Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 | | | | | | | | | |
| (Valores em milhares de Reais) | | | | | | | | | |
| | Reserva de Lucros | Reserva de Intencionalidade Fiscal | Reserva para Contingência | Crédito de Retenções sobre Capital Próprio | Ajuste de Avaliação Patrimonial | Lucros (Prejuízos) Acumulados | Total | | |
| Notas Explicativas | Capital Social | AFAC | Reserva Legal | | | | | | |
| Saldo em 01 de Janeiro de 2022 | 906.058 | 1.882 | 17.245 | 24.366 | 167.225 | (20.231) | - | - | 1.097.335 |
| Amortização de Capital | 73.187 | (1.182) | - | (24.366) | (47.559) | - | - | - | 45.100 |
| Ajustamento para Fatores Aumento de Capital | 19.4 | 795.832 | - | - | - | 47.559 | - | - | 795.832 |
| Crédito de Juros sobre Capital Próprio | 10.4 | - | - | - | - | - | - | - | 45.100 |
| Avanço de Contribuições ao IFRR | - | - | - | - | - | - | 3.388.750 | - | 3.388.750 |
| Reserva Legal de Transição | - | - | - | - | - | - | 81.235 | - | 81.235 |
| Contribuição de Reserva Legal | 19-2(a) | - | 4.061 | - | - | - | - | (4.061) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 19-2(c) | - | - | - | 77.164 | - | - | (77.164) | - |
| | 980.765 | 795.832 | 21.304 | - | 244.100 | 3.568.429 | - | - | 5.410.718 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| Demonstrações do Fluxo de Caixa (Método Indireto) | | |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Exercícios Finais em 31 de dezembro de 2022 (Método Indireto) | | |
| (Valores em milhares de Reais) | | |
| | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 01/12/2022 a 31/12/2022 |
| Fluxo de Caixa Decorrente das Atividades Operacionais: | | |
| Ajustes para Conciliação do Resultado com Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais: | | |
| Atividades Operacionais: | | |
| Lucro Líquido do Período | 23.370 | 81.225 |
| Apropriação das Despesas Antecipadas | 14.098 | - |
| Depreciação | 88.897 | 29.298 |
| Amortização do Intangível | 138.832 | 1.424 |
| Provisão de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (Constituição/Reversão) | 28.829 | 39.645 |
| Escargos Financeiros sobre Empréstimos e Financiamentos | 9.280 | 1.869 |
| Provisão para Demandas Judiciais (Constituição/Reversão) | 14.679 | (12.675) |
| Receita de Atualização do Ativo Financeiro | (36.073) | - |
| Lucro Líquido Ajustado | 281.912 | 140.786 |
| Fluxo de Caixa Decorrente das Atividades Operacionais: | | |
| (Aumentos) Reduções nos Ativos | | |
| Contas a Receber Clientes | (62.868) | (58.460) |
| Tributos a Recuperar | 13.132 | (935) |
| Estoques | (4.348) | (17.211) |
| Depósitos Judiciais | (1.088) | 670 |
| Outros Ativos | 6 | 94 |
| Despesas Antecipadas | (81.442) | - |
| Aumentos (Reduções) nos Passivos | | |
| Fornecedores | (1.493) | 5.056 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | (37.960) | (24.486) |
| Obrigações Trabalhistas | 984 | 6.510 |
| Outros Passivos | (20.724) | 9.159 |
| | (195.801) | (79.603) |
| Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento: | | |
| Imobilizado | (263.654) | (87.554) |
| Intangível | (129) | 1.424 |
| | (263.783) | (86.130) |
| Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamento: | | |
| Juros sobre Capital próprio | - | (13) |
| Ingressos de Empréstimos e Financiamentos | 112.476 | 33.422 |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos | (49.776) | (41.519) |
| Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos | (10.849) | (1.895) |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 124.326 | - |
| | 176.177 | (10.005) |
| Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | | |
| | (1.495) | (34.952) |
| Saldos Finais de Caixa e Equivalentes de Caixa | | |
| Saldos Iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa | 11.665 | 13.160 |
| Saldos Finais de Caixa e Equivalentes de Caixa | 13.160 | 48.112 |
| Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | | |
| | (1.495) | (34.952) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2022 a 31/12/2022 |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Receitas | | |
| Água, Esgoto e Serviços | 1.254.568 | 1.125.485 |
| Provisão para Devedores Duvidosos | (38.287) | (45.780) |
| Receitas de construções | 242.911 | - |
| Outras Receitas Operacionais | 6.505 | 5.099 |
| | <u>1.465.697</u> | <u>1.084.804</u> |
| Insumos Adquiridos de Terceiros: | | |
| Materiais Consumidos | (54.164) | (67.939) |
| Serviços de Terceiros | (277.018) | (266.938) |
| Despesas Gerais / Perdas | (62.088) | (57.650) |
| Multas | (112) | (315) |
| Custos de construções | (242.911) | - |
| | <u>(636.293)</u> | <u>(392.842)</u> |
| Valor Adicionado Bruto | 829.404 | 691.962 |
| Retenções | | |
| Depreciação e Amortização | (223.857) | (29.775) |
| Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia | 605.547 | 662.187 |
| Valor Adicionado Recebido em Transferência: | | |
| Receitas Financeiras | 70.142 | 39.309 |
| Valor Adicionado a Distribuir | 675.689 | 701.496 |
| Distribuição do Valor Adicionado | | |
| Pessoal: | | |
| Remuneração Direta | 244.973 | 233.475 |
| Encargos | 166.057 | 162.823 |
| Benefícios | 76.865 | 68.117 |
| Outros | 60 | 16.735 |
| | <u>487.955</u> | <u>481.150</u> |
| Tributos: | | |
| Federal | 134.289 | 113.787 |
| Estadual | 1.944 | 2.168 |
| Municipal | 82 | 10 |
| | <u>136.315</u> | <u>115.965</u> |
| Remuneração de Capital de Terceiros: | | |
| Juros e Atualizações | 28.049 | 23.156 |
| | <u>28.049</u> | <u>23.156</u> |
| Remuneração de Capital Próprios: | | |
| Lucro Líquido do Período | 23.370 | 81.225 |
| Valor Adicionado Distribuído | 675.689 | 701.496 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto Operacional
1.1. Constituição e Objeto Social

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA é uma sociedade por ações, de capital fechado, em regime de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos – SEIRH, constituída nos termos da Lei Estadual nº 3.459, de 31 de dezembro 1966, alterada pela Lei nº 3.702, de 11 de dezembro de 1972. A Companhia tem como objetivo planejar, executar e operar serviços de saneamento básico em todo o território do Estado da Paraíba, compreendendo a captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e disposição final do esgoto sanitário, comercializando esses serviços e os benefícios que direta ou indiretamente decorrerem de seus empreendimentos, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

1.2. Concessão dos Serviços Públicos
a) Marco legal vigente da prestação dos serviços públicos de saneamento básico

Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.026/2020, que atualiza a Lei nº 11.445/2007 (marco legal do saneamento básico) e alterou a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. De acordo com a Lei nº 14.026/2020, a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, atualmente, depende da celebração de contratos de concessão ou de prestação de serviço, por meio de licitação prévia, extinguindo a possibilidade de celebração de novos contratos de programa. A validade de tais contratos de concessão depende, entre outras exigências legais (artigo 11, Lei nº 11.445/2007), da comprovação, mediante estudo da viabilidade técnica, econômica e financeira, da prestação de serviços e da existência de metas e cronograma de universalização do saneamento básico. A legislação conferiu especial importância a essas metas pois representam cláusula obrigatória e configuram condição de validade, de maneira que, mesmo nos contratos firmados anteriormente ao Novo Marco Legal, que ainda se encontram em vigor, deverão estas ser inseridas de forma a que sejam buscadas alternativas a fim de atingir as metas de universalização. Cumpre destacar que a prestação regionalizada do serviço de saneamento nas Microrregiões é de interesse comum, sendo o Estado o titular da região em conjunto com os municípios, conforme o art. 3º, inciso XIV c/c o art. 8º, inciso II, da Lei Federal nº 11.445/2007, atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020, cuja redação deste último é a seguinte: “Art. 8º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico: (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020). I - os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020). II - o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum”.

Neste sentido, prevê a Lei Complementar Estadual nº 168/2021 (Lei das Microrregiões) o seguinte: “Art. 3º São funções públicas de interesse comum das Microrregiões de Água e Esgoto o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação, direta ou contratada, dos serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais urbanas. “Art. 7º São atribuições do Colegiado Microrregional: I - instituir diretrizes sobre o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum, a ser observadas pelas Administrações Direta e Indireta da própria autarquia microrregional ou de entes da Federação integrantes da Microrregião ou com ela conveniados; III - especificar os serviços públicos de interesse comum, bem como, quando for o caso, as correspondentes etapas ou fases e seus respectivos responsáveis, inclusive quanto à unificação de sua prestação; (...)XI - autorizar a prestação direta dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, em razão desta integrar a administração indireta de um dos entes da entidade microrregional”.

Em linhas gerais, como o Estado é titular da região em conjunto com os municípios e a CAGEPA integra a administração indireta do Estado da Paraíba, tal deliberação está em consonância com o art. 8º, inciso II da Lei Federal nº 11.445/2007, atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020”.

Ressalta-se, ainda, que o Novo Marco Regulatório do Saneamento estabelece uma série de incentivos à prestação regionalizada dos municípios que estiverem inseridos neste processo, excluindo os municípios isolados (ou não regionalizados) do acesso aos recursos públicos da União ou dos financiamentos por eles geridos, a exemplo do FGTS, conforme transcrição do art. 50, inciso VII, da Lei Federal nº 11.445/2007 atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020, abaixo posta.

“Art. 50. A alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União serão feitos em conformidade com as diretrizes e objetivos estabelecidos nos arts. 48 e 49 desta Lei e com os planos de saneamento básico e condicionados:

(...)VII - à estruturação de prestação regionalizada; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)”.

Ademais, o Decreto Federal nº 10.588/2020 dispõe sobre o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026/2020, sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445/2007, prevendo que:

“Art. 2º A prestação regionalizada de serviços de saneamento visa à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços, com uniformização do planejamento, da regulação e da fiscalização.

§ 1º Para fins de alocação de recursos públicos federais e de financiamentos com recursos da União, ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União, será considerada cumprida a exigência de prestação regionalizada:

I - na hipótese de região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, com a aprovação da lei complementar correspondente;

II - na hipótese de unidade regional de saneamento básico, com a declaração formal, firmada pelo Prefeito, de adesão aos termos de governança estabelecidos na lei ordinária; ou

III - na hipótese de bloco de referência, com a assinatura de convênio de cooperação ou com a aprovação de consórcio público pelo ente federativo.”

No que tange à regionalização, o novo marco legal do saneamento, aprovado em 2020, a prevê como um dos pilares para o desenvolvimento do setor de saneamento básico no Brasil. Essa medida é importante porque permite uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos e dos serviços de saneamento, garantindo a oferta de água e esgoto de qualidade para toda a população.

A regionalização consiste em agrupar municípios em regiões de acordo com características comuns, como recursos hídricos, infraestrutura, capacidade de investimento e demanda por serviços de saneamento. Ademais, podemos citar como critérios estabelecidos para a formação das Microrregiões, os seguintes: i) Obediência aos limites municipais; ii) Sistemas Integrados para Redução de Custos; iii) Minimização da taxa de reajuste tarifário para alcançar a regionalização; iv) Redundâncias de Sistemas para enfrentamento das estiagens; v) Consideração de Projetos existentes e Ações Futuras como Ativos Potenciais; vi) Respeito aos limites das Bacias Hidrográficas para melhorar o planejamento do uso da água; vii) Respeito às áreas de abrangência das Adutoras por facilidade operacional; viii) Uso do Projeto de Integração do São Francisco - PISF como elemento integrador de políticas públicas; e ix) Política Pública de Saúde.

Essa estratégia é importante porque possibilita a criação de uma gestão compartilhada entre os municípios da região, que passam a trabalhar em conjunto para garantir a universalização dos serviços de água e esgoto, tendo como premissas: i) Atendimento às metas do Marco Legal de cobertura de água e esgoto; ii) Preservação da infraestrutura atual dos sistemas, diminuindo a necessidade de investimento; iii) Garantia da segurança hídrica; iv) Ampliação da integração dos sistemas de acordo com o planejamento interno ajustado ao externo via SEIRH e ANA; v) Alinhamento de reajustes para manutenção da tarifa módica e equilibrada;

vi) Alinhamento com políticas públicas do Estado; e viiii) Sustentabilidade financeira com modicidade tarifária.

Com a regionalização, é possível planejar e executar investimentos de forma mais integrada, evitando a duplicidade de esforços e garantindo a aplicação dos recursos de forma mais eficiente. Além disso, a regionalização pode facilitar o acesso a recursos financeiros e tecnológicos, já que as regiões podem se unir para pleitear financiamentos e firmar parcerias com empresas especializadas. Outro benefício da regionalização é a criação de uma estrutura de governança mais robusta, que permite uma gestão mais transparente e participativa. Com a participação dos municípios da região na tomada de decisões, é possível promover uma gestão mais democrática e eficiente dos serviços de saneamento, atendendo às demandas e necessidades da população.

Em resumo, a regionalização é uma medida essencial para o sucesso do novo marco legal do saneamento, pois permite uma gestão mais integrada e eficiente dos serviços de saneamento básico. Com essa estratégia, é possível garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e para o desenvolvimento sustentável do país.

Considerando a necessidade de adequar a legislação estadual às inovações trazidas à matéria de abastecimento e saneamento pela legislação federal, o Governo do Estado publicou o Decreto Estadual nº 41.210, de 29 de abril de 2021, que instituiu comissão composta por: I – representante da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos - SEIRH, que coordenou a Comissão de Adequação; II - representantes, titulares e suplentes, de cada um dos seguintes órgãos e entidades: a) Agência de Regulação do Estado da Paraíba - ARPB; b) Federação das Associações de Municípios da Paraíba - FAMUP; c) Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba - PGE; d) Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG; e) Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA; f) Projeto Cooperar – Saneamento Rural (Paraíba Rural Sustentável), para adequação do marco regulatório do saneamento básico do Estado da Paraíba, e dá outras providências.

Com o apoio da referida comissão, em 22 de junho de 2021, foi publicada a Lei Complementar nº168, sendo instituídas as Microrregiões do Alto Piranhas, do Espinharas, da Borborema e do Litoral e suas respectivas estruturas de governança, após o competente estudo de regionalização. Em seguida, foram publicados os decretos dos regimentos internos provisórios das referidas Microrregiões. O disposto nesta Lei Complementar aplica-se ao Estado da Paraíba, aos Municípios que integram as Microrregiões e às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado que com elas se relacionam, no que concerne às funções públicas de interesse comum. Ficam as Microrregiões autorizadas a celebrar convênio de cooperação de forma a que a estrutura de regionalização possa beneficiar também os Municípios localizados em Estados limítrofes, os quais terão prerrogativa de participação, voto e outros direitos e deveres equivalentes aos dos Municípios paraibanos que integram a Microrregião. Para sua eficácia, o convênio de cooperação entre entes federados, além da própria Microrregião, deve ser subscrito tanto pelos Municípios beneficiados, como pelo Estado em cujo território se situe.

Insta informar que, com vistas a atender o disposto no Decreto Federal nº 10.710/2021, a Companhia aditivou 48 (quarenta e oito) contratos de concessão e de programa regulares e vigentes que possui com municípios operados, que tiveram os seus termos aditivos (de atualização) aprovados por unanimidade pelos respectivos colegiados microrregionais. Após, houve a autorização do Conselho de Administração da Companhia, e em atendimento ao art. 11, inciso I, do Decreto 10.710/2021, a CAGEPA encaminhou a referida documentação para análise da Agência Reguladora do Estado da Paraíba (ARPB), bem como os EVTE’s (estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira) atinentes a tais prestações de serviço, o que foi realizado em 30 de dezembro de 2021. Ato contínuo, em 29 de março 2022, houve a aprovação pela ARPB da capacidade econômico-financeira da Companhia, tornando os supramencionados contratos, vigentes e regulares.

Quanto aos demais municípios, em atendimento ao art. 7º, XI, da Lei Complementar Estadual nº 168/2021, que regulamenta o art. 8º, inciso II da Lei federal nº 11.445/2007, o Estado da Paraíba, através da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos - SEIRH, vem tomando todas as providências voltadas à implementação do modelo de descentralização administrativa.

Após mais de 02 (dois) anos de sua publicação, o novo marco legal do saneamento ainda é objeto de debates e discussões, tanto na esfera jurídica quanto na operacional, atravessando, o que parece ser, um período de amadurecimento e adequação do mercado, das empresas e da sociedade como um todo, às novas regras postas pelo poder legislativo. Todavia, é de bom alvitre ressaltar que a modelagem implementada pela Paraíba, qual seja a prestação direta no âmbito das Microrregiões, em que pese ser pioneira, é plenamente legal, uma vez que é baseada no art. 8º, inciso II c/c art. 10 da Lei nº 11.445/2007 atualizada pela Lei nº 14.026/2020, o que ocasiona a devida segurança jurídica para a continuidade de sua prestação.

b) Enquadramento da Companhia na prestação dos serviços públicos de saneamento básico

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia opera serviços de abastecimento de água em 202 (duzentos e dois) municípios e 24 (vinte e quatro) distritos e povoados e serviços de esgotamento sanitário em 21 (vinte e um) municípios. Do total de municípios atendidos em 31 de dezembro de 2023, 48 municípios possuem contratos vigentes e tiveram os seus instrumentos contratuais aditivados para atender ao novo marco regulatório, mais especificamente ao Decreto Federal nº 10.710/2021, apresentando a inclusão das metas de universalização (99% de abastecimento de água e 90% de esgotamento sanitário) e os seus estudos de viabilidade da capacidade econômico-financeira.

Quanto à regularização da prestação de serviço nos municípios que não possuem contratos de Concessão/Programa vigentes, em atendimento à Lei Complementar Estadual nº 168/2021, a Companhia salienta que o Estado da Paraíba, através da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos (SEIRH), e com a anuência dos municípios, está tomando todas as providências voltadas à implementação do modelo de descentralização administrativa técnica, em cumprimento a referida legislação. Neste interim, em 24 de agosto de 2022 foi realizada a 3ª Assembleia Extraordinária da Microrregião do Litoral de forma virtual e transmitida pelo canal do YouTube da Secretaria do Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos – SEIRH.

Na referida Assembleia o Colegiado Microrregional autorizou a prestação direta a ser exercida pela CAGEPA, em razão desta integrar a administração indireta do Estado, que é um dos entes integrantes da Microrregião do Litoral, bem como aprovou a minuta do regulamento da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2055, em conformidade com os estudos de viabilidade econômico-financeira realizados com o objetivo de atingimento das metas de universalização dos serviços e de amortização dos investimentos. O regulamento de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário foi devidamente assinado no dia 29 de agosto

de 2022 pelo representante legal da Microrregião do Litoral, Secretário de Estado Deusdete Queiroga e pelo Presidente da CAGEPA, Marcus Vinícius Fernandes Neves.

Com esta regulamentação e de acordo com a deliberação do Colegiado Microrregional do Alto Piranhas, Espinharas e Litoral, ficarão 123 (cento e vinte e três) Municípios com prestação direta de serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento sanitário, restando 22 Municípios não operados pela Companhia.

É de bom alvitre ressaltar que 78 (setenta e oito) municípios possuem prestação de serviço regularizada, sendo 48 (quarenta e oito) mediante contratos de concessão/programa e 30 (trinta) através de Prestação Direta no âmbito do interesse comum na Microrregião do Litoral, representando aproximadamente, 80% (oitenta por cento) da arrecadação da CAGEPA. Desta feita, os 20% (vinte por cento) remanescentes da arrecadação correspondem aos 123 (cento e vinte e três) municípios que estão em fase de regularização nas Microrregiões, conforme já mencionado alhures.

Em relação às demais Microrregiões, Alto Piranhas, Espinharas e Borborema, é esperado que até o final do primeiro semestre de 2024, sejam realizadas as competentes assembleias deliberativas acerca da prestação direta dos serviços, regularizando, desta forma, todas as prestações precárias nos municípios envolvidos.

Cumpre mencionar que, em setembro de 2023, foi assinada a ordem inicial de serviço do contrato com a empresa vencedora da licitação, COBRAPE, responsável pela elaboração dos Planos Regionais das 04 (quatro) microrregiões.

Com a edição da Medida Provisória nº 1.154/2023, de 01 de janeiro de 2023, em seu art. 20 fixou como áreas de competência do Ministério das Cidades, dentre outras, a execução de atividades na área de saneamento. Em conjunto, o art. 1º do Anexo I e o art. 22, XVII, ambos do Decreto nº 11.333/2023, de 01 de janeiro de 2023, em vigor nesta data, estabeleceram que cabe à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, pertencente à estrutura organizacional do Ministério das Cidades, instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico e acompanhar o seu processo de implementação, dentre outras atribuições.

Em 05 de abril de 2023, foram publicados os Decretos Federais nº 11.466/2023 e 11.467/2023, que proporcionaram as revogações dos Decretos Federais nº 10.588/2020, 10.710/2021 e 11.030/2022, bem como as seguintes alterações:

1. Comprovação da capacidade econômica e financeira:

Facilita e estende prazos para que as companhias estaduais possam comprovar a capacidade econômica e financeira para cumprir as metas de universalização até 2033. Define que a regularização da prestação dos serviços deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2025, junto ao titular ou à estrutura de prestação regionalizada. Estende obrigações, antes restritas ao prestador público, para os prestadores com contrato de concessão. Reconhece, para comprovação da capacidade econômico-financeira, todas as relações contratuais, mesmo que precárias.

2. Contratos precários/irregulares, etc

Elimina todas as formulações que tratavam como irregulares as prestações de serviços sem instrumento contratual. Passa a referir-se a “contratos em vigor”.

3. Papel da ANA/Normas de regulação

Restabelece o papel da ANA enquanto órgão técnico que deve atuar respeitando as diretrizes da política federal de saneamento básico, inclusive aquelas estabelecidas pelo Ministério das Cidades e respeitando as agências reguladoras dos Estados e Municípios, garantindo prazo de adaptação.

4. Prestação Direta

Consolida a possibilidade de prestação regionalizada de serviços de saneamento, por entidade que integre a administração do próprio Município ou do Estado como co-titular autorizada pela entidade de governança interfederativa, a exemplo da Microrregião. Tal prestação será disciplinada através de instrumento/termo de prestação, conforme art. 6º, §17 do Decreto Federal nº 11.467/2023. Um exemplo concreto é o da Paraíba em que a entidade de governança autorizou a CAGEPA, a prestar os serviços, conforme entendimento da Lei nº 14.026 de 2020.

5. Outorga Onerosa

Busca incentivar que o critério de seleção para as licitações seja a modicidade tarifária e a antecipação da universalização do serviço público de saneamento. Hoje o critério que tem sido utilizado é o de maior outorga a exemplo do que aconteceu no Amapá, Rio de Janeiro e Alagoas.

6. Regionalização

Estende até 31 de dezembro de 2025 a estruturação da prestação regionalizada; à adesão pelos titulares dos serviços públicos de saneamento básico à estrutura de governança correspondente e a constituição da entidade de governança federativa. Este prazo já havia se esgotado.

7. Retirada do limite de 25% para as PPPs

O texto diferencia a subdelegação de parceria público-privada, de forma a manter o limite de vinte e cinco por cento do objeto contratado para subdelegações, e exclui as PPPs deste limite.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de Preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas integralmente em conformidade com a legislação societária brasileira, com as Leis 6.404/76, Lei 11.941/2009, guardando observância das práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e demais legislações correlatas.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando apresentado de outra forma.

2.3. Uso de Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, depreciação, amortização, provisão para riscos de créditos, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas periodicamente.

2.4. Base de Mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, pelo custo atribuído (Deemed cost), adotado para mensuração de alguns itens classificados no Ativo não Circulante (imobilizado), no exercício de 2020, como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado em Notas Explicativas de práticas contábeis.

2.5. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, foram autorizadas para emissão pela Administração em 19 de Fevereiro de 2024.

3. Principais Práticas Contábeis

3.1. Contratos de Concessões

Tendo em vista que a CAGEPA possui, ao final do período da concessão, o direito incondicional de receber uma indenização por parte do poder concedente (Municípios), referente aos investimentos realizados que poderão não ser mais recuperados via tarifa, caso ocorra o término do contrato de Concessão ou o seu cancelamento, foi calculado e contabilizado o montante dos Ativos Financeiros, referente aos valores indenizáveis de investimentos realizados pela Companhia.

No que se refere aos ativos intangíveis que foram reconhecidos, ressalta-se que a amortização desses reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil econômica do ativo subjacente, dos dois o menor.

No que se refere aos Ativos Financeiros, reconhecidos ao valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a atualização e ajuste a valor presente dos mesmos foi realizado, conforme preceitua o CPC 48.

Os ativos financeiros não são depreciados ou amortizados e serão baixados contra disponibilidades apenas quando houver a quebra de contrato ou então o término do mesmo, quando o direito à indenização calculado poderá ser exercido.

Vale salientar que parte dos intangíveis reconhecidos pela Companhia, relacionados às Microrregiões Borborema, Espinharas e Alto Piranhas, não estão amparados por contratos de concessão. O processo de formalização dos respectivos contratos se encontra em curso, conforme especificado na Nota Explicativa nº 1.2.a). Apesar de não existir a formalização do contrato de concessão/programa para as Microrregiões retrocitadas, a Companhia continua exercendo as suas atividades como se de fato existisse. Assim, aplicando-se o princípio da essência sobre a forma, e tendo em vista que a formalização da prestação direta de serviço com os municípios ocorrerá até o final do corrente ano, a CAGEPA reconhece as receitas e custos/despesas correntes, mantém a amortização dos ativos intangíveis e reconheceu o ativo financeiro relativamente a estas concessões.

3.2. Passivo Fiscal Diferido

A Resolução do CFC nº 1.189/09, que aprovou a NBC TG 32, cita que o passivo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis.

No exercício social de 2022, devido à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, em consonância com o CPC 37 (R1), foi efetuado o reconhecimento do custo atribuído para os bens da Companhia e, consequentemente, foi constituído um ajuste de avaliação patrimonial, correspondente à atualização dos valores dos bens em relação ao seu valor justo. Sobre o montante do custo atribuído, foi calculada a CSLL, originando um passivo fiscal diferido, em atendimento ao disposto no CPC 32.

A realização desse valor ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível.

No exercício anterior, enquanto não computada a realização dos bens que deram origem ao custo atribuído, em obediência ao regime de competência, o tributo diferido foi registrado em conta de passivo (longo e curto prazo) em contrapartida de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

A partir do primeiro trimestre do exercício de 2023, foram reconhecidas contabilmente a realização das parcelas do Custo Atribuído e do tributo diferido para a conta Lucros Acumulados, em decorrência do lançamento da Depreciação a ele referente. Também está sendo reconhecida a realização do Passivo Circulante -Tributo Diferido e posteriormente será realizada a transferência da Despesa de Depreciação não dedutível para Lucros acumulados por meio do encerramento do Exercício.

3.3. Contratos de arrendamento mercantil

A Companhia não possui contratos de arrendamento que se enquadrem no escopo previsto no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

3.4. Análise do Valor Recuperável de Ativos

A Companhia avalia nas datas de reporte anual se existe alguma evidência objetiva que determine se o valor do ativo, ou do grupo de ativos, não é recuperável. Um ativo, ou grupo de ativos, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado para o ativo, ou do grupo de ativos, que possa ser razoavelmente estimado.

Ao final do exercício de 2022 a Companhia passou por um processo de inventário e avaliação de todos os seus ativos operacionais e administrativos. Para o exercício findo em 2023, não foi verificado nenhuma modificação das premissas que foram utilizadas em 2022, não havendo, por esse motivo, qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através do valor de mercado e/ou da geração dos fluxos de caixa futuros.

3.5. Novas normas Contábeis ainda não aplicáveis

Na data de autorização das Demonstrações Contábeis, o CAGEPA não adotou as novas normas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- Alterações do IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.
- Alterações do IAS 1 / CPC 26 (R1) – Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante.
- Alterações do IAS 1 – Passivo Não Circulante com Covenants.
- Alterações do IAS 7 e à IFRS 7 – Acordos de Financiamento de Fornecedores.
- Alterações do IFRS 16 – Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”.

A CAGEPA não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as Demonstrações Contábeis em períodos futuros.

4. Análise dos principais fatores de riscos da Companhia

4.1. Riscos de Crédito (Operacional)

Mudanças Climáticas - Crise Hídrica:

Riscos – Os crescentes impactos das mudanças climáticas, manifestados sobretudo pela imprevisibilidade nos padrões de chuvas, resultando no agravamento das áreas sujeitas a estiagens mais intensas e na subsequente crise hídrica. Na Paraíba, quase 98% de seu território está situado no Polígono das Secas, destacando-se a predominância do clima semiárido em grande parte do estado, caracterizado por índices pluviométricos historicamente baixos. Essa realidade reforça a urgência de medidas estratégicas e sustentáveis para lidar com os desafios impostos pela escassez de água e fortalecer a resiliência frente às mudanças climáticas. A CAGEPA, entretanto, tem dedicado esforços incansáveis para enfrentar e mitigar as dificuldades impostas pelos períodos de estiagem. Através de uma abordagem pautada pela prontidão, eficiência, planejamento e execução de ações, a Companhia tem alcançado progressos significativos em termos operacionais e de gestão. Tais avanços são evidenciados por uma série de medidas estratégicas de curto, médio e longo prazos. Ações - A CAGEPA desempenha um papel fundamental como executora do Projeto de Segurança Hídrica (PSH-PB), uma iniciativa do Governo do Estado da Paraíba que estabeleceu um contrato de empréstimo com o Banco Mundial, totalizando cerca de US\$ 127 milhões. Este projeto visa aprimorar a segurança hídrica por meio da gestão eficiente dos recursos hídricos, do aumento da oferta de água potável no semiárido paraibano e da otimização dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário na grande João Pessoa. Dentro desse escopo, a empresa já está executando a construção da grande adutora do Cariri, que terá a função de captar água do rio São Francisco e distribuí-la por toda a região do Cariri, abrangendo também os municípios de Taperoá e Junco do Seridó. Adicionalmente, retomou-se as obras da adutora do ramal Curimatáu, beneficiando os municípios do Curimatáu Paraibano em uma primeira etapa e, posteriormente, uma parte dos municípios da região do Brejo em uma segunda fase. O projeto prevê a construção de mais de 700 km de adutoras, cada uma com aproximadamente 350 km. Essas infraestruturas desempenharão um papel crucial na garantia da segurança hídrica, beneficiando as regiões mais afetadas pela escassez de água em nosso estado após sua conclusão. A ação integrada desses empreendimentos representa um compromisso sólido com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população paraibana.

4.2. Perdas:

Riscos - A Companhia monitora os riscos de uma eventual insuficiência de capital para os investimentos em eficiência operacional e redução de perdas, com impacto no fluxo de caixa e nos resultados. Ações - A Companhia vem trabalhando firmemente no combate às perdas, continuando em seu planejamento para 2023/2024 ações como a substituição do parque de hidrômetros, implantação de contratos de performance, aumento da fiscalização de águas cortadas, clandestinas e desviadas, atualização de cadastros e implantação das obras previstas no projeto de setorização da grande João Pessoa, através de recursos oriundos de financiamento contraído junto ao Banco Mundial. Além dessas ações planejadas, a Companhia está buscando a recuperação do cliente com água desligada, atuando na ampliação das ações de renegociação de dívidas, trazendo novamente esse cliente para a CAGEPA.

4.3. Regulação do Setor:

Riscos - Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.026/20, que atualizou o Marco Legal do Saneamento, o qual estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, criado pela Lei nº 11.445/07. Ações - A Companhia está trabalhando juntamente com o Governo do Estado (Acionista Controlador), com a agência reguladora local e em parceria com outras Concessionárias, o conjunto das melhores práticas a serem aplicadas e a consequente contabilização e divulgação nas suas demonstrações contábeis.

4.4. Inadimplência:

Riscos - Está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos decorrentes de dificuldades em cobrar os valores faturados vencidos, principalmente, junto aos clientes públicos (estaduais e municipais). Ações - Esse tipo de risco é diminuído em razão de procedimentos de monitoramento e cobranças específicas voltadas às contas a receber do segmento público, destacando-se a importância de manter-se o fornecimento dos produtos da Companhia a essas entidades, pelo seu caráter de essencialidade o que resulta em termos de acordo de pagamento firmado com esses clientes. Riscos - Os riscos relacionados à possibilidade de a Companhia computar perdas decorrentes da dificuldade de realização das aplicações financeiras de curto prazo foram considerados pequenos. Ações - A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros investindo em instituições financeiras bem conceituadas.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Política Contábil: Estão representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------|---------------|
| Depósitos Bancários | 6.006 | 2.082 |
| Aplicações Financeiras | 5.659 | 11.078 |
| Total de Caixa e Equivalentes de Caixa | 11.665 | 13.160 |

6. Contas a Receber de Clientes

Política Contábil: Estão apresentados pelos valores efetivamente faturados, decorrentes do serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. O saldo de Clientes é reconhecido pelo valor justo e deduzido das perdas estimadas para Créditos com liquidação duvidosa, que foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas nas realizações dos valores a receber. Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros a estimativa de perdas - foi constituída a provisão com base na construção de uma matriz de provisão dos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público, considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes. A referida matriz foi elaborada levando-se em consideração a estimativa de perdas de crédito esperadas, segmentadas por tipo de cliente (residencial, comercial, industrial e público), ponderado pela sua probabilidade de ocorrência. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa que foram contabilizadas são baixadas quando atingido o prazo prescricional (10 anos). Os critérios citados acima referem-se a PECLD Societária, mas a Companhia também calcula as perdas com base em critérios fiscais, conforme o art.9º da Lei 9.430/96. Tendo em vista que os valores calculados conforme a legislação fiscal foram maiores que aqueles devidos seguindo os critérios recomendados pela aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 48, não houve diferenças para serem registradas conforme o critério estabelecido pela Lei acima mencionada na escrituração fiscal. Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber, líquidas das perdas na realização de créditos:

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Faturamento de água e esgotamento sanitário | 839.505 | - | 774.070 | - |
| Parcelamentos de contas de usuários | 27.690 | 21.727 | 35.102 | 19.271 |
| Financiamentos e serviços | 5.853 | 4.284 | 5.904 | 4.918 |
| | 873.048 | 26.011 | 815.076 | 24.189 |
| Agentes arrecadadores | 9.752 | - | 6.679 | - |
| (-) Prov. para créditos de liquidação duvidosa | (377.757) | - | (348.928) | - |
| Total de Contas a Receber | 505.043 | 26.011 | 472.827 | 24.189 |

Composição dos Valores do Contas a Receber por Idade de Vencimento

| | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|----------------------------------|----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|----------------|
| | Residencial | Comercial | Industrial | Público Outros | Público Daesa* | Total |
| A vencer | 57.367 | 7.040 | 1.268 | 11.075 | 790 | 77.540 |
| Vencidas | | | | | | |
| Até 30 | 40.601 | 4.177 | 904 | 3.239 | 737 | 49.658 |
| De 31 a 60 dias | 17.232 | 2.147 | 247 | 3.071 | 735 | 23.432 |
| De 61 a 90 dias | 9.447 | 1.272 | 122 | 3.139 | 825 | 14.805 |
| De 91 a 180 dias | 19.006 | 2.746 | 218 | 7.097 | 1.919 | 30.986 |
| Mais de 180 dias | 301.640 | 83.445 | 5502 | 230.954 | 81.097 | 702.638 |
| Total Vencidas | 387.926 | 93.787 | 6.993 | 247.500 | 85.313 | 821.519 |
| Total de Contas a Receber | 445.293 | 100.827 | 8.261 | 258.575 | 86.103 | 899.059 |

| | 31/12/2022 | | | 31/12/2022 | | |
|----------------------------------|----------------|---------------|--------------|----------------|------------------|----------------|
| | Residencial | Comercial | Industrial | Público Outros | Público Daesa(*) | Total |
| A vencer | 55.560 | 9.386 | 1.176 | 15.231 | 523 | 81.876 |
| Vencidas | | | | | | |
| Até 30 | 37.032 | 3.891 | 647 | 2.009 | 568 | 44.147 |
| De 31 a 60 dias | 16.020 | 2.238 | 197 | 1.783 | 557 | 20.795 |
| De 61 a 90 dias | 9.430 | 1.429 | 137 | 1.739 | 472 | 13.207 |
| De 91 a 180 dias | 19.575 | 3.456 | 252 | 5.004 | 1.519 | 29.806 |
| Mais de 180 dias | 276.831 | 78.945 | 5.402 | 213.762 | 74.494 | 649.434 |
| Total Vencidas | 358.888 | 89.959 | 6.635 | 224.297 | 77.610 | 757.389 |
| Total de Contas a Receber | 414.448 | 99.345 | 7.811 | 239.528 | 78.133 | 839.265 |

(*) Trata-se do saldo credor junto ao Departamento de Água e Esgotos e Saneamento Ambiental de Sousa – DAESA, autarquia da Prefeitura Municipal de Sousa. Parte deste débito encontra-se sub judice nos Processos nº 0004921-45.2012.815.0371 (Período: março de 2006 a julho de 2012) e nº 0809464-72.2023.8.15.0371 (Período: novembro de 2013 a outubro de 2023). O Processo nº 0800634-88.2021.8.15.0371 foi extinto sem julgamento do mérito.

b) Agentes Arrecadadores

Os valores registrados na conta Agentes Arrecadadores referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e ainda não repassados à Companhia, em decorrência do float acordado nos contratos com estas instituições.

c) Movimentação da Provisão de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

| | 2023 | 2022 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Saldo Inicial do Exercício | (348.928) | (309.283) |
| Constituição | (38.287) | (45.780) |
| Reversão | 9.458 | 6.135 |
| | (28.829) | (39.645) |
| Saldo Final do Exercício | (377.757) | (348.928) |

7. Tributos a Recuperar

Política Contábil: Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) recebíveis de impostos que se esperam que sejam recuperados como restituição de autoridades fiscais ou como redução de futuras obrigações fiscais; (ii) diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas esperadas de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------------|--------------|---------------|
| Crédito de PIS Diferidos (i) | 1.178 | 1.063 |
| Crédito de COFINS Diferidos (i) | 6.199 | 5.672 |
| Crédito de IRPJ | - | 5.604 |
| Crédito de CSLL | - | 2.079 |
| IRPJ a Recuperar (ii) | 1.206 | 967 |
| IRPJ a Compensar (ii) | 624 | 6.667 |
| CSLL a Compensar | 60 | - |
| Outros Créditos | 487 | 834 |
| Tributos a Recuperar | 9.754 | 22.886 |

Os créditos de impostos e tributos a serem compensados, são os seguintes: (i) Correspondem aos créditos decorrentes da apuração das bases fiscais do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, com base no Art. 7º da Lei nº 9.718/1998, que autoriza a aplicação do regime de caixa para o recolhimento dos impostos sobre o lucro e sobre o faturamento, vide Nota 15.2. (ii) Refere-se ao IRPJ retido sobre faturas de clientes e sobre os rendimentos de aplicações financeiras; (iii) Representa o saldo remanescente do IRPJ pago indevidamente durante o exercício de 2022. Estes valores estão sendo utilizados para compensar outros tributos federais, conforme previsto na Instrução Normativa RFB nº2055/2021.

8. Estoques

Política contábil: Os estoques são formados principalmente por materiais de operação e manutenção das redes de água e esgoto, bem como de materiais de tratamento químico utilizados na prestação de serviço de coleta e distribuição de água e tratamento do esgoto sanitário, os quais são registrados por seus custos médios de aquisição. O custo dos estoques pode não ser recuperável se estes estiverem danificados, se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. A prática de reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso. A Companhia verifica a cada período de encerramento das Demonstrações Contábeis se existe a necessidade do reconhecimento de perdas pela não realização dos estoques.

| | 31/12/2023 | | | |
|-------------------------|------------------------|----------------------------|------------------|----------------------|
| Unidade | Operacional Circulante | Operacional Não Circulante | Obras Circulante | Obras Não Circulante |
| 0 - Sede Administrativa | 10.719 | 1.888 | 7.029 | - |
| 1 - Litoral | 13.197 | 239 | 567 | - |
| 2 - Borborema | 4.017 | 810 | 3.057 | - |
| 3 - Brejo | 697 | 18 | 131 | - |
| 4 - Espinharas | 1.113 | 174 | 357 | - |
| 5 - Rio do Peixe | 518 | 55 | 778 | - |
| 6 - Alto Piranhas | 792 | 55 | 172 | - |
| Material em trânsito | 2 | - | - | - |
| Saldo | 31.055 | 3.239 | 12.091 | 46.385 |

| | 31/12/2022 | | | |
|-------------------------|------------------------|----------------------------|------------------|----------------------|
| Unidade | Operacional Circulante | Operacional Não Circulante | Obras Circulante | Obras Não Circulante |
| 0 - Sede Administrativa | 15.745 | 1.071 | 7.218 | - |
| 1 - Litoral | 9.720 | 133 | 341 | - |
| 2 - Borborema | 1.110 | 856 | 1.563 | - |
| 3 - Brejo | 590 | 9 | - | - |
| 4 - Espinharas | 1.058 | 76 | 524 | - |
| 5 - Rio do Peixe | 790 | 122 | 40 | - |
| 6 - Alto Piranhas | 898 | 35 | - | - |
| Material em trânsito | 138 | - | - | - |
| Saldo | 30.049 | 2.302 | 9.686 | 42.037 |

9. Despesas Antecipadas

Política contábil: As despesas antecipadas refletem aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do Balanço Patrimonial. São aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes. As despesas do exercício seguinte serão apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência, conforme demonstrativo abaixo:

| | 31/12/2023 | | |
|---|--------------|----------------|---------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total |
| Fundo Municipal de Saneamento - Prefeitura Municipal de João Pessoa | 2.106 | 65.149 | 67.255 |
| Prêmio de Seguros | 89 | - | 89 |
| Total de Despesas Antecipadas | 2.195 | 65.149 | 67.344 |

Em cumprimento à Lei Complementar Estadual nº 168/2021, o Colegiado Microrregional autorizou, conforme deliberado na 3ª Assembléia da Microrregião do Litoral, a prestação direta, pela CAGEPA, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Microrregião do Litoral. O Regulamento da referida prestação de serviços públicos foi aprovado, em 29 de agosto de 2022, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2055, em conformidade com os Estudos de Viabilidade Econômico financeira, realizados com o objetivo de alcançar as metas de universalização desses serviços públicos e de amortização dos investimentos. Em virtude da formalização da prestação direta de serviços de saneamento básico ao Município de João Pessoa, a Diretoria Executiva da CAGEPA, através da RE DIR 296/2022, atendendo ao requerimento da Prefeitura Municipal de João Pessoa, aprovou e efetuou o pagamento antecipado em 16 de março de 2023, do montante de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões), correspondente à parte dos valores mensais estimados, conforme Estudos de Viabilidade Econômico-financeira, a serem recolhidos ao Fundo Municipal de Saneamento do Município de João Pessoa. Esta antecipação foi realizada em conformidade com a previsão do art. 29, §3º, Incisos I a IV, do Regulamento da Microrregião do Litoral. Com a autorização da prestação direta do serviços de saneamento básico pela CAGEPA à Microrregião do Litoral, em razão da Companhia integrar a Administração Indireta de um dos entes da Microrregião, o Estado da Paraíba, conforme previsão contida na legislação anteriormente mencionada e art.10 da Lei nº 14.026/2020, em conformidade com o Decreto Estadual nº 41.983/2021, que dispõe sobre o Regimento Interno provisório da Microrregião das Espinharas, aplica-se in casu, por analogia a possibilidade de pagamento do Fundo de Saneamento Básico ao município de Patos, operado pela Empresa, que atende aos requisitos constantes no art.29, §3º, incisos I a IV. A Diretoria Executiva da CAGEPA, através da RE DIR 073/2023, atendendo ao requerimento da Prefeitura Municipal de Patos, aprovou e efetuou o pagamento antecipado em 29 de junho de 2023, do montante de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais)), correspondente à parte dos valores mensais estimados, conforme Estudos de Viabilidade Econômico-financeira, a serem recolhidos ao Fundo Municipal de Saneamento do Município de Patos. Os valores contabilizados em Despesas Antecipadas, serão apropriados, ao resultado do exercício, mensalmente e de forma linear, durante o período de vigência do referido contrato de prestação de serviço.

10. Ativo Financeiro da Concessão

Política contábil: Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou equivalente de caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão, referente aos créditos a receber do Poder Concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. Conforme disposto no ICPC 01 (R1), o concessionário deve reconhecer um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa (ou outro ativo financeiro) do concedente pelos serviços de construção ou melhoramento do ativo e o poder concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Os Ativos Financeiros de concessão da CAGEPA representam a parcela do valor total dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo contratual da concessão e que, consequentemente, deverá ser indenizado pelo Poder Concedente quando do término do contrato, caso este não seja renovado. Os valores contabilizados como Ativos Financeiros de Concessão são atualizados a valor presente por meio da aplicação da taxa Selic.

Na tabela a seguir, evidencia-se a composição dos valores do ativo financeiro, segmentados por Microrregião:

| | 31/12/2022 | | |
|--------------------|-----------------------------|-----------------|------------------------|
| | Composição Ativo Financeiro | | |
| | Valor Contábil Líquido | Custo Atribuído | Total Ativo Financeiro |
| M.R. Litoral | 15.825 | 97.858 | 113.683 |
| M.R. Alto Piranhas | 4.521 | 32.822 | 37.343 |
| M.R. Borborema | 14.090 | 76.718 | 90.808 |
| M.R. Espinharas | 4.902 | 30.144 | 35.046 |
| Total | 39.338 | 237.542 | 276.880 |

Abaixo verifica-se a aplicação da Taxa Selic para a atualização dos Ativos Financeiros da Concessão:

| | 31/12/2023 | | |
|--------------------|-----------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| | Composição Ativo Financeiro | | |
| | Total do Ativo Financeiro | Receita Financeira Acumulada | Total do Ativo Financeiro Atualizado |
| M.R. Litoral | 113.683 | 14.811 | 128.494 |
| M.R. Alto Piranhas | 37.343 | 4.865 | 42.208 |
| M.R. Borborema | 90.808 | 11.831 | 102.639 |
| M.R. Espinharas | 35.046 | 4.566 | 39.612 |
| Total | 276.880 | 36.073 | 312.953 |

11. Imobilizado

Política contábil:
Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam por serem bens de uso geral, edificações da Companhia e redes adutoras que atendem a mais de um município, não sendo considerado vinculada a nenhuma concessão.
O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Inclui-se no custo histórico os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação.
Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios de vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que possam ser mensurados com segurança e a vida útil for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas líquidas” na demonstração do resultado.

a) Depreciação
As taxas de depreciação e as respectivas vidas úteis dos bens do ativo imobilizado que foram utilizadas, conforme estabelecido em Laudo de Avaliação, são as seguintes:

| Descrição | Taxa anual | Vida útil |
|-------------------------------|---------------|--------------|
| Edificações | 1,43% a 5% | 20 a 70 anos |
| Benfeitorias | 1,67% a 6,67% | 15 a 60 anos |
| Máquinas e Equipamentos Geral | 4% a 10% | 10 a 25 anos |
| Equipamentos de Energia | 4% | 25 anos |
| Máquinas de Oficina | 4% a 5% | 20 a 25 anos |
| Equipamentos de laboratório | 10% | 10 anos |

b) Bens Oferecidos em Garantia

A Companhia não possui bens de seu ativo imobilizado oferecidos em garantia.

11.1. Posição do Ativo Imobilizado

| 31/12/2023 | | | | |
|-----------------------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------|----------------------------|
| | Valor Contábil de Custo | Depreciação Acumulada (VCL) | Custo Atribuído | Depreciação Acumulada - CA |
| Imobilizado em Operação | | | | |
| Sistema de abastecimento d'água | 945.362 | (40.130) | 869.356 | (40.342) |
| Sistemas de esgotos sanitários | 1.137 | (85) | - | - |
| Bens de uso geral | 23.510 | (1.317) | 120.510 | (7.023) |
| | 970.009 | (41.532) | 989.866 | (47.365) |
| Imobilizado em Andamento | | | | |
| Sistema de abastecimento d'água | 426.866 | - | - | - |
| Sistema de esgoto sanitário | 82.655 | - | - | - |
| Bens de uso geral | 1.791 | - | - | - |
| Total do Ativo Imobilizado | 511.312 | - | - | - |
| | 1.481.321 | (41.532) | 989.866 | (47.365) |

| 31/12/2022 | | | | |
|-----------------------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------|----------------------------|
| | Valor Contábil de Custo | Depreciação Acumulada (VCL) | Custo Atribuído | Depreciação Acumulada - CA |
| Imobilizado em Operação | | | | |
| Sistema de abastecimento d'água | 924.977 | - | 869.401 | - |
| Sistemas de esgotos sanitários | 831 | - | - | - |
| Bens de uso geral | 22.643 | - | 121.278 | - |
| | 948.451 | - | 990.679 | - |
| Imobilizado em Andamento | | | | |
| Sistema de abastecimento d'água | 200.630 | - | - | - |
| Sistema de esgoto sanitário | 66.653 | - | - | - |
| Bens de uso geral | 1.120 | - | - | - |
| Total do Ativo Imobilizado | 268.403 | - | - | - |
| | 1.216.854 | - | 990.679 | - |

11.2 Movimentação do Imobilizado

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|------------------|------------------|
| Saldo Inicial do Exercício | 2.207.533 | 1.056.744 |
| Aquisições (i) | 264.467 | 889.952 |
| Transferência de bens para o Intangível | - | (575.289) |
| Custo atribuído | (813) | 990.679 |
| Ajuste de Convergência (Nota 18.3) | - | (123.831) |
| Depreciação - Constituição e reversão | (88.897) | (30.722) |
| Saldo Final do Exercício | 2.382.290 | 2.207.533 |

12. Intangível

12.1. Intangível da Concessão

Política contábil:
Contratos de concessão de serviços: O modelo de concessão celebrado entre a CAGEPA e os municípios do Estado da Paraíba estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos. De acordo com o ICPC 01 (R1), nesta modalidade de concessão, os ativos relativos à operação da concessão, sejam eles preexistentes ou posteriormente construídos, são contabilizados como intangíveis, os quais são mensurados pelo seu valor justo no momento inicial, sendo posteriormente mensurado pelo custo amortizado, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).

A amortização dos Intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor.
A amortização do Intangível inicia-se no momento em que o ativo estiver no local e com total condição de uso e cessa no momento em que estiver totalmente consumido ou no momento da baixa, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa da prestação do serviço da Concessão.

12.2. Demais Intangíveis

Política contábil:
Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando este está disponível para o uso.
A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou prazo remanescente de contrato de concessão, a partir da data em que os intangíveis estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.3. Composição do Intangível

| 31/12/2023 | | | |
|--|------------------|-----------------------|------------------|
| | Custo Corrigido | Amortização Acumulada | Saldo Contábil |
| Intangível de Concessão | | | |
| Contrato de Concessão de Serviços - Campina Grande (i) | 45.000 | (4.194) | 40.806 |
| Sistema de abastecimento d'água - Concessão | 2.249.680 | (100.920) | 2.148.760 |
| Sistemas de esgotos sanitários - Concessão | 912.093 | (36.885) | 875.208 |
| | 3.206.773 | (141.999) | 3.064.774 |
| Demais Intangíveis | | | |
| Software | 1.740 | (1.506) | 234 |
| | 1.740 | (1.506) | 234 |
| Total do Intangível | 3.208.513 | (143.505) | 3.065.008 |

| 31/12/2022 | | | |
|--|------------------|-----------------------|------------------|
| | Custo Corrigido | Amortização Acumulada | Saldo Contábil |
| Intangível de Concessão | | | |
| Contrato de Concessão de Serviços - Campina Grande (i) | 45.000 | (3.256) | 41.744 |
| Sistema de abastecimento d'água - Concessão | 2.249.632 | - | 2.249.632 |
| Sistemas de esgotos sanitários - Concessão | 912.061 | - | 912.061 |
| | 3.206.693 | (3.256) | 3.203.437 |
| Demais Intangíveis | | | |
| Software | 1.691 | (1.417) | 274 |
| | 1.691 | (1.417) | 274 |
| Total do Intangível | 3.208.384 | (4.673) | 3.203.711 |

(i) Contrato de concessão de serviços: O modelo de concessão celebrado pela CAGEPA e o município de Campina Grande, em 19 de junho de 2020, estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida pelo prazo de 35 anos e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos.

a) Movimentação do Intangível

| | 2023 | 2022 |
|---|------------------|------------------|
| Saldo Inicial do Período | 3.203.711 | 43.370 |
| Transferência oriunda do processo de convergência | - | 3.161.693 |
| Aquisições | 129 | 72 |
| Amortização | (138.832) | (1.424) |
| Saldo Final do Exercício | 3.065.008 | 3.203.711 |

13. Empréstimos

Política Contábil:
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.
Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

| 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|-----------------------------|---------------|----------------|---------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante |
| Banco Sofisa (i) | 2.037 | 7.071 | - |
| Banco Sofisa (ii) | 3.583 | - | 8.616 |
| Banco Santander (ii) | 11.749 | 48.750 | - |
| Contas Garantia (iii) | 2.847 | - | 2.719 |
| Total de Empréstimos | 20.216 | 55.821 | 11.335 |

(i) Contratação de Empréstimo junto ao Banco Sofisa, sob cédula de Crédito Bancário nº PMT31839-1, com encargos pós-fixados, pagamento em 48 parcelas, e vencimento final para 30/09/2027, tendo como garantia Cessão fiduciária de Direito de Crédito.
(ii) Empréstimo junto ao Banco Sofisa, sob cédula de Crédito Bancário nº 05076-9. Incidindo encargos financeiros em função de Cédula de Crédito Bancário, prefixado com prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, com vencimento final em maio de 2024.
(iii) Contratação de Empréstimo junto ao Banco Santander, sob cédula de Crédito Bancário Capital de Giro nº 000270010223, com prazo de amortização de 60 meses, sendo o vencimento final para 10 de março de 2028. Carência de 12 meses com amortização de juros pós fixados, e a partir do 13º mês até o 60º mês será realizada a amortização do principal mais juros.

Saldo devedor dos empréstimos (não circulante) por ano de vencimento

| Vencimentos | 31/12/2023 | Vencimentos | 31/12/2022 |
|-------------------------------|---------------|-------------------------------|--------------|
| Dezembro/2024 a Dezembro/2025 | 16.928 | Dezembro/2023 a Dezembro/2024 | 3.571 |
| Dezembro/2025 a Dezembro/2027 | 38.893 | Dezembro/2023 a Dezembro/2025 | - |
| Total do Saldo Devedor | 55.821 | Total do Saldo Devedor | 3.571 |

a) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

| 31/12/2022 | | Captação | Juros Incorridos | Principal Pago | Juros Pagos | 31/12/2023 |
|-----------------|---------------|----------------|------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Banco Sofisa 1 | - | 9.000 | 352 | - | (244) | 9.108 |
| Banco Sofisa 2 | 12.187 | - | 897 | (6.429) | (3.073) | 3.582 |
| Banco Santander | - | 60.000 | 8.031 | 0 | (7.532) | 60.499 |
| Conta Garantia | 2.719 | 43.476 | - | (43.347) | - | 2.848 |
| Total | 14.906 | 112.476 | 9.280 | (49.776) | (10.849) | 76.037 |

| 31/12/2021 | | Captação | Juros Incorridos | Principal Pago | Juros Pagos | 31/12/2022 |
|----------------|---------------|---------------|------------------|-----------------|----------------|---------------|
| Banco Sofisa 2 | 20.785 | - | 1.869 | (8.572) | (1.895) | 12.187 |
| Conta Garantia | 2.244 | 33.422 | - | (32.947) | - | 2.719 |
| Total | 23.029 | 33.422 | 1.869 | (41.519) | (1.895) | 14.906 |

14. Fornecedores e Empreiteiros

Política Contábil:
Os saldos com fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os referidos valores são classificados no grupo dos passivos exigíveis a longo prazo.
A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, cujos prazos médios de pagamentos são de 30 dias. Segue descrição abaixo:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|---------------|---------------|
| Fornecedores de Materiais (i) | 5.533 | 8.974 |
| Prestadores de Serviço (ii) | 15.002 | 11.732 |
| Empreiteiros de Obras (iii) | 10.022 | 8.480 |
| Fornecedores de Energia Elétrica | 6.148 | 8.976 |
| AESA (iv) | 4.019 | 4.500 |
| Outros fornecedores com saldos abaixo de R\$ 2.500 | 1.294 | 669 |
| Total | 41.838 | 43.331 |

(i) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e tratamentos.
(ii) Corresponde, principalmente, à prestação de serviço com Plano de Saúde, Ticket de Alimentação, e outros serviços de segurança, leitura, hidrometração, corte e religação.
(iii) Corresponde à prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia.
(iv) Corresponde a dois parcelamentos junto à Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, referentes a valores devidos pelo uso de água bruta de domínio do Estado da Paraíba, em conformidade com a Lei nº 6.308/96 e Decreto nº 33.613/12.

15. Impostos, Taxas e Contribuições

Política contábil:
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.
A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.
Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor dos tributos diferidos que podem ser reconhecidos com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais que sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

15.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

A Companhia possui Imunidade Tributária Recíproca (Processo nº 0810749-41.2019.4.05.8200, transitado em julgado no TRF) sobre os impostos de competência da União, com especial atenção para o IRPJ, IRRF e IOF.
A Imunidade Tributária acima descrita não contempla a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Esta despesa compreende os tributos correntes e diferidos, ambos reconhecidos no resultado.

15.2. Impostos, Taxas e Contribuições Diferidos

A Companhia contabiliza as receitas auferidas com o Setor Público obedecendo ao regime de competência. Por sua vez, nas suas bases fiscais do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, utiliza-se do dispositivo legal, Art. 7º da Lei nº 9.718/1998, que autoriza a aplicação do regime de caixa para o recolhimento dos impostos sobre o lucro e sobre o faturamento. A Companhia não vem usufruindo da opção prevista nessa Legislação para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, em função da ausência de relatórios do Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Sanamento – GSAN emitidos e administrados pela sua Diretoria Comercial, que possibilita o controle do diferimento destes tributos de forma proporcional com a arrecadação.

15.3. Composição dos Impostos, Taxas e Contribuições

| 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|---|---------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante |
| Próprios | | | |
| Federais | 23.695 | - | 21.660 |
| Estaduais | 121 | - | 112 |
| Municipais | 171 | - | 2.379 |
| Outros | 2.158 | - | - |
| | 26.145 | - | 24.151 |
| Retidos na Fonte | | | |
| Federais | 13.397 | - | 13.071 |
| Estaduais | 741 | - | 447 |
| Municipais | 9.134 | - | 6.260 |
| | 23.272 | - | 19.778 |
| Parcelamentos | | | |
| Parcelamento do Programa de Regularização Tributária | | | |
| Previdenciário e Demais - PRT (i) | 2.987 | - | 18.004 |
| Parcelamento do Programa Especial de Regularização Tributária | | | |
| INSS - PERT (ii) | 22.816 | 58.810 | 20.852 |
| Parcelamentos Lei 11.941/2009 | 4.865 | - | 5.707 |
| | 30.668 | 58.810 | 44.563 |
| Tributos Diferidos | | | |
| COFINS - Diferimento (iii) | - | 27.582 | - |
| PIS - Diferimento (iii) | - | 5.985 | - |
| CSLL - Diferido - AAP (iv) | 14.149 | 318.380 | 14.268 |
| | 14.149 | 351.947 | 14.268 |
| Total de Impostos, Taxas e Contribuições | 94.234 | 410.757 | 102.760 |

(i) Refere-se ao Programa de Regularização Tributária – PRT, instituído pela Medida Provisória nº 766, de 04/01/2017. A Companhia aderiu ao referido Programa em 16/03/2017, que incluiu os débitos de natureza tributária e previdenciária junto à Receita Federal do Brasil – RFB, e optou pela modalidade de pagamento de 24% da dívida consolidada, em 24 prestações. Parte do saldo restante, correspondente a 20,98% da dívida, foi compensado com a utilização de créditos fiscais calculados sobre prejuízos fiscais (25%) e sobre base negativa de contribuição social (9%). Os débitos previdenciários desse parcelamento foram consolidados em 18/12/2017. O saldo remanescente do parcelamento está sendo pago em parcelas mensais atualizadas pela SELIC, com vencimento final em 28/02/2024.
(ii) Refere-se ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783, de 31/05/2017. A Companhia aderiu ao referido Programa em 22/08/2017 e 13/11/2017, incluindo os débitos de natureza tributária e previdenciária junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN que estavam inclusos no Programa de Regularização Tributária – PRT. No PERT, optou-se pelo parcelamento dos débitos previdenciários na modalidade de pagamento em parcelas mensais e reduções (juros de mora, multas de mora, encargos legais e honorários advocatícios), com vencimento final em 30/07/2027.
(iii) Refere-se ao IRPJ, CSLL, COFINS, PIS calculado sobre o faturamento para o Setor Público, cujos recolhimentos são diferidos até a data do recebimento das faturas correspondentes, conforme Lei nº 9.718/1998, Art. 7º.
(iv) Refere-se a CSLL calculada sobre o montante do custo atribuído, reconhecido para os bens do Ativo fixo da Companhia no Exercício 2023, correspondendo à atualização dos valores dos bens em relação ao seu valor justo, originando assim o passivo fiscal diferido, conforme disposto no CPC 32.

16. Obrigações Trabalhistas

Política contábil:
Os salários e encargos englobam as seguintes informações:
• Salário, Remunerações e Benefícios: Registra os valores relativos a vencimentos e vantagens fixas e variáveis devidas a empregados;
• Férias: Registra as obrigações referentes a férias, apropriadas conforme percentuais da folha de pagamento;
• 13º salário a Pagar: Registra as obrigações referentes ao décimo terceiro salário, provisionadas na base de 1/12 do valor bruto da folha de pagamento;
• Encargos Sociais a Pagar: Compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas à despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus empregados, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais;
• Outras contas a pagar: representam outros valores não contemplados nos itens acima.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------|---------------|
| Ordenados e Salários a Pagar | 14.624 | 14.026 |
| Provisão para Férias e 13º Salário | 30.076 | 27.770 |
| Provisão para Encargos Sociais | 5.379 | 5.079 |
| Outras Obrigações | 263 | 2.483 |
| Total de Obrigações Trabalhistas | 50.342 | 49.358 |

17. Provisões para Demandas Judiciais

Política Contábil

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus Assessores Jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia é parte integrante em diversos processos judiciais de natureza Tributária, Cível, Juizados Especiais e Trabalhistas, todos em virtude do curso normal das operações.

A provisão para demandas judiciais é estabelecida pela Administração da Companhia com base na análise e avaliação do risco, efetuada em conjunto com seus Assessores Jurídicos, sendo provisionados os casos em que a expectativa de desembolso é provável.

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------|---------------|
| Tributárias | 5.610 | 5.610 |
| Cíveis | 21.195 | 8.710 |
| Juizados Especiais | 514 | 514 |
| Trabalhistas | 13.059 | 10.865 |
| Total de Provisões para Demandas Judiciais | 40.378 | 25.699 |

A Companhia é parte de processos de natureza tributária, cível, juizados especiais e trabalhistas, que se encontram em instâncias diversas e foram classificadas como perda possível, levando-se em consideração tanto a jurisprudência predominante, quanto à documentação específica existente. Os valores envolvidos nessas ações estão estimados como contingência possível.

18. Outros Passivos

Política contábil:

As demais contas a pagar relacionam-se com outros passivos não contemplados em notas explicativas anteriores. A composição apresenta os seguintes valores:

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Depósitos e Retenções Contratuais | 914 | - | 969 | - |
| Contas a Regularizar (Clientes) | 9.967 | - | 9.498 | - |
| Doações em contas | 31 | - | 24 | - |
| Obrigações com Precatórios (i) | - | 83.318 | - | 75.390 |
| Parcelamento Acordo Trabalhista (PAT) (ii) | 12.350 | 25.234 | 12.458 | 37.354 |
| Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar | 3 | - | 13 | - |
| Complementar do Fundo de Saneamento | - | - | - | - |
| Municipal - Contrato de Outorga PMCG (iii) | 2.500 | - | 5.000 | - |
| Outros Passivos | 7.530 | 10.553 | 14.849 | 17.569 |
| Total de Outras Obrigações | 33.295 | 119.105 | 42.811 | 130.313 |

(i) Referem-se a obrigações da Companhia oriundas de sentenças judiciais transitadas em julgado no Tribunal Regional do Trabalho -13º Região, relacionadas a processos trabalhistas, e no Tribunal Regional Federal, relacionadas a processos tributários.

(ii) Corresponde ao acordo firmado com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água e Serviços de Esgotos do Estado da Paraíba – SINDIÁGUA-PB, relacionado ao Processo Trabalhista de Nº 0124800-83.2013.5.13.0026, no valor de R\$ 72.051, a ser pago em 72 parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 1.001 fixas e sucessivas, com a primeira parcela paga no mês de março de 2021.

(iii) Corresponde ao valor residual destinado ao Fundo de Saneamento, Infra Estrutura e Meio Ambiente, do Município de Campina Grande, conforme Lei Municipal nº 7.199/2019 , previsto na Cláusula 31º do Contrato de Programa firmado entre a CAGEPA e o referido Município, o qual tem por objeto a exploração dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento sanitário em seu limite territorial. Na Contratação foi previsto o pagamento do valor complementar ao Fundo Municipal de Saneamento de Campina Grande, no montante de R\$ 7.500, restando a pagar o saldo acima mencionada.

19. Patrimônio Líquido

19.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado totaliza o valor de R\$ 1.016.082, em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 980.745 , representado por ações sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

| | 31/12/2023 | % | 31/12/2022 |
|--|--------------------------|----------------|--------------------------|
| Ações Ordinárias | | | |
| Governo do Estado da Paraíba | 1.859.798.050,200 | 99,99% | 1.847.636.848,672 |
| Outros | 250.153,693 | 0,01% | 250.153,693 |
| | 1.860.048.203,893 | 100% | 1.847.887.002,365 |
| Ações Preferenciais | | | |
| Governo do Estado da Paraíba | 13.893.548,302 | 98,01% | 13.893.548,302 |
| Tesouro Nacional (FND) | 281.445,419 | 1,99% | 281.445,419 |
| Outros | 50,643 | 0,00% | 50,643 |
| | 14.175.044,364 | 100,00% | 14.175.044,364 |
| Total de Ações Ordinárias e Preferenciais | 1.874.223.248,257 | 100,00% | 1.862.062.046,729 |

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano do Capital Social dessa espécie de ações, conforme previsão no Art. 5º do Estatuto Social e, em caso de dissolução da Companhia, no reembolso do capital, sem direito a prêmio.

A CAGEPA, por meio da 12ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de dezembro de 2023, com registro na JUCEP sob Nº 20235983438, autorizou o aumento de Capital Social, passando o valor do Capital Social a ser R\$ 1.016.081.717,73 ,conforme discriminado a seguir:

a) Mediante a utilização de aporte de recursos em espécie realizados durante o exercício de 2022 pelo Governo do Estado da Paraíba, no valor de de R\$ 35.337.622,74 ,cujo objetivo foi de capitalizar a Companhia para realização de obras. A subscrição deste aumento de Capital foi realizada por meio da emissão de 12.161.201.528 (doze bilhões e cento e sessenta e um milhões e duzentos e um mil e quinhentos e vinte e oito) ações ordinárias da Companhia, com valor patrimonial unitário de R\$ 0,0029057673831.

19.2 Reservas de Lucros

a) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Reserva para Contingência

A Reserva para Contingência é constituída com o saldo do lucro do exercício após a constituição da Reserva Legal, em caráter preventivo, objetivando salvaguardar recursos para a realização dos investimentos destinados à melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, necessários para cumprimento dos desafios de investimentos oriundos do “Novo Marco Legal do Saneamento”.

19.3 Outros Resultados Abrangentes - Ajustes de Avaliação Patrimonial

A Companhia registrou nesta conta todos os ajustes realizados nas contas de ativo e passivo decorrente do processo de Adoção às Normas Internacionais de Contabilidade.

Neste sentido, foi também efetuado o levantamento patrimonial da Companhia e, atendendo ao que preceitua a legislação pertinente - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão; CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 04 – Ativo Intangível, foram contabilizados em contrapartida de Ajuste de Avaliação Patrimonial o Custo atribuído dos imobilizados e intangíveis bem como o tributo diferido proveniente.

Ao final do quarto trimestre, foi calculada a Depreciação sobre o Custo Atribuído dos imobilizados e intangíveis e a realização do Tributo diferido na conta redutora do AAP.

As movimentações na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial para realização no período foram as seguintes:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------------|------------------|
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | | |
| Ajustes do Ativo Circulante | (86.128) | (88.820) |
| Ajustes do Ativo Não Circulante | (8.302) | (8.561) |
| Ajustes do Imobilizado | (120.291) | (124.050) |
| Ajustes do Passivo Circulante | 13.047 | 13.454 |
| Ajustes do Passivo Não Circulante | 67.197 | 69.298 |
| Ajustes (CA) - Ativo Financeiro | 216.163 | 216.163 |
| Ajustes (CA) - Ativo Imobilizado | 857.676 | 901.518 |
| Ajustes (CA) - Ativo Intangível | 2.288.404 | 2.389.427 |
| Saldo dos Ajustes de Convergência ao IFRS | 3.227.766 | 3.368.429 |
| Total dos Ajustes da Convergência ao IFRS | 3.368.429 | 3.368.429 |
| Realizados no Exercício findo em 31/12/2023 (i) | (140.663) | - |
| Saldo final do Exercício | 3.227.766 | 3.368.429 |

(i) Referem-se ao reconhecimento contábil, no Patrimônio Líquido, da realização dos valores registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial – AAP, oriundos da parcela de depreciação do Custo Atribuído (R\$ 159.192 a Débito), dos Tributos Diferidos sobre o Custo Atribuído (R\$ 14.327 a Crédito) e dos demais Ajustes de Convergência contabilizados nos grupos do Ativo e Passivo (R\$ 4.202 a Crédito), resultando em uma realização total no período de R\$ 140.663, apresentada líquida da reversão do Tributo Diferido correspondente, todos em contrapartida de Lucros Acumulados.

19.4 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC

A Companhia recebe recursos oriundos do Governo do Estado da Paraíba, destinados a investimentos em obras, os quais são registrados diretamente em adiantamentos para futuro aumento de capital. Não existe previsão de devolução desses recursos para o Governo do Estado da Paraíba e, periodicamente, são integralizados ao Capital Social. A movimentação ocorrida no saldo desta conta é a seguinte:

| | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC e Aporte para Obras | |
|--|--|----------------|
| | 2023 | 2022 |
| Movimentação do Saldo | | |
| Saldo Inicial do Período | 795.852 | 1.882 |
| Aumento de Capital - Aprovado na 12ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração em 26 de dezembro de 2023 e registrada na JUCEP em 26/12/2023 sob nº20235983438 (i) | (35.338) | (1.882) |
| Crédito para Aumento de Capital – Juros Sobre Capital Próprio aprovado na AGO de 18/04/2022 (ii) | - | 47.559 |
| Utilização para aumento de capital de Reserva de Lucro – Crédito de Juros sobre Capital Próprio, conforme 12ª Reunião Ordinária do CAD registra da na JUCEP em 29/12/2022 sob nº20221373918 (ii) | - | (47.559) |
| Aviso de crédito em dinheiro para Aumento de Capital (iii) | 124.327 | 35.338 |
| Recebimento em bens para aumento de Capital Social-Governo do Estado (iv) | - | 760.514 |
| Saldo Final do período | 884.841 | 795.852 |

(i) A Administração da CAGEPA, por meio da 12ª Reunião ordinária do Conselho de Administração (CAD), realizada em 26 de dezembro de 2023, aprovou a proposta de aumento do Capital Social da Companhia, incorporando ações ordinárias em favor do acionista majoritário, Governo do Estado da Paraíba, e a integralização com a utilização de Créditos relativoa a aportes de recursos efetuados durante o exercício de 2022. Tal valor de aportes em espécie é originário de financiamentos obtidos pelo Governo do Estado da Paraíba, com a finalidade de capitalizar a Companhia para a realização de obras. Em virtude do exposto foi autorizado o aumento de Capital no valor de 35.337.622,74 , com data base para dezembro/2023, passando o Capital Social ao montante de R\$ R\$ 1.016.081.717,73 .

(ii) Refere-se à incorporação como Reserva de Capital, aprovada por meio da 1º Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 18 de abril de 2022, no valor de R\$ 47.559, relativo ao saldo oriundo dos Juros Sobre Capital Próprio em favor do Governo do Estado da Paraíba (Sócio Majoritário), cujo montante foi posteriormente transferido para Reserva de Lucros denominada - Crédito para Aumento de Capital Social- que foi utilizado para Aumento de Capital, conforme 12º Reunião Ordinária do Conselho de Administração-CAD, realizada em 28 de dezembro de 2022.

(iii) A Companhia mantém operações com o Governo do Estado da Paraíba (seu principal acionista), representadas por aportes em dinheiro para utilização em obras e serviços de abastecimento d’água e esgotamento sanitário.

20. Receita Líquida dos Serviços Prestados

Política Contábil

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber.

A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impuntualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

20.1 Receitas e Custos de Construção dos ativos da concessão

A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público é reconhecida de acordo com o ICPC 01(R1), IFRIC 12 (Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) e IFRIC 15 (Receita de contrato com cliente), proporcionalmente ao momento em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Consequentemente, esta Receita deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada (POC), ou seja, durante a fase de construção o Ativo é classificado como Ativo Intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação será equivalente aos custos de construção previstos. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

| Descrição | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2022 a 31/12/2022 |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Receita Bruta dos Serviços Prestados | | |
| Serviço de Abastecimento de Água | 910.715 | 814.504 |
| Serviço de Abastecimento de Esgoto | 343.853 | 310.981 |
| Receita de Construção Ativo Concessão | 242.911 | - |
| Subtotal da Receita Bruta dos Serviços Prestados | 1.497.479 | 1.125.485 |
| COFINS Sobre Receitas Operacionais | (95.418) | (85.544) |
| PIS Sobre Receitas Operacionais | (20.716) | (18.572) |
| Subtotal de COFINS e PIS sobre Receitas Operacionais | (116.134) | (104.116) |
| Receita Líquida dos Serviços Prestados | 1.381.345 | 1.021.369 |

21. Custos dos Serviços Prestados

| | 01/01/2023 a 12/31/2023 | 01/01/2022 a 12/31/2022 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Pessoal | (322.701) | (313.079) |
| Materiais | (51.877) | (66.251) |
| Serviços de Terceiros | (195.567) | (192.979) |
| Outros Custos | (23.921) | (18.563) |
| Depreciação | (219.856) | (28.091) |
| Custo de Construção Ativo Concessão | (242.911) | - |
| Total dos Custos dos Serviços Prestados | (1.056.833) | (618.963) |
| Custo dos Serviços Prestados de Água | (738.272) | 579.312 |
| Custo dos Serviços Prestados de Esgoto | (75.651) | 39.651 |
| Custo de Construção Ativo Concessão | (242.911) | - |
| | (1.056.834) | 618.963 |

22. Receitas / (Despesas) Operacionais

| | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2022 a 31/12/2022 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Receitas / (Despesas) Operacionais | | |
| Pessoal | (165.255) | (168.071) |
| Materiais | (2.287) | (1.688) |
| Serviços de Terceiros | (81.451) | (73.959) |
| Despesas Gerais / Perdas | (38.167) | (39.087) |
| Provisão para Devedores Duvidosos | (38.287) | (45.780) |
| Depreciação | (4.001) | (1.684) |
| Multas | (112) | (315) |
| Despesas Tributárias | (3.874) | (4.977) |
| Outras Receitas | 6.505 | 5.099 |
| Total Despesas/Receitas Operacionais Líquidas | (326.929) | (330.462) |

23. Benefícios ao Pessoal

| | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2022 a 31/12/2022 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Remunerações | | |
| Horas Normais | (136.778) | (132.307) |
| Horas Extras | (27.472) | (24.634) |
| Diárias e Ajudas de Custo | (4.167) | (3.314) |
| Adicionais | (10.796) | (10.608) |
| Gratificações | (63.148) | (59.885) |
| Gratificações de Representação | (109) | (609) |
| Honorários da Diretoria e Conselhos | (537) | (446) |
| Programa Menor Aprendiz | (1.354) | (1.263) |
| Resolução nº 4/83 | (223) | (224) |
| Incentivo ao Desenvolvimento | (389) | (185) |
| | (244.973) | (233.475) |
| Encargos Sociais | | |
| Férias | (27.900) | (33.544) |
| Contribuições para INSS | (81.298) | (76.368) |
| PbPrev Patronal | (102) | (84) |
| Contribuição para FGTS | (25.052) | (22.914) |
| 13º Salário | (23.391) | (22.159) |
| Contribuição SENAI | (3.700) | (3.446) |
| Servico Social da Indústria (SESI) | (4.614) | (4.308) |
| | (166.057) | (162.823) |
| Programa de Alimentação | | |
| Ticket Alimentação | (44.235) | (42.054) |
| Saúde | | |
| Assistência Médica e Social | (25.237) | (19.690) |
| Salário Tratamento Saúde e Acidente de Trabalho | (1.716) | (1.238) |
| | (26.953) | (20.928) |
| Outros Benefícios | | |
| Auxílio Creche | (4.264) | (3.983) |
| Vale Transporte | (489) | (420) |
| Auxílio Livro Didático | (831) | (637) |
| Auxílio Funeral | (94) | (95) |
| | (5.678) | (5.135) |
| Recisões Contratuais | | |
| Indenização, Aviso Prévio, FGTS Multa Rescisória e incentivo PDP | (60) | (16.735) |
| | (60) | (16.735) |
| Total de Benefícios ao Pessoal | (487.955) | (481.150) |

24. Resultado Financeiro

| | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2022 a 31/12/2022 |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Receita Financeira | | |
| Juros de Mora | 9.608 | 9.591 |
| Aplicações Financeiras | 1.857 | 3.968 |
| Multa por Impontualidade dos Clientes | 19.564 | 22.709 |
| Descontos Obtidos | 838 | 2.563 |
| Atualizações Monetárias | 2.202 | 478 |
| Atualização do Ativo Financeiro Concessão | 36.073 | - |
| | 70.142 | 39.309 |
| Despesas Financeiras | | |
| Juros de Empréstimos e Financiamentos | (9.280) | (1.869) |
| Juros de Atualizações de Parcelamentos | (9.684) | (13.019) |
| Multa e Juros de Impostos e Contribuições | (110) | (97) |
| Descontos Concedidos | (834) | (885) |
| juros e Multa pagamento a Fornecedores | (185) | (5) |
| Juros e atualização monetário de cauções | (4.595) | (7.281) |
| Atualização Monetária Passiva | (3.361) | - |
| | (28.049) | (23.156) |
| Resultado Financeiro | 42.093 | 16.153 |

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

| | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2022 a 31/12/2022 |
|---|----------------------------|----------------------------|
| Despesas Correntes de Contribuição Social | (16.305) | (6.872) |
| Receita de Incentivos Fiscais - Redução do IRPJ | - | - |
| Total da Contribuição Social | (16.305) | (6.872) |

A apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos períodos findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 estão demonstrados conforme segue:

| | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2022 a 31/12/2022 |
|---|----------------------------|----------------------------|
| Resultado Antes dos Tributos (IRPJ e CSLL) | 39.675 | 88.098 |
| Provisão para Contingência (Constituição) | 14.679 | 69 |
| Depreciação e Amortização (Não Dedutível) | 158.528 | - |
| Patrocínio de Feira e Eventos | 1.651 | - |
| Multa por Autuações Fiscais | 116 | 318 |
| Atualização do Ativo Financeiro – Concessão | (36.073) | - |
| Outras Adições | 1.199 | 402 |
| Perdas de Inventário | 1.572 | 208 |
| Provisão para Contingência (Reversão) | (181) | (12.745) |
| Base de Cálculo dos Tributos (IRPJ e CSLL) | 181.166 | 76.350 |

| | 01/01/2023 a 31/12/2023 | | 01/01/2022 a 31/12/2022 | |
|--|----------------------------|---------------|----------------------------|--------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Tributos antes das Deduções / Compensações | 21.291 | 16.305 | 19.064 | 6.872 |
| Incentivo Fiscal - PAT | - | - | (458) | - |
| Incentivo Fiscal - SUDENE | - | - | (12.456) | - |
| Ajustes | - | - | - | - |
| Imunidade Tributária (IRPJ) | (21.291) | - | (6.150) | - |
| Despesas com Tributos | - | 16.305 | - | 6.872 |
| Alíquota Efetiva | - | 9,00% | - | 9,00% |

*Em virtude da imunidade tributária recíproca a Companhia não se beneficiou do incentivo Fiscal da SUDENE, durante o exercício de 2023.

26. Subvenção Governamental

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal do imposto de renda estabelecido no art. 1º da Medida Provisória nº2.199-14, de 24 de agosto de 2001, sobre as receitas auferidas na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme Laudo Constitutivo nº 0269/2019, pelo período de fruição (ano-calendário) de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028 (10 anos). O referido incentivo fiscal consiste no direito à redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não-restituíveis calculados sobre o Lucro da Exploração. A Companhia não usufruiu desta subvenção nos exercícios de 2023 e 2022 face ao reconhecimento, na esfera federal, da imunidade Tributária, conforme descrito na Nota 15.1

27. Meio Ambiente e Sustentabilidade

Na Companhia, a sustentabilidade é entendida e praticada de maneira cada vez mais integrada, considerando os aspectos socioambiental e financeiro, reconhecendo que o cuidado com o meio ambiente e com as pessoas é imprescindível para o seu crescimento. Os serviços de saneamento são parte prioritária e essencial das atividades que integram as ações voltadas para a proteção, conservação, recuperação ambiental, e quando executados, contribuem decisivamente para recuperar e proteger o subsolo, solo e as águas de situações de degradação e contaminação. Os programas de investimentos em saneamento básico da Companhia obedecem a uma visão sistêmica perfeitamente integrada e interligada com a responsabilidade socioambiental e são direcionadas para minimizar os impactos no meio ambiente.

28. Eventos Subsequentes

Em consonância com o CPC 24 – Evento Subsequente que trata de eventos que ocorrem após a data do balanço e antes da autorização da divulgação das demonstrações contábeis, são apresentados os principais eventos subsequentes ocorridos na Companhia.

28.1 Financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)

A Companhia e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) formalizaram em junho de 2023, um contrato de financiamento para implementação do Programa de Água e Esgotamento do Estado da Paraíba, no valor de €350,0 milhões de euros, aproximadamente R\$ 263,0 milhões de reais, com prazo de 15 (quinze) anos, sendo 05(cinco) de carência, e sobre este financiamento incidirão encargos financeiros com taxas fixas e flutuantes com adesão do tipo de taxa a cada desembolso realizado pela AFD. Os recursos serão destinados para 24 projetos, dos quais 21 são de abastecimento de água e três de esgotamento sanitário. O projeto prevê construções de redes coletoras de esgoto, adutoras, estações elevatórias, reservatórios, modernização de estações de tratamento e aquisições de equipamentos operacionais. Além do projeto de infraestrutura, serão destinados recursos que serão utilizados para assistências técnicas para execução do programa de apoio ao planejamento financeiro, de gestão e valorização de lodos de tratamento de esgotos e da implantação da abordagem de igualdade profissional da Companhia. O grupo Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) é um estabelecimento público que financia, acompanha e acelera as transições rumo a um mundo mais justo e sustentável. A AFD implementa a política francesa de desenvolvimento e de solidariedade internacional. Fazem parte do Grupo a Agence Française de Développement (AFD), responsável pelo financiamento do setor público, de ONGs e de pesquisas e capacitações sobre o desenvolvimento sustentável; a sua filial Proparco, dedicada ao financiamento do setor privado; e a Expertise France, agência de cooperação técnica.

28.2 Regularização da prestação dos serviços no âmbito das Microrregiões

Quanto à regularização da prestação de serviço nos municípios que não possuem contratos de Concessão/Programa vigentes, em atendimento à Lei Complementar Estadual nº 168/2021, a CAGEPA salienta que o Estado da Paraíba, através da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos (SEIRH) e com a anuência dos municípios, está tomando todas as providências voltadas à implementação do modelo de descentralização administrativa técnica. Em cumprimento a referida legislação, foi realizada a 3ª Assembleia Extraordinária da Microrregião do Litoral de forma virtual e transmitida pelo canal do YouTube da Secretaria do Estado de Infraestrutura e Recursos Hídricos - SEIRH, onde o Colegiado Microrregional autorizou a prestação direta a ser exercida pela CAGEPA, em razão desta integrar a administração indireta do Estado que é um dos entes integrantes da Microrregião do Litoral. Também procedeu, no dia 24 de agosto de 2022, com a aprovação da minuta de regulamento da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com prazo até 31 de dezembro de 2055, em conformidade com os estudos de viabilidade econômico-financeira realizados com o objetivo de atingimento das metas de universalização dos serviços e de amortização dos investimentos. O regulamento de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário foi devidamente assinado no dia 29 de agosto de 2022 pelo representante legal da Microrregião do Litoral, Secretário Geral Deusdete Queiroga Filho e pelo Presidente da CAGEPA, Marcus Vinícius Fernandes Neves. Em relação às demais Microrregiões, Alto Piranhas, Espinharas e Borborema, estão previstas para os dias 29 de fevereiro de 2024 e 01 de março de 2024, as competentes assembleias deliberativas acerca dos planos regionais, da eleição do comitê técnico e da prestação direta dos serviços, regularizando, desta forma, todas as prestações precárias nestes municípios envolvidos conforme detalhado nas notas 1.2 a. No que tange à elaboração dos planos regionais, esta segue em andamento, tendo como contratada a empresa COBRAPE. É de bom alvitre ressaltar que os 78 (setenta e oito) municípios que possuem prestação de serviço regularizada, sendo 48 (quarenta e oito) mediante contratos de concessão/programa e 30 (trinta) através de Prestação Direta no âmbito do interesse comum na Microrregião do Litoral, significam, aproximadamente, 80% (oitenta por cento) da arrecadação da CAGEPA. Desta feita, os 20% (vinte por cento) remanescentes da arrecadação correspondem aos 123 (cento e vinte e três) municípios que estão em fase de regularização nas Microrregiões, conforme já mencionado alhures.

28.3 Recuperação de créditos tributários federais (IRPJ e IOF) em virtude da Imunidade Tributária

Em virtude da condição de beneficiária da imunidade recíproca, conforme descrito na nota 15.1, ficou decidido por sentença judicial transitada em julgado que serão anulados os débitos em cobrança administrativa ou judicial (executivos fiscais) referentes aos imposto inseridos nesta imunidade, bem como foi determinada a restituição dos valores de impostos federais e penalidades correlatas voluntariamente adimplidos pela CAGEPA dentro do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, contados do ajuizamento da demanda, a título de IRPJ, a serem apurados em liquidação de sentença, com correção pela taxa SELIC. A Companhia, na qualidade de pessoa jurídica, imune conforme sentença transitada em julgado, instruiu processos de pedidos de habilitação de créditos para compensações, conforme Instrução Normativa nº 2055, referente aos indébitos dos impostos federais: IRPJ e IOF, cujos os montantes atualizados foram, respectivamente, de R\$ 125.381.180,76 e R\$ 4.336.974,26



Marcus Vinícius Fernandes Neves
Diretor Presidente
Diretor de Novos Negócios, Inovação e Meio Ambiente



André Gurgel de Souza
Diretor Administrativo/Financeiro



Ricardo Moisés Gomes da Sousa
Diretor de Expansão



Ivoa Fernandes Vieira Veras
Diretor Comercial



Thiago de Sousa Pessoa
Diretor de Operação e Manutenção



Alexandre Gomes da Silva
Contador - CRC PB 9338/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 3.1., na qual informa que os ativos intangíveis da Companhia, relacionados à prestação direta de serviços de água e esgotos nas Microrregiões Borborema, Espinharas e Alto Piranhas, e, consequentemente, os seus correspondentes ativos financeiros, não estão amparados por contratos de prestação direta de serviços de água e esgotos. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos intangíveis e os ativos financeiros da Companhia, associados aos serviços prestados sem o devido amparo contratual, representam, respectivamente, os saldos de R\$ 850.278 (28% do ativo intangível) e de R\$ 96.662 (31% do ativo financeiro). Ressaltamos que na Nota Explicativa nº 28.2. se encontram descritas as ações em curso e as próximas etapas do processo de formalização, conduzido pelo Governo do Estado da Paraíba, acionista majoritário da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA, destinado à regularização da referida prestação direta de serviços de água e esgotos nas Microrregiões Borborema, Espinharas e Alto Piranhas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas em conjunto com as do exercício de 2023 para fins de comparação, foram por nós examinadas e sobre elas emitimos, em 03 de abril de 2023, um relatório de auditoria sem modificação de opinião e contendo um parágrafo de ênfase sobre a ausência de contratos de prestação direta de serviços de água e esgotos relacionados à prestação direta de serviços de água e esgotos nas Microrregiões Borborema, Espinharas e Alto Piranhas.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalvas”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesses Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 29 de fevereiro de 2024.

Sá Leitoa Auditores S/S
CNPJ: 35.330.125/0001-84
CRC-PE 000.369/O-8


Geraldo Antônio Duarte Ribeiro
Sócio Responsável Técnico
Contador CRC-PE 011.493/O-0

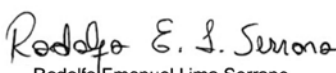

Jefferson Batista de Oliveira
Sócio Responsável Técnico
Contador CRC-PE 016.627/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL


Aos 12 dias do mês de março de dois mil e vinte quatro, às nove horas, através de videoconferência, realizou-se a Reunião do Conselho Fiscal da Companhia, onde foi examinado o Relatório da Administração e de Sustentabilidade e as Demonstrações Contábeis da Companhia, levantadas em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração e auditadas pela Sá Leitão Auditores S/C, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado de Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes. Examinados todos os documentos acima citados, com base nas análises periódicas, nos esclarecimentos prestados pela Companhia e respaldado no Relatório elaborado pelos Auditores Independentes, decidiu o Conselho Fiscal exarar o seguinte parecer:

PARECER
Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA, procederam ao exame do Relatório da Administração e de Sustentabilidade e das Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e com base no Relatório emitido pelos Auditores Independentes elaborado sob a responsabilidade da Sá Leitão Auditores S/A, as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Administração representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA, em 31 de dezembro de 2023, e, por seus membros abaixo assinados, opinam favoravelmente a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.


João Pessoa - PB, 12 de março de 2024.




Rodolfo Emanuel Lima Serrano
Presidente do Conselho Fiscal



Josileide Barbosa da Rocha Guimarães
Membro do Conselho Fiscal



Pedro Sant'Angelo Mariano
Membro do Conselho Fiscal



Paulo Márcio Soares Madruga
Membro do Conselho Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), em sua reunião realizada nesta data, após análise do relatório de administração e de sustentabilidade, bem como das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa, a demonstração do valor adicionado e a destinação do lucro do exercício, acompanhadas de notas explicativas, e levando em consideração as análises realizadas, os esclarecimentos fornecidos pela Diretoria Executiva e os Pareceres dos Auditores Independentes da Sá Leitão Auditores S/C e do Conselho Fiscal da Companhia, DECIDE, por maioria de votos, recomendar à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, com manifestação favorável à sua aprovação, em conformidade com o inciso V do artigo 142 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e o Artigo 27, item IV do Estatuto Social da Companhia.

João Pessoa, 14 de março de 2024.

V. AND
DA ADA
A B3

Luc Land m Dal sia da Costa
P es den e do Conselho de Adn n s acao

MKT EPC

LEVE PARA CASA
A UNIÃO,
A MELHOR INFORMAÇÃO

ASSINE O JORNAL A UNIÃO



3218.6518 / (83) 99117 7042



CIRCULACAO@EPC.PB.GOV.BR

